alentejo horizonte 2030

territórios



em transformação

FICHA TÉCNICA

Depósito Legal n.º: 295444/09

ISBN: 978-972-8096-32-8

Título: Territórios em Transformação: O Caso do Alentejo

Coordenação*: Paulo Soeiro de Carvalho; José Félix Ribeiro

Equipa: Natalino Martins

Estela Domingos Susana Escária

Colaboração: Rui Trindade

Susana Barradas

Design e

coordenação gráfica: Henrique Vaz Pato & Manuel J. P. Aires, Arquitectos

Grafismo e paginação: Ruas & Ramos

Primeira Edição: Maio 2009

Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento

e Relações Internacionais

Av. D. Carlos I, 126 1249-073 Lisboa Fax: (351) 213935208 Telef: (351) 213935200 E-mail: dpp@dpp.pt www.dpp.pt

Edição electrónica: Divisão de Informação e Comunicação

^{*} Projecto coordenado pelo Dr. Carlos Figueiredo até Maio de 2008.



ÍNDICE

SU	JMÁF	RIO EX	ECUTIVO	7
1.	0 A	LENTE	JO HOJE	11
	1.1.	Demo	grafia, Povoamento, Sistema Urbano e Redes de Transportes	11
	1.2.	A Base	e Económica	23
		1.2.1.	Estrutura e Dinâmica das Actividades Produtivas	23
		1.2.2.	Exposição Externa das Actividades	29
			Caixa 1: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Vantagens e Desvantagens do Alentejo para Atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE)	33
		1.2.3.	Conteúdos Tecnológicos e Intensidade de Conhecimento das Actividades	32
		1.2.4.	Factores de Competitividade das Actividades	37
		1.2.5.	O Sector Primário	42
		1.2.6.	Actividade Turística	45
	1.3.	A Qua	lificação dos Recursos Humanos e a Base do Conhecimento	49
		1.3.1.	Nível Educacional e Qualificação dos Recursos Humanos	49
			Caixa 2: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Recursos Humanos	52
		1.3.2.	A Actividade de Ensino Superior	53
		1.3.3.	A Actividade de Investigação & Desenvolvimento (I&D)	59
			Caixa 3: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Actividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D)	65
	1.4.	Equida	ade Social, Qualidade de Vida e Qualidade Ambiental	66
		1.4.1.	Equidade Social e Qualidade de Vida	66
		1.4.2.	Qualidade Ambiental	76
	1.5.	Proces	ssos de Convergência no Alentejo	81
2.	0 A	LENTE	JO NO HORIZONTE 2015 – VISÕES INSTITUCIONAIS	86
	2.1.	0 Aler	itejo no PNPOT	86
	2.2.	As Lin	has Estruturantes do PROT Alentejo	88
			1: Opções Estratégicas de Base Territorial	89
			2: As Propostas do Plano Regional de Inovação do Alentejo	100
	2.3.	0 Prog	grama Operacional Regional do Alentejo do QREN	104



3.		ESTIMENTOS EM CURSO OU PLANEADOS PARA O ALENTEJO HORIZONTE 2015	113
	3.1.	As Infra-Estruturas de Transporte, Mobilidade e Logística, Recursos Hídricos e Ambiente com Maior Impacto no Futuro do Alentejo Caixa 1: As Auto-estradas do Mar	113 115
	3.2.	Os Investimentos Empresariais Anunciados	121
		3.2.1. Actividades com Tradição no Alentejo	121
		Caixa 2: A Refinaria Balboa	126
		3.2.2. Novas Actividades	129
	3.3.	Investimentos Públicos em Infra-estruturas de Apoio à Actividade Empresarial Propostos	145
		Caixa 3: A Valorização do Património Cultural e Histórico	146
	3.4.	O Alentejo nas Estratégias de Eficiência Colectiva	147
4.	OLH	HANDO PARA O FUTURO – HORIZONTE 2030	150
	4.1.	Revisitando os Pressupostos da Visão Estratégica para o Alentejo e os Riscos que envolve	151
	4.2.	Olhando para além de 2015, com o Horizonte 2030	156
		4.2.1. Elementos Pré-determinados	156
		Caixa 1: Novos Cenários de Desenvolvimento do Alentejo	157
		4.2.2. Incertezas Cruciais	160
		Caixa 2: Comportamentos e Segurança Alimentar no Mediterrâneo	160
		Caixa 3: Quatro Combinações – Quatro Estruturas de Cenário	164
		4.2.3. Construindo Cenários Contrastados	166
	4.3.	Que Capital Simbólico para o Alentejo — que Relação com os Cenários	174
В	BLI	OGRAFIA	177
Αl	NEX	(OS	
		Correspondência entre a Nomenclatura A31 e a Classificação dos Sectores Segundo o Grau de Transaccionabilidade	182
ı	(Correspondência entre a Nomenclatura A31 e a Classificação dos Sectores Segundo os Conteúdos Tecnológico e Intensidade de Conhecimentos	183
II	(Correspondência entre a Nomenclatura A60 e a Classificação dos Sectores da Indústria Transformadora Segundo os Factores de Competitividade	184
ľ		Experiências de Desenvolvimento de Regiões de Baixa Densidade em Espanha – Andaluzia	185
,	V.	Metodologia de Análise da Competitividade Regional	202



NOTA DE ABERTURA E AGRADECIMENTOS

A explosão da crise financeira decorrente do crédito *sub-prime* nos EUA, a sua generalização à escala mundial e a crise económica que lhe sucedeu desde 2008, inserem-se num processo, já em curso, de reordenamento da economia mundial, e vieram acrescentar às incertezas já existentes, mais um conjunto de factores de imprevisibilidade que tornam o planeamento económico bastante mais difícil, mas também mais necessário.

Neste tempo de grandes transformações à escala global, com importantes e imprevisíveis impactos na sustentabilidade económica, social e ambiental das economias, a prospectiva dos territórios constitui um importante método de sondagem de futuros possíveis, que ajuda a avaliar a situação actual e a decidir sobre as estratégias de política a seguir.

Com o Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007 a 2013 traçou-se uma estratégia de desenvolvimento para o país e para as suas regiões. Para além dos impactos que a presente crise teve no quadro de definição da estratégia do QREN, e que não são ainda inteiramente conhecidos, havia já o interesse de reflectir sobre o pós QREN. Foi no quadro desse interesse que o DPP decidiu avançar com um conjunto de trabalhos de prospectiva territorial. O estudo relativo ao Alentejo, que agora se apresenta, constitui o primeiro dessa linha.

A escolha do Alentejo decorre do facto de ser porventura a região, ou uma das regiões, que maiores transformações deverá conhecer nas próximas décadas, em resultado não só do conjunto de grandes projectos de investimento públicos e privados que para aí estão programados, mas também do referido quadro de reordenamento internacional das economias, que coloca o Alentejo numa encruzilhada de desenvolvimento cujos múltiplos caminhos interessava perscrutar.

A realização deste estudo não seria possível, em primeiro lugar, sem o acolhimento dispensado pela CCDR do Alentejo, e pela sua Presidente, Dra. Maria Leal Monteiro, para quem vão os nossos agradecimentos. Salienta-se, nomeadamente, todo o apoio prestado à realização do *workshop* de 6 de Novembro passado em Évora, no qual foi possível ao DPP discutir, com um conjunto de personalidades da região, os desenvolvimentos preliminares do estudo e receber um conjunto de contributos de grande valia.

Interessa igualmente sublinhar a participação do IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) com o estudo, coordenado pelo Prof. Oliveira das Neves, "A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo", bem como a disponibilidade de um conjunto de personalidades conhecedoras de diferentes vertentes da temática do desenvolvimento com relevância especial para o Alentejo, para connosco discutirem algumas das tendências e



incertezas que condicionam o desenvolvimento da região: Prof. Doutor Francisco Avillez, Prof. Doutor Luís Correia da Silva e Dr. Fernando Teigão dos Santos.

Sem retirar ao DPP a exclusiva responsabilidade pelas insuficiências do estudo, as entrevistas realizadas com as referidas personalidades, constituíram uma fonte de importantes contributos para a realização dos intentos do estudo que agora se apresenta. A todos os nossos melhores agradecimentos.

Manuela Proença

Directora-Geral do DPP



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ALENTEJO HOJE

Demografia, povoamento, sistema urbano e redes de transportes

Desde há muito que o decréscimo populacional, o envelhecimento e a fraca capacidade de retenção de população jovem são características conhecidas do Alentejo.

Com um sistema urbano policêntrico, mas pouco interactivo e baseado em aglomerados urbanos de muito pequena dimensão (apenas uma cidade com dimensão média e nível de centralidade entre as 25 mais centrais a nível nacional), o Alentejo tem sérias limitações em termos de substrato urbano para a competitividade e coesão.

As boas acessibilidades em termos de vias fundamentais associadas, em grande medida, à sua posição geográfica e à sua característica de região de passagem nas ligações a Espanha e Algarve, oferecem-lhe potencialidades de inserção externa, mas há ainda deficiências ao nível da capilaridade que dificultam a integração territorial da região. O porto de Sines e o aeroporto de Beja são duas importantes infra-estruturas para o desenvolvimento competitivo da região. A localização do novo aeroporto de Lisboa na margem sul, que facilita o modelo de desenvolvimento turístico do Alentejo, não deixa todavia de colocar algumas interrogações em relação ao aeroporto de Beja.

Regista-se uma predominância do uso do automóvel nas ligações pendulares suburbanas com tempos médios de acesso inferiores à média nacional, o que facilita esquemas de articulação urbano rural configurados em modelos urbanos de articulação trabalho – habitação, o que, conjugadamente com a proximidade real a Lisboa, pode constituir um facto de atractividade de talentos e de recursos humanos gualificados.

Base económica

O Alentejo tem baixa representatividade na produção e no emprego nacionais, com predominância absoluta de actividades terciárias (e dentro destas de actividades não mercantis) e relativa de actividades primárias.

O crescimento do VAB entre 2000 e 2006 andou próximo do crescimento médio nacional, com uma componente estrutural (que reflecte a especialização produtiva) ligeiramente positiva e uma componente regional um pouco mais forte mas negativa reflectindo um desempenho dos sectores na região ligeiramente inferior ao seu comportamento nacional.

A produtividade aparente do trabalho no Alentejo situa-se acima da média, com relevância em todas as NUTS III da produtividade agrícola, mas sobretudo devido aos enclaves industriais do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, enclaves que todavia estão muito ligados a mercados de matérias-primas (respectivamente o petróleo e o cobre) o que se traduz em flutuações económicas por vezes acentuadas, e a disparidades de evolução dos indicadores económicos em valor e em volume.



Considerando a especialização produtiva em várias perspectivas, pode-se observar no Alentejo:

- ☐ A ocorrência de especialização produtiva em actividades transaccionáveis, em todas as NUTS III, e em actividades não mercantis, também em todas as NUTS III (excepto Alentejo Litoral, com especialização nos outros serviços não transaccionáveis);
- ☐ Especialização produtiva em actividades primárias e, no caso do Alentejo Litoral em indústrias de baixa e média baixa tecnologia e de alta e média alta tecnologia, e no caso do Alto Alentejo nas últimas; e,
- ☐ Especialização em actividades intensivas em recursos naturais, e, em termos globais, por via do Alentejo Litoral, em indústrias com economias de escala, havendo apenas alguma especialização na diferenciação de produto, no caso do Alto Alentejo, e na intensidade em I&D, no caso do Alentejo Central.

A presença do capital estrangeiro na região não é muito relevante, mas um inquérito a uma amostra de empresas com capital estrangeiro, revelou que o Alentejo apresentou como factores de atracção desse investimento (sem significado hierárquico): a disponibilidade de espaço, a disponibilidade de mão-de-obra adequada e de baixo custo, os incentivos ao investimento, a perspectiva dos investimentos previstos para a região, factores de ordem natural (clima e água) e a proximidade cultural e empresarial. Como desvantagens, evidenciou-se a dificuldade de recrutamento de mão-de-obra qualificada, a exiguidade do mercado, as deficiências da rede viária e a as restrições locacionais em parque natural.

Apesar do seu potencial turístico, a região apresenta ainda uma fraca oferta de equipamentos hoteleiros, estadias inferiores à média nacional e um peso de turistas nacionais muito acima da média (cerca do dobro).

Os recursos humanos e a base do conhecimento

Em geral as taxas de escolaridade de nível médio e elevado situam-se abaixo da média nacional, mas quando comparadas com o Norte revelam uma posição do Alentejo claramente superior. Para além disso, aquelas taxas de escolaridade evidenciam um indicador de progresso (taxa de escolaridade do escalão etário dos 25-34 anos em relação à taxa de escolaridade do escalão 25-64) mais favorável no Alentejo do que na média nacional.

Já no caso da incidência do ensino superior, pese embora a existência de uma universidade e dois politécnicos públicos, para além de alguns estabelecimentos privados, representa incidências de professores e alunos inferiores à populacional. Do mesmo modo o Alentejo apresenta uma taxa de atracção de alunos estrangeiros inferior à média nacional, com predominância de africanos (embora em proporção inferior à média), e maior peso de europeus (sobretudo de espanhóis no politécnico). Salienta-se ainda que, a importância do Alentejo nos alunos diplomados nas áreas científico-tecnológicas e criativas é, no Alentejo, proporcionalmente superior à média nacional.

O esforço de I&D no Alentejo fica abaixo da, já de si baixa, média nacional, salientando-se todavia a excepção do Alentejo Central que, beneficiando da universidade, ultrapassa a média nacional em termos de peso da despesa de I&D no PIB. Para além disso, a I&D empresarial no Alentejo é ainda (2005) proporcionalmente mais baixa, comparativamente à média nacional, do que a I&D total. O inquérito às empresas com capital estrangeiro revelou



que, embora a I&D incida em tecnologias avançadas ou de ponta, processa-se de forma tecnologicamente dependente, nomeadamente do grupo empresarial respectivo, e com pouca inserção em rede, pese o facto de haver algumas ligações às universidades.

Equidade social e qualidade de vida

As condições de vida no Alentejo, pese embora algumas vantagens do ponto de vista ambiental e paisagístico, situam-no ainda abaixo da média nacional em termos de alguns indicadores importantes como, a esperança de vida, a mortalidade infantil, a taxa de analfabetismo, os níveis de rendimento disponível *per capita*, o poder de compra *per capita*, as taxas de pobreza (medidas aproximativamente com base nos beneficiários do Rendimento Social de Inserção), o acesso a equipamentos de comunicação e de lazer e as taxas de desemprego. Já a incidência do abandono escolar andava, em 2001, próxima da média nacional, enquanto a taxa de pré-escolarização em 2005/2006 era claramente superior à nacional, assim como a oferta cultural relativa.

Para além disso, a estrutura de rendimento das famílias mostra uma maior incidência relativa das prestações sociais, que resulta do maior peso da população mais idosa, e dos rendimentos mistos (do trabalho independente e da empresa individual), que relevam da forte incidência do sector primário.

Em termos ambientais, a par do bom desempenho na qualidade do ar (sobretudo no Interior) deve ainda salientar-se o desempenho inferior do Alentejo na qualidade da água e no esforco de recolha selectiva de resíduos urbanos.

Processos de convergência económica

Observando o desempenho do Alentejo comparado com o conjunto nacional nos primeiros seis anos do presente século, pode-se verificar que o Alentejo:

□ Globalmente convergiu em termos de densidade de VAB nominal, mas não em termos de densidade de VAB em volume, isto, é, reforçou o seu peso na economia nacional em valor mas diminui, embora de forma ligeira, o seu peso em volume;
 □ A única sub-região que cresceu bem acima da média em ambas as perspectivas foi o Alentejo Litoral, enquanto o Baixo Alentejo cresceu acima da média em termos nominais, mas em volume sucedeu o inverso, e nas restantes sub-regiões o crescimento foi inferior à média em todas as perspectivas;
 □ Apresentou diferencial de crescimento do VAB per capita superior à média, o mesmo sucedendo com todas as sub-regiões, excepto o Alentejo Central, mas, em todos os casos, esses diferenciais são concomitantes com diferenciais negativos de crescimento da população mais fortes (excepto no Alentejo Litoral que, mesmo com estabilização relativa da população teria registado ganho de VAB per capita); e,
 □ Em todas as sub-regiões apresentou diferenciais negativos de crescimento da

produtividade o que resultou dos maus desempenho no VAB em volume, acima referidos, concomitantes com diferenciais positivos de crescimento do emprego.



A análise de **clubes de convergência** na produtividade (entre 1988 e 2003) mostra um Alentejo dividido entre o Alentejo Litoral, que se insere no clube de maior nível de produtividade, onde está, entre outros, a Grande Lisboa, e as restantes sub-regiões, que se inserem num segundo nível de desenvolvimento da produtividade, a par do Centro Litoral. Na análise da convergência no VAB *per capita* o Alentejo Central esteve, a par do Alentejo Litoral, no clube de nível superior, que envolve também partes significativas do Centro Litoral.

FUTURO(S) PARA O ALENTEJO

O Alentejo (em estreita ligação com a Lezíria do Tejo e a Península de Setúbal) é a região de Portugal onde se concentra o maior número de investimentos infra-estruturais e empresariais planeados para os próximos dez anos. Este é um indicador de que esta será seguramente uma das regiões do país que mais se irá transformar no futuro. No entanto, embora seja relativamente certa a direcção geral da mudança, é ainda incerta a intensidade, a ambição e a configuração específica de muitas das mudanças implícitas nos investimentos em curso ou anunciados.

Nesses investimentos, para além da componente pública, com o objectivo de desenvolver as acessibilidades e de apoiar o investimento empresarial na região, salientam-se, por um lado, os investimentos em actividades com tradição no Alentejo e que traduzem decisões de expansão e/ou diversificação e, por outro lado, os investimentos que abrem novas actividades que se podem vir desenvolver com relevo no Alentejo, nomeadamente, o turismo residencial e a hotelaria, produção de biocombustíveis, indústria aeronáutica, desenvolvimento de energia solar fotovoltaica e de prospecção de recursos energéticos, ou a investigação biológica e o desenvolvimento de Organismos Geneticamente Modificados.

Tendo 2030 como horizonte temporal, o enquadramento do Alentejo poderá depender de um conjunto de elementos que poderão considerar-se pré-determinados, destacando-se, entre outros, a dinâmica demográfica endógena que se traduzirá num envelhecimento ainda mais pronunciado da população, a dinâmica das Alterações Climáticas com consequências em termos de disponibilidade de água; a utilização de um conjunto de infra-estruturas fundamentais para a Região, o reforço das interacções económicas entre o Alentejo e o Algarve e o aumento dos Fluxos Migratórios com origem no Norte de África para o sul da Europa.

No entanto, o futuro do Alentejo não se encontra pré-determinado. Pelo contrário, a região poderá assumir múltiplas evoluções possíveis ao longo dos próximos vinte anos as quais dependerão da resolução de um conjunto de incertezas cruciais, como o impacto da dinâmica da globalização na valorização dos recursos naturais e da posição geográfica do Alentejo, a dinâmica de desenvolvimento territorial de Espanha, a força de polarização da Área Metropolitana de Lisboa e a atractividade do Alentejo para actividades intensivas em conhecimento/tecnologia/criatividade. O cruzamento das configurações contrastadas das quatro incertezas cruciais acima referidas deu origem a quatro cenários de evolução distintos para a Região, os quais denominámos de ALENTEJO ABSORVIDO, ALENTEJO PASSIVO, ALENTEJO MEDITERRÂNICO e ALENTEJO DO MUNDO.

Não pretendendo prever o futuro do Alentejo, a exploração dos seus futuros alternativos são uma forma de antecipar riscos e oportunidades, e uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento de opções e respostas estratégicas num enquadramento global e regional marcado por uma elevada incerteza e turbulência.



¹ São consideradas na presente análise, salvo referência em contrário, as NUTS II de 1989 com as adaptações de 1999.

1. O ALENTEJO HOJE¹

1.1. Demografia, Povoamento, Sistema Urbano e Redes de Transportes

A demografia constitui um dos principais problemas enfrentados pela região do Alentejo, dados os persistentes decréscimo e envelhecimento populacionais observados, os quais conduzem a uma tendência de desertificação humana. A região caracteriza-se por níveis baixos de densidade populacional, a qual atingia apenas 19 habitantes por km² em 2006 (contra 115 habitantes por km² em Portugal), enquanto as restantes regiões NUTS II verificavam densidades mais próximas ou acima da média nacional (Quadro 1.1). A densidade é ainda mais baixa na sub-região do Baixo Alentejo, com apenas 15 habitantes por km² em 2006, e apresenta-se um pouco mais elevada no Alentejo Central com 24 habitantes por km².

No período compreendido entre 2000 e 2007, o Alentejo apresentou um decréscimo populacional de 2,5% (contra um evolução positiva de 3,5% em Portugal). Esta evolução corresponde, em termos médios anuais, a um decréscimo da população de 0,4%, contra um crescimento nacional positivo embora moderado de 0,5%. Ao nível das sub-regiões alentejanas, a evolução da população registou um comportamento médio anual ainda mais negativo no Alto Alentejo e Baixo Alentejo (-0.8% e -0.5%, respectivamente).

O envelhecimento demográfico tem vindo a agravar-se, apresentando o índice de juventude um nível muito abaixo da média nacional e com tendência de redução. O índice de juventude atingia apenas 53,7% em 2007 no Alentejo (88,1% em Portugal), face a 57,7% em 2000 (97,8% em Portugal), com destaque especial para os valores baixos atingidos no Alto Alentejo. Apesar do envelhecimento populacional ser observado a nível nacional, a situação no Alentejo apresenta maior ênfase traduzindo a fraca capacidade de atracção e retenção da população jovem e reflectindo-se, ao nível do mercado de trabalho, num fraco crescimento da população activa bem como na existência de uma população activa envelhecida e pouco qualificada.



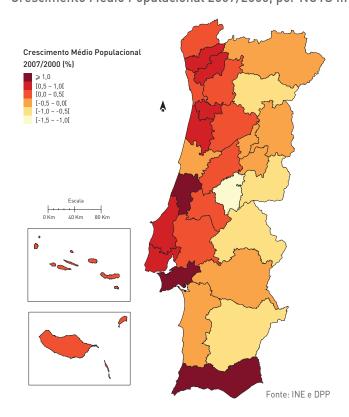
Quadro 1.1. – Demografia e Povoamento

	"Dens Populac		Crescimento da população (a)	"Índio Juver (b	tude	urban	a de ização c)
	(Hab/	km²)	%	%	Ď	≥ 2000 Hab (%)	≥ 10000 Hab (%)
	2001	2006	2007/2000	2000	2007	2001	2001
Portugal	112	115	0,5	97,8	88,1	54,8	37,7
Norte	172	176	0,4	125,1	103,8	50,1	36,2
Centro	75	76	0,3	76,4	67,6	30,7	19,4
Lisboa e Vale do Tejo	297	310	0,7	91,2	87,8	75,0	53,2
Alentejo	19	19	- 0,4	57,7	53,7	49,8	19,5
Alentejo Litoral	19	18	-0,2	60,7	52,6	46,7	11,3
Alto Alentejo	20	19	- 0,8	51,3	48,2	46,0	23,9
Alentejo Central	24	24	0,0	61,3	56,4	56,1	23,7
Baixo Alentejo	16	15	- 0,5	57,6	56,5	47,5	16,0
Algarve	78	84	1,5	78,6	80,6	48,2	35,5
R. A. Açores	102	105	0,4	165,4	153,6	47,2	12,5
R. A. Madeira	290	307	0,4	145,1	136,5	45,8	42,4

⁽a) Taxa média anual de crescimento da população. (b) [População 0-14 anos/População + 65 anos] \times 100.

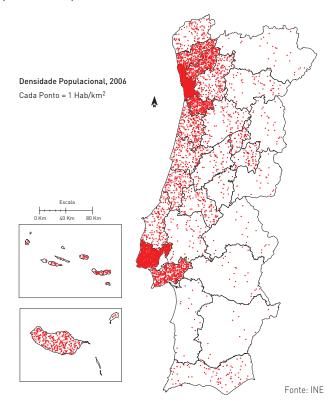
Fonte: INE e DPP

Mapa 1.1. – Crescimento Médio Populacional 2007/2000, por NUTS III



⁽c) População em lugares com população ≥ 2000 habitantes/população residente total × 100 e População em lugares com população ≥ 10 000 habitantes/população residente total × 100

Mapa 1.2. – Densidade Populacional, por NUTS III, em 2006



Mapa 1.3. - Índice de Juventude, por NUTS III, em 2000

Indice Juventude, 2000

Indice Juventude, 2000

Indice Juventude, 2007

Indice Juventude, 200



De acordo com o PNPOT (2007) a maior parte da região é considerada uma área crítica em termos de povoamento, com apenas uma parte do Alentejo Litoral a ser classificada como área intermédia (Mapa 1.5). A estrutura de povoamento é do tipo concentrada associada a problemas de despovoamento rural, com a população a localizar-se num conjunto de cidades de média-pequena dimensão. A taxa de urbanização, considerando os lugares com uma população igual ou superior a 2 000 habitantes, atingia 49,8% em 2001, um valor relativamente próximo da média nacional (54,8%), destacando-se o Alentejo Central (56,1%) por influência da cidade de Évora. No entanto, considerando os lugares com população igual ou superior a 10 000 habitantes, a taxa de urbanização reduzia-se para apenas 19,5%, distanciando-se da média nacional (37,7%).

Sedes de concelho

1000 a 5000 hab.

5000 a 10 000 hab.

> 10 000 hab.

Raio de 5 km aos lugares de 5000 a 10 000 hab.

Raio de 10 km lugares ≥ 10 000 hab.

Área Crítica

Área Intermédia

Área de maior densidade populacional

Eixos Interiores (Dorsais)

Mapa 1.5. - Povoamento e Eixos Interiores do Continente

Fonte: PNPOT (2007), pág. 57, a partir de SIG PNPOT, 2006

De acordo com os dados do Consórcio liderado por Augusto Mateus e Associados (2005), o índice de polarização² em 2001 atingia o valor mais elevado no concelho de Sines (intervalo 1,22 exclusivé a 1,51). Com um índice de polarização positivo mas mais baixo (intervalo 1 exclusivé a 1,22 inclusivé) destaca-se, ainda, no Alentejo Litoral o concelho de Grândola, no Alto Alentejo os concelhos de Portalegre e Alter do Chão, no Alentejo Central os concelhos de Évora, Vila Viçosa e Mourão e no Baixo Alentejo os concelhos de Beja, Moura, Barrancos, Castro Verde e Ourique.

² População empregada na unidade territorial/população residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade territorial).



Sendo o sistema urbano do tipo policêntrico apresenta, no entanto, um conjunto de debilidades como se refere no POR Alentejo "(...) as principais cidades não se configuram num sistema devido às suas escassas relações, nomeadamente, ao nível da falta de complementaridade de equipamentos e oferta de bens e serviços. Inclusivamente, verifica-se uma fraca articulação das maiores cidades com o restante sistema urbano (ao nível das sedes de concelho) devido a ritmos muito diferenciados de crescimento e investimento" (POR Alentejo, 2007, pág. 14).

Tendo em conta o índice de centralidade³ (INE, 2004) que, para cada centro urbano, considera o número de funções prestadas, o grau de especialização dessas funções e o número de unidades funcionais, podemos verificar que Évora é a cidade alentejana com maior centralidade (23.ª posição na hierarquia do Continente e Região Autónoma da Madeira), seguida de Beja (38.ª), Elvas (45.ª), Portalegre (47.ª) e Santiago do Cacém (71.ª). Nas primeiras cem posições a nível nacional, situam-se ainda Montemor-o-Novo (83.ª), Sines (94.ª) e Vendas

Novas (95.a).

Ainda de acordo com este estudo do INE (INE, 2004, pág. 37), considerando as áreas de influência⁴ dos centros urbanos da Região Alentejo para funções muito especializadas (por exemplo, hospital geral ou hipermercado), destacam-se os centros urbanos de Beja, Évora e Portalegre. Aparecem nitidamente duas grandes áreas de influência contínuas em Évora e Beja onde as estruturas de povoamento são concentradas e os centros urbanos distanciados (Beja detém freguesias exteriores às áreas de influência nos concelhos de Odemira e Ourique). Vendas Novas constitui uma área de influência própria. No Alto Alentejo, a área de influência de Portalegre engloba a maioria dos concelhos da sub-região e a de Elvas, fundamentalmente, os concelhos de Elvas e Campo Maior. Ponte de Sor surge englobada na área de influência de Abrantes em posição hierárquica inferior mas constitui por sua vez uma área de influência fragmentada (reparte os territórios adjacentes com Portalegre). Por sua vez, na sub-região do Alentejo Litoral a situação é mais diversa, verificando-se uma forte influência de Setúbal sobre Alcácer do Sal, Grândola e a freguesia de Santiago do Cacém. Existem duas áreas de influência nesta sub-região: Sines e Santiago do Cacém (a qual constitui uma área de influência fragmentada pois não engloba as freguesias de Santiago do Cacém e de Vila Nova de Santo de André). As freguesias de Vila Nova de Santo André, Porto Covo e Vila Nova de Milfontes constituem um arquipélago inserido na área de influência do centro metropolitano de Lisboa.

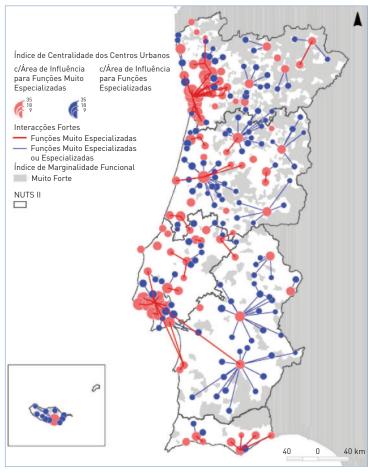
O estudo refere também que para funções especializadas (por exemplo, tribunal ou agência de viagens), a estrutura de fluxos inclui todos os centros urbanos (com excepção de Barrancos), cujas áreas de influência se reduzem, na sua maioria, aos limites dos concelhos respectivos. Por último, são identificadas algumas freguesias do Alentejo com um índice de marginalidade funcional muito forte⁵, o maior número situadas no Baixo Alentejo (destacando-se a quase totalidade das freguesias do concelho de Mértola). Pode-se verificar, no entanto, que existem manchas mais significativas de territórios com marginalidade funcional forte no Norte interior mas também, embora em menor escala, no Centro interior (Mapa 1.6).

3 O índice de centralidade corresponde a uma aproximação à definição de áreas de influência dos centros urbanos, na perspectiva de acesso a um conjunto de bens e serviços.

Área de influência de um centro urbano entendida pelo território que se encontra funcionalmente dependente daquele centro urbano para um determinado número de funções.

⁵ Carência de funções básicas ou marginalidade face a funções mais especializadas.





Mapa 1.6. – Sistema Urbano Nacional: uma Síntese (a)

(a) Por questões de simplificação da imagem final apenas se representaram os centros urbanos com áreas de influência para funções especializadas, desde que registassem interacções fortes com outros centros.

Fonte: INE (2004), pág. 54

Numa análise um pouco mais detalhada das principais cidades, designadamente quanto à sua dimensão e dinâmica populacionais, pode-se verificar que existe apenas uma cidade considerada de média dimensão, Évora, com uma população próxima dos 50 mil habitantes. A partir do Atlas das Cidades (INE, 2004a), e de acordo com o Censos 2001, a cidade de Évora detinha 41 159 habitantes, o que se traduzia numa densidade populacional de 3 047 habitantes por km² (menos de metade da densidade populacional na cidade de Lisboa). Em termos de dinâmica populacional, a cidade apresentou um crescimento total de + 4,7% entre 1991 e 2001, próximo do crescimento populacional nacional no período (+ 5%)². É a cidade do Alentejo com o maior número de empresas sediadas, 4 899 empresas em 2002, e detém uma baixa percentagem da população a trabalhar ou estudar fora do concelho (6,69% em 2001). As cidades de Estremoz, Montemor-o-Novo e Vendas Novas apresentaram naquele período dinâmicas populacionais muito positivas².

⁶ – 1,4% na região do Alentejo.

⁷ Reguengos-de-Monsaraz foi elevada a cidade em Dezembro de 2004.



A segunda maior cidade, a cidade de Beja, possuía 21 658 habitantes em 2001, correspondendo a uma densidade populacional de 2 931 habitantes por km². A dinâmica populacional foi positiva entre 1991 e 2001 (+ 6,6%), à semelhança das cidades de Moura e Serpa (+ 1,5% e + 7,6%, respectivamente), contrariando a tendência observada ao nível da sub-região do Baixo Alentejo (– 5,5%), e reflectindo o já referido acentuado despovoamento rural.

A última cidade capital distrito, Portalegre, detinha 15 238 habitantes em 2001, apresentando uma densidade populacional de 1 538 habitantes por km². Com uma dimensão populacional muito próxima, a cidade de Elvas registava 15 115 habitantes. Ambas as cidades observaram um decréscimo populacional entre 1991 e 2001 (- 8,7% e - 4,4%, respectivamente, em Portalegre e Elvas), um decréscimo mais acentuado face ao observado na subregião do Alto Alentejo (- 1,3%). Contrariamente, a cidade de Ponte de Sor observou naquele período um acréscimo populacional idêntico ao registado a nível nacional.

Já no Alentejo Litoral, a principal cidade desta sub-região, Sines com 11 303 habitantes, apresentou um forte crescimento populacional de 12,2% entre 1991 e 2001, muito acima do conjunto da sub-região (1,5%). Santiago do Cacém apresentava uma elevada percentagem de população a trabalhar ou estudar fora do concelho (14%), reflectindo a influência polarizadora de Sines.

Em termos de diversidade étnica, e considerando as principais cidades do Alentejo bem como a informação relativa à principal nacionalidade da população residente estrangeira em 2001, existe uma predominância da nacionalidade brasileira no Alentejo Central, predominância que se mantém no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo embora nestes casos paralelamente com a nacionalidade espanhola. No Alentejo Litoral já se encontram outras nacionalidades estrangeiras preponderantes como população residente oriunda de países da Europa do Leste (República da Moldova e Roménia) e Cabo Verde.

Os indicadores de acessibilidade indicam que nas principais cidades do Alentejo os meios de transporte mais utilizados no percurso casa-trabalho são, em primeiro lugar, o automóvel ligeiro particular e, em segundo lugar, a deslocação a pé em detrimento dos transportes colectivos e públicos, estes com maior nível de utilização nos grandes centros urbanos. A menor utilização dos transportes colectivos e públicos nas principais cidades alentejanas, face aos centros urbanos de grande dimensão, não está associada a uma maior duração média de tempo de ida para o trabalho mas sim a ganhos de tempo mais substanciais através dos outros meios de transporte⁸.

Os meios de transporte mais utilizados nas principais cidades do Alentejo permitem, na sua generalidade, tempos de comutação média casa/trabalho mais favoráveis quando comparados com as principais cidades portuguesas (0-15 minutos em automóvel ou a pé, contra 15-30 minutos em automóvel e 30-45 minutos em transportes colectivos e públicos nos grandes centros urbanos), com Évora a apresentar um tempo de comutação em automóvel um pouco mais elevado (acima dos 15 minutos). Por sub-regiões, denotam-se tempos de comutação mais favoráveis nas principais cidades do Alto e Baixo Alentejo, os quais são na generalidade ligeiramente inferiores às cidades de média-pequena dimensão do Norte e Centro do interior de Portugal.

Note-se que fora dos centros urbanos alentejanos de maior dimensão, os transportes colectivos e públicos apresentam falta de qualidade dos serviços prestados (baixa frequência ou inexistência) (POR Alentejo, 2007).



A região do Alentejo apresenta boas acessibilidades rodoviárias, tendo disponível um razoável conjunto de auto-estradas, itinerários principais e itinerários complementares que cruzam os principais centros urbanos, embora ao nível das acessibilidades rodoviárias ditas de "capilaridade" apresente ainda algumas fragilidades e falta de articulação.

Em seguida, apresentam-se alguns mapas e quadros relativos à rede nacional do Plano Nacional Rodoviário de 2000, com base em informação da empresa Estradas de Portugal, não estando contudo algumas ligações ainda concretizadas (Mapas 1.7 a 1.11 e Quadros 1.2 e 1.3). A nível da região do Alentejo, importa concluir importantes infra-estruturas previstas no PRN 2000 como o IP8 (Sines/Beja/Espanha) e o IC33 (Sines/Évora/Espanha), investimentos contemplados, respectivamente, no Programa Operacional Valorização do Território 2007-2013 e no Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN 2007-2013).

Mapa 1.7. – Plano Rodoviário Nacional 2000, Continente



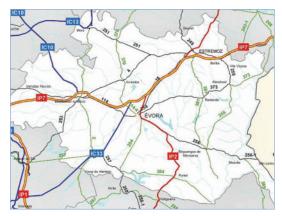
Fonte: EP - Estradas de Portugal S.A., PRN 2000

Mapa 1.8. – Plano Rodoviário Nacional 2000, Distrito de Portalegre



Fonte: EP – Estradas de Portugal S.A., PRN 2000

Mapa 1.9. – Plano Rodoviário Nacional 2000, Distrito de Évora



Fonte: EP – Estradas de Portugal S.A., PRN 2000



Mapa 1.10. – Plano Rodoviário Nacional 2000, Distrito de Beja



Fonte: EP – Estradas de Portugal S.A., PRN 2000

Mapa 1.11. – Plano Rodoviário Nacional 2000, Distrito de Setúbal



Fonte: EP – Estradas de Portugal S.A., PRN 2000

IPs
ICs
ENs
ERs

= ICs

Legenda: Rede AEs

Quadro 1.2. – PRN 2000 – Rede Fundamental abrangendo o Alentejo – Itinerários Principais

Classificação	Designação	Pontos extemos e intermédios
IP 1	Valença – Casto Marim	Valença – Braga – Porto – Aveiro – Coimbra – Leiria – Santarém – Lisboa – Montijo – Setúbal – Aljustrel – Faro – Castro Marim
IP 2	Portelo – Faro	Portelo – Bragança – Guarda – Covilhã – Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Faro (1)
IP 7	Lisboa (CRIL) – Caia	Lisboa (CRIL) — Setúbal — Évora — Estremoz — E lvas — Caia
IP 8	Sines – Vila Verde de Ficalho	Sines – Santiago do Cacém – Beja – Serpa – Vila Verde de Ficalho

(1) O traçado Portelo – Bragança deverá ser ajustado de modo a ter em conta os requisitos ambientais associados ao atravessamento do parque de Montesinho.

Fonte: A partir de EP – Estradas de Portugal S.A.



Quadro 1.3. – PRN 2000 – Rede Complementar abrangendo o Alentejo – Itinerários Complementares

Classificação	Designação	Pontos extremos e intermédios
IC 1	Valença – Guia	Valença – Viana do Castelo – Póvoa de Varzim – Porto – Espinho – Ovar – Aveiro – Figueira da Foz – Leiria – Caldas da Rainha – Torres Vedras – Lisboa – Marateca – Alcácer do Sal – Grândola – Ourique – Guia (IC 4)
IC 4	Sines – Faro	Sines – Lagos – Portimão – Faro
IC 9	Nazaré – Ponte de Sor	Nazaré – Alcobaça – Batalha – Fátima – Ourém – Tomar – Abrantes – Ponte de Sor (IC 13)
IC 10	Santarém – Montemor-o- -Novo	Santarém (IP 1) – Almeirim – Coruche – Montemor-o-Novo (IP 7)
IC 13	Montijo – Portalegre	Montijo (IP 1) — Coruche — Mora — Ponte de Sor — Alter do Chão — Crato — Portalegre (extensão à fronteira, condicionada por regras ambientais) (ligação com a IC 9 a partir de Ponte de Sor)
IC 27	Beja – Castro Marim	Beja (IP2) – Mértola – Castro Marim (IP1)
IC 33	Sines – Évora	Sines – Grândola – Évora (IP 7)

Fonte: A partir de EP - Estradas de Portugal S.A.

As ligações ferroviárias apresentam alguma qualidade na região, embora subsistam deficiências estruturais, designadamente, na ligação entre as principais cidades alentejanas (Mapas 1.12 e 1.13). Na ligação ferroviária de passageiros destacam-se as ligações do serviço Inter Cidades a Faro e às capitais de distrito Évora e Beja. Existem duas ligações ferroviárias de passageiros e carga do tipo regional a linhas internacionais com Espanha no Alto Alentejo (Elvas/Badajoz e Marvão-Beirã/Valencia Alcântara), ligações com origem no Entroncamento (Região Centro). As ligações destinadas a Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz e Moura estão suspensas. Existe ainda uma ligação de transporte de carga ao Porto de Sines e às Minas Neves Corvo. Prevê-se no âmbito do QREN, a construção de uma ligação ferroviária Lisboa/Madrid em alta velocidade (com estações em Évora e Elvas) e de uma ligação directa de transporte ferroviário de mercadorias Sines/Évora/Elvas/Badajoz, ambas inseridas em projectos prioritários europeus.



The state of cross of the state of the state

Mapa 1.12. – Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros – Continente

Fonte: CP – Caminhos de Ferro Portugueses E. P.



Mapa 1.13. – Serviços de Transporte de Carga – Continente

Fonte: CP – Caminhos de Ferro Portugueses E. P.



Por sua vez, o Porto de Sines, considerado a "Porta Atlântica da Europa", é um porto de águas profundas, dispondo de diversos tipos de terminais, de porto de pescas e de recreio. O porto e a zona industrial e logística detêm boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, constituindo uma infra-estrutura de âmbito internacional. Os investimentos rodoviários e ferroviários já referidos, previstos no âmbito do QREN, permitirão reforçar o seu *hinterland*. De acordo com a Administração do Porto de Sines (APS, 2007), o Porto de Sines movimentou 26,3 milhões de toneladas de mercadorias em 2007, observando-se uma taxa média de crescimento anual de 4,0% entre 2000 e 2007.

A abertura do aeroporto de Beja a fins civis de transporte de passageiros e de mercadorias está prevista para 2009. O desenvolvimento desta infra-estrutura aeroportuária abrirá novas possibilidades a nível de promoção regional de uma plataforma logística e comercial (associada, designadamente, ao sector do turismo), naturalmente em complementaridade com o Aeroporto de Lisboa e de Faro bem como com os Portos de Sines e Setúbal, e formará igualmente uma oportunidade de desenvolvimento de actividades ligadas ao sector da aeronáutica. O Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), com a localização prevista em Alcochete, formará um conjunto de oportunidades de desenvolvimento para o Alentejo, com a promoção de alguns centros urbanos mais próximos (por exemplo, Vendas Novas), mas poderá também retirar algum tráfego ao Aeroporto de Beja, designadamente, ao nível dos voos de tipo low cost.

Em síntese, o Alentejo apresenta uma ocupação do espaço pouco densa e do tipo concentrada, o que poderá criar oportunidades em termos de aproveitamento do espaço. A rede urbana de tipo policêntrica é formada por centros de média-pequena dimensão, cuja escala não permite obter vantagens significativas resultantes dos efeitos de economias de urbanização, e os quais apresentam níveis de inter-relação e complementaridade incipientes ao nível do fornecimento de bens e serviços. O grau de mobilidade é elevado no acesso aos principais centros urbanos da região, embora se mostre deficiente nas áreas rurais dada a insuficiência das infra-estruturas rodoviárias ditas de "capilaridade". A dotação em infra-estruturas rodoviárias relativas aos itinerários principais e complementares, em infra-estruturas portuárias e aeroportuárias mostra-se adequada.



⁹ Baseado em INE (2008a), Contas Regionais 2006 Preliminar, Julho de 2008.

1.2. A Base Económica

A estrutura e dinâmica das actividades produtivas no Alentejo e, em particular, o seu grau de exposição externa e de intensidade tecnológica e de conhecimento, bem como o tipo de factores de competitividade em que estão baseadas, permitem avaliar a capacidade da região em desenvolver actividades competitivas que possam concorrer no mercado nacional e internacional.

1.2.1. Estrutura e Dinâmica das Actividades Produtivas

A fraca dimensão económica da região do Alentejo traduz-se numa baixa representatividade em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB) e de emprego no conjunto da economia nacional. Efectivamente, o VAB regional representava apenas 4,8% do total em 2006 e o emprego atingia somente 4,1% do total, situação que se manteve estável no período em análise 2000-2006. No entanto, em algumas actividades, como no sector "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" o Alentejo detém um peso muito significativo essencialmente a nível de VAB (18.8% em 2006) (Quadro 1.4).

Considerando a estrutura sectorial do VAB, a região apresenta uma maior concentração do VAB nas "actividades dos serviços", embora abaixo da média nacional dado o maior peso relativo da "indústria, incluindo energia e construção" e, fundamentalmente, da "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura". No entanto, a "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" tem vindo a perder peso no conjunto do VAB da região. Por subregiões, o VAB apresenta-se especialmente concentrado nas "actividades de serviços" no Alentejo Central e na "indústria, incluindo energia e construção" no Alentejo Litoral, revelando um peso próximo às sub-regiões do Ave e Entre Douro e Vouga.

Ao nível do emprego, a concentração nas "actividades de serviços" e na "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" surge reforçada face à observada ao nível do VAB (no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo no primeiro caso, e em todas as sub-regiões no segundo), enquanto na "indústria, incluindo energia e construção" apresenta menor peso relativo (à excepção do Alto Alentejo e Alentejo Central). Ao contrário do VAB, denota-se um ligeiro crescimento do peso relativo do emprego na "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" em todas as sub-regiões no período em análise.



Quadro 1.4. – VAB, Emprego Total e Produtividade Regional, por Sectores de Actividade, 2006

				VAB	В						Ш	Emprego Total	Total					Produtividade	idade	
	Estrutu	ıra Inter	Estrutura Inter-Regional [%]	al [%]	Estrutura Inter-sectorial [%]	a Inter-	sectoria	ا(%) اه	Estrutura Inter-Regional [%]	a Inter-	Regiona		Estrutura Inter-sectorial (%)	a Inter-	sectoria	(%)		PT=100	00	
Regiões/Sectores	Total	-	2	က	Total	_	2	က	Total	-	2	ო	Total	-	2	ო	Total	-	2	က
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,8	24,3	72,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,8	28,7	26'2	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	6,49	89,2	9'96	94,5	100,0	2,7	24,7	72,6	95,5	8'56	4,96	95,0	100,0	11,9	29,0	59,2	4'66	93,1	100,2	6,66
Norte	28,1	21,6	37,8	25,1	100,0	2,2	32,7	65,1	34,3	36,2	42,9	28,4	100,0	12,5	38,4	49,2	81,8	29,7	82,4	88,5
Centro	14,4	16,5	17,1	13,4	100,0	3,2	28,9	6'.	18,6	39,3	18,2	14,7	100,0	24,9	28,1	47,0	77,1	42,0	93,6	6'06
Lisboa e Vale do Tejo	43,4	24,5	33,8	47,4	100,0	1,6	18,9	79,5	34,3	12,5	26,2	42,6	100,0	4,3	21,9	73,8	126,6	195,6	129,2	111,3
Alentejo	4,8	18,8	5,8	3,9	100,0	11,1	29,1	29,8	4,1	2,6	3,0	4,4	100,0	16,0	21,2	62,8	116,4	336,1	189,3	90,5
Alentejo Litoral	1,3	5,5	2,7	0,7	100,0	11,7	48,5	39,8	8'0	Ĺ.	9'0	8,0	100,0	16,4	21,4	62,1	176,6	524,7	472,7	92,3
Alto Alentejo	1,0	4,3	2'0	6'0	100,0	12,5	17,9	2'69	1,0	7,5	8'0	1,	100,0	17,0	21,2	61,8	94,3	288,8	94,1	7'98
Alentejo Central	1,4	4,1	1,0	1,4	100,0	8,5	17,3	74,2	1,4	1,5	1,2	1,5	100,0	12,3	24,2	9'89	62'6	280,1	81,0	91,3
Baixo Alentejo	1,1	6'4	1,4	6'0	100,0	12,2	30'0	57,9	6'0	1,6	0,5	1,0	100,0	20,4	16,3	63,3	123,0	306,6	267,4	91,8
Algarve	4,2	7,8	2,1	4,7	100,0	5,3	12,5	82,2	4,1	2,3	3,1	2,0	100,0	6,5	21,5	72,0	101,9	344,0	70,0	0'26
R. A. Açores	2,1	8,2	1,4	2,0	100,0	11,3	16,3	72,4	2,0	2,3	1,6	2,2	100,0	13,7	22,5	83,8	102,3	352,4	87,8	7,49
R. A. Madeira	3,0	2,6	2,0	3,3	100,0	2,4	16,5	81,1	2,4	1,8	2,0	2,7	100,0	6,8	24,4	66,7	123,3	141,2	98,5	122,3

1 - Agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura 2 - Indústria, incluindo energia e construção 3 - Actividades de serviços



Em termos de dinâmica de crescimento no período 2000 a 2006, o Alentejo apresentou um crescimento do VAB em volume de 6,5% (preços constantes de 2000), valor ligeiramente abaixo da média nacional (7,1%), embora constitua a segunda menor taxa de crescimento a nível regional (a seguir ao Norte cujo VAB aumentou apenas 3,6% no período). Em termos médios anuais, o VAB do Alentejo cresceu 1,1% em volume (1,2% em Portugal). O ligeiro menor desempenho da região do Alentejo face a Portugal deveu-se à evolução negativa do sector da "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" (este sector também apresentou uma evolução negativa a nível nacional mas menos acentuada), já que o crescimento observado na "indústria, incluindo energia e construção" foi positivo (ao contrário da evolução nacional com crescimento negativo) bem como nas "actividades de serviços" (crescimento elevado e ligeiramente acima da média nacional).

O ritmo de crescimento do VAB foi diferenciado por sub-regiões, apresentando-se elevado no Alentejo Litoral (taxa de crescimento média anual em volume de 2,3% entre 2000 e 2006), próximo da média nacional no Alto Alentejo e Baixo Alentejo (respectivamente, 0,9% e 1,0%) e estagnado no Alentejo Central (0,1%). Todas as sub-regiões apresentaram um crescimento médio anual negativo na "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura", com excepção do Baixo Alentejo que apresentou uma estagnação no sector. Na "indústria, incluindo energia e construção", o Alentejo Litoral apresentou uma dinâmica bastante elevada (só ultrapassada pela região Pinhal Interior Sul), enquanto o Baixo Alentejo apresentou um crescimento ligeiramente positivo, e o Alto Alentejo e, em particular, o Alentejo Central mostraram desempenhos negativos. No que respeita às "actividades de serviços", o Alentejo Litoral e o Alto Alentejo apresentaram crescimentos significativos e acima da média nacional, sendo que o crescimento do Alentejo Central e o Baixo Alentejo no sector situou-se ligeiramente abaixo da média.

Procurando sintetizar os factores explicativos do diferencial entre as taxas de crescimento em volume do VAB do Alentejo e suas sub-regiões face à taxa de crescimento nacional no período 2000-2006, efectuou-se uma análise "shift-share" que identifica a componente estrutural e regional desse diferencial (Quadro 1.5 e Figura 1.1). A componente estrutural coloca em evidência a diferença de especialização das regiões face à média nacional, enquanto a componente regional coloca em evidência a capacidade das regiões em acompanhar o ritmo de crescimento sectorial médio nacional.

Com base nos resultados obtidos na análise "shift-share", observa-se que o menor crescimento do Alentejo face à média nacional é explicado pela sua componente regional, ou seja, por um menor dinamismo económico próprio, já que no seu conjunto a componente estrutural se mostra positiva, ou seja, o Alentejo apresenta uma especialização adequada, significando que a especialização existe em sectores que apresentaram crescimento elevado a nível nacional. Numa análise mais detalhada, verifica-se que aquele resultado global tem subjacente realidades diferenciadas por sub-regiões. Pode-se afirmar que a componente estrutural positiva apresentada pelo Alentejo está apenas associada à especialização adequada do Alentejo Litoral. Já a falta de dinamismo económico próprio, está fundamentalmente associada ao Alentejo Central e, em menor grau, ao Alto Alentejo.

¹⁰ Análise "shift-share" elaborada tomando como base a nomenclatura a 31 ramos das contas regionais.



Quadro 1.5. – Factores Explicativos do Diferencial entre as Taxas de Crescimento em Volume do VAB Regional e Nacional.

Análise "Shift-Share", 2006/2000

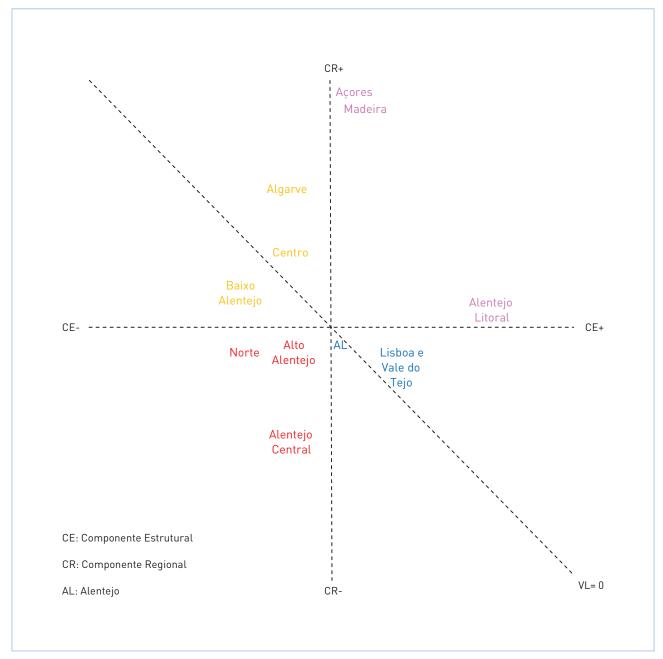
	Variação Líquida	Componente Regional	Componente Estrutural
Norte	- 0,035	- 0,006	- 0,029
Centro	0,009	0,026	- 0,016
Lisboa e Vale do Tejo	0,009	- 0,016	0,025
Alentejo	- 0,006	-0,010	0,004
Alentejo Litoral	0,078	0,011	0,067
Alto Alentejo	- 0,018	- 0,004	- 0,014
Alentejo Central	- 0,064	-0,049	- 0,015
Baixo Alentejo	- 0,011	0,015	- 0,025
Algarve	0,044	0,061	- 0,017
R. A . Açores	0,115	0,114	0,001
R. A. Madeira	0,112	0,107	0,005

Fonte: DPP

Em resumo, pode-se afirmar que neste período:

- O Alentejo Litoral apresentou um crescimento acima da média nacional por efeito de uma especialização produtiva adequada e de um dinamismo económico próprio positivo;
- O Alto Alentejo registou um crescimento abaixo da média devido a uma especialização produtiva não adequada bem como à falta de dinamismo económico próprio;
- □ O Alentejo Central apresentou um crescimento abaixo da média igualmente por uma especialização produtiva não adequada mas sobretudo por falta de dinamismo económico próprio;
- ☐ Por último, o Baixo Alentejo apresentou um crescimento abaixo da média devido a uma especialização produtiva significativamente não adequada apesar de um dinamismo económico próprio positivo.

Figura 1.1. – Análise "Shift-Share"

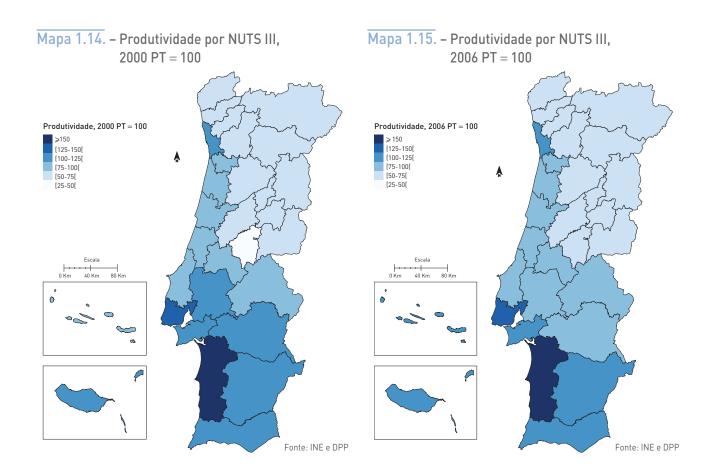


Fonte: DPP



A produtividade registava 30 210 euros em 2006 (24 509 euros em 2000)¹¹, atingindo o Alentejo a terceira melhor posição a nível nacional (a seguir à Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Região Autónoma da Madeira), representando 116,4% da média nacional em 2006, um valor praticamente idêntico ao observado em 2000 (115,7%). O valor para a região é determinado pela produtividade elevada verificada no Alentejo Litoral, associada particularmente ao Porto de Sines e à sua zona industrial e logística, e no Baixo Alentejo em resultado nomeadamente da actividade extractiva da mina de Neves Corvo (em ambas as sub-regiões, sublinham-se também as produtividades elevadas alcançadas na actividade da silvicultura e em algumas actividades de serviços). Pelo contrário, o Alto Alentejo e o Alentejo Central apresentavam produtividades ligeiramente abaixo da média e com alguma tendência de divergência (Mapas 1.14 e 1.15).

¹¹ VAB/Emprego Total. Emprego total medido pelo número de indivíduos. Precos correntes.



A produtividade revela-se bastante elevada no sector "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" face à média sectorial nacional em todas as sub-regiões, embora com alguma tendência de diminuição deste distanciamento, enquanto na "indústria, incluindo energia e construção" apenas o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo apresentam produtividades acima da média sectorial e com tendência de afastamento desta. Nas "actividades de serviços" a produtividade registada situa-se abaixo da média sectorial nacional em todas as sub-regiões, apresentando um comportamento estável no período face à



12 Ver nomenclaturas utilizadas nos pontos seguintes da análise média. Efectivamente, verifica-se que os valores elevados para a produtividade no conjunto do Alentejo estão essencialmente associados às "actividades transaccionáveis" e aos "serviços não transaccionáveis", abrangendo, designadamente, o sector primário, a "indústria de baixa e média baixa tecnologia" (IBMBT) e a "indústria de alta e média alta tecnologia" (IAMAT) e, com particular ênfase, o factor de competitividade baseado em "economias de escala" 12.

O Alentejo observou uma taxa média de crescimento da produtividade (a preços constantes de 2000) no período 2000-2006 de apenas 0,1% (face a 0,8% em Portugal), tendo o emprego crescido praticamente ao ritmo do VAB (crescimento de 1% do emprego, contra 1,1% do VAB). No sector "agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura" registou-se uma quebra significativa de produtividade (– 3,2%, contra + 0,6% em Portugal), quebra observável em todas as sub-regiões, devido ao forte crescimento do emprego (2,6%) e à quebra no VAB (com excepção do Baixo Alentejo que observou uma estagnação). Já no sector "indústria, incluindo energia e construção", a produtividade observou uma evolução bastante significativa (2,8%, contra 1,6% em Portugal), embora associada a um pequeno crescimento do VAB (evolução positiva no Alentejo Litoral e Baixo Alentejo) e à perda de emprego no sector em todas as sub-regiões. Por último, nas "actividade de serviços" observou-se uma ligeira quebra de produtividade (– 0,1%, contra 0% em Portugal), com um crescimento do emprego ligeiramente acima do crescimento do VAB (à excepção do Alentejo Central).

Para além da abordagem mais convencional pelos principais ramos de actividade económica, ir-se-á procurar explorar nos próximos pontos nomenclaturas que, numa tentativa de aproximação, permitirão identificar e analisar qual o significado económico e os níveis de especialização da região, por um lado, em actividades transaccionáveis e serviços internacionalizáveis, ou seja, nas actividades com algum grau de exposição à concorrência internacional, e, por outro lado, em actividades com maior conteúdo e nível tecnológico e de conhecimento bem como em factores que formam a base da competitividade nos mercados globalizados e na economia do conhecimento.

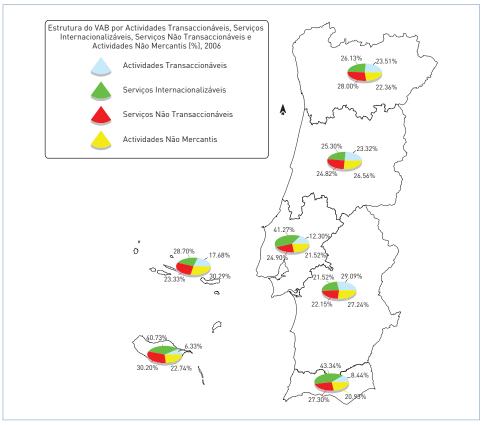
1.2.2. Exposição Externa das Actividades

Considerando as actividades transaccionáveis, os serviços internacionalizáveis, os serviços não transaccionáveis e as actividades não mercantis da região do Alentejo no período 2000-2006¹³, verifica-se que o VAB das actividades transaccionáveis representava no Alentejo 7,9% do total nacional em 2006 (6,6% em 2000) e os serviços internacionalizáveis apenas 3,1% (3% em 2000). No conjunto da região do Alentejo, as actividades transaccionáveis representavam 29,1% do total regional em 2006 (30,5% em 2000), valor acima da média nacional (17,6% em 2006), enquanto os serviços internacionalizáveis representavam apenas 21,5% (20,2% em 2000), valor bastante abaixo da média nacional (33,5%) (Mapa 1.16). Deste modo, o Alentejo apresentava um peso do conjunto das actividades com algum grau de exposição à concorrência do mercado externo praticamente semelhante à média nacional em 2006, sendo que no caso do Baixo Alentejo e ligeiramente no caso do Alentejo Litoral essa média era ultrapassada.

¹³ Ver Anexo I.



Mapa 1.16. – Estrutura do VAB por Actividades Transaccionáveis, Serviços Internacionalizáveis, Serviços Não Transaccionáveis e Actividades Não Mercantis (%), por NUTS II, 2006



Fonte: DPP

Considerando os quocientes de localização do VAB, o Alentejo, no seu conjunto, não apresenta especialização naquelas actividades mais expostas à concorrência internacional, com excepção do Baixo Alentejo com uma ligeira especialização. O Alentejo apresenta especialização nas actividades transaccionáveis e nas actividades não mercantis, com reforço de especialização no primeiro caso e enfraquecimento no segundo no período em análise (Quadro 1.6).

Observa-se que todas as sub-regiões apresentam especialização nas "actividades transaccionáveis" e nenhuma sub-região alentejana apresenta especialização em "serviços internacionalizáveis". Três sub-regiões (excluindo assim o Alentejo Litoral) são especializadas em "actividades não mercantis" e apenas o Alentejo Litoral apresenta especialização em "serviços não transaccionáveis". Em termos de evolução no período, o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo reforçaram a sua especialização em "actividades transaccionáveis", com enfraquecimento da especialização, no primeiro caso, nos "serviços não transaccionáveis" e, no segundo caso, nas "actividades não mercantis". Quer o Alto Alentejo como o Alentejo Central viram a especialização em "actividades não mercantis" reforçar-se.



Quadro 1.6. – Estrutura do VAB por Actividades Transaccionáveis, Serviços Internacionalizáveis, Serviços não Transaccionáveis e Actividades não Mercantis (%), por NUTS II, 2006

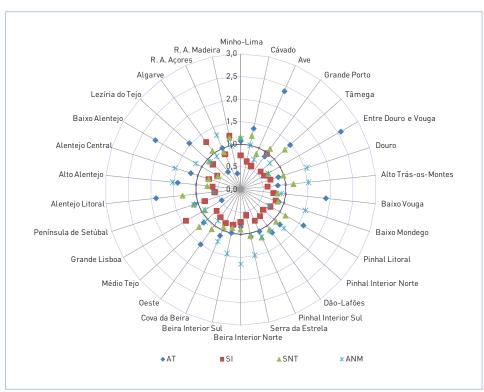
	Actividades Transaccionáveis	Serviços Internacionalizáveis	Serviços Não Transaccionáveis	Actividades Não Mercantis
Alentejo	E/E/+	N/N	N/N	E/E/-
Alentejo Litoral	E/E/+	N/N	E/E/-	N/N
Alto Alentejo	E/E/–	N/N	N/N	E/E/+
Alentejo Central	E/E/–	N/N	N/N	E/E/+
Baixo Alentejo	E/E/+	N/N	N/N	E/E/-

Legenda:

- 1.ª Coluna: 2000
- 2.ª Coluna: 2006
- 3.ª Coluna: Variação do QL quando existe especialização em 2000 e 2006
- E Especializado
- N Não Especializado
- + Reforço especialização (aumento do QL)
- Enfraquecimento especialização (diminuição do QL

Fonte: DPP

Gráfico 1.1. – Quociente de Localização do VAB das Actividades Transaccionáveis (AT), Serviços Internacionalizáveis (SI), Serviços não Transaccionáveis (SNT) e Actividades não Mercantis (ANM), por NUTS III, 2006



Fonte: DPP



Considerando a orientação exportadora do Alentejo¹⁴, verifica-se que a região apresenta uma elevada orientação exportadora, a mais elevada do país (41,1% em 2006, face a 25,9% em termos nacionais), com franca tendência de fortalecimento nos anos recentes (26,1% em 2003), enquanto as restantes regiões do país têm apresentado essencialmente uma estabilização dessa orientação (Mapas 1.17 e 1.18).

¹⁴ Exportações de Bens/VAB × 100.

Deve-se, no entanto, assinalar que esta orientação resulta fundamentalmente do Pólo de Sines e das indústrias petrolífera e petroquímica.

Mapa 1.17. - Orientação Exportadora Regional (%), Mapa 1.18. - Orientação Exportadora Regional (%), 2003 2006 Orientação Exportadora (%), 2003 Orientação Exportadora (%), 2006 ≥ 40 [30-40[[30-40] [20-30[[20-30[[10-20] ٨ ¥ [10-20[[0-10[CENTRO CENTRO ALENTEJ0 ACORES ACORES 0 MADEIRA MADEIRA ALGARVE Fonte: INE e DPP Fonte: INE e DPP

Alentejo incluindo Lezíria do Tejo.



Caixa 1: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Vantagens e Desvantagens do Alentejo para Atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

A partir de um conjunto de entrevistas realizadas pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) a algumas empresas de capital estrangeiro com presença no Alentejo (IESE, 2008), em diferentes áreas de actividade económica, podem-se sublinhar algumas vantagens e desvantagens do Alentejo para atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), sendo que naturalmente nem todas as empresas entrevistadas relevam os mesmos factores, os quais variam em função da actividade desenvolvida e da localização geográfica. Ressalve-se que estas entrevistas formam estudos de caso, não constituindo uma amostra significativa do IDE no Alentejo.



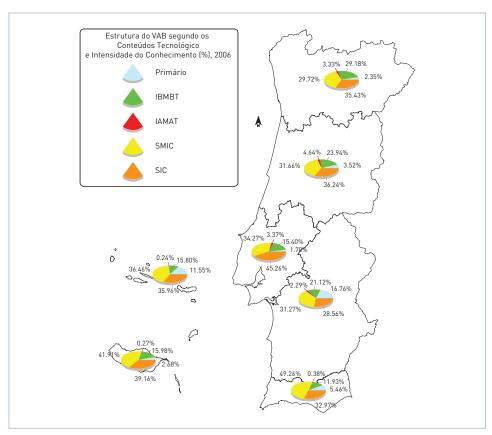


1.2.3. Conteúdos Tecnológicos e Intensidade de Conhecimento das Actividades

Considerando as actividades classificadas segundo o conteúdo tecnológico e intensidade de conhecimento¹⁵, verifica-se que o Alentejo representava na "indústria de alta e média alta tecnologia" apenas 3,4% do total em 2006 (5,1% em 2000) e nos "serviços intensivos em conhecimento" 3,5% do total em 2006 (3,4% em 2000). O peso da "indústria de alta e média alta tecnologia" no VAB regional era apenas de 2,3% em 2006 (4,6% em 2000), ligeiramente abaixo da média nacional (3,2% em 2006, contra 4,1% em 2000) devido à sua baixa representatividade no Alentejo Central e Baixo Alentejo, enquanto os "serviços intensivos em conhecimento" representavam 28,6% (27% em 2000), bastante abaixo da média nacional (39,5% em 2006, contra 36% em 2000) devido fundamentalmente ao maior afastamento em termos de peso relativo do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (Mapa 1.19).

15 Ver Anexo II

Mapa 1.19. – Estrutura do VAB segundo os Conteúdos Tecnológicos e Intensidade do Conhecimento (%), por NUTS II, 2006



Fonte: DPP

Assim, em termos de especialização, o Alentejo não apresenta especialização nem na "indústria de alta e média alta tecnologia" nem nos "serviços intensivos em conhecimento", embora no primeiro caso tenha existido perda da especialização existente no início do período. Adicionalmente, o Alentejo também não apresenta especialização na "indústria de baixa e média baixa tecnologia" nem nos "serviços menos intensivos em conhecimento", sendo que a especialização registada respeita apenas ao sector primário (Quadro 1.7). Numa análise por sub-regiões a situação é, no entanto, diferenciada podendo-se destacar o seguinte quanto às actividades de maior conteúdo tecnológico e intensidade de conhecimento:

- ☐ Alentejo Litoral com especialização em "indústria de alta e média alta tecnologia, especificamente no ramo "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais", embora com enfraquecimento no período;
- □ Alto Alentejo com especialização em "indústria de alta e média alta tecnologia", especificamente no ramo "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais", no ramo "Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e." e no ramo "Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques", embora com enfraquecimento no período devido ao comportamento do ramo "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais"; O Alto Alentejo apresenta ainda especialização no ramo "Educação" e "Saúde e acção social", a primeira com manutenção no período e a segunda com reforço, classificados em "servicos intensivos em conhecimento";
- □ Alentejo Central com perda de especialização em "indústria de alta e média alta tecnologia" no período. A região continua a apresentar especialização no ramo "Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação" mas com grande enfraquecimento no período. O Alentejo Central apresenta ainda especialização no ramo "Educação" e "Saúde e acção social", ambas com reforço no período, classificados em "serviços intensivos em conhecimento";
- □ O Baixo Alentejo apresenta especialização no ramo "Educação" com enfraquecimento no período e perda de especialização no ramo "Saúde", classificados em "servicos intensivos em conhecimento".



Quadro 1.7. – Especialização do VAB segundo os Conteúdos Tecnológico e Intensidade de Conhecimento no Alentejo, 2000/2006/Variação 2000-2006

	Primário	Indústria de Baixa e Média Baixa Tecnologia (IBMBT)	Indústria de Alta e Média Alta Tecnologia (IAMAT)	Serviços Menos Intensivos em Conhecimento (SMIC)	Serviços Intensivos em Conhecimento (SIC)
Alentejo	E/E/+	N/N	E/N	N/N	N/N
Alentejo Litoral	E/E/-	E/E/+	E/E/-	N/N	N/N
Alto Alentejo	E/E/-	N/N	E/E/-	N/E	N/N
Alentejo Central	E/E/-	N/N	E/N	N/E	N/N
Baixo Alentejo	E/E/+	N/N	N/N	N/N	N/N

Legenda:

1.ª Coluna: 2000

2.ª Coluna: 2006

3.ª Coluna: Variação do QL quando existe especialização em 2000 e 2006

E – Especializado

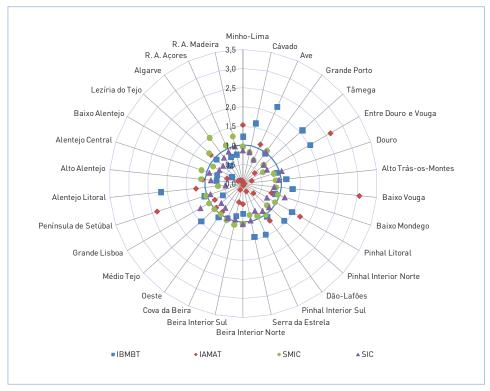
N – Não Especializado

+ Reforço especialização (aumento do QL)

- Enfraquecimento especialização (diminuição do QL)

Fonte: DPP

Gráfico 1.2. – Quociente de Localização do VAB segundo os Conteúdos Tecnológicos e Intensidade de Conhecimento, por NUTS III, 2006



Fonte: DPP



1.2.4. Factores de Competitividade das Actividades

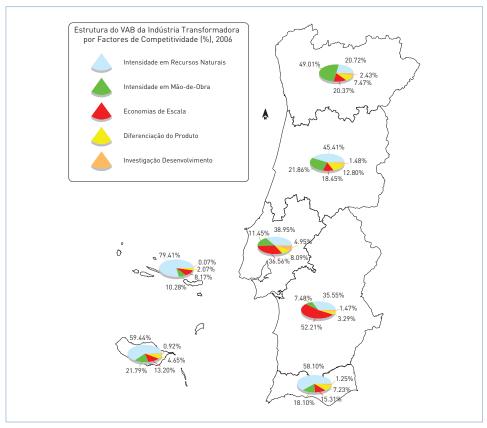
16 Ver Anexo III. Para cálculo dos factores de competitividade utilizou-se detalhe de informação ao nível dos 60 ramos das contas regionais. Numa análise por factores de competitividade da indústria transformadora¹⁶, ir-se-á procurar essencialmente analisar o peso económico e o grau de especialização do Alentejo em produções cuja competitividade esteja baseada em "economias de escala", "diferenciação do produto" ou "intensidade em Investigação & Desenvolvimento (I&D)", sublinhando-se assim os principais factores que geram actualmente uma maior competitividade. Os factores de competitividade baseados na "intensidade em recursos naturais" e na "intensidade em mão-de-obra" formam, em geral, uma menor capacidade competitiva das regiões e menos sustentável.

O VAB da indústria transformadora relativo a produtos com competitividade baseada em economias de escala, diferenciação do produto e intensidade em I&D no Alentejo, representava 6,2% do total nacional naqueles factores em 2006 (4,3% em 2000), acima do peso do total da indústria transformadora (4,1% em 2006, face a 3,1% em 2000). No entanto, esta representatividade está muito concentrada no Alentejo Litoral com 4,7% do total nacional em 2006, valor extremamente influenciado pelo factor "economias de escala" e, em particular, pelo ramo "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear".

Em termos de representatividade no VAB regional, aquele conjunto de actividades representava 57% do VAB da indústria transformadora regional total em 2006 (50% em 2000), acima da média nacional de 37,8% (35,4% em 2000), chegando no Alentejo Litoral a representar 89,5% em 2006 (76,4% em 2000), pelas razões antes apontadas. Consequentemente, 52,2% do VAB da indústria transformadora estava concentrado em "economias de escala", com apenas 3,3% e 1,5% baseado, respectivamente, em "diferenciação do produto" e "intensidade em Investigação & Desenvolvimento (I&D)" (Mapa 1.20).



Mapa 1.20. – Estrutura do VAB da Indústria Transformadora por Factores de Competitividade (%), por NUTS II, 2006



Fonte: DPP

Tomando uma vez mais em consideração o quociente de localização do VAB, neste caso pelos factores de competitividade considerados mais relevantes¹⁷, podemos concluir que o Alentejo no seu conjunto apresenta apenas especialização no factor "economias de escala", a qual se tem reforçado no período em análise, mas que perde essa especialização se retirarmos deste factor o ramo "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear" (Quadro 1.8). A região apresentava especialização em actividades com "intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D)" em 2000 mas perdeu essa especialização no período. Numa análise por sub-regiões, podemos identificar as seguintes especializações nos factores de competitividade retidos para a análise:

☐ Alentejo Litoral com especialização em "economias de escala", reforçada no período, especialização que deixa de existir se retirarmos o ramo "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear". Dentro deste tipo de factor, o Alentejo Litoral apresenta ainda especialização no ramo "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais".

¹⁷ Considerando todos os factores de competitividade, o Alentejo apresentava especialização também no factor "intensidade em recursos naturais".

Territórios em Transformação - ALENTEJO 2030

- □ Alto Alentejo com especialização em "economias de escala" se não considerarmos o ramo "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear" (se considerarmos este ramo perde essa especialização no período), e especificamente nos ramos "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais", "Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas" e "Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques", embora com ligeira tendência de descida devido ao comportamento do ramo "Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais". Identifica-se também especialização em "diferenciação no produto", especificamente, no ramo "Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos n.e.";
- □ Alentejo Central com especialização em "intensidade em Investigação & Desenvolvimento (I&D)" mas com tendência de redução. O Alentejo Central em 2000 e 2001 apresentava elevados níveis de especialização neste factor. Esta especialização respeita ao ramo "Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação". O Alentejo Central apresenta ainda uma ligeira especialização no ramo "Indústrias metalúrgicas de base", classificado em factor "economias de escala":
- □ Baixo Alentejo apresenta apenas especialização no ramo "Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação", classificado em "intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D)".



Quadro 1.8. – Especialização do VAB por Intensidade dos Factores de Competitividade na Indústria Transformadora no Alentejo, 2000/2006/Variação 2000-2006

	Intensidade em recursos naturais (RN)	Intensidade em mão-de-obra (MO)	Economias de escala (EE)	Diferenciação do produto (DP)	Intensidade em Investigação & Desenvolvimento (I&D)
Alentejo	E/E/-	N/N	E/E/+	N/N	E/N
Alentejo Litoral	N/N	N/N	E/E/+	N/N	N/N
Alto Alentejo	E/E/+	N/N	E/N	E/E/–	N/N
Alentejo Central	E/E/+	N/N	N/N	N/N	E/E/-
Baixo Alentejo	E/E/-	N/N	N/N	N/N	N/N

Legenda:

1ª Coluna: 2000

2ª Coluna: 2006

3.ª Coluna: Variação do QL quando existe especialização em 2000 e 2006

E - Especializado

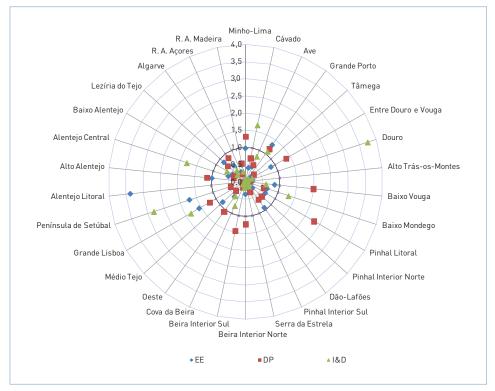
N – Não Especializado

+ Reforço especialização (aumento do QL)

- Enfraquecimento especialização (diminuição do QL)

Fonte: DPP

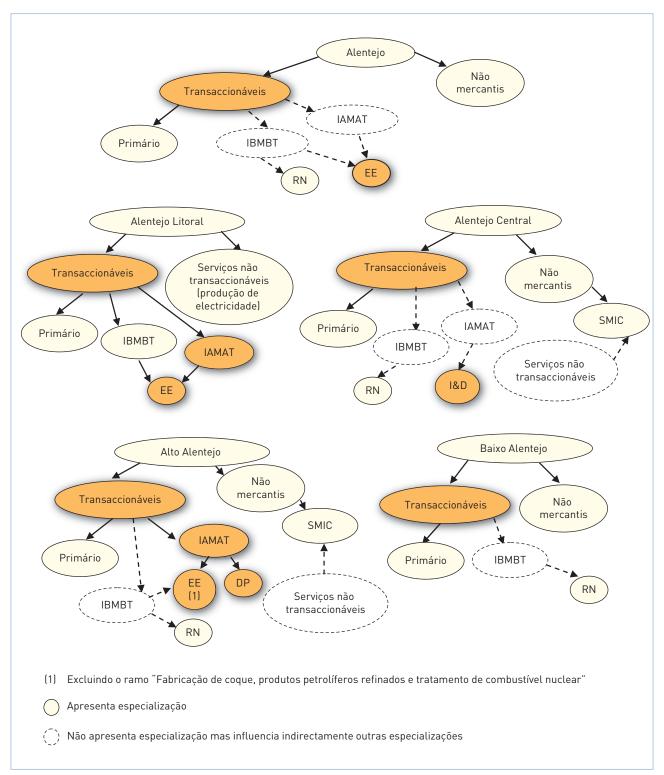
Gráfico 1.3. – Quociente de Localização do VAB da Indústria Transformadora Intensiva em Economias de Escala (EE), Diferenciação do Produto (DP) e Investigação e Desenvolvimento (I&D), por NUTS III, 2006



Fonte: DPP

30

Figura 1.2. – Resumo das Principais Especializações do Alentejo e Sub-regiões de Acordo com as Nomenclaturas Seleccionadas, 2006



Fonte: DPP



1.2.5. O Sector Primário

Como já foi referido anteriormente, o Alentejo apresenta uma elevada especialização no sector primário em todas as suas sub-regiões. Para esta especialização contribui de modo particular o ramo "agricultura, produção animal, caça e silvicultura" em todas as sub-regiões, o ramo da "pesca" no Alentejo Litoral e o ramo "indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos", especialmente, no Baixo Alentejo e, em muito menor grau, no Alentejo Central.

Tomando como base os dados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas relativo a 2005, a actividade agrícola no Alentejo caracteriza-se por níveis de produtividade (UDE/UTA) e eficiência (UTA/100 ha) muito mais favoráveis do que a média nacional, respectivamente, 12,5 e 2,0 contra 5,6 e 10,9 em Portugal (Quadro 1.9). A dimensão económica, medida pela margem bruta de exploração em UDE (unidade de dimensão europeia), é também superior à média com 8,8% das explorações a situarem-se numa classe de dimensão económica superior ou igual a 40 UDE (contra 3,1% em Portugal), as quais representam 67,4% do total da margem bruta de exploração agrícola na região. A dimensão física média das explorações é também elevada, sendo que 13,9% das explorações detêm pelo menos 100 ha (contra 1,8% em Portugal). A mão-de-obra agrícola do tipo familiar detém maior representatividade na região (56,7%) face à mão-de-obra do tipo não familiar (43,3%), mas a sua representatividade é significativamente inferior à média nacional (82,4%).

Quadro 1.9. - Principais Indicadores da Actividade Agrícola no Alentejo, 2005

	Região Agrária do Alentejo	Portugal
N.° explorações com SAU	29 106	322 617
N.º explorações com SAU por classes extremas de SAU		
% > 0 a < 1 Ha	10,4	22,8
% ≥ 100 Ha	13,9	1,8
SAU (Ha)	1 792 285	3 679 587
Dimensão das explorações (SAU Ha/N.º Expl. com SAU)	61,6	11,4
Mão-de-obra agrícola em UTA	35 491	400 021
Do tipo familiar em % do total (1)	56,7	82,4
Do tipo não familiar em % do total (2)	43,3	17,6
Volume de trabalho (UTA/N.º Expl. com SAU)	1,22	1,24
Eficiência (UTA/100 Ha)	2,0	10,9
Margem Bruta de Exploração (MB) em UDE	443 422	2 247 389
MB em UDE por classes de dimensão económica mais elevadas	5	
% 16 a < 40 UDE	16,5	17,0
% ≥ 40 UDE	67,4	48,7
Produtividade (UDE/UTA)	12,5	5,6

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

Fonte: INE e DPP

UTA – Unidade de Trabalho Agrícola

UDE – Unidade de Dimensão Europeia (corresponde a 1 200 euros de margem bruta padrão)

MB – Margem Bruta da Exploração

⁽¹⁾ Inclui produtor singular, cônjuge e outros membros da família

⁽²⁾ Inclui trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e não contratados directamente pelo produtor



A produção agrícola no Alentejo representava em 2006 cerca de 20,8% da produção nacional (Quadro 1.10). A principal cultura agrícola na região é o cereal representando quase metade da produção agrícola regional (48,4% em 2006) e também quase metade da produção cerealífera total nacional (45,8% em 2006). Em segundo lugar, em 2006, surge a produção de culturas para indústria, seguida da vinha, do olival e da beterraba. A produção de olival e de beterraba representavam cerca de 1/3 da respectiva produção nacional. A certificação de qualidade existente nos produtos do olival e da vinha através da Denominação de Origem Protegida (DOP) no caso do azeite, e da Denominação de Origem Controlada (DOC) e do Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (VQPRD) no caso do vinho, terão contribuído certamente para uma boa dinâmica de crescimento da produção observada no conjunto do período.

Quadro 1.10. – Produção das Principais Culturas Agrícolas por Espécie no Alentejo, 2000 e 2006

			s espécies no e em Portugal		Quota de Produção da Região Agrária do Alente		
	Região Agrária do Alentejo	Portugal	Região Agrária do Alentejo	Portugal			
Espécie	2000	2000	2006	2006	2000	2006	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	20,2	20,8	
Cereais	58,2	28,3	48,4	21,9	41,6	45,8	
Leguminosas secas	0,1	0,1	0,0	0,1	8,5	9,3	
Batata	1,7	13,0	1,4	11,3	2,6	2,5	
Beterraba	11,3	8,1	9,8	5,9	28,1	34,6	
Culturas para Indústria	14,2	16,3	14,0	18,3	17,7	16,0	
Frutos frescos excepto citrinos	1,6	8,4	1,8	10,1	3,9	3,7	
Citrinos	1,8	5,5	1,6	5,7	6,7	5,9	
Frutos secos	0,1	1,1	0,2	0,9	1,7	4,2	
Vinha	5,3	16,1	12,1	19,0	6,7	13,2	
Olival	5,7	3,1	10,7	6,9	37,5	32,1	
Culturas Hortícolas	-	-	-	-	-	-	

Fonte: INE e DPP



Olival 11% Vinha 12% Frutos secos 0% Citrinos 2% Cereais 48% Frutos frescos excepto citrinos 2% Culturas para Indústria 14% Beterraba Batata Leguminosas secas 10% 0%

Gráfico 1.4. – Estrutura da Produção das Principais Culturas por Espécie no Alentejo, 2006 (%)

Fonte: INE e DPP

A silvicultura tem bastante peso na região, em particular, a extracção da cortiça. Já no que respeita à produção animal, tomando em consideração o gado abatido e aprovado para consumo, verifica-se que a principal produção em 2006 no Alentejo respeita à produção bovina (43,7%), seguida da suína (38,9%) e da ovina (16,7%) em termos de total de peso limpo. A produção animal representava 5,8% da produção total nacional, sendo que a produção ovina atingia 28,9% da produção ovina nacional. A produção animal em termos de peso limpo cresceu 2,5% em termos médios entre 2000 e 2006 (0,5% em Portugal), sendo que esse acréscimo se deveu fundamentalmente ao aumento na produção suína. O Alentejo apresenta diversos produtos animais de qualidade certificados com a Denominação de Origem Protegida (DOP) como a carne bovina "carne alentejana" e o "porco preto".

A actividade da pesca, presente no Alentejo Litoral através do Porto de Sines, representava 7,4% do total do peso da pesca descarregada a nível nacional em 2006 (6,5% em 2004). A produção em toneladas dos estabelecimentos da aquicultura no Alentejo em 2004, representava 9,1% do total nacional, produção feita exclusivamente no tipo de água marinhas e salobras num regime de exploração essencialmente semi-intensivo e intensivo. Por último, a actividade da indústria extractiva no Alentejo está associada à forte presença desta actividade no Baixo Alentejo (representando 22,5% do VAB desta sub-região em 2006), em particular, à extracção de minerais metálicos, e, embora em menor grau, no Alentejo Central, relativa às rochas ornamentais.



1.2.6. Actividade Turística

A actividade turística no Alentejo tem pouca representatividade face ao conjunto do país. Considerando os indicadores relativos aos estabelecimentos hoteleiros e equiparados, o número de estabelecimentos no Alentejo representava 6,3% do total em 2006 (5,5% em 2002), enquanto a capacidade registava apenas 3,1% em 2006 (valor idêntico a 2002) (Quadro 1.11). No que respeita às dormidas, o Alentejo representava apenas 2,3% das dormidas (2,6% em 2002) e detinha uma estada média (número de dormidas por hóspede) de apenas 1,6 em 2006 (valor idêntico a 2002). Verifica-se um crescimento médio da região entre 2002 e 2006 acima da média nacional no que respeita ao número de estabelecimentos mas abaixo em termos de capacidade. Do lado da procura, verificou-se um decréscimo das dormidas (ao contrário de um crescimento em termos nacionais).

Numa análise por sub-regiões, o Alentejo Litoral apresenta o maior número e a maior capacidade em termos de estabelecimentos hoteleiros e equiparados bem como em termos de estada média, registando um acréscimo médio em termos de número de estabelecimentos no período mas um decréscimo médio em termos de capacidade, número de dormidas e estada média. A seguir, surge o Alentejo Central, o qual ultrapassa no entanto o Alentejo Litoral em termos de número de dormidas, e apresenta acréscimos médios bastante positivos em todos os indicadores no período. O Alto Alentejo surge em terceiro lugar em termos de oferta e procura, embora registe a menor estada média na região, observando um forte crescimento da oferta a qual não tem sido acompanhada pela procura. Por último, o Baixo Alentejo surge como a região com menor peso em termos de oferta e número de dormidas, com evoluções médias negativas em todos os indicadores.

Quadro 1.11. – Indicadores Regionais Relativos a Estabelecimentos Hoteleiros. Dados Gerais, 2002 e 2006

	Núm	ero	Capacida	de (n.°)	Dormid	as (n.°)	Estada mé	dia (n.°)
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Total	1 898	2 028	239 903	264 037	34 208 968	37 566 461	3,2	3,0
Norte	436	452	31 308	35 504	3 262 430	3 844 374	1,8	1,8
Centro (a)	261	301	20 294	24 425	1 953 319	2 383 608	1,8	1,8
Lisboa e Vale do Tejo	418	443	54 430	61 289	7 548 167	9 399 421	2,2	2,0
Alentejo	105	127	7 541	8 202	904 108	866 212	1,6	1,6
Alentejo Litoral	31	39	2 810	2 776	300 095	249 723	2,3	2,0
Alto Alentejo	24	32	1 381	1 752	178 827	159 105	1,4	1,4
Alentejo Central	28	35	2 248	2 600	301 340	354 518	1,4	1,6
Baixo Alentejo	22	21	1 102	1 074	123 846	102 866	1,7	1,5
Algarve	428	427	94 089	97 524	14 294 303	14 163 652	5,8	5,1
R. A. Açores	63	83	5 388	8 436	777 935	1 180 096	3,1	3,5
R. A. Madeira	187	195	26 853	28 657	5 468 706	5 729 098	5,5	5,4

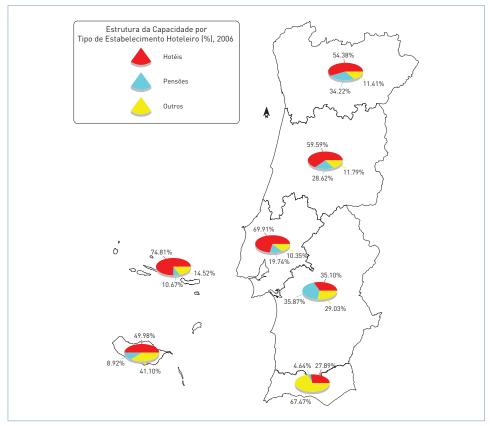
(a) A estada média não inclui valores para o Pinhal Interior Sul em 2006

Fonte: INE



A capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros e equiparados por tipo de estabelecimento no Alentejo, em 2006, repartia-se em 36% pelas pensões, 35% pelos hotéis e 29% por outros tipos de estabelecimento (contra, respectivamente, 34,9%, 29,1% e 36% em 2002) (Mapa 1.21). No entanto, apesar do crescimento médio elevado da capacidade dos hotéis no período, o seu peso relativo situava-se muito abaixo da média nacional (48,3% em 2006, contra 43,7% em 2002).

Mapa 1.21. – Estrutura da Capacidade por Tipo de Estabelecimento Hoteleiro (%), por NUTS II, 2006



Fonte: INE e DPP

¹⁸ Inclui estalagens, pousadas, motéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.



A estrutura regional das dormidas no Alentejo em 2006, segundo o país de residência habitual, revelava um peso muito significativo das dormidas da população residente em Portugal atingindo 73,6% das dormidas (74,2% em 2002), valor muito acima da média nacional (32,9%, contra 31,1% em 2002), e apenas próximo dos valores observados na região Centro (73,7% em 2006). Relativamente às dormidas de hóspedes com residência habitual fora de Portugal, destaca-se o peso de Espanha (6,4%) e da Alemanha (3,2%), o primeiro com reforço no período. A representatividade das dormidas de portugueses surge reforçada em todas as sub-regiões à excepção do Alentejo Central.

Em termos de dinâmica no período, observa-se que as dormidas de residentes em Portugal no Alentejo verificaram um decréscimo médio de -1,4% (+3,8% em Portugal), com excepção do Alentejo Central (+6%). As dormidas de hóspedes com residência habitual em Espanha verificaram um forte acréscimo médio (+12,1%), especialmente no Alto Alentejo e Alentejo Central (+15,3%), verificando-se ainda um forte acréscimo médio dos Países Baixos mas apenas no Alentejo Central (+15,3%). As restantes principais origens observaram um decréscimo médio em todas as sub-regiões, com excepção do Alentejo Litoral onde se observaram acréscimos ligeiros das dormidas de residentes na Itália e no Reino Unido.

O turismo no espaço rural tem um significado importante no Alentejo, passível de ser avaliado pelo significado que apresenta em termos do número de dormidas neste segmento face ao número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e equiparados. Em termos de peso no conjunto do turismo rural nacional, o Alentejo atingia em termos de estabelecimentos e dormidas, respectivamente, 15,9% e 22,4% do total em 2006, apresentando um reforço face aos dois anos anteriores (Quadro 1.12). Por modalidade de hospedagem, as dormidas no Alentejo estavam especialmente concentradas em "casas de campo" (35% das dormidas) e em "hotel rural" (27,8% das dormidas), valores significativamente superiores à média nacional.

Quadro 1.12. – Estabelecimentos e Dormidas no Turismo em Espaço Rural no Alentejo, 2004 e 2006

		Estabelecim	entos (nº)			Dormida	as (nº)	
	Alentejo (1)		Portu	Portugal		jo (1)	Portugal	
	2004	2006	2004	2006	2004	2006	2004	2006
Total	145	161	965	1 010	75 989	111 982	389 321	499 285
Turismo rural	49	47	406	387	15 074	17 498	140 290	156 411
Turismo de habitação	24	23	247	232	9357	6 307	113 037	103 719
Agroturismo	52	49	146	137	25 081	14 100	68 174	63 784
Casas de campo	18	34	162	229	23 665	39 230	62 147	112 794
Turismo de aldeia	2	2	4	7	2 812	3 750	5 673	11 960
Hotel rural	-	6	-	18	-	31 097	-	50 617

(1) Inclui Lezíria do Tejo

Fonte: INE



Em síntese, a actividade económica no Alentejo apresenta-se concentrada nas actividades de serviços e, em particular, em actividades não mercantis e serviços não transaccionáveis¹⁹ e, portanto, não expostos à concorrência internacional. Em segundo lugar, surge a indústria transformadora especialmente relacionada com o aproveitamento de economias de escala, criando níveis de produtividade elevados, e o aproveitamento de recursos naturais. Neste nível, o Alentejo não apresenta, no seu conjunto, capacidade de aproveitamento de factores de competitividade mais avançados baseados em diferenciação do produto ou investigação & desenvolvimento com maior conteúdo tecnológico e de conhecimento. Existem, no entanto, algumas sub-regiões que mostram alguma especialização nestes factores mais avançados - diferenciação do produto no Alto Alentejo e investigação & desenvolvimento no Alentejo Central – mas com enfraquecimento no período. As actividades de agricultura e silvicultura detêm um peso relativo significativo na região, associado em particular à produção cerealífera e à extracção de cortiça, atingindo níveis de produtividade muito elevados face ao observado em termos nacionais nos sectores. A actividade turística tem registado uma boa dinâmica em termos de oferta hoteleira a qual não tem sido, contudo, acompanhada pela procura. Parece, no entanto, existir um "nicho de mercado" associado ao turismo rural.

¹⁹ Inclui energia e construção.



1.3. A Qualificação dos Recursos Humanos e a Base do Conhecimento

A qualidade dos recursos humanos e o conjunto das instituições que, numa região, produzem conhecimento e ou contribuem para a sua integração nos processos produtivos regionais, constituem elementos decisivos para a sua integração competitiva na economia global e do conhecimento.

1.3.1. Nível Educacional e Qualificação dos Recursos Humanos²⁰

Em média, os níveis educacionais da população do Alentejo situam-se abaixo dos valores nacionais reflectindo, entre outros aspectos, o elevado grau de envelhecimento da população. Todavia, quando nos reportamos à população em idade activa e, sobretudo, às camadas mais jovens, a situação melhora substancialmente aproximando-se do conjunto do país.

Deste modo, considerando a taxa de escolaridade de nível médio e elevado, a qual inclui os níveis de escolaridade do secundário, pós-secundário e superior, os dados mostram-se relativamente mais favoráveis (Quadro 1.13). Efectivamente, a proporção de população que detém algum daqueles níveis de escolaridade (nível de escolaridade mais elevado completo) representava no Alentejo, em 2007, 24,5% no caso da faixa etária dos 25-64 anos, e 42,9% na faixa etária mais jovem dos 25-34 anos, não se afastando estes valores significativamente da média nacional (27,5% e 44,4%, respectivamente).

Quadro 1.13. – Indicadores de Educação de Nível Médio e Elevado e Formação por Regiões, 2000 e 2007

	médio e e	Taxa escolaridade de nível médio e elevado (25-64 anos) (a)		ade de nível levado os) (a)	Taxa de participação em actividades de educação e formação (25-64 anos) (b)		
	%		%		%		
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	
Portugal	19,4	27,5	31,8	44,4	3,4	4,4	
Norte	15,6	21,7	25,6	37,3	2,7	3,7	
Centro	15,6	23,5	25,7	42,7	3,4	5,6	
Lisboa	29,9	39,9	47,6	57,4	4,4	5,1	
Alentejo (c)	15,8	24,5	31,3	42,9	3,2	3,5	
Algarve	15,7	27,7	30,3	44,6	3,7	3,6	
R. A. Açores	13,1	18,6	18,9	27,7	1,5	2,6	
R. A. Madeira	12,8	24,3	24,1	40,3	2,5	2,6	

⁽a) População residente. Secundário, Pós-Secundário e Superior

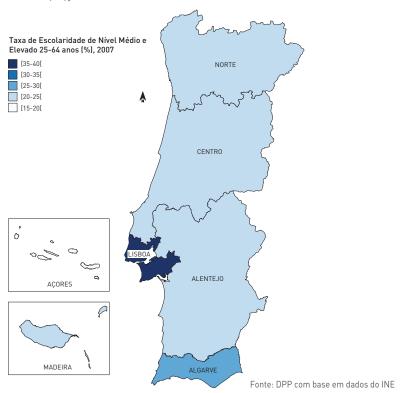
Fonte: INE e DPP

Neste ponto, os dados para o conjunto do Alentejo incluem a Lezíria do Tejo.

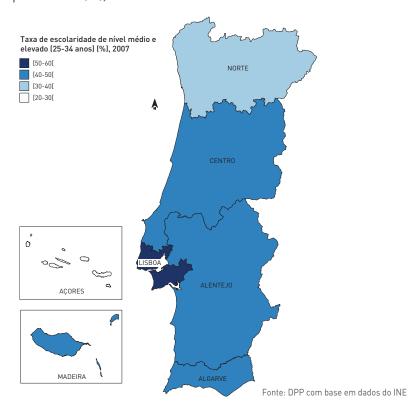
⁽b) [População residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação/ População residente com idade entre 25 e 64 anos) x 100 (c) Inclui Lezíria do Tejo



Mapa 1.22. – Taxa de Escolaridade de Nível Médio e Elevado (25-64 anos) por NUTS II (%), 2007



Mapa 1.23. – Taxa de Escolaridade de Nível Médio e Elevado (25-34 anos) por NUTS II (%), 2007





Se relacionarmos a taxa de escolaridade de nível médio e elevado dos 25-34 anos com a taxa de escolaridade de nível médio e elevado dos 25-64 anos, obtemos um indicador de progresso na escolaridade que, em 2007, revela no Alentejo um valor mais favorável que no conjunto nacional (1,75, face a 1,61), mas em desaceleração relativamente a 2000 (em que aqueles valores eram, respectivamente, 1,98 e 1,64, sendo que a vantagem do Alentejo passa de 1,21 em 2000 para 1,09 em 2007) (Quadro 1.14). A desaceleração da taxa de progresso da escolaridade de nível médio e elevado no Alentejo comparativamente à nacional, parece dever-se a uma desaceleração da taxa de escolaridade de nível médio e elevado no grupo dos 25-34 anos (de 31,3% em 2000 para 42,9% em 2007, comparativamente a Portugal de 31,8% para 44,4% em 2007) e a uma evolução quase paralela da taxa de escolaridade de nível médio e elevado do grupo dos 25-64 anos no Alentejo (15,8% em 2000 para 24,5% em 2007) e em Portugal (19,4% para 27,5%).

Quadro 1.14. – Indicador de Progresso da Escolaridade de Nível Médio e Elevado (a)

	Alentejo (1)	Portugal (2)	Alentejo/Portugal (1)/(2)
2007	1,75	1,61	1,08
2000	1,98	1,64	1,21

(a) Taxa de escolaridade de nível médio e elevado (25-34 anos)/Taxa de escolaridade de nível médio e elevado (25-64 anos)

Fonte: DPP, a partir de dados do INE.

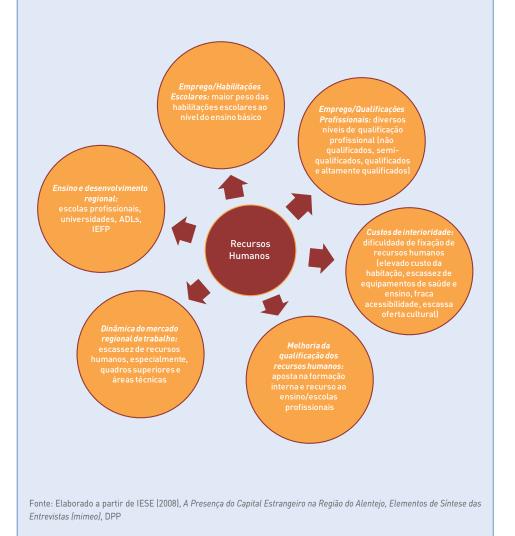
Em 2007, apenas 3,5% da população residente com idade entre 25 e 64 anos participava em actividades de educação e formação, contra 4,4% em termos médios nacionais, uma taxa de participação praticamente idêntica à observada em 2000.



Caixa 2: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Recursos Humanos

A partir do conjunto de entrevistas realizadas pelo IESE a algumas empresas de capital estrangeiro com presença no Alentejo (IESE, 2008), trabalho já referido anteriormente, podem-se extrair algumas características dominantes das empresas entrevistadas no que respeita ao emprego e qualificações dos recursos humanos.

A maioria das empresas entrevistadas emprega principalmente recursos humanos com baixas habilitações escolares mas com níveis de qualificação profissional diversos, deparando-se com dificuldades de recrutamento por escassez de mão-de-obra, especialmente, de quadros superiores e de técnicos especializados. As empresas encontram simultaneamente dificuldades em fixar os recursos humanos por diversos custos de interioridade. Para melhoria das qualificações dos seus recursos, as empresas apostam na formação interna e na ligação educativa e formativa a instituições de ensino universitário, a escolas profissionais, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Associações de Desenvolvimento Local (ADLS).





1.3.2. A Actividade de Ensino Superior

A base de conhecimento assenta no nível educacional e criativo da população, para o que poderá concorrer a qualidade regional do sistema de ensino e, em particular, das universidades e institutos politécnicos, bem como as actividades de Investigação & Desenvolvimento regionais. Neste ponto, procura-se analisar, ao nível das instituições de ensino superior, qual a oferta e procura educacional existente no Alentejo, designadamente, em áreas científico-tecnológicas e criativas mais ligadas à base do conhecimento e com maior potencial de aplicação na actividade de produção de bens e serviços, a capacidade de atracção de alunos estrangeiros e as qualificações do pessoal docente. No ponto seguinte, analisa-se a actividade de Investigação & Desenvolvimento na região, com particular atenção para as actividades desenvolvidas pelos centros de investigação do ensino superior mas também pelo Estado, Instituições sem Fins Lucrativos e Empresas²¹.

A nível de estabelecimentos de ensino superior, o Alentejo conta com uma universidade e dois institutos politécnicos de ensino superior público, acolhendo diversas instituições com actividades de I&D, e actualmente duas instituições de ensino superior privado²².

No conjunto do Alentejo, no ano lectivo 2006/2007, estavam matriculados 13 427 alunos e leccionavam 1 284 docentes (respectivamente, 3,7% e 3,6% do total nacional), com um destaque evidente para a Universidade de Évora (Quadro 1.15). O número total de alunos matriculados cresceu 4,1% face a 1997/1998 (4,1% no Continente), registando-se um acréscimo no número de alunos matriculados no Alto Alentejo e Alentejo Litoral e um decréscimo no Baixo Alentejo e Alentejo Central. Consequentemente, se bem que o peso dos alunos matriculados se tenha mantido constante no conjunto do Alentejo face ao total do Continente entre 1997/1998 e 2006/2007 (3,7%), deu-se uma alteração em termos de peso relativo das instituições de ensino superior com um reforço expressivo da importância do Instituto Politécnico de Portalegre (0,9% do total do Continente e 23,4% do total do Alentejo, contra 0,5% e 12,3% em 1997/1998). Por sua vez, a Universidade de Évora (1,9% do total do Continente e 50,9% do total do Alentejo, contra 2,1% e 55,4% em 1997/1998) e, particularmente, o conjunto das instituições situadas em Beja (0,9% do total do Continente e 25,2% do Alentejo, contra 1,2% e 32,3% em 1997/1998) perderam peso no período.

- ²¹ A lista de entidades do sector empresas que declararam ter praticado actividades de I&D facultada nos Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional referentes aos anos de 2001 e 2005 contempla apenas as empresas que autorizaram a divulgação dos seus dados e por este motivo esta lista não será utilizada na análise
- ²² O Instituto Superior de Serviço Social de Beja encerrou em 2008 por falta de alunos com transferência dos serviços para a Universidade Lusíada de Lisboa. Em Julho de 2008, foi determinado por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o encerramento compulsivo da Universidade Moderna de Lisboa e a cessação da autorização de funcionamento de cursos em Setúbal e Beja concedidas à Dinensino. Os dados apresentados para o Alentejo e o distrito de Beja anteriores a estas ocorrências incluem estas duas instituições. Encontram-se assim em funcionamento ao nível do ensino superior privado o Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Beja e o Campus Universitário de Santo André do Instituto Piaget.



Quadro 1.15. – Estabelecimentos, Alunos Matriculados e Docentes no Ensino Superior no Alentejo segundo a Natureza Institucional do Estabelecimento, 2006/2007

	Est	abelecimen	tos	Alun	os matricul	ados	Pe	ssoal docen	te
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Número									
Portugal	319	178	141	366 729	275 321	91 408	36 069	25 415	10 654
Alentejo	14	10	4	13 427	13 059	368	1 284	1 150	134
Alentejo Litoral	1	0	1	74	0	74	45	0	45
Alto Alentejo	4	4	0	3 148	3 148	0	250	250	0
Alentejo Central	2	2	0	6 828	6 828	0	664	664	0
Baixo Alentejo	7	4	3	3 377	3 083	294	325	236	89
Peso no total nacional (%)									
Alentejo	4,4	5,6	2,8	3,7	4,7	0,4	3,6	4,5	1,3
Alentejo Litoral	0,3	0,0	0,7	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,4
Alto Alentejo	1,3	2,2	0,0	0,9	1,1	0,0	0,7	1,0	0,0
Alentejo Central	0,6	1,1	0,0	1,9	2,5	0,0	1,8	2,6	0,0
Baixo Alentejo	2,2	2,2	2,1	0,9	1,1	0,3	0,9	0,9	0,8

Fonte: INE e DPP

A atractividade de alunos estrangeiros pelas instituições de ensino superior no Alentejo apresenta-se baixa (Quadro 1.16). No ano lectivo 2006/2007, estavam inscritos 390 alunos estrangeiros representando 2,2% do total de estudantes estrangeiros em Portugal (4,2% do total no ensino politécnico e 1,8% do total no ensino universitário) e 2,9% do total de alunos matriculados naquele ano lectivo (4,9% a nível nacional).

A maioria dos estudantes estrangeiros é, embora com peso inferior à média nacional, de origem africana (51%, contra 62,5% no total nacional), mas também, com alguma relevância, e acima do peso médio nacional, de origem europeia (25,9%, contra 14,6% no total nacional). Por tipo de ensino, destaca-se ainda o maior peso relativo dos estudantes de origem espanhola no ensino politécnico no Alentejo (20,9%, face a 3,9% no total de estudantes estrangeiros no ensino politécnico nacional). O peso relativo dos alunos estrangeiros europeus no Alentejo face ao total de alunos estrangeiros europeus em Portugal em 2006/2007 reforçou-se face ao ano lectivo 2001/2002 (3,9% contra 2%).



Quadro 1.16. – Número de Alunos Estrangeiros Inscritos no Ensino Superior Politécnico e Universitário no Alentejo

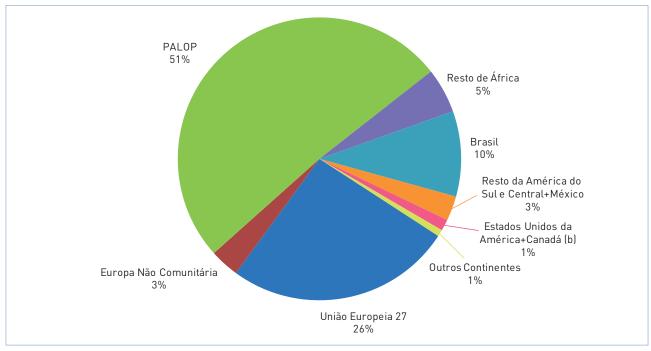
		nstituto Politécnico de Portalegre		Universidade de Évora		Politécnico Beja		lentejo a)	Total Nacional	
Nacionalidade de origem	2001/02	2006/07	2001/02	2006/07	2001/02	2006/07	2001/02	2006/07	2001/02	2006/07
União Europeia 27	15	29	21	70	13	2	53	101	2 672	2 622
União Europeia 15	15	29	21	65	13	2	53	96	2 536	2 219
Espanha	4	26	4	11	1	0	9	37	456	648
Europa Não Comunitária	0	0	0	13	2	0	3	13	121	344
PALOP	25	38	96	123	19	38	142	199	7 555	11 212
Resto de África	2	2	13	16	2	2	18	20	471	412
Brasil	5	6	17	31	0	1	23	38	1 525	2 204
Resto da América do Sul e Central + México	18	1	2	9	0	1	20	11	940	610
Estados Unidos da América + Canadá (b)	2	0	0	4	2	1	4	5	501	222
Outros Continentes	0	0	6	2	0	1	6	3	292	324
Outros (desconhecido ou não discriminado)	0	0	0	0	1	0	1	0	1 615	0
Total	67	76	155	268	39	46	270	390	15 692	17 950

(a) Inclui para além do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), da Universidade de Évora e do Instituto Politécnico de Beja (IPB), a Dinensino-Beja, o ISPA - Beja e o ISSSL-Beja.

(b) Inclui Bermudas

Fonte: GPEARI-MCTES e DPP

Gráfico 1.5. – Estrutura dos Alunos Estrangeiros Inscritos no Ensino Superior Universitário e Politécnico no Alentejo (%), 2006/2007



(b) Inclui Bermudas

Fonte: DPP com base em dados do GPEARI-MCTES



Em 2005/2006, o Alentejo formou 3,9% dos diplomados a nível nacional e 4,8% dos diplomados nas áreas científico-tecnológicas e criativas (Quadro 1.17). Em termos absolutos, o maior número de diplomados nestas áreas ocorreu na Agricultura, Silvicultura e Pescas, Artes, Engenharia e Técnicas Afins e Arquitectura e Construção, perfil próximo do nacional, excepto no que se refere à Agricultura, Silvicultura e Pescas com um valor proporcionalmente mais elevado no Alentejo (correspondendo a 23% do total de diplomados nesta área a nível nacional). Também as Ciências Veterinárias assumem importância relevante na região (correspondendo a 14,3% do total de diplomados nesta área a nível nacional), embora seja a segunda área de ensino seleccionada com menos número de diplomados.

Quadro 1.17. – Número de Diplomados no Ensino Superior em Áreas Científico-Tecnológicas e Criativas no Alentejo, 2005/2006

			Alentejo						
Área de estudo	Portugal	Total	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo			
Total Global ^[1]	71 828	2 789	4	814	1 131	840			
Artes	3 593	167	0	117	36	14			
Ciências da Vida	1 232	77	0	0	77	0			
Ciências Físicas	1 256	70	0	0	70	0			
Matemática e Estatística	694	10	0	0	10	0			
Informática	1 114	52	0	0	45	7			
Engenharia e Técnicas Afins	5 473	128	0	54	42	32			
Indústrias Transformadoras	864	56	0	0	5	51			
Arquitectura e Construção	3 852	102	0	21	57	24			
Agricultura, Silvicultura e Pescas	976	224	0	12	138	74			
Ciências Veterinárias	252	36	0	7	2	0			

^[1] Todas as áreas de estudo.

Fonte: INE e DPP

A Universidade de Évora é a única instituição de ensino superior público universitário no Alentejo (integra a Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus – ensino superior público politécnico). A Universidade de Évora é sem dúvida a instituição que faculta a maior oferta formativa apresentando disponíveis diversas das áreas científico-tecnológicas e criativas desde o 1.º ciclo (licenciatura), ao 2.º ciclo (mestrado) e doutoramento (Figura 1.3).



Figura 1.3. – Oferta de Formação Académica Superior em Áreas Científico-Tecnológicas e Criativas no Alentejo (2008/2009)

Licenciaturas

Agronomia; Biologia; Bioquímica; Biotecnologia; Ciência e Tecnologia Animal; Ciências da Terra e da Atmosfera; Engenharia Civil; Engenharia das Energias Renováveis; Engenharia Geológica; Engenharia Informática; Engenharia Mecatrónica; Engenharia Química: Medicina Veterinária

Arquitectura; Arquitectura Paisagística; Artes Visuais--Multimédia; Design; Música; Teatro

Bioengenharia; Enfermagem Veterinária; Engenharia Agronómica; Engenharia Agronómica (Ramo Espaços Verdes); Engenharia Civil; Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente: Engenharia Informática

Design de Animação e Multimédia; Design de Comunicação

Biologia; Engenharia Agronómica; Engenharia do Ambiente; Engenharia Alimentar; Engenharia Civil; Engenharia Informática; Engenharia Topográfica: Informática de Gestão

Artes plásticas e multimédia; Educação e comunicação multimédia

Mestrados

Análises Químicas Ambientais; Biologia da Conservação; Bioquímica; Ciências da Terra, da Atmosfera e do Espaço; Energia e Ambiente; Engenharia Agronómica; Engenharia Civil; Engenharia dos Recursos Hídricos; Engenharia Geológica: Engenharia Informática; Engenharia Mecatrónica; Engenharia Química; Instrumentação Ambiental; Matemática e Aplicações; Modelação Estatística e Análise de Dados; Química; Química Aplicada; Tecnologia Alimentar; Zootecnia

Artes Visuais-Intermédia; Música;

Musicologia; Teatro

Engenharia alimentar; Tecnologias do ambiente (início

Doutoramentos

Agronomia; Biologia; Bioquímica; Ciências do Ambiente; Engenharia Alimentar; Engenharia Biofísica; Engenharia Civil; Engenharia dos Recursos Hídricos; Engenharia Electrotécnica; Engenharia Geológica; Engenharia Mecânica: Engenharia Química; Engenharia Rural; Física; Informática; Medicina Veterinária; Matemática; Química; Sistemas de Informação; Zootecnia

Arquitectura; Artes Visuais; Estudos Teatrais; Música e Musicologia

2009)

Universidade de Évora

Instituto Politécnico de Portalegre

Instituto Politécnico de Beja

Nota: Destaca-se ainda a Pós-graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação pelo Instituto Piaget - Campus Universitário de Santo André

Fonte: DPP com base em informação das Instituições de Ensino Superior



No ano 2006/2007, na Universidade de Évora encontravam-se matriculados 6 828 alunos, representando 1,9% do total nacional e 50,9% do total do Alentejo, e leccionavam 664 docentes (1,8% do total nacional e 51,7% do total do Alentejo). Quanto ao número de diplomados nas áreas científico-tecnológicas e criativas em 2005/2006, sublinham-se a Agricultura, Silvicultura e Pescas, as Ciências da Vida e as Ciências Físicas. No ano lectivo 2004/2005, a Universidade de Évora contabilizava 315 doutores (53,2% do total dos docentes, contra 58,1% em termos médios nacionais) e 175 mestres (29,6% do total dos docentes, contra 19,1% em termos médios nacionais). Face ao ano lectivo 1993/1994, o número de docentes doutorados apresentou uma evolução muito positiva (em 1993/1994, representavam apenas 15,7% do total dos docentes, contra 32,3% em termos médios nacionais)²³.

O Instituto Politécnico de Portalegre integra a Escola Superior Agrária de Elvas, a Escola Superior de Educação de Portalegre, a Escola Superior de Saúde de Portalegre e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre, detendo no ano lectivo 2006/2007, 3 148 alunos matriculados e 250 professores (respectivamente, 0,9% e 0,7% do total nacional e 23,4% e 19,5% do total do Alentejo). No que respeita ao número de diplomados em 2005/2006, é de destacar, nas áreas científico-tecnológicas e criativas, as Artes e a Engenharia e Técnicas Afins. No ano lectivo 2004/2005, o Instituto Politécnico de Portalegre detinha 8 professores coordenadores e 48 professores adjuntos representando 3,7% e 22,2% do total do pessoal docente (contra 5,3% e 17,1% em 1993/1994), face a uma média nacional do ensino politécnico de 7,8% e 26,4%, respectivamente.

Em Beja, estão actualmente disponíveis as escolas superiores integradas no Instituto Politécnico de Beja (Ensino Superior Público) – Escola Superior Agrária; Escola Superior de Educação, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia e Gestão – e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Beja. No ano lectivo 2006/2007, estavam matriculados 3 377 alunos (0,9% do total nacional e 25,2% do total do Alentejo), a maioria no ensino público (91,3%), e leccionavam 325 professores (0,9% do total nacional e 25,3% do total do Alentejo) dos quais 72,6% no ensino público. Destaca-se quanto aos diplomados nas áreas científico-tecnológicas e criativas no ano lectivo 2005/2006, as áreas da Agricultura, Silvicultura e Pescas e Indústrias Transformadoras. Em termos de qualificações do pessoal docente, no ano lectivo 2004/2005, no Instituto Politécnico de Beja contabilizavam-se 15 professores coordenadores e 86 professores adjuntos, correspondendo a 6,2% e 35,7% do total do pessoal docente e apresentando uma nítida melhoria face ao ano lectivo 1993/1994 (2,6% e 14%, respectivamente).

Em suma, o Alentejo apresenta uma incidência do ensino superior por áreas de ensino científico-tecnológicas e criativas próximas da média nacional nas engenharias e artes, embora com uma especialização na Agricultura, Silvicultura e Pescas e Ciências Veterinárias condizente com a especialização produtiva regional nestas áreas. O perfil dos alunos matriculados/diplomados é interessante do ponto de vista do estímulo a ambientes urbanos criativos, restando todavia verificar a capacidade de retenção desses jovens quadros após conclusão das respectivas formações. A estrutura de docentes na universidade revela maior peso dos mestres do que a média nacional (29,6%, contra 19,1%) mas menos peso dos doutores (53,2%, contra 58,1%), sendo que nos politécnicos os pesos dos professores coordenadores e adjuntos são inferiores também às médias nacionais respectivas (excepto no caso do Instituto Politécnico de Beja que apresenta um maior peso de professores adjuntos).

²³ Na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus, os professores coordenadores e os professores adjuntos representavam, respectivamente, 23,1% e 30,8% do total do pessoal docente em 2004/2005.



1.3.3. A Actividade de Investigação & Desenvolvimento (I&D)

Com as despesas em Investigação & Desenvolvimento (I&D) a atingir 0,46% do PIB regional em 2005, a actividade de investigação apresenta-se muito abaixo do esforço médio nacional de 0,81%, tendo registado um crescimento pequeno face a 2001 (0,44% do PIB) (Quadro 1.18). Em termos de estrutura inter-regional, as despesas em I&D no Alentejo representavam apenas 2,7% das despesas totais em I&D (2,4% em 2001), destacando-se com maior peso as despesas de I&D do ensino superior atingindo 4,5% do total das despesas em I&D do ensino superior (3,5% em 2001) e, embora com menor peso, as empresas representando 2% do total das despesas de I&D empresariais (0,9% em 2001).

Efectivamente, considerando o peso por sector de execução, o ensino superior e as empresas atingiam, respectivamente, 59,9% e 27,9% das despesas de I&D na região (53,1% e 11,1% em 2001), destacando-se assim o forte reforço da representatividade das empresas no período, embora num contexto de crescimento marginal do esforço de I&D na região, como se refere no parágrafo anterior. O Estado e, em particular, as IPSFL, perderam representatividade na região no período, atingindo, respectivamente, 10,2% e 2% (18% e 17,8% em 2001). Já a nível nacional esta evolução apresentou-se distinta com as empresas e as IPSFL a ganharem peso (38,5% e 11,5%, respectivamente, face a 31,8% e 10,8% em 2001), enquanto o ensino superior e, sobretudo, o Estado perderam representatividade (35,4% e 14,6%, respectivamente, contra 36,7% e 20,8% em 2001).

Quadro 1.18. – Despesa total em I&D e Investigadores (ETI) por regiões, 2005

	De	spesa tota	al em I&D e	m % do PIE	3	Investigadores (ETI) face ao Volume Total de Emprego ‰				
	Empresas	Estado	Ensino Superior	IPSFL	Total	Empresas	Estado	Ensino Superior	IPSFL	Total
Total	0,31	0,12	0,29	0,09	0,81	0,8	0,7	2,2	0,6	4,3
Norte	0,27	0,03	0,28	0,10	0,69	0,6	0,2	1,7	0,5	3,0
Centro	0,28	0,03	0,41	0,08	0,80	0,8	0,2	2,6	0,5	4,2
Lisboa e Vale do Tejo	0,42	0,22	0,28	0,11	1,03	1,3	1,6	2,7	0,8	6,4
Alentejo	0,13	0,05	0,28	0,01	0,46	0,4	0,3	2,1	0,1	2,9
Alentejo Litoral	0,03	0,00	0,01	0,00	0,04	0,2	0,0	0,2	0,0	0,4
Alto Alentejo	0,04	0,16	0,05	0,00	0,25	0,2	0,9	0,4	0,0	1,5
Alentejo Central	0,32	0,01	0,77	0,00	1,10	0,6	0,0	5,1	0,0	5,7
Baixo Alentejo	0,09	0,05	0,17	0,04	0,36	0,5	0,1	1,1	0,2	1,9
Algarve	0,01	0,02	0,18	0,00	0,21	0,1	0,1	1,8	0,0	2,0
R. A. Açores	0,01	0,08	0,22	0,07	0,38	0,0	0,4	1,6	0,8	2,8
R. A. Madeira	0,04	0,16	0,08	0,01	0,28	0,2	0,6	0,7	0,0	1,5

Fonte: GPEARI-MCTES, INE e DPP



Numa análise por sub-regiões, há a destacar o esforco significativo das despesas de I&D no Alentejo Central face ao PIB da sub-região atingindo 1,10% do PIB (0,86% em 2001), o que se situa acima da média nacional (0,81%). Efectivamente, o Alentejo Central representava isolado 1,9% das despesas de I&D a nível nacional. De seguida surgiam as sub-regiões do Baixo Alentejo e Alto Alentejo (0,4% e 0,3%, respectivamente, do total nacional) e, por último, o Alentejo Litoral a representar apenas 0,1%. A estrutura das despesas de I&D por sectores de execução é bastante diferenciada entre sub-regiões. No Alentejo Central existe um predomínio claro da investigação efectuada pelo ensino superior (70,2% das despesas de I&D na região), tendo também as empresas uma representatividade significativa (26,4%), enquanto a actividade do Estado se apresenta muito baixa e a actividade das IPSFL inexistente. No Baixo Alentejo, a distribuição das despesas em I&D mostra-se mais equilibrada pelos diferentes sectores, embora exista um predomínio da actividade do ensino superior (47,1%). De notar que nesta subregião 12,1% das despesas de I&D são realizadas por IPSFL. No Alto Alentejo, predominam as despesas efectuadas pelo Estado (64,9%), seguidas do ensino superior (21%), com as empresas a representarem apenas 14,1% das despesas de I&D da região. Por fim, no Alentejo Litoral, há um predomínio claro das despesas realizadas por empresas (67,3%), seguidas do ensino superior (32,7%), sendo que o Estado não apresentava despesas em 2005.

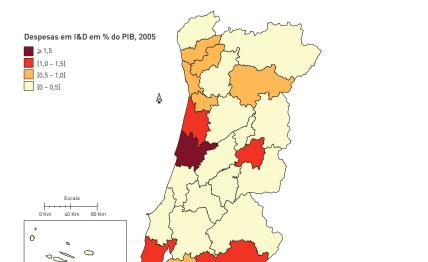
No que respeita aos recursos humanos dedicados às actividades de I&D, os investigadores (ETI – equivalente a tempo integral) representavam no Alentejo, 2,9‰ do volume total de emprego na região (2,5‰ em 2001), valor abaixo da proporção observada a nível nacional de 4,3‰ (3,6‰ em 2001). À semelhança das despesas em I&D, há um claro destaque para o Alentejo Central com 5,7‰ de investigadores face ao volume total de emprego na sub-região (5‰ em 2001) e, em particular, dos investigadores do ensino superior de 5,1‰ (3,9‰ em 2001).

O peso dos investigadores no Alentejo, face ao total, é praticamente idêntico ao peso da despesa (2,8%), sendo também o peso dos investigadores por sector de execução semelhante ao peso da despesa. Já numa estrutura por sector de execução observa-se na região, à semelhança da média nacional, um reforço do peso dos investigadores no ensino superior (74,5% do total dos investigadores na região) e um menor significado das empresas (14%) quando comparada com a estrutura da despesa (que eram respectivamente, 59,9% e 27,9%).

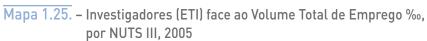


Fonte: DPP com base em dados do

GPEARI-MCTES e INE



Mapa 1.24. – Despesa em I&D em % do PIB, por NUTS III, 2005



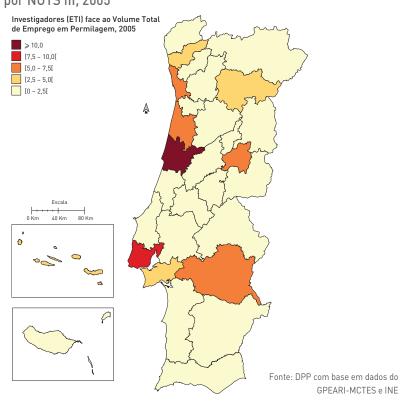
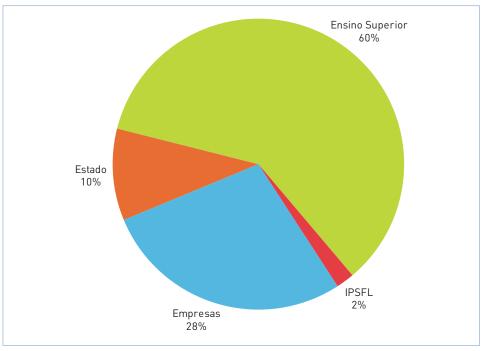


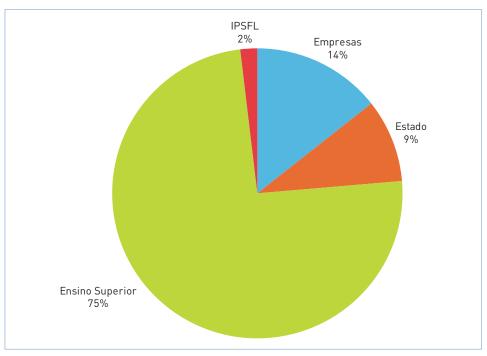


Gráfico 1.6. – Estrutura da Despesa em I&D no Alentejo por Sector de Execução (%), 2005



Fonte: DPP com base em dados do GPEARI-MCTES

Gráfico 1.7. – Estrutura dos Investigadores (ETI) no Alentejo por Sector de Execução (%), 2005



Fonte: DPP com base em dados do GPEARI-MCTES



Analisando as instituições que declararam actividades de I&D em 2005, a Universidade de Évora acolhia, em 2005, trinta instituições em áreas como Arte, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Ciências da Terra e do Ambiente, Ciências Agrárias e Veterinárias, Ciências da Saúde, Engenharia Civil, Engenharia Electrotécnica, Electrónica e Informática, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física, Matemática e Química (Figura 1.4). No Alentejo Central declararam ainda actividades de I&D em 2005, ao nível do Estado, o Centro de Experimentação do Centro Alentejo (Agricultura, Florestas e Pescas) e o Museu de Évora (História, Arqueologia; Arte).

Figura 1.4. – Instituições e Domínios das Actividades de I&D em 2005 – Instituição de Acolhimento: Universidade de Évora

INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: UNIVERSIDADE DE ÉVORA Instituições com actividades de I&D em 2005 / Domínios

Centro de Ecologia e Ambiente / Ciências Biológicas

Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos – CEEM / Ciências da Terra e do Ambiente

Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência / Matemática, Ciências Computação e Informação; Física; Ciências

Centro de Est. e Form. Avançada em Gestão -CEFAG / Matemática, Ciências da Computação e Informação; Agric., Flor. e

Centro de Geofísica de Évora / Física; Outras Ciências Naturais; Outras Engenharias e Tecnologias

Centro de História da Arte / História e Arqueologia; Arte (Artes, História da Arte, Teatro, Música); Outras Humanidades

Centro de Investigação em Educação "Paulo Freire" - CIEd-PF / Psicologia; Ciências da Educação

Centro de Investigação em Matemática e Aplicações – CIMA / Matemática, Ciências da Computação e Ciências da Informação

Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva"/ Sociologia

Centro de Química de Évora / Química; Ciências da Terra e do Ambiente; Outras Ciências Naturais; Biotecnologia

Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais / Outras Ciências Sociais

Centro Interd. de História, Cult. e Sociedades / Sociol.; C. Comunicação; Outras C. Sociais; Hist. e Arqueologia; Línguas e Literat.; Filos., Ética e Religião

Comissão Instaladora dos Ensinos na Área da Saúde e do Bem-Estar / Ciências da Saúde

Departamento de Artes / Arte (Artes, História da Arte, Teatro, Música)

Departamento de Ecologia / Ciências da Terra e do Ambiente

Departamento de Economia / Economiae Gestão; Direito

Departamento de Engenharia Rural / Ciências da Terra e do Ambiente; Engenharia Civil; Outras Engenharias e Tecnologias Departamento de Física / Física; Engenharia Electrotécnica, Electrónica e Informática; Engenharia Mecânica

Departamento de Geociências / Ciências da Terra e do Ambiente; Agricultura, Florestas e Pescas; Outras Ciências Sociais

Departamento de Gestão de Empresas / Economia e Gestão

Departamento de História / História e Arqueologia

Departamento de Informática / Engenharia Electrotécnica, Electrónica e Informática

Departamento de Linguística e Literaturas / Línguas e Literaturas

Departamento de Matemática / Matemática, Ciências da Computação e Ciências da Informação

Departamento de Pedagogia e Educação / Matemática, Ciências da Computação e Ciências da Informação; Química; Ciências Biológicas; Outras Ciências Naturais; Ciências da Saúde; Ciências da Educação; Sociologia; História e Arqueologia; Línguas e

Literaturas; Filosofia, Etica e Religião; Arte

Departamento de Psicologia / Psicologia

Departamento de Química / Química; Outras Ciências Naturais; Engenharia Química; Biotecnologia

Departamento de Sociologia / Sociologia

Departamento Fitotecnia / Outras Ciências Agrárias

Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas – ICAM – Pólo de Évora / Ciências Biológicas; Agríc., Flor. e Pescas; Ciências

Fonte: GPEARI-MCTES

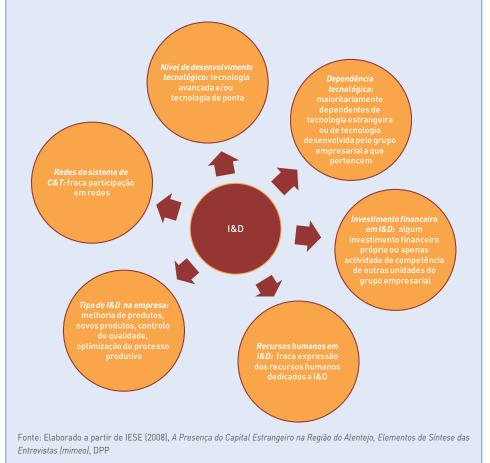
No Alto Alentejo, no sector Estado, declararam actividades de I&D em 2005, o Centro de Experimentação do Alto Alentejo (Agricultura, Floresta e Pescas), a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas (Química; Agricultura, Floresta e Pescas; Biotecnologia Aplicada às Ciências Agrárias), o Hospital de Santa Luzia de Elvas (Ciências da Saúde) e o Município de Portalegre (Agricultura, Floresta e Pescas; Ciências da Comunicação). A nível do Ensino Superior, a Escola Superior Agrária de Elvas (Agricultura, Floresta e Pescas), a Escola Superior de Educação (Psicologia; Ciências da Educação; Sociologia; Arte) e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre (Diversas Engenharias; Economia e Gestão; Línquas e Literaturas) declararam também actividades de I&D em 2005.

No Baixo Alentejo realizavam actividades de I&D em 2005, a nível de Ensino Superior, a Escola Superior Agrária (Ciências da Terra e do Ambiente; Engenharia do Ambiente; Outras Engenharias e Tecnologias; Agricultura, Florestas e Pescas; Ciência Animal; Economia e Gestão), a Escola Superior de Educação (Ciências da Educação) e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Matemática, Ciências da Computação e Ciências da Informação; Física; Engenharia; Ciências Sociais; Línguas e Literaturas). A nível do Estado declararam actividades de I&D, o Centro de Experimentação do Baixo Alentejo (Agricultura, Florestas e Pescas; Ciência Animal; Ciências Veterinárias), o Centro Hospitalar do Baixo Alentejo e a Sub-Região de Saúde de Beja (Ciências da Saúde) e a nível das Instituições Sem Fins Lucrativos, o Campo Arqueológico de Mértola (História e Arqueologia; Línguas e Literaturas; Arte).



Caixa 3: A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo: Actividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D)

As empresas de capital estrangeiro entrevistadas realizam actividades com base em tecnologia avançada e/ou tecnologia de ponta embora sejam tecnologicamente dependentes. Efectivamente, a actividade de I&D tem uma expressão débil, quer em termos financeiros, quer em termos de recursos humanos dedicados. A maioria não participa em redes de Ciência & Tecnologia (C&T), sendo que algumas apresentam ligações a instituições universitárias.



Em síntese, a escassez de recursos humanos bem como as suas fracas habilitações escolares formam uma limitação no capital humano da região. A actividade de ensino superior apresenta uma qualidade alta, destacando-se a Universidade de Évora, quer pela diversidade e nível de oferta de educação e qualificações do pessoal docente, quer pelas actividades de I&D desenvolvidas. A Universidade de Évora terá sem dúvida um papel importante a desempenhar na dinamização da base do conhecimento da região e na formação de redes de cooperação e parceria entre diferentes actores. A actividade de I&D de um conjunto de empresas de capital estrangeiro, entrevistadas pelo IESE, presentes no Alentejo, não se apresenta muito significativa, sendo pouco usual a sua participação em redes de C&T.



1.4. Equidade Social, Qualidade de Vida e Qualidade Ambiental

A equidade social e a qualidade de vida, traduzidas no acesso a um conjunto de bens e serviços, incluindo a qualidade ambiental em geral e a qualidade de vida urbana, bem como o acesso ao emprego e ao rendimento, constituem um factor de coesão social bem como de atracção e retenção de recursos humanos, em particular, os qualificados e com maiores potenciais de criatividade, e igualmente de dinamização económica.

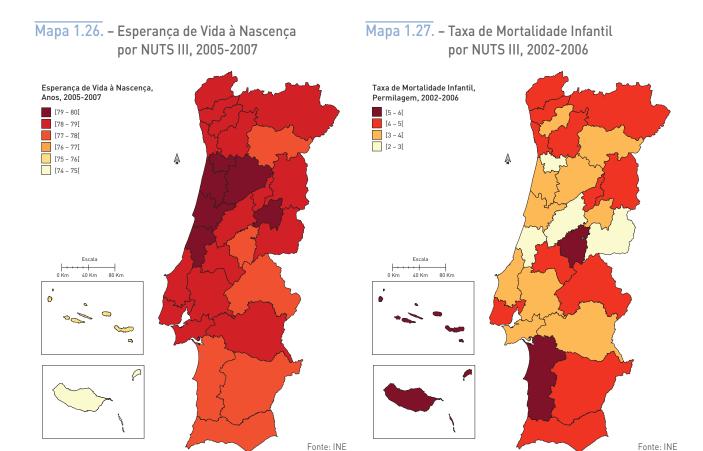
1.4.1. Equidade Social e Qualidade de Vida

O acesso aos bens públicos e privados que conferem melhores condições de vida às populações, e o acesso ao trabalho, fundamentam-se na dotação da região com os respectivos meios e exprimem-se na obtenção de resultados em termos de rendimento, acesso ao consumo e esperança de vida. O acesso ao emprego com níveis de remuneração atractivos constitui condição necessária de fixação de população, em particular a dotada de níveis de habilitação e qualificação mais consentâneos com a necessária competitividade regional.

A esperança de vida à nascença no período 2005-2007, atingia, nas sub-regiões do Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alto Alentejo, respectivamente, valores de 77,0, 77,6 e 77,8 anos, situando-se abaixo da média nacional (78,5 anos). Apenas o Alentejo Central ultrapassava ligeiramente esta média (78,8 anos). De notar que a esperança de vida à nascença naquele período atingia no Baixo Alentejo o valor, a nível de NUTS III, mais baixo observado no Continente. O Alentejo Litoral apresentava o terceiro valor mais baixo do Continente, a seguir ao Pinhal Interior Sul (77,3 anos) (Mapa 1.26).

No quinquénio 2002-2006, a taxa de mortalidade infantil atingia um valor no Alentejo Litoral nitidamente acima da média nacional (5,67‰, contra 3,97‰), constituindo o valor mais elevado observado a nível nacional por NUTS III (Mapa 1.27). O Baixo Alentejo e o Alto Alentejo apresentavam valores ligeiramente acima da média (4,34‰ e 4,13‰, respectivamente), enquanto o Alentejo Central registava um valor inferior à média (3,80‰). Relativamente ao quinquénio de 1998-2002 apenas o Alentejo Central registou um ligeiro agravamento (0,2 p.p.), enquanto as restantes sub-regiões do Alentejo apresentaram uma ligeira melhoria (0,3 p.p.) mas cuja intensidade esteve bastante aquém da melhoria observada em termos médios nacionais (1,4 p.p.). Esta evolução fez com que o Baixo Alentejo e o Alto Alentejo passassem de uma situação abaixo da média em 1998-2002 para valores acima da média em 2002-2006.





- ²⁴ De acordo com a definicão do INE (Contas Nacionais e Regionais) em http://www.ine.pt/, "0 sector das famílias compreende os indivíduos ou grupos de indivíduos, quer na sua função de consumidores, quer na sua eventual função de empresários que produzem bens e serviços financeiros ou não financeiros mercantis, desde que, neste último caso, as actividades correspondentes não sejam as de entidades distintas tratadas como quase-sociedades. Inclui igualmente os indivíduos ou grupos de indivíduos que produzem bens e serviços não financeiros exclusivamente para autoconsumo final".
- ²⁵ INE (2008a).
- ²⁶ Incluindo Lezíria do Tejo.

Em termos de acesso ao rendimento, o rendimento disponível bruto das famílias²⁴ per capita, de acordo com os dados das Contas Regionais²⁵, atingia, em 2005, 9078,2 euros no Alentejo²⁶, contra 9707,0 euros em Portugal, representando 93,5% da média nacional (valor ligeiramente mais elevado face ao observado em 2000 de 92,9%), sendo que o Centro e o Norte apresentavam valores inferiores ao Alentejo (respectivamente, 91,7% e 83,9%).

O detalhe das contas das famílias permite analisar o peso das diferentes componentes do rendimento disponível bruto tomando-se em consideração as operações/saldos relativos à afectação do rendimento primário bem como à distribuição secundária do rendimento (Quadro 1.19). Em 2005, verifica-se que as remunerações, à semelhança do conjunto nacional, constituem a principal fonte de rendimento das famílias no Alentejo, embora com peso significativamente inferior (– 10,1 p.p.) especialmente no que respeita aos ordenados e salários (– 8,4 p.p.). Em segundo lugar, surgem as prestações sociais excepto transferências sociais em espécie e logo em seguida o rendimento misto, ambos com um peso superior à média, mas principalmente no que respeita ao rendimento misto (+ 3,4 p.p. e + 6,5 p.p., respectivamente). Nota-se assim, no Alentejo, um maior peso dos rendimentos das famílias cuja principal fonte de rendimento é constituída pelo rendimento misto, recebido pelos proprietários de empresas individuais não constituídas em sociedades, bem como dos rendimentos das famílias cuja principal fonte de rendimento são prestações sociais (excepto transferências sociais em espécie), designadamente, pensões.



Face ao ano 2000, reflectindo o envelhecimento populacional bem como o aumento do valor médio das pensões, as prestações sociais (excepto transferências sociais em espécie) reforçaram significativamente o seu peso na estrutura do rendimento disponível das famílias no Alentejo, tendência aliás observada também a nível nacional embora de forma menos acentuada (+ 5,4 p.p., contra + 4,5p.p.), passando a constituir a segunda fonte de rendimento com um peso quase idêntico ao do rendimento misto. O rendimento misto, por sua vez, perdeu fortemente a sua representatividade, e de uma forma mais acentuada face à estrutura média nacional (– 6,1 p.p., contra – 2,0 p.p.). As remunerações passaram a ter maior peso no rendimento das famílias do Alentejo, tanto ao nível dos ordenados e salários como, em particular, ao nível das contribuições sociais dos empregadores. A nível nacional, o peso das remunerações manteve-se constante, dado que o aumento do peso das contribuições sociais dos empregadores foi contrariado pela diminuição do significado relativo dos ordenados e salários.

Quadro 1.19. – Estrutura do Rendimento Disponível Bruto das Famílias em Portugal e no Alentejo (1), 2000 e 2005

	Е	strutura do	Rendiment	0	Diferença de l	Estrutura do	Evolução d	a Estrutura
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Alentejo face	a Portugal	Portugal	Alentejo
	2000		20	2005		2005	2005/2000	2005/2000
Operações/Saldos	9	6	0,	6	р.р).	p.	p.
Excedente Bruto de Exploração / Rendimento Misto	24,1	34,7	22,1	28,6	10,6	6,5	- 2,0	- 6,1
Remunerações dos Empregados	73,4	59,3	73,4	63,3	- 14,1	- 10,1	0,0	4,0
Ordenados e Salários	58,4	47,2	57,2	48,9	- 11,1	- 8,4	- 1,1	1,6
Contribuições Sociais dos Empregadores	15,1	12,0	16,2	14,4	- 3,0	- 1,8	1,1	2,4
Rendimentos de Propriedade *	7,6	4,6	8,3	5,2	- 2,9	- 3,0	0,7	0,6
Impostos Correntes Rendimento, Património	- 8,6	- 6,3	- 8,1	- 6,2	2,3	1,9	0,5	0,2
Contribuições Sociais*	- 21,0	- 16,8	- 22,5	- 19,3	4,2	3,2	– 1,5	- 2,5
Prestações Sociais Excepto Trans- ferências Sociais em Espécie*	20,8	23,3	25,3	28,7	2,5	3,4	4,5	5,4
Outras Transferências Correntes*	3,7	1,2	1,5	- 0,3	- 2,5	- 1,9	- 2,2	- 1,5
Rendimento Disponível Bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-

^{*} Valores líquidos

Fonte: INE e DPP

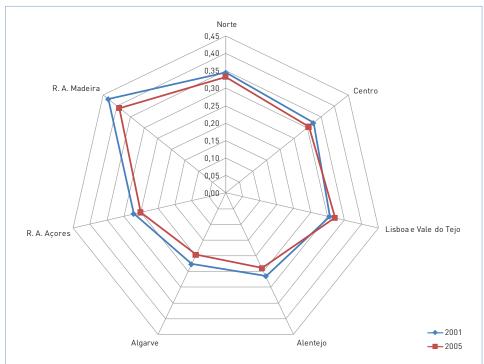
Já no que respeita ao nível interno de equidade social no Alentejo este pode ser medido, por exemplo, pelo grau de desigualdade existente na distribuição do rendimento na região. Para o efeito, pode utilizar-se como indicador de medida o grau de dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante face à respectiva NUTS II e NUTS III, avaliado

⁽¹⁾ Incluindo a Lezíria do Tejo



pelo coeficiente de variação ponderado pela população residente. Deste modo, a dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante face à respectiva NUTS II atingia 0,24 no Alentejo em 2005, o segundo valor mais baixo observado ao nível das diversas NUTS II (Gráfico 1.8) e bastante inferior à dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante face à média nacional de 0,37. Apenas os concelhos do Algarve face à respectiva NUTS II apresentavam um nível de dispersão mais baixo (0,20). Em termos evolutivos face a 2001, o nível de dispersão concelhia no Alentejo reduziu-se em 0,03 pontos percentuais (p.p.), redução apenas ligeiramente acima da observada na dispersão de todos os concelhos face à média nacional (0,02 p.p.).

Gráfico 1.8. – Dispersão Concelhia do Rendimento Bruto por Habitante face à NUTS II



Fonte: DPP com base em dados da DGCI e INE

Tomando em consideração as NUTS III do Alentejo e os respectivos concelhos, observa-se, em 2005, um maior nível de dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante face à respectiva NUTS III no Baixo Alentejo (0,27), seguido do Alentejo Central (0,24), Alentejo Litoral (0,19) e Alto Alentejo (0,17) (Gráfico 1.9). O grau de dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante no Baixo Alentejo constituía o sétimo nível de desigualdade na distribuição do rendimento bruto por habitante face à respectiva NUTS III mais elevado observado no país naquele ano e próximo dos valores verificados nas sub-regiões Cávado, Dão-Lafões, Beira Interior e Grande Lisboa. Face a 2001, observa-se uma redução do nível de dispersão concelhia de 0,03 p.p. no Alentejo Litoral e de 0,02 p.p. nas restantes sub-regiões do Alentejo.



Minho-Lima R. A. Madeira 0.45 R. A. Açores Grande Porto Algarye Lezíria do Tejo Baixo Alenteio Entre Douro e Vouga 0.20 Alenteio Central Alto Alenteio 0,05 Alto Trás-os-Montes 0.00 Baixo Vouga Alentejo Litoral Península de Setúbal Baixo Mondego Grande Lisbo Pinhal Litoral

Médio Tejo

Cova da Beira

Beira Interior Sul

Gráfico 1.9. – Dispersão Concelhia do Rendimento Bruto por Habitante face à NUTS III

Fonte: DPP com base em dados da DGCI e INE

2001

2005

Pinhal Interior Norte

Pinhal Interior Sul

Serra da Estrela

Conclui-se assim, pela análise do conjunto daqueles dados, que a dispersão concelhia do rendimento bruto por habitante no Alentejo é mais baixa face à observada a nível nacional, sugerindo, assim, um maior nível de coesão territorial interna. O Baixo Alentejo apresenta uma dispersão concelhia mais elevada face à observada no conjunto do Alentejo, enquanto o Alentejo Central apresenta uma dispersão idêntica e o Alentejo Litoral e o Alto Alentejo apresentam níveis de dispersão menos acentuados. Os níveis de dispersão concelhia no Alentejo observaram uma redução ligeira entre 2001 e 2005, dentro da dimensão observada a nível nacional.

Beira Interior Norte

O Rendimento Social de Inserção (RSI) visa promover a inclusão social permitindo, de forma aproximada, também avaliar a intensidade da pobreza numa região. No Alentejo, em 2006, havia 53 beneficiários por mil habitantes (com 15 ou mais anos de idade), valor nitidamente acima da média nacional de 38 beneficiários. O número de beneficiários reduziu-se apenas ligeiramente face a 2002²⁷ (menos 4 beneficiários, à semelhança do observado em termos médios nacionais).

O número de beneficiários por sub-regiões atingiu o valor mais elevado no Baixo Alentejo (68), seguido do Alto Alentejo (63), Alentejo Central (43) e Alentejo Litoral (38). Verifica-se assim que, em 2006, as sub-regiões do Alentejo tem um número de beneficiários do RSI por mil habitantes (com 15 ou mais anos de idade) superior ou pelo menos igual ao número médio nacional. Face a 2002, observa-se uma forte redução do número de beneficiários no

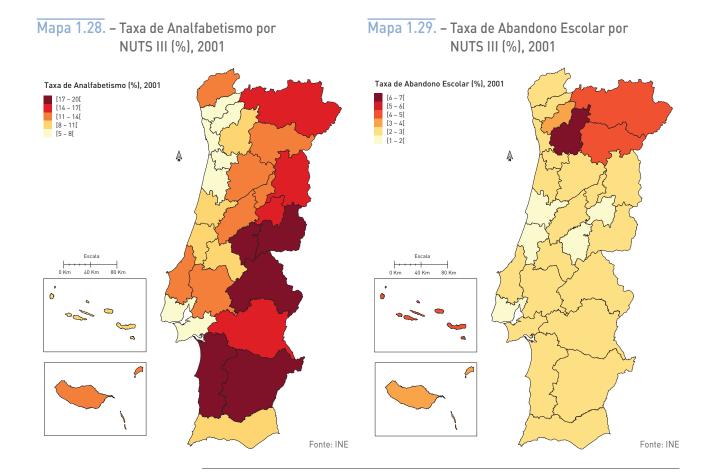
²⁷ Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido em 2002.



Os indicadores de educação para a NUTS II Alentejo incluem a Lezíria do Tejo. Baixo Alentejo (– 23) e uma pequena diminuição no Alentejo Litoral (– 3). O maior crescimento verificou-se no Alentejo Central (+ 6), passando a situar-se acima da média nacional.

A nível de indicadores de educação²⁸, de acordo com os dados do Censos 2001, a taxa de analfabetismo (Mapa 1.28) – percentagem de pessoas na faixa etária com 10 e mais anos que "não sabe ler nem escrever" face à população do mesmo grupo etário – continuava a ser no Alentejo a mais elevada do país, registando 15,9% (9% em termos médios nacionais), atingindo valores mais elevados no Alentejo Litoral (19,2%), Baixo Alentejo (18,2%) e Alto Alentejo (17,6%). No Alentejo Central a taxa de analfabetismo é um pouco mais baixa (14,8%) mas, mesmo assim, muito acima da média nacional.

A proporção da população residente com, pelo menos, a escolaridade obrigatória situava-se nitidamente abaixo da média nacional em 2001 (31,2%, contra 38,0%), situação observada em todas as sub-regiões, atingindo o nível mais baixo no Baixo Alentejo com 28,2% (existem contudo diversas NUTS III do Centro e Norte que atingem proporções inferiores à observada no Baixo Alentejo). A taxa de abandono escolar, ou seja, a percentagem de população com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9.º ano face à população do mesmo grupo etário, atingia 2,7% em 2001, valor próximo da média nacional (2,8%). No Baixo Alentejo, esta taxa era um pouco mais elevada, atingindo 3% (Mapa 1.29).

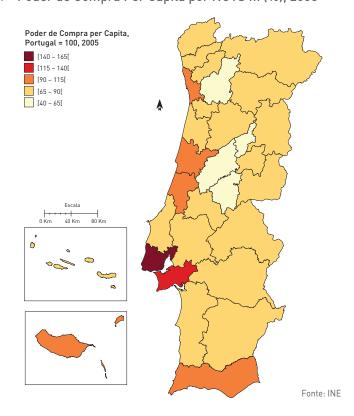




A taxa real de pré-escolarização, ou seja, a relação percentual entre o número de indivíduos dos 3 aos 5 anos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente do mesmo grupo etário²⁹, atingia 89,1% no Alentejo em 2005/2006, face a 77,7% em Portugal, constituindo a segunda maior taxa de pré-escolarização do país logo a seguir à observada no Centro (89,4%). As elevadas taxas de pré-escolarização, habitualmente observadas no Alentejo, poderão ser parcialmente explicadas pelo facto das crianças estarem inscritas maioritariamente em estabelecimentos do pré-escolar de natureza pública (59,6% em 2006/2007), o que não acontece nas regiões de Lisboa e do Algarve (com apenas, respectivamente, 30,9% e 47,7% em 2006/2007).

O Poder de Compra *per capita*, obtido através do Estudo do INE sobre o Poder de Compra Concelhio de 2005, atingia no Alentejo 83,5% do poder de compra médio do país (76,1% em 2004)³⁰, situando-se apenas na quinta melhor posição a nível das NUTS II do país, uma posição acima da registada em 2004 bem como em 2002 (sexta posição), com nítidas melhorias em todas as sub-regiões face àqueles dois períodos, melhoria esta mais acelerada no último ano. O Alentejo Central apresentava o maior poder de compra *per capita* com 88,2% (81,6% em 2004), destacando-se pela negativa Mourão, Alandroal e Portel apenas na casa dos 50%-55% da média nacional (Mapa 1.30). De seguida, surgiam o Alentejo Litoral e o Alto Alentejo (85,7% e 81,9%, respectivamente, face a 77,9% e 75,3% em 2004). O Baixo Alentejo apresentava o valor mais baixo com 77,1% (face a 68,1% em 2004), embora tenha registado o maior acréscimo por NUTS III do Alentejo face ao ano anterior, destacando-se pela negativa os concelhos de Barrancos e Mértola com um poder de compra, também, na casa dos 50%-55% da média nacional. O poder de compra mostra-se mais elevado nos territórios urbanos como Évora, Sines, Beja e Portalegre com valores acima da média nacional.

Mapa 1.30. - Poder de Compra Per Capita por NUTS III (%), 2005



²⁹ Dados do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação (GEPE--ME, 2008).

³⁰ Apenas para referência, incluindo a Lezíria do Tejo, o poder de compra per capita no Alentejo registava 85,6% (76,8% em 2004).



³¹ Incluindo a Lezíria do Tejo.

A estrutura das despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados, por tipo de produto consumido, no Alentejo³¹ em 2005/2006, de acordo com o Inquérito às Despesas das Famílias, revelava um perfil relativamente próximo ao observado a nível nacional (Quadro 1.20). As divisões com maior peso no consumo respeitavam à Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis, Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas, Transportes e Restaurantes e Hotéis. À excepção dos Transportes, todas estas divisões detinham um peso ligeiramente superior à média nacional. Cabe ainda relevar um menor peso na estrutura do consumo no Alentejo, da divisão Lazer, Recreação e Cultura e Educação e um maior peso da Saúde. Face a 2000, observa-se uma redução acentuada no peso das despesas com Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas e uma forte subida na rubrica de Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis, tendência também registada a nível nacional.

Quadro 1.20. – Estrutura das Despesas de Consumo Médias Anuais dos Agregados Domésticos Privados e Tipo de Produto, 2005/2006

	Portugal	Alentejo (1)
Total	100,0	100,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	15,5	16,7
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	2,3	2,6
Vestuário e calçado	4,1	3,9
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	26,6	27,7
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente dahabitação	4,8	4,4
Saúde	6,1	6,9
Transportes	12,9	11,7
Comunicações	2,9	3,2
Lazer, recreação e cultura	5,7	4,4
Educação	1,7	0,9
Restaurantes e hotéis	10,8	11,2
Bens e serviços diversos	6,5	6,3

A proporção de agregados domésticos privados com equipamento de comunicação e lazer é menor na região, em qualquer tipo de equipamento, face ao observado em termos médios nacionais. Nos equipamentos de telefone – rede móvel, computador e televisão por

(1) Inclui a Lezíria do Tejo

Fonte: INE

cabo/satélite apenas 72,3%, 36,6% e 24,8%, respectivamente, dos agregados em 2005/2006
possuíam estes equipamentos no Alentejo³², contra 81,4%, 43,9% e 42,1% a nível nacional (Quadro 1.21). A proporção de agregados domésticos privados com ligação à Internet atingia 38,0% em 2008³³, um valor nitidamente abaixo da média nacional (46,0%) e o mais baixo

(Quadro 1.21). A proporção de agregados domésticos privados com ligação à Internet atingia 38,0% em 2008³³, um valor nitidamente abaixo da média nacional (46,0%) e o mais baixo observado a nível de NUTS II, registando um aumento face a 2002 mas abaixo do aumento médio nacional. Verifica-se, no entanto, que existe uma menor diferença entre o Alentejo e a média nacional quando se considera a proporcão de agregados domésticos privados com

ligação à Internet através de banda larga (34,5%, contra 39,3% a nível nacional).



Quadro 1.21. – Proporção de Agregados Domésticos Privados com Equipamento de Comunicação e Lazer Seleccionado (%)

Tipo de Equipamento Seleccionado	Portugal	Alentejo (1)
Telefone – rede móvel	81,4	72,3
Computador	43,9	36,6
Televisão por cabo/satélite	42,1	24,8

(1) Inclui a Lezíria do Tejo

Fonte: INE

O mercado de trabalho no Alentejo³⁴ mostra-se pouco dinâmico, quer em termos de mão-de-obra disponível, quer na capacidade de absorção dessa mesma mão-de-obra, especialmente, do grupo etário mais jovem (Quadro 1.22). Efectivamente, o Alentejo registava a taxa de actividade (15 e mais anos) mais baixa do país em 2008 (55,5%, contra 62,5% em Portugal), apesar de ter registado um forte aumento face a 2000 (+ 4,1 p.p.), um crescimento mais acentuado face à média nacional (+ 1,6 p.p.) e apenas ultrapassado nas regiões autónomas. Considerando apenas o grupo etário dos 15-64 anos, a taxa de actividade subia de modo significativo aproximando-se da média nacional (72,9%, contra 74,2% em Portugal). A taxa de desemprego registava o valor mais elevado a nível nacional, alcançando 9,0% em 2008 (7,6% em Portugal), e atingindo particularmente as mulheres (11,7%, contra 8,8% em Portugal). Face a 2000, a taxa de desemprego no Alentejo agravou-se substancialmente embora dentro do nível observado no conjunto do país (+ 3,7 p.p.).

Quadro 1.22. – Indicadores do Mercado de Trabalho por Regiões, 2000, 2007 e 2008

	Taxa activida mais ano	de 15 e	Taxa de actividade 15-64 anos (2) (%)		Taxa de Desemprego (3) (%)		Taxa de Desemprego de Longa Duração (4) (%)		Taxa de Desemprego dos Jovens (5) (%)	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2007	2000	2007
Portugal	60,9	62,5	69,0	74,2	3,9	7,6	1,7	3,9	8,6	16,6
Norte	61,9	62,7	68,1	72,9	4,1	8,7	1,9	5,1	8,0	16,6
Cento	65,5	66,7	72,7	76,7	2,2	5,4	0,7	2,5	6,8	13,6
Lisboa	60,0	61,1	69,8	74,8	5,3	8,2	2,3	4,2	11,3	18,7
Alentejo (6)	51,5	55,5	68,0	72,9	5,3	9,0	2,6	3,2	10,7	20,1
Algarve	57,4	60,5	63,7	74,7	3,5	7,0	1,4	2,7	7,7	19,7
Região Autónoma dos Açores	53,3	59,3	57,1	68,6	2,9	5,5	1,3	1,7	8,1	12,1
Região Autónoma da Madeira	57,1	62,3	62,7	71,5	2,5	6,0	1,1	3,3	4,6	16,9

^{(1) (}População Activa/População com 15 anos e mais) \times 100

Fonte: INE

³⁴ Os indicadores para o mercado de trabalho para a NUTS II Alentejo incluem a Lezíria do Tejo.

^{(2) (}População Activa 15-64 anos/População com 15-64 anos) $\times\,100$

^{(3) (}População Desempregada/População Activa) \times 100

^{(4) (}População Desempregada há 12 ou mais meses / População Activa) \times 100

^{(5) (}População Desempregada 15-24 anos / População Activa 15-24 anos) \times 100

⁽⁶⁾ Incluindo a Lezíria do Tejo



³⁵ Em 2007, o Alentejo apresentava uma taxa de desemprego de 8,4% apenas ligeiramente superior à média nacional (8,0%). De acordo com os últimos dados disponíveis relativos a 2007³⁵, o Alentejo apresentava uma taxa de desemprego de longa duração inferior à média nacional (3,2%, contra 3,9%), situação inversa à que se observava em 2000 (2,6%, contra 1,7%). Já no que respeita à taxa de desemprego dos jovens (15-24 anos) a situação na região mostrava-se bastante negativa e um pouco mais agravada face à média do país atingindo 20,1% (16,6% em Portugal), ou seja, a taxa mais elevada observada a nível regional. Face a 2000, a taxa de desemprego dos jovens agravou-se substancialmente (+ 9,4 p.p., face a + 8,0 p.p. em Portugal). Considerando os níveis de escolaridade da população activa atingida pelo desemprego, registava-se no Alentejo, em 2007, uma maior capacidade de absorção da população activa com o ensino superior completo face ao registado em termos médios nacionais (taxa de desemprego de 6,7%, contra 7,5% em Portugal), ao contrário da população activa sem escolaridade obrigatória (taxa de desemprego de 8,5%, contra 7,6% em Portugal).

Quanto ao acesso a serviços de saúde, considerando o número de médicos ao serviço nos centros de saúde, existiam 0,74 médicos por mil habitantes em 2007 no Alentejo, valor um pouco acima da média nacional (0,69) e praticamente idêntico ao observado em 2002 (0,76). O Alto Alentejo apresentava um rácio ligeiramente superior (0,85), seguido do Alentejo Central e Baixo Alentejo (respectivamente, 0,75 e 0,74). O Alentejo Litoral por sua vez apresentava um rácio inferior à média nacional e regional (0,60). Face a 2002, observaram-se descidas neste rácio no Alentejo Litoral (– 0,08 p.p.) e no Baixo Alentejo (– 0,05 p.p.).

Já no que respeita ao número total de farmácias e postos farmacêuticos móveis, o seu valor atingia 0,51 por mil habitantes em 2007 no Alentejo, valor nitidamente acima da média nacional de 0,29, atingindo rácios acima desta média em todas as sub-regiões e, especialmente, no Alto Alentejo (0,66). Note-se, no entanto, que no Alentejo 34,2% do total destes estabelecimentos em 2007 eram postos farmacêuticos móveis (8,3% a nível nacional), ou seja, estabelecimentos com actividade idêntica à actividade de farmácia mas que têm tempos de atendimento local mais limitados. Dada a sua ruralidade e baixa densidade, o Alentejo é, sem dúvida, a região onde a proporção de postos farmacêuticos móveis é a mais elevada, atingindo-se valores ainda mais altos nas sub-regiões do Alto Alentejo e Alentejo Central (respectivamente, 42,3% e 38,1%). Relativamente a 2002, o peso deste tipo de estabelecimentos manteve-se praticamente constante no conjunto da região, enquanto em termos médios nacionais se verificou uma ligeira redução (– 2,8 p.p.).

³⁶ Inclui número de recintos utilizados de Cinema, Recintos Culturais, Museus e Galerias de Arte e Outros Espaços. A oferta cultural, medida em termos de número de equipamentos culturais por mil habitantes³⁶, é elevada atingindo 0,36 em 2005 (0,16 em termos médios nacionais), registando valores acima da média nacional em todas as sub-regiões, especialmente no Alto Alentejo (0,43). No conjunto do Alentejo observa-se uma maior oferta, por habitante, dos equipamentos relativos a Recintos Culturais e Galerias de Arte e Outros Espaços. A oferta de equipamentos registou um acréscimo na região face aos valores de 2000 (0,26), acréscimo este mais significativo no Alentejo Central e Alto Alentejo.



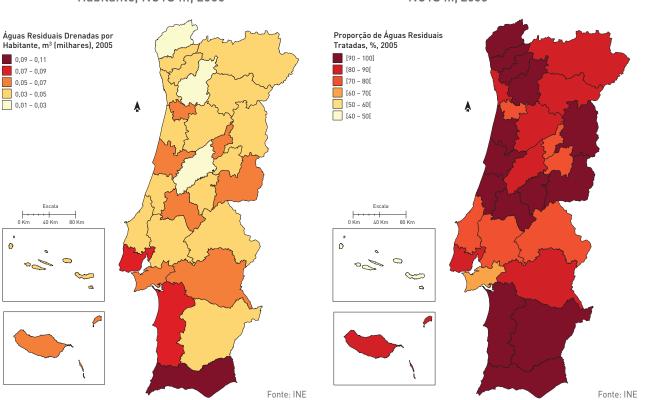
1.4.2. Qualidade Ambiental

As condições de vida em termos de qualidade ambiental, resultam de um conjunto de processos relativos à recolha e tratamento de resíduos, líquidos e sólidos urbanos, e de resultados em termos de qualidade do ar e da água para utilizações humanas, bem como na oferta de amenidades naturais.

As águas residuais drenadas por habitante atingiam no Alentejo 0,055 milhares de m³ em 2005, valor ligeiramente acima da média nacional (0,051), o que se deve ao maior volume descarregado por habitante, essencialmente no Alentejo Litoral (0,085), mas também no Alentejo Central (0,053) (Mapa 1.31). A percentagem de população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) atingia 74% em 2005, valor acima da média nacional de 64%, registando 84% no Baixo Alentejo o que constitui um dos valores mais altos observados a nível regional em todo o país (ultrapassado apenas na Beira Interior Sul e na Grande Lisboa). A proporção de águas residuais tratadas atingia 88,6% no Alentejo em 2005 (85,7% em Portugal), registando uma evolução muito favorável face a 2001 (78,5% no Alentejo e 75,4% em Portugal). Numa análise por sub-regiões, destaca-se, positivamente, o Alentejo Litoral com 99% das suas águas residuais tratadas em 2005 e, negativamente, o Alto Alentejo com apenas 78,1% (Mapa 1.32). Comparativamente ao ano de 2001, a evolução mais favorável foi registada pelo Alentejo Litoral e pelo Alentejo Central (respectivamente, + 19,6 p.p. e + 11,1 p.p. face a 2001).

Mapa 1.31. – Águas Residuais Drenadas por Habitante, NUTS III, 2005

Mapa 1.32. – Proporção de Águas Residuais Tratadas, NUTS III, 2005

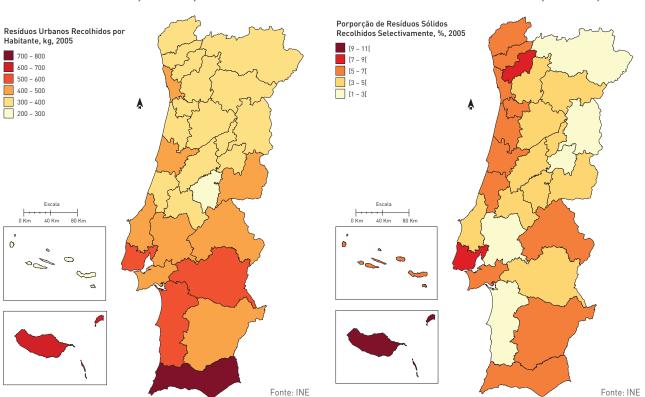




O volume de resíduos urbanos recolhidos por habitante atingia 489 kg no Alentejo em 2005, acima da média nacional de 445 kg, com todas as sub-regiões alentejanas a apresentarem valores acima do valor médio nacional (Mapa 1.33). Os valores mais elevados são atingidos no Alentejo Central registando 515 kg e no Alentejo Litoral com 508 kg (valores só ultrapassados no Algarve, Região Autónoma da Madeira e Grande Lisboa). A proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente atingia apenas 4,6% em 2005 (6,0% a nível nacional) registando, contudo, uma evolução positiva face a 2002 (1,0% no Alentejo, contra 3,4% a nível nacional). O Alentejo Central e o Alentejo Litoral para além de apresentarem capitações elevadas de resíduos urbanos recolhidos apresentavam as taxas de recolha selectiva mais baixas da região com apenas 4,8% e 1,7% (0,4% e 0,0% em 2002) (Mapa 1.34).

Mapa 1.33. – Resíduos Urbanos Recolhidos por Habitante, NUTS III, 2005

Mapa 1.34. – Proporção de Resíduos Urbanos Recolhidos Selectivamente, NUTS III, 2005



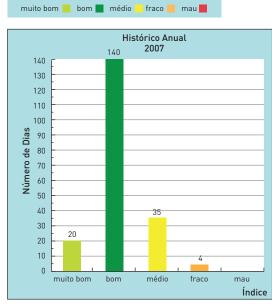
No Índice de Qualidade do Ar (IQAr), é tomado em conta um conjunto de poluentes atmosféricos, sendo que a classe predominante do IQAr em 2007 foi Bom quer no Alentejo Litoral quer no Alentejo Interior (Gráfico 1.10). O conjunto de dias classificados como Muito Bom e Bom representaram 64,0% e 80,4% do total de dias, respectivamente, no Alentejo Litoral e Alentejo Interior.



Gráfico 1.10. – Índice de Qualidade do Ar no Alentejo, 2007

Alentejo Litoral muito bom bom médio fraco mau Histórico Anual 2007 200 180 160 140 Número de Dias 120 100 80 60 40 20 bom médic fraco Índice

Alentejo Interior

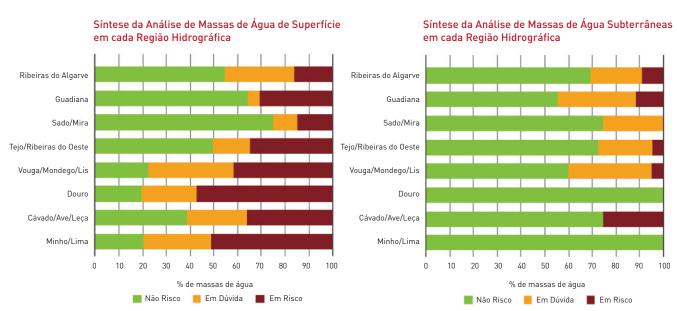


Fonte: APA, QualAr Base de Dados On-Line sobre a Qualidade do Ar, http://www.qualar.org/

A qualidade das massas de água de superfície e subterrâneas no Alentejo, medida pelo risco de incumprimento dos objectivos ambientais referentes ao bom estado e bom potencial das massas de água a alcançar até 2015³⁷, é positiva (Gráfico 1.11). Especialmente ao nível das massas de água de superfície, o risco de incumprimento é menor quando comparado com outras regiões hidrográficas do país, tendo a região hidrográfica do Sado/Mira obtido a menor percentagem de massas de água em risco de incumprimento.

³⁷ Transposição da Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, que estabeleceu um quadro de acção comunitária no domínio da política da água.

Gráfico 1.11. – Síntese da Análise de Massas de Água de Superfície e Subterrâneas em cada Região Hidrográfica

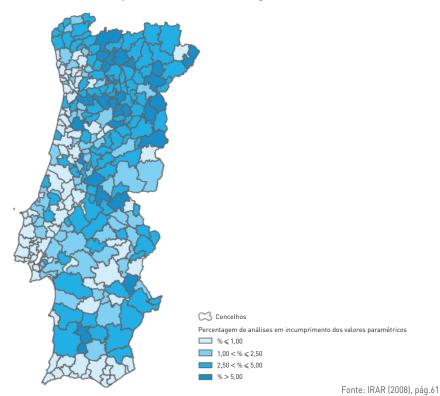


Fonte: APA (2007), pág. 51, a partir de INAG (2005), *Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas prevista na Directiva Quadro da Água*, Instituto da Água, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional



No que respeita à qualidade da água para consumo humano, considerando as análises em incumprimento ao valor paramétrico por concelho em 2007, observa-se que no Alentejo o grau de incumprimento era superior ao verificado na generalidade dos concelhos do litoral do país mas inferior ao observado no Norte Interior (Mapa 1.35). Numa análise por sub-regiões, o Alto Alentejo apresentava mais concelhos com graus de incumprimento mais elevados, enquanto o Alentejo Central mostrava graus de incumprimento inferiores.

Mapa 1.35. – Percentagem de Análises em Incumprimento do Valor Paramétrico por Concelho em Portugal Continental, 2007



O Alentejo possui diversas áreas classificadas englobando (Mapa 1.36): as Áreas Protegidas pertencentes à rede nacional, visando a conservação da natureza e da biodiversidade; os Sítios, os quais têm como principal objectivo contribuírem para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no território da União Europeia; e as Zonas de Protecção Especial (ZPE) as quais visam garantir a protecção das populações selvagens das várias espécies de aves no território da União Europeia (Sítios e ZPE ambos pertencentes à Rede Natura 2000). Cerca de 25% da área total do Alentejo era considerada área classificada em 2005, um valor apenas ligeiramente acima da média nacional (cerca de 22%). Numa análise por sub-regiões, destaca-se a percentagem de área classificada no Alto Alentejo (cerca de 34%), bem como no Alentejo Litoral e Baixo Alentejo (respectivamente, cerca de 30% e 29%), sendo que o Alentejo Central detinha uma proporção de área classificada menos significa-

tiva (cerca de 10%).



Mapa 1.36. – Áreas Classificadas em Portugal Continental em 2008

Fonte: ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade)

Em síntese, no Alentejo existe um nível de acesso ao rendimento por habitante inferior à média nacional, observando-se uma intensidade da pobreza, medida pelo número de beneficiários do RSI face à população (com 15 ou mais anos de idade), superior à nacional. A desigualdade interna na distribuição concelhia do rendimento é baixa quando comparada com a observada em termos médios nacionais e com a maioria das restantes NUTS II, revelando um nível mais alto de equidade territorial. Alguns indicadores de coesão, como a esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil indiciam condições de vida um pouco mais débeis face ao conjunto nacional, embora o acesso à saúde esteja dentro dos padrões médios nacionais. Os indicadores de educação revelam baixos níveis de habilitações da população com melhorias registadas nos grupos etários mais jovens. O acesso ao emprego mostra-se mais fraco na região, especialmente na camada etária mais jovem. As condições materiais medidas, por exemplo, pelas despesas dos agregados domésticos com equipamentos de comunicação e lazer são na generalidade baixas, no entanto, o acesso a equipamentos culturais surge elevado. A qualidade ambiental é alta o que pode constituir uma potencialidade para a região, embora pareçam existir dificuldades com uma excessiva emissão de resíduos urbanos por habitante e a uma fraca recolha selectiva dos mesmos.



1.5. Processos de Convergência no Alentejo

Em 2006 o Alentejo representava 4,1% do emprego e 4,8% do VAB. Em termos de desempenho a sua produtividade correspondia a 115,7% da produtividade média nacional e o VAB *per capita* correspondia a 98,4% da média nacional. Isto é, com dimensão económica reduzida, o Alentejo apresentava, no entanto, indicadores de desempenho que o colocavam na 3.ª posição nacional na produtividade e na 4.ª posição nacional no VAB *per capita*, no culminar de um processo de crescimento desde 2000, que se pode considerar globalmente positivo, sobretudo no VAB *per capita*.

Todavia os valores globais de desempenho escondem uma realidade intra-regional muito desigual:

- □ O excelente desempenho na produtividade deve-se a duas sub-regiões (Alentejo Litoral e Baixo Alentejo com, respectivamente, 177,6 e 123,7% da média nacional, embora as restantes sub-regiões com valores em torno dos 93% se situem bem acima da média do Norte e do Centro (com valores em torno dos 82 e 76%);
- □ O desempenho próximo da média no VAB *per capita* deve-se ao Alentejo Litoral, com 148% da média, apresentando as restantes sub-regiões valores mais modestos, mas ainda assim bem acima da média do Norte; e,
- Os desempenhos naquelas duas sub-regiões são também concomitantes com grandes desigualdades internas, destacando-se Sines e Neves Corvo pela positiva.

Interessa agora ver, tomando o quadro 1.23, em que medida os desempenhos do Alentejo se traduziram em processos de convergência no contexto nacional.

Assim, no período de 2000 a 2006, o Alentejo convergiu na densidade nominal do VAB, na medida em que a sua taxa de crescimento naquele indicador registou um diferencial positivo de 4,3% em relação à média nacional, mas isso ocorreu quase apenas devido ao efeito de preços já que o diferencial de crescimento em volume foi quase nulo. Significa isso, que o Alentejo melhorou ligeiramente o seu peso no VAB a preços correntes, que passou de 4,6% em 2000 para 4,8% em 2006. Tratando-se de um pequeno incremento absoluto na quota de VAB, não deixa todavia de ser relevante, uma vez que nos ciclos de crescimento anteriores (desde 1988) o Alentejo tinha apresentado sempre desvios de crescimento negativos e mais importantes em termos absolutos.



Quadro 1.23. - Processos de Convergência no Alentejo: 2000-2006

	% Variação da quota nominal no VAB	Efe	eito	Diferenciais de crescimento (%)			
		Preço %	Volume %	VAB per capita	População	Produtivi- dade	Emprego
Alentejo	4,3	4,0	0,3	5,3	- 4,9	- 4,0	4,4
Alentejo Litoral	14,3	6,9	7,4	11,5	- 4,0	- 2,1	9,5
Alto Alentejo	- 4,9	- 0,5	- 4,4	3,0	- 7 , 4	- 7,2	2,9
Alentejo Central	- 7 , 4	- 0,6	- 6,8	- 4,0	- 2,8	- 8,0	1,2
Baixo Alentejo	16,7	10,4	6,4	12,4	- 6,0	- 0,6	7,0

Fonte: DPP

Também em termos do VAB *per capita*, o Alentejo convergiu quer em termos nominais, quer em termos reais, apresentando um diferencial de crescimento de 5,3% em relação à média nacional (passou de 90% daquela média em 2000, para 95% em 2006). Todavia, a convergência registada foi amplamente sustentada num diferencial negativo de crescimento da população da ordem dos 4,9% (naquele período, passou de 5,1 para 4,9% da população nacional).

Já no caso da produtividade, registou-se um movimento de convergência (mas de sentido negativo, pois passou de 115,8 para 111,2% da produtividade média nacional), com um diferencial de crescimento de -4,0% em relação à média nacional, em resultado de um diferencial de crescimento positivo do emprego de 4,4%, concomitante com o, já referido, diferencial quase nulo de crescimento do VAB em volume.

Os comportamentos globais do Alentejo não deixam todavia de encobrir comportamentos sub-regionais muito contrastados. Assim, como se pode verificar pelo quadro 1.23, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, entre 2000 e 2006, convergiram em termos de densidade do VAB e de VAB *per capita*, enquanto Alto Alentejo e Alentejo Central divergiram na densidade de VAB. Todas as sub-regiões apresentaram desvios negativos de crescimento na produtividade.

Em todas as sub-regiões os processos de convergência registados no VAB *per capita* foram sustentados em divergências negativas no crescimento populacional, enquanto na produtividade, a divergência negativa se deveu a diferenciais de crescimento do emprego positivos.

A análise da convergência não se resume aos ganhos e perdas de posições das regiões no contexto nacional ou noutro de nível superior, podendo estender-se à dimensão da dispersão dos indicadores no contexto nacional (convergência sigma) ou a outras medidas mais elaboradas, como a convergência beta. Segundo este conceito, a convergência não se define pela aproximação das regiões às médias nacionais dos indicadores de relevo, mas sim pela



sua aproximação a um limiar de crescimento, em que, considerando a lei dos rendimentos decrescentes, as estruturas regionais de factores produtivos e de população se estabilizam e, por conseguinte, já não são possíveis mais ganhos de produtividade e de VAB *per capita* (daí a designação desse limiar como "estado estacionário").

No que se refere à convergência sigma, medida através da evolução dos coeficientes de variação do VAB per capita e da produtividade entre NUTS III, mostra-nos que a convergência entre 2000 e 2006 foi quase nula. Mostra-nos também que a tendência para a ocorrência de maior convergência nos períodos de menor crescimento, não se manteve no período de 2000-2006. A mesma análise, com base na decomposição do índice de Theil, mostra-nos também que as desigualdades na distribuição da população determinam em 95% as desigualdades na distribuição espacial do VAB. Trata-se de um elemento estrutural importante, que indicia a importância das aglomerações urbanas na reprodução do sistema territorial, e a dificuldade da superação dos desníveis territoriais de desenvolvimento.

A análise das convergências beta (da produtividade e do VAB *per capita*) mostra-nos que não há tendência de crescimento para um mesmo estado estacionário. Isto é, quando há convergência, isso acontece com as regiões a crescerem para metas diferentes, tendo em conta as suas características estruturais, o que constitui uma hipótese mais realista do que a de todas crescerem para a mesma meta.

Com base nesta constatação, Barradas e Lopes (2007) procederam a uma análise de clubes de convergência na produtividade para o período de 1988-2003, em que as regiões são agrupadas segundo estados estacionários de produtividade aproximados. Como se pode ver pelo mapa seguinte, o Alentejo entra em dois clubes diferentes:

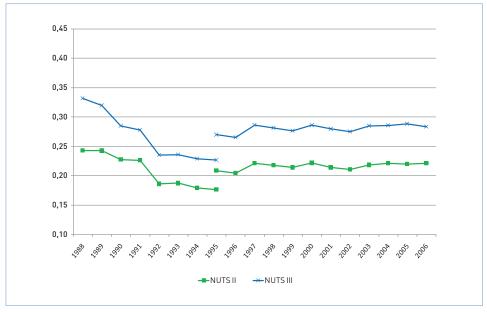
- O clube 1.ª (Clube 1 + Grande Lisboa) que apresenta o maior nível de estado estacionário 27,2, e envolve a Área Metropolitana de Lisboa, a Região Autónoma da Madeira, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Litoral, com uma produtividade em estado estacionário da ordem dos 86% da Grande Lisboa; e,
- 2. O clube 2, que está assinalado a amarelo, que envolve o Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo com um padrão de convergência similar ao que se registou no litoral do Centro, e que no seu conjunto apresenta um nível de estado estacionário de 19,4 superior aos 13,7 do clube 3³⁸ que envolve a maior parte do Norte e do Centro Interior.

A análise da convergência beta no VAB *per capita*, mostra-nos uma maior segmentação entre os dois clubes de nível superior, em que, comparativamente à convergência na produtividade, também o Alentejo Central se insere no clube 1, que abrange também partes mais significativas do Centro Litoral.

³⁸ O mesmo sucedendo com os níveis de produtividade no início e no fim do período de análise.

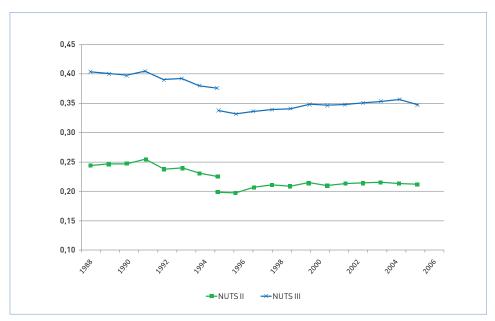


Gráfico 1.12. – Coeficiente de Variação Ponderado da Produtividade (preços correntes) 1988-2006



Fonte: DPP, a partir das Contas Regionais do INE

Gráfico 1.13. – Coeficiente de Variação Ponderado do VAB *per capita* (preços correntes) 1988-2006

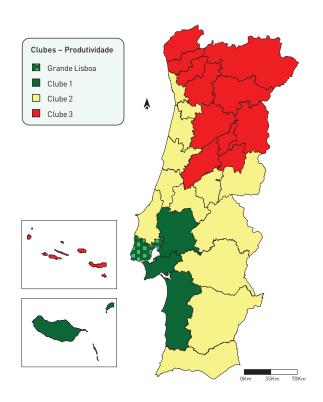


Fonte: DPP, a partir das Contas Regionais do INE

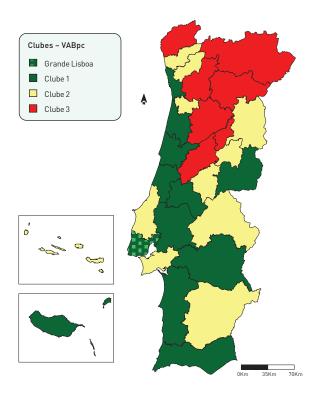
30 -

Mapa 1.37. – Clubes de Convergência no Período de 1988-2003

Clubes de Convergência segundo a Produtividade



Clubes de Convergência segundo o VAB per capita



Fonte: DPP



2. O ALENTEJO NO HORIZONTE 2015 - VISÕES INSTITUCIONAIS

As visões institucionais para o Alentejo em 2015 consubstanciam-se num conjunto integrado de políticas territoriais que pretendem: imprimir uma maior coerência aos instrumentos de ordenamento e gestão territorial; coordenar e descentralizar a gestão territorial e estimular comportamentos mais exigentes por parte de todos os actores envolvidos, sejam entidades públicas, cidadãos ou empresas.

No âmbito deste documento privilegiaram-se o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), designadamente no que respeita a Região do Alentejo, o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo, o Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA) e o Programa Operacional Regional do Alentejo (POR Alentejo).

2.1. O Alentejo no PNPOT

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)³⁹, é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções relevantes para o território nacional, integra o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e é um instrumento de cooperação territorial com os restantes Estados Membros da União Europeia.

³⁹ Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o PNPOT.

O Alentejo sendo uma região de muito baixa densidade, representa quase um terço da superfície do País e somente 5,2% da população total. Neste contexto, o sistema urbano regional é essencial e enfrenta um conjunto de desafios:

- Manter o equilíbrio entre a dimensão mínima dos mercados e das economias de aglomeração com a ocupação equilibrada do território de modo a permitir o acesso aos serviços e funções urbanas equitativamente;
- Racionalizar a implementação dos equipamentos sociais, promovendo a cooperação entre os municípios;
- Incentivar o equilíbrio dos centros urbanos junto à fronteira, num contexto de crescimento integrado, tendo em consideração as redes de cooperação e de competição com as cidades espanholas mais próximas.

Para o futuro do Alentejo tem particular relevância, em termos de opções estratégicas territoriais:

☐ A integração de um modelo territorial coerente e integrador dos cinco elementos estratégicos do território: relação com Lisboa; reforço da integração e policentrismo do sistema urbano regional e consolidação das suas principais centralidades; Sines; potencial do Alqueva e relações transregionais;



П	A afirmação de Sines como grande porto atlântico da Europa e grande plataforma de serviços de logística internacional, indústria e energia;
	A consolidação do corredor Lisboa – Évora – Badajoz, a dotação em infra-estruturas dos corredores Algarve – Beja – Évora – Portalegre – Castelo Branco, Sines – Grândola – Beja – Vila Verde Ficalho e Sines – Évora – Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;
	A consolidação da centralidade de Évora e dos restantes pólos de nível superior estruturantes do sistema urbano da região: Portalegre, Beja, Sines/Santo André/Santiago do Cacém e reforçando a dimensão, especialização funcional e complementaridade entre os vários centros;
	A valorização e integração dos centros urbanos de menores dimensões com o objectivo de desenvolver uma rede de pólos integradores das funções urbanas e dos espaços rurais, muitos dos quais localizados estrategicamente nas ligações chave das novas acessibilidades;
	A promoção do eixo Vendas Novas – Montemor – Évora como um eixo de desconcentração industrial e logística da Área Metropolitana de Lisboa;
	O reforço do papel de Beja em especial nas ligações com o Litoral Alentejano e o Algarve, do corredor Sines – Grândola – Beja – Vila Verde de Ficalho e do papel do aeroporto;
	O reforço e organização do sistema urbano de fronteira Elvas - Campo Maior / Badajoz. A importância estratégica deste sistema urbano insere-se no âmbito do desenvolvimento da rede ferroviária e do comboio de alta velocidade, da nova plataforma logística transfronteiriça de Elvas / Caia e reforço da cooperação entre Portalegre Elvas / Campo Maior e das cidades da Estremadura e entre Beja e as cidades de Andaluzia;
	A promoção da cooperação entre instituições universitárias ao nível das actividades de investigação e desenvolvimento;
	A promoção do desenvolvimento de núcleos urbanos com potencialidades na actividade industrial, nomeadamente, no sector da construção aeronáutica e nas possibilidades de utilização do aeroporto de Beja para a sua instalação;
	O incentivo à consolidação e gestão sustentável do ciclo do produto das indústrias extractivas (piritosas de Neves Corvo / Aljustrel) e das rochas ornamentais (mármores);
	O apoio à agricultura e a definição do seu papel estratégico no âmbito dos processos de transformação programados para a Região;
	A concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, valorizando os domínios agrícola de regadio, agro-indústria, turismo e energias renováveis;



- O incentivo ao turismo como sector estratégico para a região, assegurando em simultâneo a sustentabilidade do território: espaço para o desenvolvimento de vários segmentos turísticos que preservem a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural;
- □ A estratégia de soluções integradas num quadro de situações de risco e de catástrofes naturais e de gestão dos recursos hídricos;
- ☐ A protecção e valorização dos recursos do território: na zona costeira (pesca e aquicultura); nas energias renováveis; na utilização silvo-pastoril ou florestal (aproveitamento multifuncional do montado) e recuperação das minas abandonadas e transformá-las em espaços lúdicos e culturais / educativos.

2.2. As Linhas Estruturantes do PROT Alentejo

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, que em conjunto e de acordo com o PNPOT traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecendo directrizes de carácter genérico sobre o modo de uso do mesmo, consubstanciando, o quadro de referência a considerar na elaboração de instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Os PROT surgem na sequência da aprovação do PNPOT, o qual estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Com o objectivo de construir uma visão integrada do Alentejo e das dinâmicas regionais e locais, deverá ser definido um modelo territorial que tenha em consideração os novos factores de transformação do território e promova a valorização e protecção dos seus recursos naturais e culturais.

Desta forma, nos objectivos definidos no PROT Alentejo⁴⁰ incluiu-se: a definição de opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região; a definição do modelo de organização do território regional; a identificação dos espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver as estratégias adequadas por forma promover a competitividade e coesão regionais; definição de medidas para o ordenamento agrícola e rural, salvaguarda e valorização da paisagem e de áreas ecológicas relevantes; definição de medidas para a protecção do património arquitectónico; identificar os projectos estruturantes e orientar a racionalização e coerência dos investimentos públicos.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo pode ser essencialmente repartido em duas partes fundamentais: na descrição do modelo de base territorial, materializado em opções estratégicas e na análise do diagnóstico prospectivo regional, em cinco domínios sectoriais: 1) Sistema Urbano e Modelo de Povoamento; 2) Infra-estruturas e Redes de Suporte; 3) Estrutura Sócio-Económica e Actividades Não Agrícolas; 4) Estruturas Ambientais e 5) Actividades Agro-florestais e Desenvolvimento Rural.

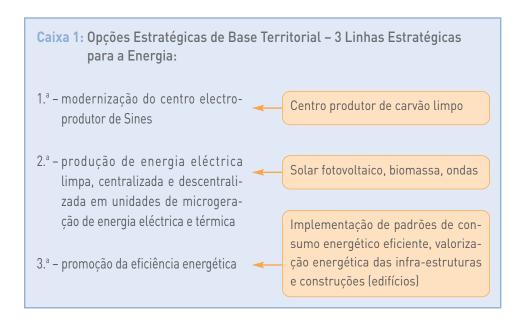
⁴⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2006 de 23 de Março.



O MODELO DE BASE TERRITORIAL

No que respeita o modelo de base territorial, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT ALENTEJO) materializa-se nas seguintes opções estratégicas de base territorial:

- □ Potenciar a abertura da região ao exterior, reforçar a conectividade internacional e afirmação externa das infra-estruturas aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e de logística nacional;
- □ Diversificação da base económica regional: constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial em articulação com as instituições do Sistema Regional de Conhecimento Tecnologia Inovação;
- □ Desenvolver de forma sustentada os sectores tradicionais estratégicos: agro-alimentar, vitivinicultura, olivicultura, subericultura, pescas e indústrias extractivas; consolidação das actividades estratégicas emergentes: turismo, aquicultura, aeronáutica, automóvel, energias renováveis, reciclagem e valorização dos resíduos e TIC's (indústrias criativas)
- Desenvolvimento do modelo de produção agro-florestal;
- ☐ Aumentar a actractividade das zonas rurais: multifuncionalidade, valorização e sustentabilidade, económica e ambiental;
- ☐ Tornar o Alentejo o destino turístico de projecção internacional, orientado para o turismo de natureza, cultural, saúde, sol e mar, enoturismo e gastronomia, turismo activo / desportivo, golfe, congressos e incentivos.
- Promoção da constituição de Sistema Regional de Conhecimento Tecnologia Inovação articulado com o modelo de base económica regional.





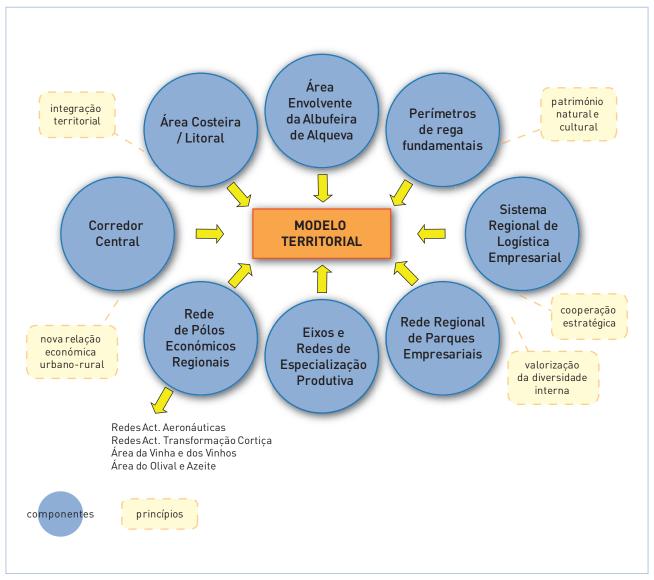
O modelo territorial tem por base os seguintes princípios: importância do património natural e cultural; valorização da diversidade interna; afirmação de uma nova relação económica urbano – rural, com o desenvolvimento das áreas rurais, a valorização dos centros urbanos e das cidades médias; cooperação estratégica e integração territorial. Compreende as seguintes componentes:

- □ Rede de Pólos Económicos Regionais: dotados de emprego, centros de I&D e de serviços e apoios às instituições, corredor logístico, acessibilidades, TIC's e efeito de rede. Necessidade de ter um pólo urbano em cada uma das sub-regiões, sendo Évora o mais importante;
- □ Corredor Central: Componente determinante da organização territorial. O Alentejo tem uma posição geográfica que beneficia do atravessamento do corredor rodo-ferroviário entre Lisboa e Madrid e a sua inserção na área de influência de Lisboa;
- ☐ Área Costeira/ Litoral: integra actividades portuárias, piscatórias, industriais, produção de energia e logísticas (em Sines), agrícolas de regadio (em Alcácer) e turismo sol mar e cultural (Odemira)
- ☐ Área Envolvente da Albufeira de Alqueva: uma nova âncora do desenvolvimento da região; os investimentos turísticos e actividades agrícolas potenciam o desenvolvimento da região e da criação de emprego;
- □ Perímetros de rega fundamentais: aproveitamento das infra-estruturas de regadio com o objectivo de introdução de novas culturas
- □ Sistema Regional de Logística Empresarial: melhoria das acessibilidades levou a uma redução significativa da distância tempo e do aumento da área de influência dos principais nós de rede. A Rede Regional de Parques Empresariais é uma infra-estrutura regional que atrai empresas, sinergias e consolida pólos regionais nas vertentes industriais, empresariais e urbanas. Os Parques Empresariais deverão ser localizados preferencialmente nos Pólos Económicos Regionais, Vendas Novas e Ponte de Sor.
- □ Eixos e Redes de Especialização Produtiva: de dois tipos 1) Eixos de especialização industrial, eixo dos mármores: Estremoz, Borba e Vila Viçosa e Alandroal extracção e transformação do mármore e eixo das pirites: Aljustrel e Castro verde incluindo na faixa piritosa ibérica, intensificação da exploração em resposta a um aumento da procura mundial; 2) Redes e Áreas de especialização regional, Redes das Actividades Aeronáuticas (Ponte de Sor, Évora e Beja aeroporto e heliportos), Redes das Actividades de Transformação da Cortiça, Área da Vinha e dos Vinhos e Área do Olival e Azeite.

Em síntese, o modelo territorial pode ter a seguinte configuração:

030

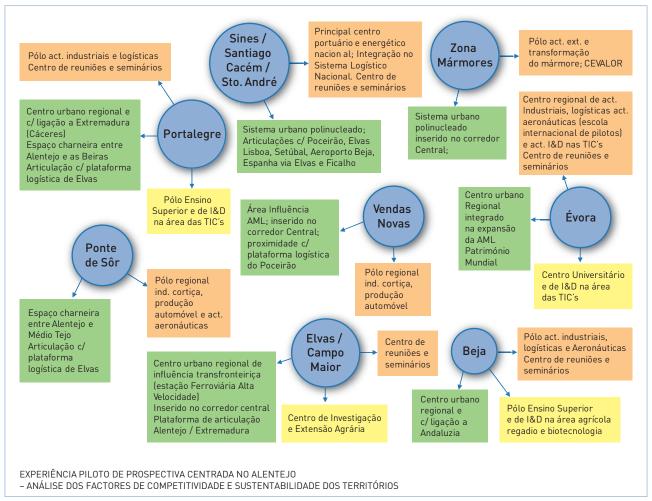
Figura 2.1. – O Modelo Territorial de Base do Alentejo



Fonte: DPP com base em PROT (2008)



Figura 2.2. – Os Centros Urbanos onde se Localizam as Principais Infra-estruturas do Sistema Regional de Logística Empresarial

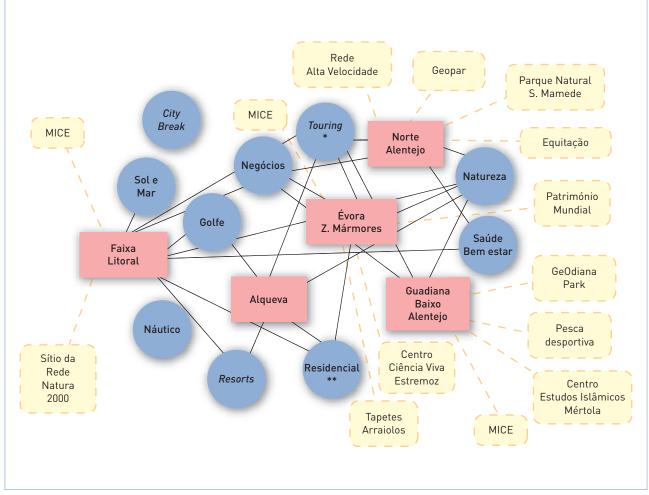


Fonte: DPP com base em PROT (2008)

O modelo territorial sectorial, especialmente no que respeita ao turismo, está concentrado em cinco zonas fundamentais: Faixa Litoral, Alqueva, Évora – Zona dos Mármores, Norte Alentejano e Guadiana – Baixo Alentejo.



Figura 2.3. – Modelo Territorial Sectorial – Turismo



Fonte: DPP com base em PROT (2008)

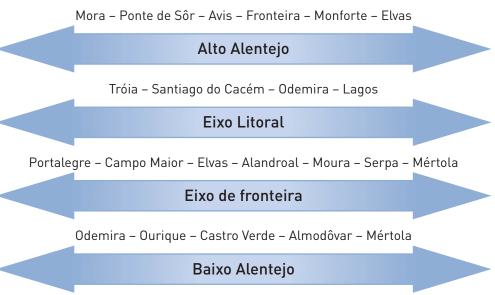
O modelo territorial no que respeita as **acessibilidades**, está repartido por quatro eixos rodoviários, eixo ferroviário e infra-estruturas portuárias:



☐ Acessibilidades e Conectividade Internacional: dividido em quatro eixos com ligações fundamentais a Lisboa e a Espanha;

Figura 2.4.

Sub-sistema rodoviário 4 eixos



Fonte: DPP com base em PROT (2008)

☐ Rede Ferroviária: incluindo a rede de alta velocidade e os corredores já existentes a Leste, Norte – Sul e Transversal Sul;

Figura 2.5.

Rede Ferroviária



Fonte: DPP com base em PROT (2008)

☐ Infra-estruturas portuárias quer de pesca, quer de logística.

Figura 2.6.

Infra-estruturas portuárias

Infra-estrutura regional 1.º nível; marítimas e terrestres à descarga, acondicionamentio, armazenamento e comercialização pescado + ligação a Beja



Fonte: DPP com base em PROT (2008)

O DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO REGIONAL

O diagnóstico prospectivo regional, elaborado no âmbito do PROT teve em consideração cinco domínios sectoriais: 1) Sistema Urbano e Modelo de Povoamento; 2) Infra-estruturas e Redes de Suporte; 3) Estrutura Socioeconómica e Actividades Não Agrícolas; 4) Estruturas Ambientais e 5) Actividades Agro-florestais e Desenvolvimento Rural.

□ Sistema Urbano e Modelo de Povoamento: a aposta clara na internacionalização do território, através da forte articulação c/ Área Metropolitana de Lisboa e regiões da Andaluzia e Estremadura. Isto pressupõe ao nível das infra-estutruras uma melhor articulação c/ redes transeuropeias: TIC's, aéreas e marítimas; reforço das acessibilidades: rodoviárias existentes; ferroviárias previstas (alta velocidade); plataforma de Sines (porto de Sines, Porto de Vila Nova de Milfontes); navegabilidade de rios (Guadinana, Sado e Mira) e aeroporto de Beja, Valor Patrimonial Évora, Animação cultural, Qualidade serviços saúde e ensino.

A existência de um sistema urbano regional policêntrico, permite a articulação de redes regionais e de cooperação estratégica. Isto pressupõe o reforço das funções urbanas de Évora, a especialização de Beja, Portalegre, Sines – Santiago do Cacém – Santo André e Elvas – Campo Maior e o reforço do sistema urbano de fronteira, ou seja, Portalegre Elvas – Campo Maior com Badajoz e Estremadura, por um lado e Beja, Mértola, Serpa, Moura e Barrancos com Andaluzia, por outro lado.



Até 2013 pretende-se o desenvolvimento de diversos sub-sistemas urbanos como: o Litoral Alentejano: gestão e afirmação do potencial turístico e ambiental da zona costeira; qualificação de Sines/Santiago do Cacém/ Santo André como retaguarda urbana de um grande porto da Europa e de plataforma de serviços de logística internacional, indústria e energia acompanhado pelos centros estruturantes de Alcácer do Sal, Grândola e Odemira; o Alentejo Central: eixo urbano – logístico Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Elvas e Badajoz (actividades e acessibilidades); Eixo urbano – industrial Estremoz, Borba e Vila Voçosa (mármores); o Norte Alentejano: Portalegre polariza o Norte Alentejano – centro multifuncional, porta p/ Parque Natural S.Mamede – artesanato e inovação; Elvas – Campo Maior afirmação de posicionamento estratégico e transfronteiriço com Badajoz; Ponte de Sor, dinamiza indústria da cortica e aeronáutica e relacionamento privilegiado com Abrantes.

A existência de uma rede de centros urbanos pressupõe a concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, levando à necessidade de uma complementaridade entre o sistema urbano e o espaço rural. Para tal, deverá haver uma reflexão sobre as funções urbanas das sedes de concelho, rentabilizar recursos e afirmar especializações, uma afirmação do papel pequenos centros em espaços rurais: aposta na saúde, turismo e lazer; uma preservação do modelo de cidade compacta; uma visão integrada da mobilidade: inovação e eficiência energética, vias pedonais e cicláveis (rede regional de ecopistas) e o desenvolvimento de novas actividades económicas e do conhecimento, facilitadas pelas acessibilidades a Lisboa e a Espanha, o reforço da infra-estrutura de banda larga (previsto), a tradição de cooperação regional e transfronteiriça e os investimentos na manutenção e produção aeronáutica.

- ☐ Infra-estruturas e Redes de Suporte: em quatro domínios essenciais: 1) educação e formação: Cartas Educativas Regionais e Sub-Regionais: programas educativos específicos ao nível do ensino secundário e profissional; Rede de Escolas Básicas Integradas e a tempo inteiro rede de ensino de básico de 1.º ciclo e préescolar; 2) Apoio Social: implementação de sistemas de monitorização e avaliação das políticas sociais; conclusão da rede de cuidados continuados; criação de novos lugares e valências de apoio a idosos; articulação da oferta multi-serviços em regiões de baixa densidade; 3) Serviços de Saúde: dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários; afirmação das Unidades de Saúde Familiar e desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde diferenciados por Évora (em especial), Portalegre, Elvas, Centro Hospitalar Alentejo Litoral e Centro hospitalar do Baixo Alentejo (Beja e Serpa); 4) Equipamentos e Serviços de Cultura e Património Arquitectónico e Arqueológico: a oferta de equipamentos culturais deve estruturar-se de acordo com o modelo de sistema urbano do Alentejo
- Estrutura Socioeconómica e Actividades Não Agrícolas e Estruturas Ambientais: a Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) estabelece as conexões funcionais entre as áreas nucleares (Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas e *Important Bird Areas*) através de áreas de conectividade ecológica / corredores ecológicos (rede hidrográfica, habitats naturais, sistemas florestais e silvo pastoris).



O cumprimento das metas ambientais deverá ser feito garantindo a biodiversidade, assegurando a dinâmica dos ecossistemas de modo a beneficiar a agricultura, o controlo da erosão e da degradação de habitats e ecossistemas, a recuperação e valorização das áreas de extracção de inertes, reflorestação de áreas ardidas, reabilitação ecológica da rede hidrográfica, a manutenção do ciclo biológico, o turismo e as infra-estruturas do conhecimento.

A promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentado dos espaços rurais e dos recursos naturais, com a implementação das medidas comunitárias, aplicadas no Alentejo em termos de manutenção da actividade agrícola ou florestal em zonas com condicionantes, preservação dos recursos naturais e das paisagens, tornar a floresta mais estável e resistente, incentivar os sistemas florestais a agro-florestais compatíveis com o ambiente e promover a eco-eficiência; prevenir e minimizar os impactes em situações de risco como a desertificação.

Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, passando pela gestão integrada das origens da água (complementaridade de utilização de recursos superficiais e subterrâneos, melhor cobertura de infra-estruturas de armazenamento de água superficial, racionalização do uso da água.

Valorizar e ordenar a orla costeira, como a requalificação das praias, prevenção da degradação da Lagoa de Melides, Lagoa de St.º André, Lagoa da Sancha, Estuários do Sado e do Mira (sistemas lagunares /estuarinos), dos sistemas dunares e das arribas em recuo.

Cumprir o Plano Estratégico p/ os Resíduos Sólidos Urbanos (reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração c/recuperação de energia e confinamento técnico).

Ao nível das actividades agro-florestais, salienta-se a significativa representação sectorial dos sistemas de especialização agro-florestal como os sistemas agrícolas de regadio, os sistemas com maior potencial para uma produção agrícola com viabilidade económica, os sistemas agro-silvo-pastoris extensivos e os sistemas florestais (multifuncionais e de produção).

Desenvolver o modelo de produção agro-florestal com base nas fileiras estratégicas regionais (diversificação e multifuncionalidade das explorações agrícolas), apostando no olival, azeite, vinha e vinho, frutícolas, hortícolas, agricultura biológica, montado, caça, cortiça, pinhão e caça, produção pecuária em regime extensivo, aumento das culturas energéticas e recuo dos cereais de sequeiro e das culturas arvenses.

No que respeita a **pesca e a aquicultura**, as actividades haliêuticas componente fundamental da diversificação da base económica regional; uma compatibilização dos diferentes usos da faixa costeira; uma abordagem integrada das infra-estruturas de portos de pesca e de abrigo; a constituição da rede de Infra-estruturas de Apoio à Pesca no Litoral Alentejano (Sines, Vila Nova de Milfontes e núcleos piscatórios locais) e adequada regulamentação e ordenamento das actividades de aquicultura.

Ao nível das **actividades extractivas**: o desenvolvimento das indústrias extractivas regionais e a gestão sustentável do ciclo de vida (mármores, granitos, faixa piritosa);



Promoção da densificação da fileira dos mármores de uma forma sustentada e de recuperação paisagística global; Unidades de Ordenamento (UNOR) dentro de cada Área Cativa: Estremoz, Borba / Barro Branco/ Ruivina, Vigária, Lagoa, Pardais (as 3 últimas em Vila Viçosa).

No que respeita o Sistema Regional de Logística Empresarial, o qual assente em princípios de organização hierárquica das infra-estruturas integrantes com criação de *efeito de rede*: ao nível local: de acolhimento e desenvolvimento empresarial como a Rede Municipal de Parques Empresariais (Portalegre, Ponte de Sor, Elvas – Campo Maior, Vendas Novas, Zona dos Mármores, Évora, Sines e Beja); ao nível regional: integra a Rede Municipal de Parques Empresariais, a Rede Regional de Áreas Logísticas (distribuição e armazenagem) e os Nós de Conectividade Internacional (Porto de Sines e Aeroporto de Beja).

Relativamente à energia, a existência de um referencial de boas práticas ao nível da eficiência energética e da diversificação das formas de produção, intensificando-se a utilização das energias renováveis; existência de planos de mobilidade sustentável; malha urbana interna de uma boa rede de ciclo vias e apostar numa rede racional de transportes públicos (eléctrico); reforço da produção nacional de energias renováveis: solar fotovoltaico (com projecção internacional), hídrica, solar térmica, biocombustíveis e energia das ondas; o Centro eléctrico – produtor de Sines deverá integrar as melhores práticas mundiais.

Figura 2.7. – Energia: Aspectos Prioritários

Térmico Solar Aquecimento de água em edifícios, generalizando a sua utilização (instalações desportivas, culturais, públicas, bombeiros, ensino e de terceira idade).

Solar fotovoltaica Aproveitar as vantagens decorrentes da produção descentralizada, aproveitando o sistema de povoamento e com capacidade de integração na rede eléctrica.

Energia das ondas Dois troços prioritários de potencial de instalação situam-se no Alentejo: Sesimbra – Sines e Sines – Sagres (mas ainda com problemas de ligação à rede. Licenciamentos e tarifário a resolver pela Adm. Central).

Energia eólica Potencial eólico da zona Norte de Sines e Litoral Alentejano, em especial da exploração do eólico *off-shore*.

Biomassa

Existem dois pontos de ligação centrais térmicas de biomassa florestal à Rede Eléctrica (Portalegre e Beja). Necessidade de adequar os resíduos florestais e as culturas energéticas com a produção agrícola.

Fonte: DPP com base em PROT (2008)



Ao nível da **rede regional de ciência e tecnologia**: A criação da rede visa a promoção da inovação no tecido empresarial, através da produção e transferência de conhecimento e do empreendedorismo qualificado. Deverá haver uma instituição coordenadora das estratégias de implementação e acompanhamento da Rede Regional.

Em suma, o diagnóstico prospectivo regional pode ser analisado de acordo com as premissas do quadro seguinte:

Quadro 2.1. – Diagnóstico Prospectivo Regional

POTENCIALIDADES ESTRATÉGICAS	FACTORES DE ESTRANGULAMENTO		
 Identidade cultural e paisagem; Sistemas culturais mediterrâneos; Recursos hídricos e EFMA; Valor natural do litoral e zona costeira; Cidades equipadas e seguras e qualidade dos centros históricos; Estrutura do povoamento urbano indutora de uma sustentabilidade ambiental; Recursos extractivos; Recursos energéticos endógenos; Posicionamento geográfico e acessibilidades 	1) Erosão do solo e desertificação; 2) Dimensão e estrutura demográfica; 3) População activa; 4) Dimensão produtiva da região; 5) Rede viária e serviços de transportes.		
TENDÊNCIAS PESADAS	TENDÊNCIAS EMERGENTES		
 Despovoamento rural e concentração urbana; Afirmação das cidades e das grandes infra-estruturas como motores de crescimento; Ampliação da área de influência da AML; Constituição de pólos turísticos de âmbito nacional (Litoral e Alqueva); Alteração dos sistemas culturais; Valorização do património; Promoção das energias limpas; Alteração do ciclo da água; Valorização do transporte ferroviário e da intermodalidade. 	1) Procura crescente da região para turismo e lazer; 2) Diversificação da base produtiva regional; 3) Trajectórias diferenciadas de crescimento ao nível subregional; 4) Reforço do sistema urbano regional; 5) Procura crescente de recursos hídricos.		

DESAFIOS

- 1) Crescimento económico e emprego;
- 2) Demografia, população e recursos humanos;
- 3) Reforço dos principais centros urbanos e nova relação urbano rural;
- 4) Criar escala e reforçar as relações com o exterior;
- 5) Implementar um modelo de turismo sustentável;
- 6) Garantir adequados níveis de coesão territorial interna;
- 7) Preservar e valorizar o património natural e cultural;
- 8) Potenciar as grandes infra-estruturas;
- 9) Combater os processos de desertificação.

Fonte: Prot Alentejo (Novembro 2007)



Caixa 2: As Propostas do Plano Regional de Inovação do Alentejo

No âmbito da programação financeira comunitária para 2007-2013 e com base no na Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, relativa à política de ordenamento do território e de urbanismo foram desenvolvidos um conjunto de planos desde o PNPOT, que serve de quadro de referência para a elaboração dos PROT. A entidade responsável pela elaboração do PROT Alentejo, CCDR Alentejo, encomendou um estudo sobre um aspecto crucial para o desenvolvimento da região: criação e desenvolvimento de sectores de elevado valor, inovadores e baseados na investigação capazes concorrer com todas as regiões. A partir de 2007, a investigação e desenvolvimento passou a ser considerada uma prioridade de topo na Região, de modo a reforçar a base científica, atrair e reter investigadores de nível mundial.

Deste modo, o Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA) procura responder à necessidade de uma maior participação da sociedade Alentejana, em particular das empresas, nas questões relacionadas com a inovação. A estratégia visa um efectivo aumento regional das despesas e iniciativas com I&D sobre o qual terá de responder. A estratégia assume, no plano regional, uma marcada dimensão transversal e um maior nível de integração dos actores que compõem o sistema de inovação, nomeadamente instituições e/ou programas de apoio no domínio da Economia, Agricultura, Turismo, Educação, Formação Profissional, Ciência e Tecnologia e Sociedade de Informação. Está pensada para o período de 7 anos que coincide com o período de vigência do próximo ciclo de programação estrutural na União Europeia (2007-2013).

A missão do Plano Regional de Inovação traduz-se na implementação de um "Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação" com base num modelo suficientemente articulado, interactivo e adequado às necessidades da região, que sirva como catalisador real do desenvolvimento das empresas e dos produtores.

Os objectivos são:

- 1) aumentar os recursos humanos da região em actividade de I&D (703 ETI em 2001);
- 2) aumentar as despesas na região com I&D (20,4 milhões de euros em 2001);
- 3) promover uma efectiva mudança cultural, favorecendo uma visão exigente (principal factor de competitividade) e ampla (colaboração alargada entre empresas e outras entidades) da inovação;
- 4) estruturar um modelo dos apoios regionais à tecnologia e inovação baseado na proximidade local do conhecimento, definindo e montando um sistema de mediação e acompanhamento mútuo entre a oferta científica e tecnológica e as necessidades das empresas, bem como entre as fontes e opções de financiamento e os projectos de investimento do tecido produtivo local;
- 5) desenvolver novas capacidades para que as infra-estruturas e serviços de suporte e apoio possam, de facto, actuar como pólos de estímulo e difusão do aproveitamento eficaz das tecnologias;



6) estimular a criação de novas actividades de base tecnológica em sectores emergentes e o surgimento de modelos de negócio inovadores em sectores "tradicionais".

A Estratégia resulta de 3 programas complementares bem articulados:

- 1) Dinamização da I&D e Inovação Empresarial (Alentejo Inova) Programa dirigido a empresas na região do Alentejo no sentido de facilitar e promover projectos de investigação e/ou de inovação nas empresas;
- 2) Ciência e Tecnologia no Alentejo (Alentejo CITec) Programa dirigido ao reforço de actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico nas infraestruturas da região com potencial relevância para a competitividade das actividades económicas e para a coesão social do Alentejo;
- 3) Sistema de Apoio Tecnológico e Mediação no Alentejo (Alentejo MediTec) Programa que agrupa o conjunto de medidas e acções dirigidas ao reforço da organização e coerência dos agentes de mediação e transferência de conhecimentos e tecnologia para a região.

As **medidas** dos 3 programas traduzem-se em:

- Alentejo Inova:

Medida 1.1 – Apoio a projectos de I&D e de Inovação: aumentar as despesas com I&D, sobretudo com o "D", lançar novos produtos de base tecnológica, utilizar novas tecnologias e técnicas de gestão e controlo da produção e garantir uma maior colaboração entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico. É executado através de "concursos" e "chamadas para apresentação de propostas" (apreciação por painel de peritos). Pode incluir compra de equipamentos a utilizar pelo projecto e/ou compra de equipamentos a utilizar na produção e comercialização dos produtos a desenvolver. Pode também incluir formação técnica e tecnológica associada ao projecto que a empresa propõe realizar.

Medida 1.2 – Contratação de serviços avançados de apoio tecnológico: Melhorar a interacção entre as empresas e as infraestruturas de apoio no respeita à prestação de serviços; resolução de problemas técnicos nos seus processos ou produtos; estudos de viabilidade técnica e/ou económica; estudos de mercado para novos produtos; serviços de design; desenvolvimento e gestão de recursos humanos (perfis de funções e responsabilidades); planos de formação; planos de qualidade; planos de inovação e desenvolvimento.

Medida 1.3 – Apoio em marketing, marcas e comercialização: aumentar o domínio da cadeia de valor, sobretudo em sectores baseados nos recursos naturais; apoiar a execução de planos de marketing e comercialização associados a marcas e nomes da região ou a empresas da região que mesmo sem marca procuram uma melhor afirmação nos mercados; abrange não só as empresas mas também as associações e agrupamentos de empresas representantes de marcas, DOP, IGP ou ETG e distribuidores em parceria com empresas produtoras.



Medida 1.4 – Formação em Inovação e Empreendedorismo (medida de acompanhamento): Organização e implementação de cursos práticos de gestão com forte componente, em gestão da inovação e em lançamento de novos negócios e empresas; As acções de formação são organizadas por associações empresariais, associações regionais, centros tecnológicos, institutos e laboratórios do Estado em parceria com universidades, ou através da formação de redes com outras entidades com reconhecida competência no ensino da área da gestão da inovação tecnológica nas empresas e empreendedorismo.

- Alentejo CITec

Medida 2.1 – Reforço das actividades de I&D na região: Aumento das actividades de I&D nas entidades de ciência e tecnologia da região em actividades em áreas de potencial relevância para a competitividade da região(por exemplo, tecnologias ambientais, energia, tecnologias agro-alimentares e tecnologias de aplicação ao turismo). Podem também ser apoiadas ou criadas condições para que as infraestruturas da região reforcem a sua colaboração em programas internacionais de I&D (por exemplo, o futuro 7.º programa quadro). "Concursos" e "chamadas para apresentação de propostas", apreciados por painel de peritos.

Medida 2.2 – Novas infraestruturas de ciência e tecnologia em parceria com empresas: Lançar novos centros de investigação científica e tecnológica em áreas não cobertas pelos já existentes e de interesse vital para a região, em parceria com empresas da região. "Chamada de propostas" para ideias de constituição de novos centros de I&D no Alentejo. Apreciação por painel de peritos. Apoio às melhores ideias. Podem admitir-se parcerias entre empresas da região e centros de I&D em outras regiões do país ou do estrangeiro desde que as actividades da nova infraestrutura sejam de elevado interesse para as empresas da região.

- Alentejo MediTec

Medida 3.1 – Definição e implementação de "clínicas tecnológicas" nos sectores chave da região: criar laços e redes de colaboração por sectores ou por áreas temáticas: 1.º Fase – Levantamento de problemas e prospectiva tecnológica a médio/ longo prazo; 2.º Fase – Workshop debate e abertura de inscrições para empresas que pretendam participar na iniciativa tendo em vista a adopção de tecnologias para a implementação de soluções (que pode ser apoiada no âmbito da medida 1.1); 3.º Fase – Apoio às empresas inscritas para solução de problemas em parceria com fornecedores/centros/institutos tecnológicos.

Medida 3.2 – Reforço dos serviços consultoria-formação: medida que visa o aumento das competências em gestão e inovação nas empresas do Alentejo, através da implementação de programas de consultoria-formação à escala regional intregrando as seguintes actividades: diagnóstico estratégico; plano anual de acções e formação para resposta às necessidades identificadas no diagnóstico; ciclo de formação nas áreas identificadas seguido de intervenções operacionais de consultoria nas empresas que



podem incluir o apoio de consultores especialistas; recrutamento e integração de jovens recém-licenciados com perfil académico adequado às necessidades especificas de cada empresa, com vista à sua contratação; encontros temáticos de empresários e quadros superiores, estruturantes em termos de formação em gestão; material didáctico adaptado à realidade da pequena empresa.

Medida 3.3 – Acções de Intermediação, demonstração, missões e visitas: promover a difusão de tecnologias relevantes para o desenvolvimento dos sectores da região, através de: acções de intercâmbio de resultados entre diferentes produtores ou agricultores; organização de encontros" de intermediação entre produtores e fornecedores de tecnologia; acções de demonstração realizadas por produtores que tenham adoptado novas tecnologias com sucesso ou realizadas pelos fornecedores de novas tecnologias; missões ou visitas a empresas noutras regiões que adoptaram tecnologias de ponta relevantes (e vice-versa); realização de seminários formativos sobre diferentes tecnologias; realização de seminários de promoção da Sociedade de Informação e Banda Larga.

Medida 3.4 – Criação de um Grupo de dinamização da mediação e transferência de tecnologia: criação de um grupo que funcione como uma equipa de trabalho com um caderno de encargos centrado na dinamização da transferência de tecnologia a nível regional e, a um nível mais específico, dedicado ao funcionamento das medidas de acompanhamento dos programas Alt-Inova e Alt-Meditec.

Medida 3.5 – Prémios para a Inovação no Alentejo: atribuição de diferentes tipo de prémios contribuindo para a visibilidade da inovação e para a motivação dos actores regionais: Prémios a projectos de I&D. Os prémios podem ser atribuídos a cientistas ou grupos de cientistas nacionais e internacionais que tenham realizado projectos de investigação de grande relevância para o Alentejo; prémios a novas empresas de base tecnológica formadas na região. Trata-se de um prémio para encorajar a formação de novas empresas de base tecnológica na região; prémios a boas práticas reiteradas de forma contínua e persistente. Para além das novas empresas há que premiar igualmente aquelas empresas da região que mostrem uma prática continuada de inovação ao longo dos anos.

Medida 3.6 – Definição de estratégias sectoriais e programas mobilizadores: definição de estratégias e programas prospectivos de desenvolvimento tecnológico e inovação numa lógica de fileira e envolvendo todos os actores relevantes sector a sector; A medida aplica-se às principais fileiras regionais: agro-alimentar, vitivinicultura, cortiça, rochas ornamentais, turismo, assim como a outros sectores emergentes, nomeadamente a aeronáutica e as TIC. Os actores chave de cada fileira incluindo principais empresas deverão formar consórcios.

Fonte: PRIA (Abril 2005)



2.3. O Programa Operacional Regional do Alentejo do QREN

As orientações estratégicas comunitárias para o período 2007-2013 são marcadas por uma política de coesão que visa apoiar o crescimento e o emprego. As orientações estratégicas comunitárias constituem a base dos Quadros de Referência Estratégicos Nacionais (QREN)⁴¹ e dos Programas Operacionais subjacentes (PO).

O QREN surge como o documento de orientação estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiarão a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal. O QREN e todos os Programas Operacionais (regionais e temáticos) que o compõem definem cinco prioridades estratégicas: promoção da qualificação dos portugueses; promoção do crescimento sustentado; melhoria da coesão social; qualificação do território e das cidades; e a melhoria da governação (QREN, 2007).

O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL do ALENTEJO para 2007-2013 (POR Alentejo), tem como visão "Alcançar um Alentejo que possa ser reconhecido, interna e externamente, como uma região capaz de gerar pela sua dinâmica empresarial, riqueza e emprego; uma região aberta ao exterior, com qualidade de vida global e exemplar no plano ambiental" (POR Alentejo, 2007, pág. 57).

Figura 2.8. – Orientações Estratégicas Regionais: Alentejo 2015

Alentejo 2015

Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego

- Dinamizar e renovar as actividades económicas tradicionais reforçando o domínio das cadeias de valor e dos factores de competitividade.
- Diversificar o perfil de especialização produtiva, potenciando actividades económicas emergentes de maior valor acrescentando e/ou maior intensidade tecnológica, e contribuindo para a criação de empregos qualificados.
- Consolidar o papel do triângulo Sines/Beja/ Alqueva na renovação de diversas actividades económicas e na captação de investimento.
- Dinamizar o sistema regional de inovação, através do aprofundamento da relação dos "centros de conhecimento" com a base económica regional.
- Dotar a administração pública de uma maior eficácia, através da redução dos "custos públicos de contexto".

Abertura da economia, sociedade e território ao exterior

- Reforçar as redes de acessibilidades físicas e digitais que garantem à região maior mobilidade no contexto das redes nacionais e transeuropeias.
- Captar actividades económicas associadas às vantagens logísticas da região, quer da posição geográfica no eixo Lisboa/Madrid quer da proximidade à A. M. Lisboa.
- Promover a integração da região em espaços e redes mais alargadas, através do aprofundamento da cooperação territorial, da internacionalização da economia, e das novas tecnologias ligadas à Sociedade do conhecimento.

Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental

- Reforçar a competitividade e actividade das cidades como motores económicos do território, associando-as de forma inovadora e eficaz à região envolvente (complementaridade urbano + rural), como garante de coesão social e territorial.
- Promover a obtenção de padrões de excelência ambiental, através de uma gestão mais eficiente dos recursos naturais, antecipando e minimizando os efeitos das alterações climáticas.

Fonte: POR Alentejo (2007)

⁴¹ Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março.



A articulação entre as orientações estratégicas regionais e os Programas Operacionais sectoriais será articulado segundo é demonstrado na figura seguinte:

Figura 2.9. – Orientações Estratégicas Regionais

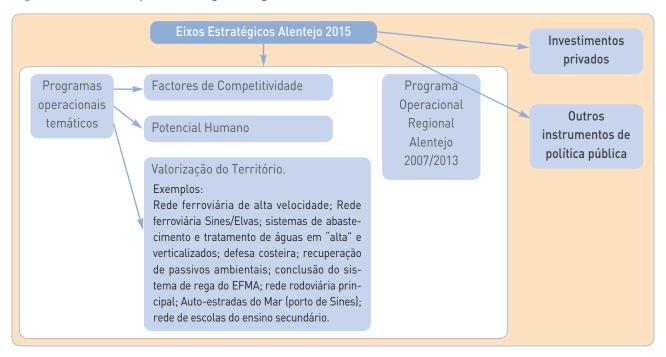
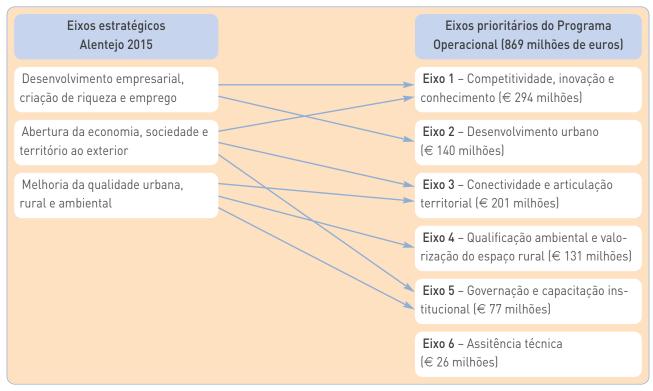


Figura 2.10. – Da estratégia regional ao desenho do Programa Operacional Regional



Fonte: POR Alentejo (2007)



Analisando com mais detalhe cada eixo:

□ Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento. Os documentos de enquadramento estratégico são: o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE); o Plano Tecnológico; Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); o Plano Nacional de Emprego; o QREN - Reforma dos incentivos ao investimento das empresas; o PRAI - Programa Regional de Acções Inovadoras; o PRIA - Plano Regional de Inovação do Alentejo. As áreas de intervenção encontram-se representadas na figura seguinte:

Figura 2.11. – Áreas de Intervenção do Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras
- Criação de empresas que se constituam como referenciais de inovação em sectores tradicionais ou emergentes.
- Fomento do empreendedorismo qualificado, nomeadamente, feminino

- 2. Projectos de I&D
- Projectos de cooperação entre micro e pequenas empresas e entidades do sistema científico e tecnológico SCT (indexados àobtenção de resultados económicos).
- 3. Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas
- Responder ao défice de iniciativa e inovação empresarial e incentivar empresas a adoptarem substanciais melhorias organizacionais e a incorporarem conhecimento gerado por actividades de I&D.

- 4. Qualificação de micro e pequenas empresas
- Os projectos deverão, entre outros, incorporar factores dinâmicos que assegurem maiores níveis de produtividade e flexibilidade (concepção, desenvolvimento e engenharia de processos e produtos; eficiênciaenergética e ambiental; qualidade, saúde e segurança; promoção dos factores de igualdade entre homens e mulheres; responsabilidade social; internacionalização, marketing, marcas; moda e design, inserção e formação de técnicos qualificados).

5. Desenvolvimento
da sociedade
do conhecimento

 Principais tipologias de acções a apoiar: desenvolvimento de conteúdos e serviços digitais; generalização do uso da internet e experiências-piloto de redes de partilha de conhecimento.

6. Rede de ciência e tecnologia • Potenciar a inter-ligação entre a investigação produzida nos "centros de conhecimento" e o tecido empresarial da região.

7. Áreas de acolhimento para a inovação empresarial

- Rentabilização dos investimentos jáefectuados com implementação de uma estratégia integrada de marketing com vista àcaptação de investimentos qualificantes.
- Investimentos apoiar incluem: up-grade do modelo de gestão, qualificação das infraestruturas físicas de suporte, ordenamento e desempenho ambiental da área e criação de serviços de apoio avançados.

8. Acções colectivas de desenvolvimento empresarial

• Desenvolvimento de lógicas de eficiência colectiva (incentivem a clusterização dos agentes económicos e obtenção de economias de escala).

9. Intervenções complementares em redes de energia

- Colmatar falhas de mercado, designadamente, no fornecimento do gás natural e na ligação àrede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis.
- Iniciativas-piloto no domínio das energias renováveis (energia solar, biomassa, entre outros).

Fonte: DPP com base em POR Alentejo (2007)



□ Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano: Os documentos de enquadramento estratégico são: o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território (PNPOT); O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) e a Política de Cidades. As áreas de intervenção encontram-se representadas na figura seguinte:

Figura 2.12. – Áreas de Intervenção do Eixo 2: Desenvolvimento Urbano

1. Parcerias para a regeneração urbana Privilegia operações integradas de: valorização de áreas de excelência urbana; qualificação das periferias urbanas; renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados; requalificação e reintegração urbana de bairros críticos.

2. Redes urbanas para a competitividade e inovação Estimular o surgimento de estratégias partilhadas de inovação e reposicionamento internacional das cidades, incentivando-as a assumirem num quadro de cooperação, estratégias de longo prazo de afirmação sólida e diferenciada na economia do conhecimento.

3. Mobilidade urbana

 Responder às questões das acessibilidades em meio urbano, privilegia soluções de mobilidade sustentável e apoia as seguintes tipologias de intervenção: acessibilidades rodoviárias em meio urbano; sistemas de transportes colectivos; intermodalidade dos transportes; redes de ecopistas em meio urbano.

Fonte: DPP com base em POR Alentejo (2007)

□ Eixo 3 – Conectividade e articulação territorial: Os documentos de enquadramento estratégico são: o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE); o Plano Tecnológico; Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); as Orientações estratégicas para o Sistema Aeroportuário Nacional; o Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000); o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) e a Política de Cidades. As áreas de intervenção encontram-se representadas na figura seguinte:



Figura 2.13. – Áreas de Intervenção do Eixo 3: Conectividade e Articulação Territorial

1. Infraestruturas e redes de mobilidade

- Reforço da mobilidade intra-regional, mediante uma articulação profunda com as intervenções do PO Valorização Territorial mas também com as dinâmicas empresariais e o sistema urbano regional.
- Contempladas operações relacionadas com o sistema aeroportuário e com as acessibilidades rodoviárias.

2. Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial

• Domínio privilegiado da acção intermunicipal, nomeadamente da organização e gestão de sistemas intermunicipais e do desenvolvimento e racionalização de redes de equipamentos e infraestruturas supramunicipais (educação, saúde, cultura).

Fonte: DPP com base em POR Alentejo (2007)

□ Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural: os documentos de enquadramento estratégico são: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006); Plano Nacional da Água; Plano Sectorial da Rede Natura 2000; Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). As áreas de intervenção encontram-se representadas na figura seguinte:

Figura 2.14. – Áreas de Intervenção do Eixo 4: Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

1. Gestão de recursos hídricos Assumem especial importância o ciclo urbano da água, designadamente os sistemas de abastecimento em baixa, a protecção das origens de água e o tratamento e controlo de águas residuais agro-industriais e industriais.



2. Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos

• Acções de minimização dos efeitos das alterações climáticas e de intervenção sistemática de prevenção, alerta e gestão de riscos e efeitos associados.

3. Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e valorização de áreas extractivas

• Tratamento e valorização de resíduos sólidos e reabilitação e valorização de áreas extractivas.

4. Conservação da natureza e promoção da Biodiversidade Gestão activa das áreas classificadas; conservação e reabilitação ecológica da rede hidrográfica; criação de um sistema de fruição pública/turística das áreas classificadas.

5. Valorização e ordenamento da orla costeira

• Implementação dos investimentos públicos previstos nos planos de praia consagrados nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC); monitorização dos POOC; protecção e recuperação de sistemas dunares; protecção e estabilização de arribas em erosão.

6. Valorização económicado espaço rural

• Promoção da competitividade sub-regional, através da valorização económica de activos territoriais únicos, que se possam constituir como pilares de uma estratégia de desenvolvimento de médio/longo prazo.

Fonte: DPP com base em POR Alentejo (2007)



□ Eixo 5 - Governação e capacitação institucional: os documentos de enquadramento estratégico são: o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE); o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE); o Simplex 2006 - Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa

Figura 2.15. – Áreas de Intervenção do Eixo 5: Governação e Capacitação Institucional

1. Governo electrónico regional e local • Redução dos "custos públicos de contexto", designadamente, na aquisição/desenvolvimento de sistemas informáticos, na simplificação e reengenharia de processos administrativos e de instrumentos degestão e monitorização do território.

2. Facilitar
a relação das empresas
e dos cidadãos com a
administração
desconcentrada
e local

• Criação/modernização de infraestruturas conjuntas prestadoras de serviços públicos (rede de Lojas do Cidadão, criação de unidades móveis a ela associadas).

3. Promoção institucional da região

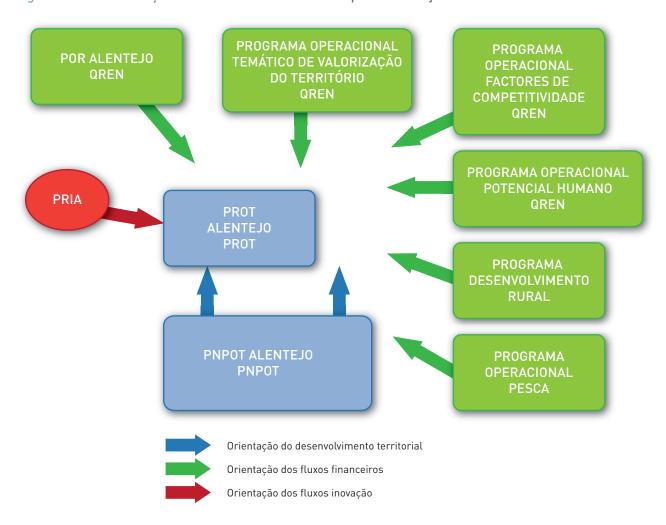
• Acções devem patentear impacte internacional, incluindo-se designadamente as acções de promoção da marca "Alentejo", tendo em vista a captação de investimento qualificante para a região bem como a promoção turística, dos clustersestratégicos e dos produtos regionais de excelência.

Fonte: DPP com base em POR Alentejo (2007)



Em suma a articulação entre as visões institucionais para o Alentejo em 2015 pode ser vista da seguinte forma:

Figura 2.16. – Articulação entre as Visões Institucionais para o Alentejo





3. INVESTIMENTOS EM CURSO OU PLANEADOS PARA O ALENTEJO NO HORIZONTE 2015

3.1. As Infra-estruturas de Transporte, Mobilidade, Logística, Recursos Hídricos e Ambiente com Maior Impacto no Futuro do Alentejo

O Alentejo (em estreita ligação com a Lezíria do Tejo e a Península de Setúbal) é a região de Portugal onde se concentra o maior número de investimentos infra-estruturais e empresariais definidos nos últimos anos. Será seguramente uma das que vai transformar-se mais no período 2007-13. Tal não significa, no entanto, que o seu evoluir esteja pré-definido. Pelo contrário, É INCERTO não obstante um conjunto vasto de Elementos Pré-determinados da sua evolução, que são exactamente esses investimentos em curso ou anunciados.

Infra-estruturas de Transporte

O Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) em Alcochete

A concretização do NAL no Campo de Tiro de Alcochete vai criar, por um lado, um novo pólo de atracção de população jovem para fora do Alentejo, mas por outro, irá criar um conjunto de oportunidades de investimento nos espaços pós-industriais da Península de Setúbal e, graças à interacção com os portos de Sines, Setúbal e Lisboa poderá gerar maior atractividade para as localizações no Alentejo (vd Vendas Novas ou Évora).

A expansão do porto de Sines - contentores

Nos últimos anos, assistiu-se ao desenvolvimento de importantes projectos de expansão desta infra-estrutura portuária. Obras como o terminal de gás natural, o Terminal XXI, o armazenamento de gás propano e o alargamento dos cais para carga geral, são alguns dos investimentos. Por outro lado, foi feita a concessão de dois espaços destinados à construção de armazéns especiais para o cimento (o que possibilita a movimentação de cimento na ordem das 800 mil toneladas por ano). Destaca-se como grande projecto:

□ O Terminal de Contentores XXI: a transformação do porto de Sines num entreposto de nível internacional no *transhipment* de contentores, nas principais linhas do Atlântico, teve início em 1981. Com o funcionamento deste terminal, Sines passou a desempenhar um papel importante no mercado de contentores. A construção de um terminal de contentores para navios de grande calado abre possibilidades de localização futura de novas actividades não ligadas à indústria química (exemplo da movimentação de carga, logística e distribuição, entre outras). A sua construção está a decorrer de forma faseada, pela PSA Corporation de Singapura, um dos principais portos e operadores logísticos internacionais e empresa concessionária do Terminal XXI. O terminal possui capacidade para a movimentação de 250 mil TEU. Com as fases seguintes, o Terminal de Contentores de Sines



igualará os principais terminais de contentores a nível mundial, com uma capacidade anual de 1,4 milhões de TEU em 2014, muito provavelmente antecipada para 2012 e em 2015 está prevista a extensão do molhe do Terminal XXI.

A ligação ferroviária Sines /Badajoz

Até 2012 pretende-se concretizar a ligação ferroviária Sines-Badajoz, vocacionada para o transporte de mercadorias, através dos troços Sines/Casa Branca, Casa Branca/Évora e Évora/Elvas. Este projecto envolve um investimento total na ordem dos 750 milhões de euros e insere-se no plano estratégico da frente portuária portuguesa, nomeadamente o tráfego de mercadorias e a sua importância para a economia nacional.

Refira-se que o projecto nos moldes actuais não cumpre um dos principais objectivos subjacentes à ideia da sua criação: unir os 3 portos do Sul (Lisboa, Setúbal e Sines) a Badajoz em bitola europeia. A par da ligação Sines/Badajoz, pretende-se a construção da variante à linha ferroviária do Sul em Alcácer do Sal.

Com a concretização destes investimentos na ferrovia, o porto de Sines ficará dotado de acessibilidades impares que permitirão cumprir o desígnio de constituir um hub de referência à escala ibérica e europeia. Merece também referência o desenvolvimento da Zona de Actividades Logísticas (ZAL) Portuária de Sines, multimodal (marítima, rodo e ferroviária). Com um investimento de cerca de 65 milhões de euros, o Governo considera serem dois os grandes objectivos desta ZAL: desenvolver o porto de Sines, aumentando o seu hinterland no corredor logístico de Madrid; dinamizar industrialmente o Alentejo Litoral, através da prestação de serviços de logística às empresas utilizadoras do porto e a empresas industriais localizadas no seu perímetro.

Figura 3.1. – A Nova Configuração do Porto de Sines





Fonte: Administração Porto de Sines



As "Auto-estradas do Mar"

As "Auto-estradas do Mar" são um projecto que irá permitir transferir parte da carga actualmente transportada em rodovia, entre o sul e o norte da Europa, transferindo-a para um modo híbrido rodo – marítimo, exigindo, por seu lado, a redução do tempo de imobilização dos navios nos portos e os custos de transporte, uma vez que facilitam os procedimentos administrativos necessários à circulação de carga no mar.

Neste sentido, Portugal irá ter duas auto-estradas do mar: uma que parte do Porto de Leixões para Roterdão (Países Baixos) e ao Porto de Tillbury (Reino Unido) e outra que parte do Porto de Sines para La Spezia (Itália), que constituirão percursos regulares de transporte de mercadorias por períodos de 3 a 5 dias. Existe ainda a possibilidade da criação de uma auto-estrada marítima por Norte que ligue o Porto de Leixões a Espanha e França. Neste âmbito, foi criada em Portugal, no final de 2004 início de 2005, a Plataforma PORTMOS como base de toda a informação e da comunicação entre os actores da cadeia de valor, sem substituir os sistemas de informação individuais.

A Plataforma PORTMOS ao integrar o Sistema Marítimo-Portuário Nacional das Auto-estradas do Mar, permite uma continuidade entre as componentes marítimas e terrestres e uma movimentação de mercadorias de forma similar à que acontece nas auto-estradas terrestres: sem pontos de fricção que induzam paragens, com simplificação dos procedimentos aduaneiros, um único responsável pelo processo de transporte, disponibilidade de serviço quase imediata e com elevados níveis de fiabilidade. Toda a infra-estrutura de suporte das auto-estradas do mar em Portugal foi desenhada pela Unidade de Sistemas de Informação e Comunicação (USIC) do INESC no Porto.

Caixa 1: As Auto-estradas do Mar

As Auto-estradas do Mar, também designadas por Auto-estradas Marítimas, têm por objectivo concentrar os fluxos de mercadorias em vias logísticas de base marítima para: melhorar as ligações marítimas existentes ou estabelecer novas ligações marítimas que reduzam os congestionamentos rodoviários, desenvolvendo o transporte combinado; e ou melhorem o acesso a regiões e estados insulares e periféricos; concentrarem os fluxos de mercadorias em rotas marítimas e de base logística e aumentar a coesão.

Deverão ser, por isso mesmo, uma alternativa efectivamente competitiva ao transporte por terra. Integradas nas redes transeuropeias, a União Europeia definiu quatro corredores estratégicos, os quais deverão estar concluídos até 2010:

Auto-estrada do Mar Báltico: ligação entre o Mar Báltico e o canal a Norte do Mar Báltico;
Auto-estrada Marítima da Europa Ocidental: a partir de Portugal e Espanha via o Arco Atlântico do Mar do Norte e o mar da Irlanda;
Auto-estrada Marítima do Sudeste da Europa: desde do Mar Adriático, ao Mar Jónico e Mediterrâneo Oriental incluindo Chipre;



□ Auto-estrada Marítima do Sudoeste da Europa: Mediterrâneo Ocidental, ligando Espanha, França, Itália, Malta e com ligação à Auto-estrada Marítima do Sudeste da Europa, incluindo as ligações ao Mar Negro.



Fonte: Comissão Europeia

O sucesso das Auto-estradas do Mar depende da concretização de três condições:

- 1) concentração do transporte de mercadorias em portos que permitem o intermodalidade e dotados dos serviços necessários;
- 2) todos os actores da cadeia de valor devem estar envolvidos no projecto e;
- 3) procurar aumentar o valor ao longo de toda a cadeia e tornar estas redes transeuropeias atractivas do ponto de vista dos utilizadores.



A Plataforma Logística do Poceirão

O desenvolvimento do sistema logístico da Península de Setúbal-Alentejo Litoral assenta na referida plataforma logística de Sines e Poceirão, as quais se deverão articular com os portos de Sines, Setúbal e Lisboa e com a plataforma de Tunes. Inserida na Rede Nacional de Plataformas Logísticas, apresentada no Plano Portugal Logístico, a plataforma do Poceirão será a maior do País, com uma extensão de 420 hectares. Tem subjacente o conceito de multimodalidade (rodo e ferroviária) e será vocacionada para apoiar as necessidades logísticas e de transporte da AML, designadamente das mercadorias que utilizam os portos de Lisboa, Setúbal e Sines. Esta Plataforma, com um investimento total estimado em 307 milhões de euros, dos quais 17 milhões em acessibilidades, usufrui de bons acessos rodoviários e, a nível ferroviário, tem ligação às linhas do Sul e do Alentejo e futuramente à linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid prevista para tráfego misto.

A Plataforma Logística de Elvas / Caia

A Plataforma Logística de Elvas / Caia faz parte do conjunto de plataformas transfronteiriças, de pequena média dimensão e situadas junto dos principais eixos de fluxos com o exterior. Esta Plataforma é composta por dois terminais intermodais (ferroviário e rodoviário – ferroviário); uma área ferro – logística especializada; uma área logística de transformação e de clientes únicos e outra de multifunções; centros de serviços de apoio e espaços verdes de recreio. Situada junto da Rede de Alta Velocidade esta plataforma tem um custo estimado da Plataforma de 52 milhões de euros e em acessibilidades de 7 milhões de euros.

O Caminho de Ferro de Alta Velocidade: Madrid/Badajoz/Évora/Lisboa

O Caminho de Ferro de Alta velocidade na parte que diz respeito a Madrid/Badajoz/Évora/Lisboa potenciará Évora na sua relação com a Área Metropolitana de Lisboa. Como parte integrante da Rede Transeuropeia de Alta Velocidade é considerado o eixo Lisboa – Madrid como um dos cinco projectos europeus mais prioritários. Projecto estratégico para o País, permitirá o transporte de mercadorias e de passageiros. Esta ligação terá em Portugal uma extensão de 203 km (de um total de 640 km) percorridos a uma velocidade de 350 km / hora, prevendo-se que a viagem até ao destino final demore cerca de 2 h 45 m com estações em Lisboa, Évora e Caia. O investimento previsto é de cerca 2400 milhões de euros e o início da exploração em 2013.

O IP8 de Sines /Andalúzia

Iniciada em Agosto de 2007, a ligação futura da IP8 desde Sines até à região da Andaluzia em Espanha será feita por uma via rápida de 4 faixas entre Sines – Ferreira do Alentejo – Beja – Vila Verde de Ficalho – Rosal de La Frontera (em Espanha).

O Aeroporto de Beja

Com o objectivo de promover a utilização da Base Aérea de Beja para fins civis estão a ser construídas, desde 2006 e com abertura prevista do aeroporto para 2009, as infra-estruturas

necessárias para o desenvolvimento integrado de uma zona industrial e logística associada ao Aeroporto.

O Aeroporto de Beja apresenta grandes potencialidades de desenvolvimento e assume cada vez mais um papel estratégico na transformação que o Alentejo está a sofrer, nomeadamente, a importância no desenvolvimento da aeronáutica, das acessibilidades e da oferta e promoção turística e, num contexto mais geral, como pólo integrador de actividades. Este Aeroporto terá uma função complementar aos restantes aeroportos nacionais, quer no segmento de *Low Cost*, dotados de infra-estruturas simples, quer permitem custos operacionais reduzidos, quer no transporte de carga aérea, no desenvolvimento do segmento para executivos.

No sentido de aproveitar as potencialidades do aeroporto o grupo chinês Shangai Union Technology, pretende desenvolver no parque industrial de Beja, numa aérea de seis hectares, uma unidade de produção de pilhas destinadas à exportação. Esta unidade industrial deverá ser instalada em três fases, prevendo que em pleno funcionamento produza 100 milhões de pilhas por ano e crie 580 postos de trabalho em especial de mão-de-obra nacional.

Outras Infra-estruturas

A Rede de Rega de Alqueva

O desenvolvimento do regadio, possibilitado pela criação da Barragem de Alqueva, permite a introdução de novas culturas e o aumento da produção das culturas de regadio já existentes, transformando a paisagem e o padrão de especialização do Alentejo.

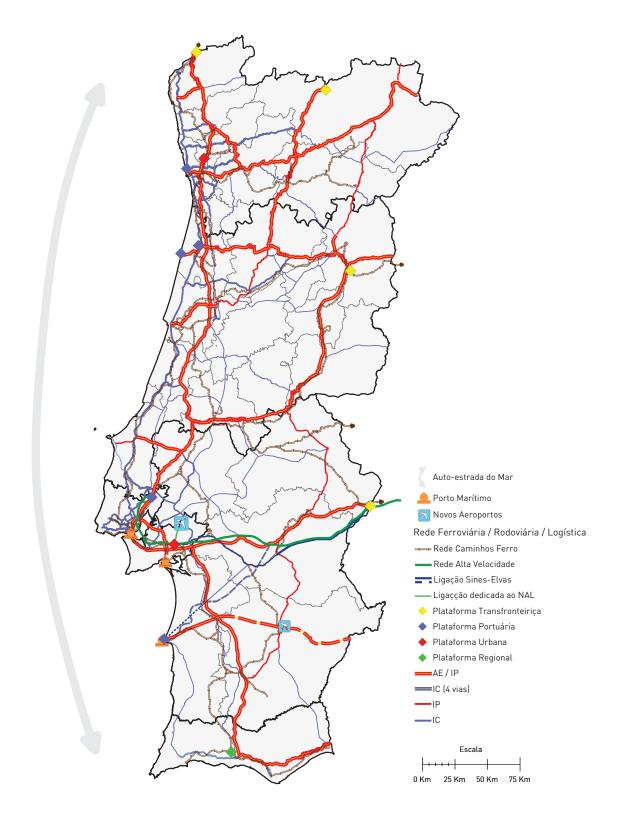
Neste âmbito, o Sistema Global de Rega de Alqueva divide-se em três subsistemas, segundo a origem da água: 1) subsistema de Alqueva baseado na água da albufeira de Alqueva e que beneficia as áreas a Oeste de Beja e do Alentejo Central; 2) o subsistema de Pedrógão com origem na albufeira de Pedrogão abastecendo as áreas a Este de Beja até ao Rio Guadiana e 3) o subsistema do Ardila com origem igualmente na Albufeira do Pedrogão beneficiando a margem esquerda do Guadiana nos concelhos de Moura e Serpa.

Este Sistema Global cobre uma área de 115 mil hectares, sendo constituído por 15 barragens de regularização e 314 km de canais a céu aberto. O Sistema de Adução Alqueva – Álamos – é a infra-estrutura responsável pela adução de água do Alqueva, desenvolvendo-se a partir desta, a Rede Primária do Projecto de Alqueva.

A primeira mancha de regadio do Sistema Global de Alqueva designa-se por "Infra-estrutura 12" (já em funcionamento na campanha agrícola de 2004) e cobre uma área de rega total de 5 767 hectares a Ocidente de Ferreira do Alentejo. Até ao último trimestre de 2006 os perímetros de rega foram alargados nos seguintes circuitos hidráulicos: Monte Novo, Pisão, Amoreira e Brinches Norte.

030 -

Mapa 3.1. – Alentejo 2015 – Acessibilidades e Logística



Fonte: DPP com base em informação diversa 2008





De acordo com o estudo realizado em 2004 pela AGROGES apodem tirar-se as seguintes conclusões quanto ao potencial agrícola associado à exploração do regadio de Alqueva:

- □ A agricultura na zona da EFMA tem viabilidade e sustentabilidade mas irá sofrer profundas transformações: os sistemas tradicionais arvenses de sequeiro tendem a desaparecer por falta de competitividade, excepto os agro-pecuários e os agro-silvo-pastoris extensivos.
- □ Comparando as áreas agrícolas actuais e futuras, com e sem EFMA, esperam-se as seguintes tendências: quebras acentuadas nas culturas arvenses de sequeiro e de regadio, parcialmente ocupadas por culturas energéticas de regadio e acréscimos das áreas ocupadas por culturas hortícolas, fruteiras, vinha, olival e pastagens e forragens de regadio.
- ☐ Em qualquer dos três Cenários considerados no estudo, as quebras de 63% e 69% das culturas arvenses de sequeiro e de regadio são mais que compensadas pelos acréscimos esperados para as culturas bioenergéticas; aumentos significativos e tanto mais elevados, quanto mais optimista é o cenário de reconversão para a produção de pecuária, azeite, vinho produção de frutos, culturas hortícolas e horto-industriais.
- ☐ A diversificação de actividades agrícolas será relativamente restrita: viticultura, olivicultura, fruticultura, horticultura, culturas energéticas, culturas forrageiras, actividades pecuárias (bovinos e ovinos) e floresta (montado de sobro). Estas actividades podem ser divididas naquelas com tradição na região (vinha e vinho, olival e azeite, produção animal extensiva e floresta) e as emergentes (leite, hortícolas, frutas e culturas energéticas).
- Os aspectos críticos de desenvolvimento da EFMA dizem respeito a: afirmação e penetração nos mercados interno e externo; valorização dos produtos resultantes das culturas energéticas e a política nacional de preços agrícolas, gestão dos recursos hídricos e os impactos da Directiva Quadro da Água.



3.2. Os Investimentos Empresariais Anunciados

Desdobrou-se esta secção em duas vertentes: investimentos em actividades com tradição no Alentejo e que traduzem decisões de expansão e/ou diversificação e por outro investimentos que abrem novas actividades que se podem vir desenvolver com relevo no Alentejo.

3.2.1. Actividades com Tradição no Alentejo

Agricultura e Agro Indústrias

Considera-se o prosseguimento da expansão e integração vertical de duas culturas permanentes e respectivas transformações – novo <u>olival de regadio</u> com investimento em novos lagares; <u>vinha</u> com investimento em adegas encaradas como locais de produção e âncoras de enoturismo; bem como de <u>uva de mesa</u> além da <u>fruticultura</u>.

São exemplos de novos projectos em curso os seguintes:

- O Projecto TERRA da iniciativa do grupo espanhol SOS CUETARA, o maior grupo mundial na produção e comercialização de azeite. Esse projecto conta com várias sociedades cujo capital pertence ao grupo (Espanhol) e á Saludães. É um projecto impulsionador da produção de azeitona mediante a plantação de olivais de alto rendimento, e acompanhados pela instalação de um sistema de rega gota-a-gota. O grupo é líder na investigação e produção de variedades de oliveiras para produção em sebe. É um projecto de grande dimensão englobando várias Herdades,, prevendo a expansão em Portugal até 10 000 hectares. Está localizado nas zonas de Ferreira do Alentejo, Alter do Chão, Avis, Beja, Campo Maior, Cuba, Elvas
- □ O Projecto do grupo TANY NATURE, grupo Espanhol com grande investimento na área frutícola. Está focalizado na produção e comercialização de fruta fresca de qualidade com vista à sua venda nos principais mercados da Europa do Norte, América do Sul e Sudeste Asiático. Contribuindo para a transformação agro-alimentar da região de Elvas/Portalegre convertendo-a numa região de referência de fruta fresca de caroço (Prunóideas); Envolve a construção de uma Central Fruteira para armazenagem, embalagem e comercialização de fruta fresca e de IV Gama (ameixas, pêssegos, nectarinas, alperces, "paraguaios" e "platerinas"), tanto em exploração própria como de outros fruticultores alentejanos, principalmente na zona de Elvas. Parte da fruta que será processada na central virá também de explorações vizinhas Espanholas pertencentes ao Grupo TANY NATURE
- □ Projecto do grupo português NUTRINVESTE, um dos líderes de mercado nacional, que tem como objectivo ter uma maior produção de azeitona do próprio grupo e também de matéria prima nacional. Tem vários projectos em desenvolvimento na área de plantação de olival em sebe e intensivo com destaque para a zona de Ferreira do Alentejo, Avis, Elvas e Campo Maior bem como um lagar em Ferreira do Alentejo.



- □ Os investimentos recentes da espanhola BOGARIS no lagar da Herdade do Sobrado com uma capacidade para produzir 7,6 mil toneladas por campanha olivícola, localizado em Ferreira do Alentejo Este lagar utilizará para além da azeitona da Herdade, receberá e transformará azeitona de outros olivicultores da região, que será vendido a granel em Portugal e exportado para Espanha, Itália e Estados Unidos da América. A BOGARIS (antigo grupo Detea) com sede na Andaluzia, tem centrado os seus investimentos em Portugal nas energias renováveis, plantações de oliveiras e produção de azeite e em complexos comerciais e de entretenimento. Actualmente, esta empresa detém seis explorações agrícolas no Alentejo, com um total de 4 100 hectares (prevendo atingir os cinco mil hectares) para produzir 20 milhões de quilos de azeite por ano.
- □ O projecto "Azeites Quinta de São Vicente" da empresa Taifas, ligada à família Passanha, localizado nos arredores de Ferreira do Alentejo, prevendo-se a produção até final de 2008 de 500 toneladas de azeite;
- O projecto da Risca Grande para a produção de azeite biológico, localizada nos arredores de Serpa na Herdade da Risca Grande, propriedade do suíço Andreas Kurt Bernhard. Desde 2001 que se especializou no modo de produção biológica, exportando essencialmente para a Suiça.

Considera-se também a exploração do regadio de Alqueva para novas culturas e introdução do regadio em culturas tradicionais; no Quadro estão indicadas algumas das culturas que apresentam potencial de crescimento com base do regadio de Alqueva, não se dispondo no momento de um detalhe de intenções de investimento existentes para a maioria delas.

Uma outra avaliação das potencialidades agrícolas e agro-industriais associadas ao regadio de Alqueva realizada em 2006, apontava também para a produção de frescos, congelados e agro-industriais transformados, dependentes da chegada da água de rega às várias localizações e propondo uma eventual concentração de investimentos no eixo Ferreira do Alentejo/Beja, possivelmente alargado a parte de Aljustrel, eixo que se poderia entrosar com o do Alentejo Litoral – Santiago do Cacém /Alcácer do Sal, ocupando Ferreira do Alentejo uma posição central se estes dois espaços se desenvolvessem; mas também com Moura e Serpa para o interior com a produção vinícola mais para o norte e para o interior nos concelhos de Reguengos e Vidigueira, Borba, Redondo e Estremoz.



Quadro 3.1. – Revisões da Variação das Produções na Região do Alqueva

CULTURA	IMPACTO
Arvenses de sequeiro e de regadio	 Diminuição / desaparecimento de quase todas as culturas à excepção do arroz que cresce 9%. Indústria de moagem praticamente inexistente – efeito nulo Mão-de-obra liberta para as actividades hortícolas.
Bioenergética	 Aumento significativo utilizando o espaço e a mão-de-obra libertada pelas culturas arvenses de sequeiro e de regadio. Ganham especial importância no cenário pessimista.
Tomate para indústria	• Aumento da produção sem reflexos significativos na mão-de-obra pois é altamente mecanizada, passando Portugal a ter uma posição excedentária.
Hortícolas (melão, feijão verde, couve repolho, ervilha, brócolos, cebola)	 Aumento da produção em especial à custa de espécies menos usuais como a rúcula, passando Portugal a deter uma produção excedentária. Necessidade de mão-de-obra temporária e pouco qualificada. Aspecto crítico é a penetração em canais de mercados externos de hortícolas frescos. Melão – problemas da concorrência espanhola e falta de estruturas de armazenamento no Alentejo. Feijão verde, Bróculo e Couve repolho – cultura sem tradição no Alentejo, o que implica formação no uso da rega e à produção. Cebola – tem grande tradição no Alto Alentejo com forte ligação à indústria conserveira. Pimento – em grande crescimento no Alentejo.
Frutas	 Consumo de fruta em ascensão em especial da Ameixa, pêssego e laranja. Necessidade de regeneração de alguns pomares. Maçã e pêra sem tradição no Alentejo e com potencial de crescimento.
Vinha e Uva de Mesa	 Crescimento da produção significativo, necessidade de exportar (DOC e VQPRD). Cultura exigente em mão-de-obra e necessidade de formação só para o uso da rega.
Olival e azeite	• Duplicação da produção de azeitona, necessidade de azeite de qualidade (denominação origem protegida); produção deficitária em Portugal.
Pastagens e forragens	• Aumento significativo levando ao aumento da criação de gado para carne fresca e produção de leite, queijo e enchidos.
Floresta	• Triplicação da área florestal, em especial de sobreiro.
Serviços	 Introdução de novas tecnologias exige o aparecimento de serviços de acompanhamento técnico, formação e marketing. Desenvolvimento da formação e da produção da agrícola biológica.

Fonte: AGROGES (2004)

Considera-se igualmente o prosseguimento da expansão das actividades de <u>produção hortícola em estufa</u> no Alentejo litoral (couves, alfaces, agriões e possivelmente tomate, beringelas, *courgettes* e pimentos ou mesmo plantas ornamentais.



Refiram-se ainda:

- ☐ A tentativa de criação de uma pequena fábrica, em Moura, para a produção de óleos essências a partir das culturas de rosmaninho, esteva, alecrim, poejo, perpétua das areias, camomila e malva e das águas termais da região.
- □ A criação de um Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres Mediterrânicos, resultado da parceria da Câmara Municipal de Almodôvar, o Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do baixo Alentejo (CEBAL), do Instituto Nacional de Recursos Biológicos e da Universidade do Algarve. Este Centro tem como objectivo dinamizar o mundo rural por via da investigação aplicada e da transferência de conhecimento capaz de transformar a imagem de baixa densidade associada ao Alentejo.

Indústria Mineira

Actualmente a actividade mineira no Alentejo organiza-se em torno da multinacional sueco-canadiana LUNDIN Mining que controla a SOMINCOR com os jazigos de Neves Corvo e as Pirites Alentejanas com os jazigos de Aljustrel. Este grupo mineiro investiu cerca de 400 milhões de euros nos últimos quatro anos e tem projectado um conjunto de investimentos no valor de 245 milhões para os próximos anos, destacando-se:

- □ A expansão da mina de Neves Corvo para explorar o jazigo do Lomabador, que se for aprovado exigirá um investimento de 200 milhões de euros, a realizar entre 2009 e 2011 permitindo quase quintuplicar a capacidade de produção de concentrado de zinco na SOMINCOR; aos quais se adicionarão 12 milhões na optimização dos processos de tratamento dos minérios nas lavarias de zinco e cobre, que permitirão produzir adicionalmente seis mil toneladas de concentrado de cobre a produção principal de Neves Corvo e recuperar mais de dez mil toneladas de concentrado de zinco; esta expansão de actividade vai exigir um investimento na aquisição e ampliação de infra-estruturas no Porto de Setúbal (17 milhões de euros para escoar o minério das Pirites Alentejanas e futuramente dos jazigos do Lombador);
- O grupo LUNDIN, que adquiriu as Pirites Alentejanas, pretende prosseguir nos trabalhos de prospecção no jazigo da Estação em Aljustrel, a avaliação da oportunidade de antecipar a produção de minérios de cobre nas minas das Pirites Alentejanas e o desenvolvimento da mina do gavião em parceria com a Empresa de Desenvolvimento Mineiro. Em Dezembro de 2008, o novo proprietário das Pirites Alentejanas passa a ser o grupo industrial português MTO Irmãos Luzias, à qual se associa a exploração da mina do Gavião;
- ☐ A entrada em funcionamento da mina de ouro situada na serra do Monfurado, entre Évora e Montemor-o-Novo, no segundo semestre de 2009, explorada pela empresa mineira australiana Iberian Resources.



Petróleo, Gás e Electricidade

Sines, no Alentejo litoral é o principal porto energético do país junto do qual estão instaladas uma refinaria de petróleo, uma instalação de desgaseificação e uma central termoeléctrica a carvão. Refira-se que o **Terminal de GNL (gás natural liquefeito):** foi considerado um dos grandes projectos estratégicos nacionais, ao permitir quebrar a dependência do gás natural vindo da Argélia, através do gasoduto do Magreb. O início de operação verificou-se em Outubro de 2003, sendo que até ao final desse ano funcionou apenas com operações de testes. Este terminal é constituído por um posto de acostagem marítimo orientado para a descarga de navios até 165 mil m³ e por uma estação de regaseificação que permite a armazenagem de 210 mil m³ de gás em dois tanques (comportando cada um 105 mil m³), para além de contar ainda com espaço para um outro tanque com a mesma capacidade. A sua capacidade de armazenagem atinge os 240 mil m³ de gás natural liquefeito, e a capacidade de emissão, quando o terminal estiver em pleno funcionamento, será de 300 mil m³ por hora, podendo atingir, no pico, os 450 metros m³ por hora.

Estão actualmente previstos ou em discussão um **conjunto de investimentos** no médio prazo:

- Expansão e reformulação da Refinaria da GALP que vai permitir alargar a capacidade instalada, melhorar os níveis de rendimento de conversão da matéria-prima, permitir o processamento de crudes mais pesados e mais baratos e aumentar a produção de gasóleo em detrimento da gasolina, prevendo-se a finalização do projecto em 2011;
- Eventual instalação de uma segunda unidade de desliquefação de GNL, associada à expansão do terminal portuário de GNL;
- □ Instalação de uma Central de Ciclo Combinado da Galp Power a localizar em Sines (Vale Marim), em terreno propriedade da Administração do Porto de Sines (APS) e adjacente ao Terminal de Gás Natural Liquefeito. a Central de Ciclo Combinado de Sines utilizará como combustível o Gás Natural (alimentado a partir de Gasoduto), para a produção de energia eléctrica de forma altamente eficiente, ao combinar um ciclo de turbina a gás com um ciclo de vapor. Refira-se que as centrais de ciclo combinado com turbina a gás convertem 55% a 60% da energia do combustível em energia eléctrica, enquanto que as centrais convencionais (a fuel ou carvão) convertem apenas cerca de 35% da energia do combustível;
- ☐ Instalação possível de uma central de carvão com sequestro de carbono (4 grupos de 450 MW, em 2013 e 2014).



Caixa 2: A Refinaria Balboa

A Refinaria de Balboa, localizada em Badajoz, a 50 km da fronteira com Portugal poderá pôr em causa a rentabilidade da unidade de refinação da GALP em Sines. Esta Refinaria, propriedade de Alfonso Gallardo, requer um investimento de 1,2 mil milhões de euros e a construção de um oleaduto até Huelva. Com uma capacidade de 110 mil barris diários de crude, correspondendo a 5 750 mil toneladas por ano, deverá criar cerca de 3 000 postos de trabalho.

Os impactos da Refinaria Balboa em Portugal esternder-se-ão, para além da potencial perda de rentabilidade da GALP em Sines, ao aumento dos riscos de contaminação atmosférica e hidrográfica com impactos negativos no turismo e na agricultura.

Fonte: Elaborado com base em informação diversa 2008.

Química Pesada & Petroquímica

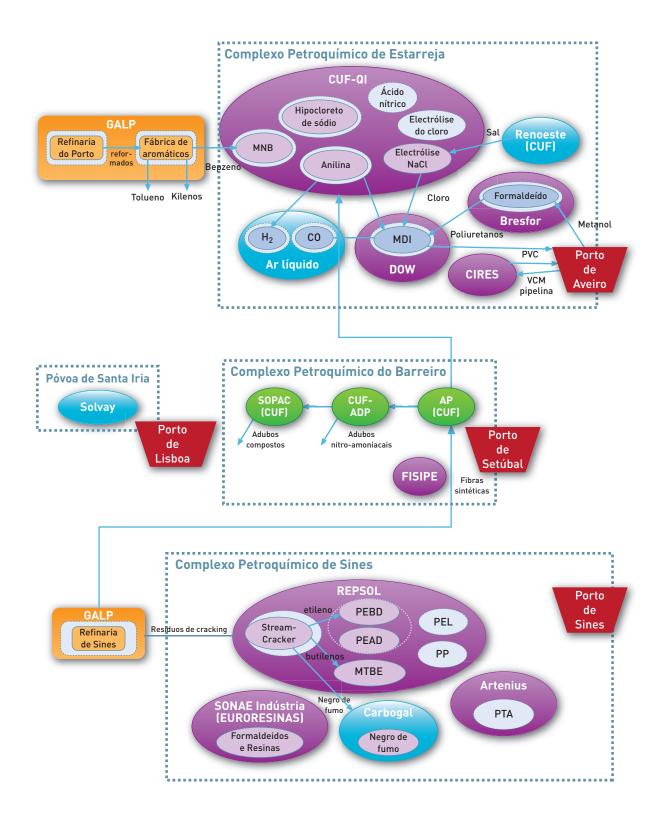
Sines é não só o principal porto energético do País mas também um dos principais centros de elevada especialização no sector petroquímico nacional. Esta situação deve-se à presença da maior refinaria nacional (Galp Energia) e de uma petroquímica que é uma das maiores do seu género em Portugal (a Repsol YPF). De referir também a presença em Sines da Carbogal – Carbonos de Portugal, única empresa que produz "negro de fumo", matéria-prima para a fabricação de pneus, detida pelo grupo alemão Degussa, líder mundial em especialidade químicas que, a partir de Setembro de 2007, passou a integrar o Evonik Industries AG (grupo industrial criativo da Alemanha que actua em três segmentos – química, energia e negócios Imobiliários).

No sector da petroquímica estão previstos grandes investimentos em Sines, o que se irá traduzir num crescimento do pólo industrial e no reforço da sua importância no contexto nacional e ibérico daquele sector. De referir:

□ 0 investimento da REPSOL YPF que permitirá ao complexo de Sines aumentar a sua capacidade de produção de oleofinas e poleolefinas para 1 milhão de toneladas, deixando de ser um mero exportador de matérias-primas; investimento tornado possível pelos ajustes à capacidade de refinação, da GALP (Investimento de 750 milhões de euros até 2010).

030 -

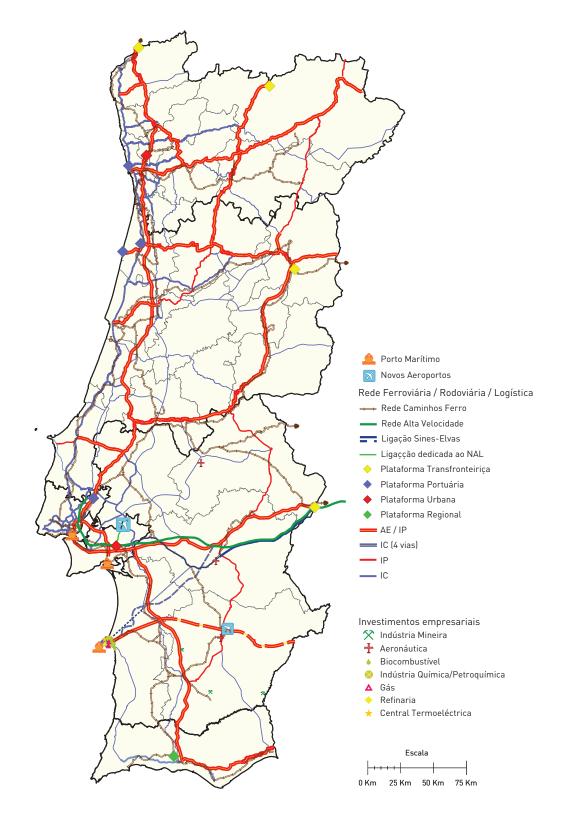
Figura 3.2. – Principais Investimentos Anunciados na Química Pesada /Petroquímica em Portugal



Fonte: DPP 2008



Mapa 3.2. – Alentejo 2015 – Principais Investimentos Industriais



Fonte: DPP com base em informação diversa 2008



□ A construção da maior fábrica europeia de PTA (ácido tereftálico purificado, matéria-prima para todas as formas de poliéster), propriedade do grupo luso-espanhol LA SEDA. O projecto MEGAPTA aponta para uma produção de 700 000 ton/ano de PTA em ano cruzeiro e deverá entrar em operação em 2010 (Investimento de 400 milhões de euros). A construção de uma nova fábrica de PTA, produto intermédio para a produção de PET permitirá que a empresa se afirme no panorama europeu e mundial, como empresa líder de mercado no sector de PET. O Grupo LA SEDA tem presença industrial em Espanha, Reino Unido, Itália, Grécia, Turquia e Roménia. Actualmente tem presença em Portugal em Portalegre O SEU maior accionista é o consórcio formado pela Imatosgil e CGD com cerca de 15% do capital.

Na Figura 3.2. situam-se estes investimentos em Sines no conjunto de projectos já anunciados para o conjunto do País na química pesada /petroquímica.

3.2.2. Novas Actividades

Turismo Residencial & Hotelaria

Uma das maiores transformações em curso no Alentejo tem que ver com um vasto conjunto de projectos na área do turismo residencial e da hotelaria de luxo que, se se concretizarem, não só farão do Alentejo um destino turístico de primeiro plano como concretizarão uma das maiores transformações da propriedade fundiária, com muitas grandes herdades a se reorientarem para o turismo, mantendo nalguns casos a sua vocação agrícola.

Este conjunto de investimentos distribui-se pelo Alentejo Litoral e Central, sendo que neste último caso se distinguem a zona envolvente da albufeira de Alqueva e a zona em torno de Évora, enquanto mais a sul se localizam um número reduzido de grandes empreendimentos anunciados para a zona de Ourique.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) apresenta o **Alentejo Litoral** como um dos seis novos pólos de desenvolvimento turístico. Aponta a necessidade de requalificar o produto Sol & Mar, apostando em actividades complementares que reforcem a proposta de valor para o turista (sejam os complexos turísticos – *resorts* integrados –, o golfe ou circuitos turísticos/touring ligados à natureza).

Para o resto do Alentejo o PENT destaca a zona de Alqueva considerando que tem condições para desenvolver como produtos diversificadores uma oferta de touring, Resorts Integrados e Turismo Residencial (incluindo golfe) e gastronomia e vinhos, para além de actividades náuticas que o espelho de água proporciona. O mercado interno e Espanha assumem-se como prioritários para este destino.

No Quadro 3.2 identificam-se os principais projectos de turismo residencial anunciados para o Alentejo, identificando os seus promotores e a dimensão prevista de investimento para a totalidade dos projectos, que se irão no entanto concretizando em fases. No Mapa 3.3 e na Figura 3.3 procurou-se situar os projectos de *resorts* do Alentejo no contexto nacional, permitindo avaliar até que ponto o Alentejo será uma das principais regiões afectadas pela nova dinâmica do turismo residencial/*resorts* integrados se os projectos anunciados se vierem a concretizar-se.



Quadro 3.1. – Principais Projectos Turísticos Previstos para o Alentejo

Designação Projecto Turístico	Entidade(s) Promotora(s)	PIN	Concelho	Valor Investiment (€ milhões)
	Alentejo Litoral			
Herdade da Comporta	Herdade da Comporta – ACT. Agro Silvícolas e Turísticas / Grupo Espírito Santo	*	Alcácer do Sal	500
Herdade Lançada	n.d.		Alcácer do Sal	56
Rio Mourinho Resort	n.d.		Alcácer do Sal	n.d.
Herdade da Albergaria	Joaquim Ângelo & Cachadinha, Lda		Alcácer do Sal	n.d.
Troia Resort	Grupos SONAE e AMORIM	\Rightarrow	Grândola	350
Herdade do Pinheirinho	Grupo Pelicano – Inv. Imobiliário	\Rightarrow	Grândola	167
Herdade da Costa Terra	Costa Terra – Soc. Imob. Grândola / Grupo Volkart	*	Grândola	510
Vila Formosa	n.d.		Odemira	150
Algoceira – Montinho da Ribeira	n.d.		Odemira	130
Projecto Multiparques / Camping Resort	Céu Aberto, lda	\Rightarrow	Odemira	32
	Alentejo Central			
Fortaleza da Juromenha	Empresa municipal de capitais mistos		Alandroal	20
Évora Resort / Herdade Sousa Fé	Grupo Frontino	\Rightarrow	Évora	250
Herdade dos Padres	Soc.Agric. Herdade Padres / Grupo Fernandio Barata		Évora	30
Herdade dos Almendres	Soc. Agric. Almendres / Família Rufino	\Rightarrow	Évora	180
Vila Galé Hotel	Grupo Vila Galé		Évora	20
Royal Évora	Grupo MSF / Royal Luxury Évora Resort	*	Évora	125
Soc. Hoteleira do Arez	n.d.		Évora	6
M'AR De AR Aqueduto – Historic Design Hotel & SPA e M'AR De AR Muralhas – Timeless Charm Hotel	Cadeia hotéis M'AR De AR Hotels		Évora	10
Herdade da Fonte Boa	Grupo irlandês Westlong		Évora	200
Land & Vineyards / Herdade das Valadas	Grupo Sousa Cunhal SGPS		Montemor-o-Novo	45
Guadina Parque / Herdade das Ferrarias	Grupo Bernardino Gomes (Hotéis Real)		Mourão	75
Land Alqueva / Herdade do Mercator	Grupo Sousa Cunhal SGPS / Grupo Espírito Santo	*	Mourão	110
Herdade da Palheta	Grupo Atlântida (Vila Sol)	\Rightarrow	Redondo	100
Parque Alqueva	SAIP – Soc. Alentejana Invest. Paricipações / Grupo Roquete	*	Reguengos Monsaraz	974
Herdade do Barrocal	Herdade do Barrocal de S. Lourenço / Grupo Aquapura	*	Reguengos Monsaraz	90
Herdades dos Gagos e Xerez	n.d.		Reguengos Monsaraz	
	Baixo Alentejo			
Herdade Defesa S.Brás	Soc. Agrícola Defesa	☆	Moura	390
Herdade da Cavandela	Grupo E3 Property / Grupo José Roquette		Castro Verde	600
Monte da Rocha	Quinta da Arrábida	\Rightarrow	Ourique	200
Monte Campanador	Monte Campanador Resort /	*	Ourique	122

Fonte: DPP com base em informação diversa 2008

Fonte: DPP com base em informação diversa 2008

Femperatura Maxima (°C) Acessos - Zona interdita Acessos - Zona restrita Rede de Adução (Canais) — Rede Existente Acessos - Zona Livre
Cais Aldeias Ribeirinhas Novos Aeroportos — Rede Projectada 🔔 Porto Marítimo Albufeiras
Existente == AE / IP == IC (4 vias) == IP IC 38 - 40 36 - 38 34 - 36 32 - 34 30 - 32 28 - 30 26 - 28 24 - 26 22 - 24 20 - 22 18 - 20 18 - 20 Alqueva 0 Km 25 Km 50 Km 75 Km Valor de Investimento (milhões de €) 974 490 1 Rede Ferroviária / Rodoviária / Logística Rede Caminhos Ferro
Rede Alta Velocidade
Ligação Sines-Elvas
Ligaçção dedicada ao NAL Acessos - Zona interdita Rede de Adução (Canais)
—— Rede Existente
—— Rede Projectada Acessos - Zona restrita Acessos - Zona LivreCais Aldeias Ribeirinhas Novos Aeroportos Recursos Aquiferos 500 m³/(diaKm²) 400 m³/(diaKm²) 300 m³/(diaKm²) 250 m³/(diaKm²) 200 m³/(diaKm²) 100 m³/(diaKm²) 50 m³/(diaKm²) A Porto Marítimo Albufeiras

Existente

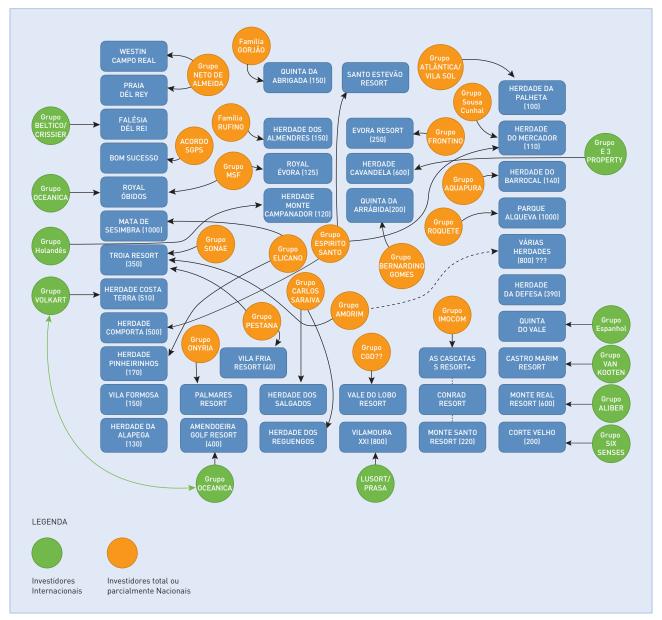
Em Projecto == AE / IP === IC (4 vias) === IC Alqueva 0 Km 25 Km 50 Km 75 Km Valor de Investimento (milhões de €) 974 Escala 490 <u>+</u> I

Mapa 3.3. – Alentejo 2015 – Localização de *Resorts* Integrados

131



Figura 3.3. – Principais Projectos de *Resorts* e Turismo Residencial em Portugal e Respectivos Promotores (2007)

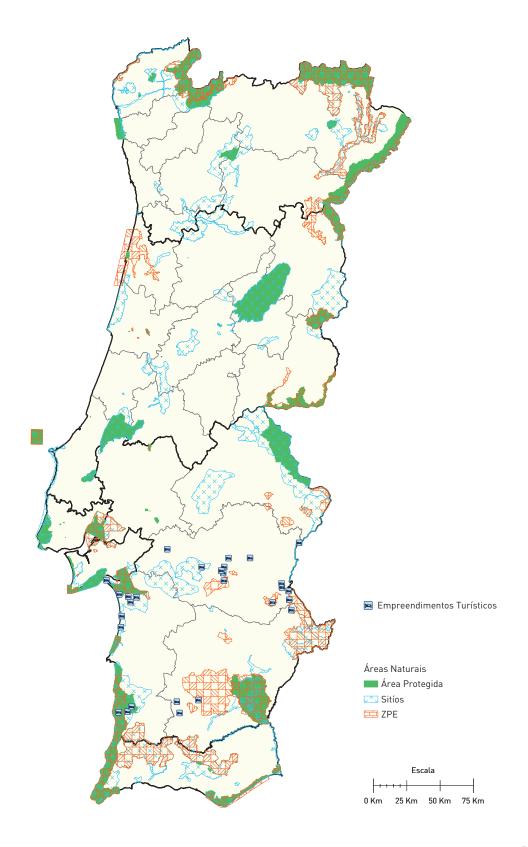


Fonte: DPP 2008

A concretização dos projectos referidos na Figura 3.3 para o Alentejo permitiria criar de raiz uma nova região de turismo, internacionalmente reconhecida, aproveitando as condições de clima, paisagem, ambiente humano e segurança do Alentejo que seriam suficientes para compensar as limitações das acessibilidades aéreas, da oferta limitada de outros factores de atracção para além das amenidades e da inexistência de serviços de saúde de alta qualidade que condicionam o turismo sénior.

30 -

Mapa 3.4. – Alentejo 2015 – Os *Resorts* e as Zonas de Protecção da Natureza



Fonte: DPP 2008.



Mas este vasto conjunto de projectos de turismo residencial pode encontrar múltiplos obstáculos à sua concretização plena, nomeadamente após a eclosão da crise financeira internacional. Entre esses obstáculos podem referir-se os seguintes:

- ☐ Dificuldade em atrair e fixar a mão de obra exigida ao seu funcionamento, dada a inexistência local desses recursos;
- ☐ Dificuldade de concretização do financiamento bancário previsto, tendo em conta que muitos deles estão alavancados ao limite e a actual crise levará os bancos a ser mais restritivos na concessão de crédito;
- ☐ Dificuldade em encontrar mercado para o conjunto dos projectos, sobretudo agora que três das principais origens de potenciais investidores Reino Unido, Irlanda e Alemanha atravessam situações de grande dificuldade económica; o que reduzindo o ritmo de vendas ainda tornará mais difícil obter o financiamento.

Donde se pode considerar como incerta no horizonte de 2020 o grau de sucesso do conjunto de projecto anunciados, podendo vários ser adiados, revistos ou concretizados a um ritmo mais lento.

Produção de biocombustíveis

Aproveitando as instalações do porto de Sines pode vir a desenvolver-se um nicho de actividades em franca expansão: a instalação de biorefinarias destinadas à produção de biocombustíveis, principalmente de biodiesel, utilizando matérias-primas importadas da América Latina e África. São de referir um conjunto de projectos já anunciados mas ainda todos por concretizar, No que respeita a projectos de bio diesel destacam-se:

A GALP Energia pretende produzir nas suas refinarias (Matosinhos e Sines) biodiesel de segunda geração, através da utilização de matérias-primas não utilizadas na produção de bens alimentares (exemplo de mamona do Brasil, Angola e Moçambique) e certificadas ambiental e socialmente e através da promoção de projectos agrícolas em áreas não cultivadas e privilegiando solos com menor potencial agrícola e culturas não alimentares. Este projecto prevê a produção de 600 mil toneladas/ano de biocombustíveis não poluentes, metade destinada ao mercado português com o objectivo de satisfazer a meta de 10% de biocombustíveis nos combustíveis rodoviários, a atingir em 2010. Além deste investimento refiram-se os projectos da:

A ENERFUEL, do Grupo Enersis, tem apostado no desenvolvimento de uma fileira agroenergética no Alentejo, através de culturas tradicionais (girassol) e sendo o objectivo do projecto a instalação de uma biorefinaria com capacidade de processamento de 25 mil toneladas/ano para a produção de biodiesel EN 14214, a partir de óleos alimentares recuperados (6 mil toneladas/ano), gorduras animais (8,5 mil toneladas/ano) e cultura energética de colza (10 mil toneladas/ano).



A GREENCYBER, com capitais portugueses e angolanos pretende investir 80 milhões de euros numa biorefinaria em Sines. Este projecto pretende alcançar uma produção de 250 mil toneladas/ano de biodiesel, destinado ao mercado nacional, produzido a partir de soja, palma, colza e girassol (com cerca de 80% da matéria-prima importada do Brasil, Angola e Moçambique e os 20% restantes de produção nacional). Refira-se que os accionistas portugueses deste projecto vão também apostar numa experiência piloto de produção de biodiesel a partir de micro-algas, contando com a experiência de investigação da ALGAFUEL, empresa de biotecnologia criada no seio da Necton que produz no Algarve micro-algas para as indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética.

No que respeita à produção de bioetanol refiram-se:

A LUSOFUEL (projecto liderado pela Fomentinvest e contando com a participação da EDIA, COPAM e Fundação Carmona e Costa) prevê produzir em Sines entre 100 a 120 000 toneladas de bioetanol por ano (o equivalente a 125-150 milhões de litros). Esta utilizará preferencialmente matéria-prima nacional (milho e trigo) e recorrerá à cogeração.

A ETHAGAL ligada ao grupo SAPEC que, embora tenha previsto a sua bio-refinaria para Setúbal com recurso à produção de milho no Alentejo e Ribatejo.

Uma das interrogações que se coloca quanto ao futuro da agricultura do Alentejo é a de saber se o regadio de Alqueva vai permitir uma produção competitiva de matéria-prima para o fabrico de bio combustíveis, ou se esta – dominada pela produção de biodiesel – continuará dependente das importações de oleaginosas, através nomeadamente do porto de Sines;

Na avaliação atrás referida são apontadas as possibilidades de produção de milho para o fabrico de bioetanol (bem como de resíduos de vinha e olival) – enquanto a maior parte dos projectos anunciados para Sines se concentram na produção de biodiesel.

Solar Fotovoltaico

Beneficiando do elevado número de horas de exposição ao sol, do relevo significativamente plano e da capacidade da rede eléctrica para integrar a energia solar, o Alentejo é uma região excelente para a implantação de centrais solares fotovoltaicas. Em Setembro de 2008 existem cerca de 31 centrais solares fotovoltaicas correspondendo a uma potência nominal total de 93 407 kVA.

Destas 31 centrais solares apenas 8 têm uma potência nominal superior a 1 400 kVA. Destacam-se cinco projectos recentemente implantados, entre os quais estão duas centrais consideradas como as duas maiores centrais solares do Mundo que irão transformar a realidade da Região: a AMPER Central Solar SA na Amareleja (Concelho de Moura); a PFH –



Parque Fotovoltaico Hércules SA em Brinches (Concelho de Serpa); a GENERG em Ferreira do Alentejo e em Évora; os Ventos da Serra em Ferreira do Alentejo; as centrais de Sol Poente e Pão e Água em Mértola e o Parque Solar Interior Alentejano em Ourique.

Figura 3.4. – As Centrais Solares do Alentejo





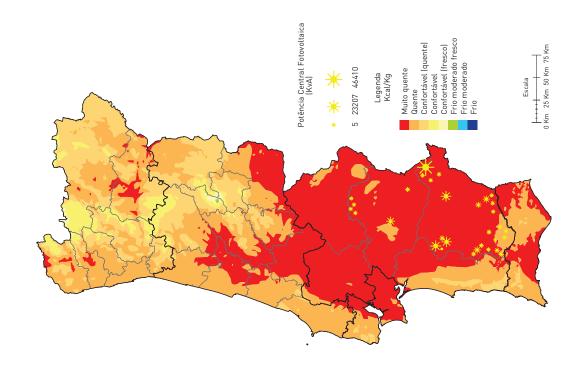
Fonte: Nova Energia e Portal de Moura.

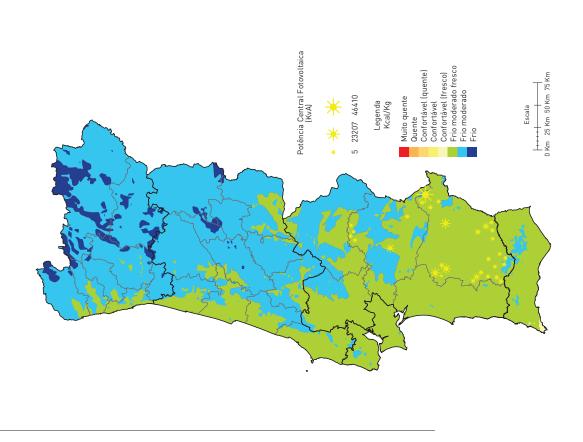
- □ A Central de Serpa, designada por a PFH Parque Fotovoltaico Hércules SA, entrou em funcionamento em 2007 e resultou da parceria da GE Energy Financial Services (de origem alemã e que financiou o projecto), da Power Light Corporation (de origem norte-americana e que foi responsável pelo projecto e construção da central) e da Catavento S.A (empresa nacional fornecedora de sistemas solares e que vai operar e manter a central).Nesta central serão construídos 52 000 painéis solares fotovoltaicos, fornecidos pelas empresas Sanyo, Sharp, SunPower e Suntech, com uma potência instalada de cerca de 10 800 kVA e um investimento total de 62 milhões de euros.
- □ A Central de Moura, denominada AMPER Central Solar AS, entrou em funcionamento em Março de 2008 e é propriedade da Amper Central Solar, empresa criada para construir e gerir a central e pertencente ao grupo espanhol Acciona e da Câmara Municipal de Moura; esta central é composta por 376 632 painéis solares fotovoltaicos, com uma potência actualmente instalada de 46 410 (kVA), podendo atingir 62 megawatts, e um investimento que ascende a 237,6 milhões de euros. No âmbito deste projecto está prevista uma unidade industrial em Moura para a construção de painéis solares fotovoltaicos para o mercado nacional e internacional.
- □ A Central Solar de Mértola constituída por duas unidades a Central de Sol Poente e a Central de Pão e Água, são propriedade do grupo português Cavalum e foram instaladas pelo Grupo Jayme da Costa. A primeira entrou em funcionamento em Abril de 2008 e a segunda em Maio de 2007. A Central de Sol Poente tem cerca de 16 000 painéis solares fotovoltaicos, com uma potência de 2 150 kVA, enquanto



que a Central de Corte Pão e Água tem 12 600 painéis solares fotovoltaicos com uma potência de 646 kVA.

- □ A Central de Ferreira do Alentejo tem quatro unidades, uma da empresa portuguesa NETPLAN (Ventos da Serra) (que começou a produzir em Julho de 2008); outra que começou a ser construída em Junho de 2008 com funcionamento previsto para Janeiro de 2009, propriedade do Grupo português Generg, para além da Solar Mais (de 1 440 kVA) e a Cycloid de 350 kVA; A central da NETPLAN é composta por 43 000 painéis solares fotovoltaicos, com uma potência instalada de 10 000 kVA distribuídos por cinco pequenas centrais para um investimento de 7,5 milhões de euros; enquanto a Central da Generg é composta por 63 360 painéis solares fotovoltaicos, com uma potência instalada de 12 000 kVA e um investimento que ascende a 51 milhões de euros. No âmbito deste projecto está prevista uma unidade industrial em Moura para a construção de painéis solares fotovoltaicos para o mercado nacional e internacional; os painéis solares utilizados na Central da NETPLAN são construídos por uma fábrica instalada em Oliveira do Bairro e propriedade da empresa *Solar Plus*, da qual a NETPLAN é dos accionistas.
- □ O Parque Solar Interior Alentejano, em Ourique, autorizado em 2004, propriedade da empresa alemã WPD, inicialmente uma empresa de projectos eólicos, está presente em 11 países no domínio da energia eólica, solar e da bioenergia. Esta central é composta por 14 330 painéis solares fotovoltaicos, com uma potência actualmente instalada de 2 150 (kVA) e um investimento que ascende a 12 milhões de euros.





Mapa 3.5. – Alentejo – Centrais Fotovoltaicas Instaladas

Aeronáutica

Actualmente o sector aeronáutico em Portugal é claramente dominado pelas operações de manutenção realizada nas OGMA e na TAP.

Nas OGMA existe para além disso, capacidade de fabricação parcial de aviões – é o caso do PILATUS fabricado por encomenda do construtor suíço. Esteve para ser o caso do DORNIER 780, que não se concretizou devido à falência daquela empresa germano – americana. Existe ainda competência para o fabrico de peças e subconjuntos, nomeadamente em materiais compósitos.

As OGMA, após a privatização passaram para o controlo da brasileira EMBRAER que aqui tenciona fazer manutenção dos seus aviões na Europa. Caso a Força Aérea portuguesa escolha o avião da CASA /EADS para substituir os AVIOCAR, a EADS poderá vir a participar até 30% no capital das OGMA e os accionistas alemães da EADS poderão colocar trabalho em subcontrato para modelos do AIRBUS. Em torno das OGMA gravitam dois ou três fornecedores de serviços de fabrico parcial – caso da LISTRAL, que foi criada pela IBEROMOLDES – ou de componentes como a M. Pousada. Em 2008, a OGMA reforça a sua posição na produção de componentes para a EMBRAER, fabricando peças para os aviões 170 e 190, numa estratégia de reforço da sua posição dentro do Grupo EMBRAER.

Para além das OGMA vieram instalar-se em Ponte de Sor um fabricante de ultraleves – a MOTORAVIA – que esteve envolvida na num projecto inovador ao nível europeu de desenvolvimento de um novo tipo de motor – WANKEL – para utilização em aviação geral. Posteriormente, e por influência deste fabricante, instalou-se o fabricante de aviões ligeiros e desportivos DYNAERO IBÈRICA que realiza operações de montagem de aviões do segmento de Aviação Geral.

É de realçar ainda o interesse de três empresas de moldes pela participação em projectos aeronáuticos – IBERO MOLDES, PLASDAN E VAN GEST integraram um grupo de empresas portuguesas que tem estado a negociar com a BOEING fornecimentos para o novo avião 787 daquele construtor. Por sua vez, a PLASDAN tem estado associada com o Instituto Politécnico de Leiria e a Universidade da Beira Interior ao desenvolvimento de um avião sem piloto para tarefas de vigilância – o projecto SKY GUARDIAN. Na área dos UAV surgiram ainda duas microempresas interessadas no desenvolvimento de aplicações civis.



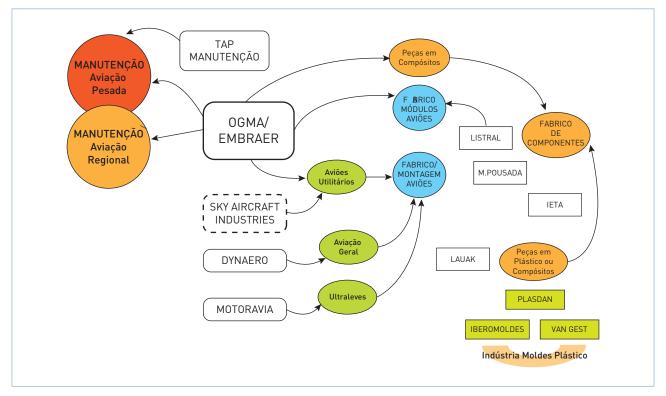


Figura 3.5. – Empresas do Sector Aeronáutico em Portugal

Fonte: DPP (2005)

Os actores do *cluster* da aeronáutica vão desde empresas de serviços de manutenção, fabricação e montagem de estruturas, passando pelas empresas transportadoras aéreas, empresas de componentes, associações empresariais, academias de formação e empresas fabricantes de ultra-leves. De entre eles destacamos:

- 1) OGMA, com soluções de manutenção, revisão e modernização de aeronaves, motores e componentes, fabricação e montagem de estruturas e cujos objectivos são a consolidação da empresa como suporte de manutenção das Foras de Defesa de Portugal, o aumento da base de clientes activos na área da defesa, a obtenção de novos contratos de "Gestão Total de Frota" e consolidação da OGMA como a empresa de manutenção dos produtos Embraer na Europa, África e Médio Oriente, expansão do uso das capacidades na área de fabricos e aumento de forma significativo da participação no mercado de manutenção de aviões civis em particular nas famílias "narrow body" da Boeing e Airbus;
- 2) TAP MANUTENÇÃO e ENGENHARIA, responsável pela manutenção da frota desde 1945, a partir de 1974 desenvolveu actividade de manutenção de frotas de terceiros. Com instalações no Aeroporto de Lisboa, emprega 1 900 pessoas qualificadas nos serviços de manutenção e engenharia para aviões, motores e componentes. Os serviços de manutenção compreendem a manutenção integrada necessária durante a vida de operação prevista do avião; a manutenção de linha, o que inclui



as inspecções, reparações estruturais, programas de corrosão, renovação de cabines, decapagem e pintura, às famílias de aviões da Airbus, Boeing e Lockheed Martin. Para além disso, dispõe de serviços de consultoria, laboratórios de ensaios diversos. Ao longo destes dois últimos anos, a TAP MANUTENÇÃO e ENGENHARIA tem estabelecido diversos acordos de cooperação para prestação de serviços com a SNECMA SERVICES, do Grupo SAFRAN, com a Ibéria Manutenção para intercâmbio de serviços de manutenção, e de serviços de manutenção dos motores dos aviões da companhia charter búlgara BH Air e da Transaero (empresa privada russa). O reconhecimento da qualidade dos serviços prestados por esta empresa é visível pela atribuição do prémio da NATO de Melhor Empresa de Manutenção de Base para Reactores e Aviões e em 2006 e nesse mesmo ano adquire uma posição dominante na VEM-Varig Engenharia e manutenção, empresa de serviços de manutenção brasileira.

3) DYN'AERO é uma empresa fabricante de aviões ligeiros de nova geração, de origem francesa e que se localizou em 2001 em Ponte de Sor. vocacionada para a produção de componentes e montagem inicial dos modelos de asa – delta MCR 01 (vocacionado para as escolas de aviação) e MCR 4S (orientado para actividades de turismo e lazer), nomeadamente a montagem estrutural da fuselagem e asas e superfícies de controlo destes modelos, tendo sido o Modelo MCR 4S escolhido pela EADS como avião de suporte em sistemas de vigilância; enquanto que a Motoravia é uma empresa de construção de aviões ligeiros (mono-motores de 2 e 4 lugares) que utiliza materiais de última geração como as fibras de carbono e de vidro. Cedeu instalações à Dyn'Aero em Ponte de Sor. Para além disso, fabrica também motores, hélices, simuladores e outros componentes para a indústria aeronáutica e aeroespacial e mantém parcerias com várias entidades internacionais, tendo participado no fabrico de componentes estruturais do Satélite HISPASAT da Agência Europeia Espacial.

Embora dependente do desenvolvimento tecnológico do Grupo na Casa – mãe em França (Dijon), investe anualmente cerca de 100 mil euros em despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), especialmente afecto ao desenvolvimento de processos produtivos e de controlo de qualidade. Recentemente procura alargar o âmbito da I&D ao desenvolvimento de novos produtos, prevendo-se o surgimento de um novo produto por ano. Os maiores desafios que se colocam à empresa são: o de procurar aumentar as vendas nos mercados já existentes, ajustando-se a empresa ao crescimento esperado; a diminuição da rotatividade de mão-de-obra e melhoria das condições laborais; a tomada de uma atitude próactiva na inovação de produto e o aumento da cooperação com entidades e empresas nacionais ao nível da I&D. Paralelamente, prevêem a construção de uma nova fábrica em Portugal, na Região Alentejo nos próximos três anos.



Encontram-se em curso ou anunciados vários projectos de investimento com evidentes impactos no Alentejo:

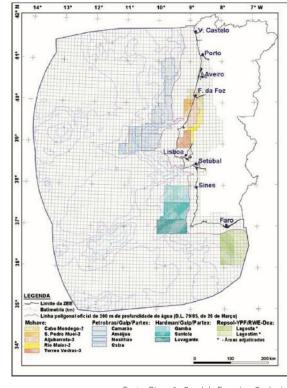
- □ OGMA/EMBRAER em 2006 foi assinado um acordo de cooperação industrial para o desenvolvimento da capacidade da OGMA de projectar e fabricar estruturas de aeronaves para o mercado global. Este investimento na OGMA precedeu o investimento anunciado em Julho de 2008, de criação pela EMBRAER de duas fábricas de componentes em Évora, uma para o fabrico de estruturas metálicas complexas (asas e seus componentes) e outra para a produção de materiais compósitos (caudas e seus componentes), correspondendo a um investimento inicial de 148 milhões de euros. Prevê-se com este investimento a criação de mais 500 postos de trabalho directos e aquisição de 80% de componentes, muitos dos quais fabricados em Portugal.
- □ OGMA /WESTLAND a OGMA foi a empresa escolhida para continuar a manutenção dos helicópteros EH-101, vendidos à Força Aérea Portuguesa em 2002, e durante os primeiros cinco anos (a partir de 2008) serão inspeccionados pela empresa italiana de manutenção Agusta Westland. Esta empresa compromete-se, igualmente, a lançar no âmbito do Projecto CEIIA (Centro para a Excelência e Inovação da Indústria Automóvel) um programa de engenharia e desenvolvimento dos novos helicópteros Helis Lynx.
- □ Investimento da empresa de aeronáutica Flight Dream numa nova linha de montagem no Alentejo e para criar um pólo de manutenção de aviões ligeiros, em Ponte de Sor. Esta empresa formou uma parceria comercial com a empresa multinacional Dyn'Aero para actuar em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, estando em actividade desde 2006. A Flight Dream, é uma empresa dedicada à comercialização de aeronaves e material aeronáutico, desenvolvendo a sua actividade sob a marca AIRSOR (sendo também representante oficial para Portugal das aeronaves ZENAIR). Prevêm em 2009 a sua expansão para a Venezuela e a República Democrática do Congo.

Prospecção de Recursos Energéticos

Em 2007 houve um significativo incremento na prospecção e pesquisa de petróleo em Portugal, com a assinatura de 12 novos contratos de concessão:

- □ 3 contratos de concessão com as empresas Hardman Resources Ltd (australiana), Petróleos de Portugal Petrogal S.A. e Partex Oil and Gas Corporation (holding da Gulbenkian que reúne os interesses petrolíferos da Fundação), no deep-offshore da bacia do Alentejo;
- ☐ 4 contratos de concessão com a empresa brasileira Petrobras International Braspetro B.V., a Petróleos de Portugal Petrogal S.A. e a Partex Oil and Gas Corporation, no deep-offshore da bacia de Peniche;
- □ 5 contratos de concessão com a empresa Mohave Oil & Gas Corporation, para as áreas Cabo Mondego-2, S. Pedro de Muel-2, Aljubarrota-3, Rio Maior-2 e Torres Vedras-3, no *onshore* e *offshore* da bacia Lusitânica.





Mapa 3.6. – Concessões no Offshore Português

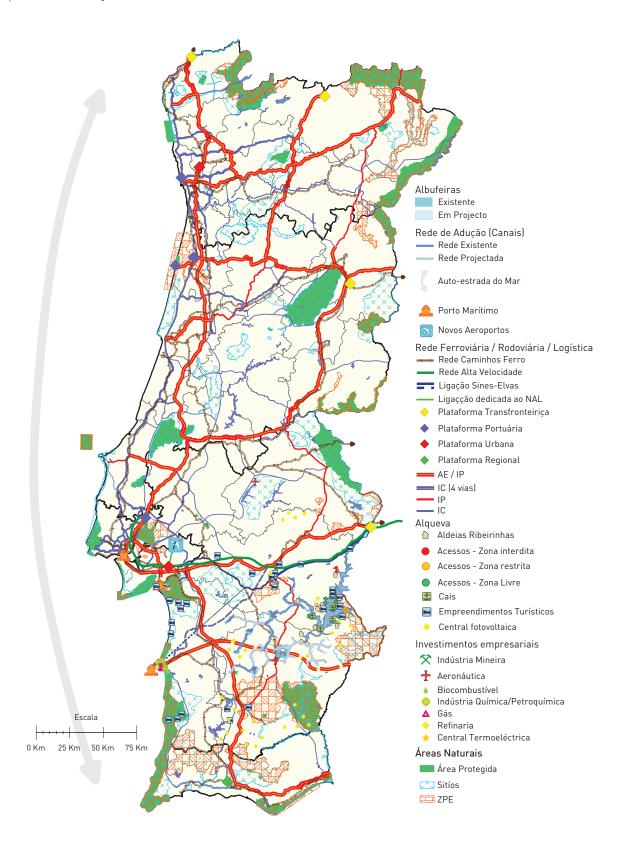
Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia.

Investigação biológica e Organismos Geneticamente Modificados...

- ☐ A criação da Estação Biológica do Garducho, prevista abrir no trimestre de 2009, para investigar e promover o património natural na Zona de Protecção Especial (ZPE) para Aves Moura/Mourão/Barrancos no concelho alentejano de Mourão(na zona da Rede Natura 2000).
- ☐ Ensaios experimentais com milho geneticamente modificados em Monforte e em Ferreira do Alentejo pelas empresas Pioneer e Syngenta em 2008 e a repetir em 2009 e 2010 entre os meses de Abril a Setembro O objectivo é proceder à experimentação em campos de ensaio de milho geneticamente modificado, não se destinando à alimentação humana ou animal o material vegetal produzido. A Pioneer, empresa de sementes do Grupo Dupont fez uma parceria, em 2006, com a empresa suíça Syngenta para actuar no domínio da biotecnologia e da selecção genética;
- □ A instalação da primeira Central de Valorização Orgânica do Alentejo, junto ao Aterro Sanitário da Valnor (Avis/Fronteira), que transformará, através de um processo mecânico e biológico, resíduos biodegradáveis em adubos orgânicos (isentos de substâncias químicas), que podem ser utilizados na agricultura biológica ou em espaços verdes, por um investimento de 16 milhões de euros.



Mapa 3.7. – Alentejo 2015 – Síntese



Fonte: DPP 2008



3.3. Investimentos Públicos em Infra-estruturas de Apoio à Actividade Empresarial Propostos

Partindo da informação disponível nos Planos de Acção propostos pelas NUTS III para contratualização no âmbito do QREN, e no que respeita para já ao Alentejo Litoral, Norte Alentejo e Baixo Alentejo (não se dispôs em tempo útil do Plano de Acção do Alentejo Central) destacamos:

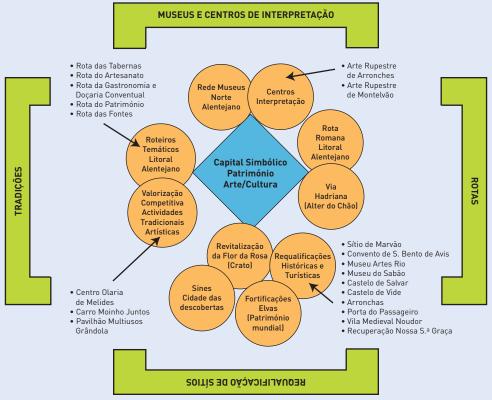
Infra-estruturas de apoio à I&D e à Inovação Empresarial
☐ Dinamização de Sines Tecnopólo
 Centro de I&D e área de localização de empresas do Sector Agrícola do Alentejo Litoral (regadio de Mira e concelho de Odemira)
☐ Tecnopólis de Portalegre
☐ Pólo de Ciência e Tecnologia de Elvas
☐ Pólo Regional de Competitividade e Inovação de Ponte de Sor
☐ Centro de Inovação e Investigação Agro-Alimentar
Infra-estruturas de apoio à diversificação de actividades
☐ Plataforma Intermodal e Logística de Sines (PILS)
☐ Pólo de Inovação e Desenvolvimento do <i>Cluster</i> de Turismo de Grândola
 Centro de Experimentação e Promoção de Energias Alternativas e Mistas (Santiago do Cacém)
Construção dos Centros Hípicos da Comporta e Santiago do Cacém
 Construção do Centro de Desporto de Alto Rendimento da Barragem do Pego do ALTAR



Caixa 3: A Valorização do Património Cultural e Histórico

Partindo da informação disponível nos Planos de Acção propostos pelas NUTS III para contratualização no âmbito do QREN, e no que respeita ao Alentejo Litoral, Norte Alentejo e Baixo Alentejo e à valorização do seu património cultural e histórico, salientam-se os projectos em torno de quatro domínios essenciais:

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E HISTÓRICO



Fonte: Félix e Escária 2008 com base nos Planos de Acção 2008.

- 1) tradições como roteiros temáticos do litoral alentejano e a valorização competitiva actividades tradicionais artísticas;
- 2) requalificação de sítios designadamente a revitalização da flor da rosa e as requalificações históricas e turísticas;
- 3) museus e centros de interpretação e;
- 4) rotas históricas no litoral alentejano e a Via Hadriana (em Alter do Chão).



3.4. O Alentejo nas Estratégias de Eficiência Colectiva

As Estratégias de Eficiência Colectiva são ilustrativas da assumpção de dois tipos de ajustamentos de perspectiva na política regional:

- ☐ Por um lado, trata-se de assumir que a coesão se promove através da promoção da competitividade, o que significa passar da lógica assistencialista a uma visão de política que pretende impulsionar as regiões a formarem as sua próprias capacidades de competir no mercado assegurando actividades economicamente sustentáveis; e.
- ☐ Por outro lado, trata-se de assumir o princípio de que a competitividade não radica apenas nas instituições individuais mas também no conjunto.

Enquanto instrumentos de promoção da eficiência colectiva, as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) e o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), assentam no estabelecimento de parcerias que, englobando conjuntos diversificados de actores⁴², lhes permitam lancar iniciativas inovadoras orientadas para o desenvolvimento competitivo dos territórios abrangidos que não se sujeitam às delimitações territoriais do planeamento formal.

Com as RUCI pretende-se intervir nas cidades estruturantes do modelo territorial definido no PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território), apoiando parcerias que se proponham implementar programas estratégicos visando, numa base distintiva, o desenvolvimento de clusters de actividades mais intensivas em conhecimento e criatividade, o reforco da atractividade, nomeadamente internacional, das cidades e a inovação e cooperação na gestão de infra-estruturas.

Com o PROVERE pretende-se intervir nos territórios de baixa densidade, nos seus pequenos centros urbanos e hinterlands rurais, apoiando a formação de parcerias que visem, através da implementação de planos estratégicos, a valorização económica, em bases competitivas, de recursos com potencial distintivo.

Em ambos os casos trata-se de accões *bottom-up*, em que a iniciativa cabe aos actores dos respectivos territórios, ainda que apoiados em actores externos, que decorrem em concursos situados a dois níveis: o das acções preparatórias, destinados a seleccionar parcerias para apoio à elaboração de planos estratégicos (que em ambos os casos já decorreram entre a primavera e o verão de 2008) e os dos programas estratégicos (que, no caso das RUCI, finalizou em Outubro de 2008).

No conjunto das cinco accões preparatórias das redes urbanas aprovadas para financiamento dos respectivos programas estratégicos o Alentejo está em duas: Ecos - Energia e Construção Sustentáveis e Corredor Azul.

A ECOS tem como entidade líder a Câmara Municipal de Moura, e envolve ainda um conjunto de concelhos de três regiões, com actividade, pública e privada, relevante nas

⁴² Municípios, empresas e instituições de ensino superior, entre outros.



energias renováveis e na sustentabilidade ambiental: eólico (no Oeste), fotovoltaico (Moura), energia das ondas (Peniche), Pilha de Combustível de Hidrogénio (Torres Vedras), eficiência energética e "comunidades carbono zero" (destaque para Óbidos, Moura e Beja), construção sustentável (Serpa e Silves), a que se associam potenciais turísticos ligados à ecologia e ao património.

Pretende-se com esta rede, sob o lema da visibilidade / imagem de marca, dinamizar a cooperação estratégica entre os municípios envolvidos em torno do tema energias renováveis e construção sustentável, visando para além do reforço das actividades já existentes: alargar as actividades a outros domínios (como a micro geração); dinamizar os mercados locais; estimular o trabalho conjunto com instituições de ensino superior, a formação de parcerias público-privadas e o estabelecimento de contratos de investimento entre entidades de natureza diversa.

A rede **Corredor Azul** envolve um conjunto de municípios que se situam sobre o eixo angular de acesso de Lisboa / Sines a Espanha e procura tirar partido das vantagens locacionais proporcionadas. Esta rede afigura-se coerente com o eixo central da estratégia preconizada no PO Regional, que visa aproveitar o desenvolvimento metropolitano de Lisboa e a intensificação das relações com a Espanha, ou através da Espanha, que as novas infra-estruturas de transportes poderão potenciar, revitalizando actividades tradicionais (como o azeite, o vinho e os mármores) e impulsionando actividades mais recentes (componentes electrónicos e automóveis), conjugadamente com a afirmação do Alentejo como destino turístico.

A actuação dos municípios e restantes participantes em rede, visa estabelecer um compromisso relativo a acções de divulgação de conhecimento e partilha de boas práticas, desenvolvimento de aplicações na área do digital, promoção externa e qualificação de recursos humanos, que promova a excelência regional das cidades e outros aglomerados envolvidos.

No conjunto das 29 candidaturas aprovadas de acções preparatórias do PROVERE, o Alentejo participa em sete:

- EneRural, rede que se propõe impulsionar o uso da energia solar nas estruturas turísticas e a eficiência energética das empresas em geral, bem como a valorização energética da biomassa;
- 2) Reinventar e descobrir da natureza à cultura, rede que se propõe desenvolver rotas turísticas baseadas no ecoturismo, nas peregrinações europeias históricas, e em temas históricos da idade do ferro e dos descobrimentos;
- 3) Alto Alentejo Destino sustentável de cultura e natureza, rede que se propõe implementar o turismo e a cultura em torno do recurso natureza e biodiversidade:
- 4) Valorização de recursos silvestres do Mediterrâneo, rede que, associando municípios do Alentejo e Algarve, pretende implementar tecnologias para o aproveitamento de recursos silvestres na cosmética, medicina e outros usos;

- 5) Slow motion, rede que visa explorar a quietude da planície alentejana e elementos infra-estruturais históricos como factores de atracção turística;
- 6) Zona dos mármores, rede que visa promover a reorganização do sector dos mármores, do ponto de vista da sua sustentabilidade ambiental e económica e das suas articulações com o turismo; e,
- 7) Territórium Uádi Ana, rede que pretende promover a competitividade da margem esquerda do Guadiana, através da qualificação de elementos patrimoniais, da inovação e da dinamização empresarial.

Os elementos apontados assentam nas candidaturas às Acções Preparatórias, sendo, por isso, muito preliminares. Só com as candidaturas ao financiamento dos programas é que se poderá fazer uma melhor avaliação preliminar da importância estratégica que estes programas de eficiência colectiva poderão vir a ter para a transformação do Alentejo.



4. OLHANDO PARA O FUTURO – HORIZONTE 2030

Neste capítulo é feito um breve exercício de cenarização sobre a região do Alentejo, tendo 2030 como Horizonte temporal.

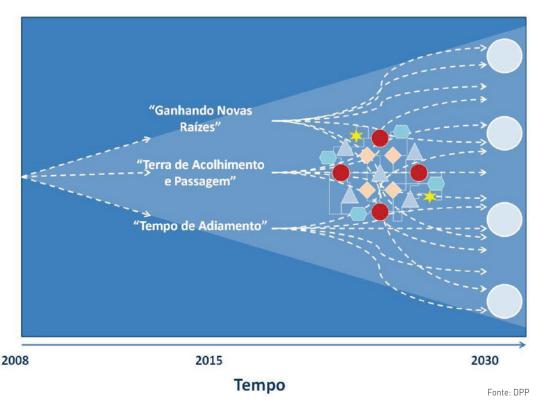
Embora sintético, este esforço de explorar futuros alternativos para o Alentejo apresenta algumas características que se revelam importantes para melhor compreender a sua estrutura.

Uma dessas características derivou do facto de se ter considerado vantajoso dividir o período de cenarização em dois sub-períodos distintos:

- □ 2008/2015 este sub período tem duas características que o especificam: por um lado a existência de planos detalhados de investimento que, se se concretizarem no tempo previsto, irão influenciar os desenvolvimentos posteriores do Alentejo; e por outro lado a incidência dos maiores impactos da actual crise financeira sobre a economia real, que poderão inclusive atrasar ou inviabilizar alguns dos investimentos previstos
- □ 2015/30 este sub período apresenta-se muito mais aberto em termos de evoluções possíveis para o Alentejo, embora naturalmente influenciado pelo que ocorrer no sub período anterior.

A figura seguinte procura ilustrar esta abordagem ao período de cenarização dividido em dois sub-períodos distintos até 2030.

Figura 4.1. – Cenários para o Alentejo – Dois Sub-períodos até 2030





4.1. Revisitando os Pressupostos da Visão Estratégica para o Alentejo e os Riscos que envolve

Da conjugação das opções presentes nos documentos oficiais atrás referidos e dos projectos de investimento em curso pode extrair-se uma *Visão Estratégica Implícita* que pensamos se baseia na exploração de Oportunidades assentes em Tendências consideradas de longo prazo e verificadas **no exterior** da região. Estas oportunidades encontram-se organizadas em torno dos seguintes vectores:

Posicio	namento Geografico e Geoeconomia
٥	Maior integração das economias de Espanha e Portugal e em particular o estrei- tamento de fluxos de mercadorias e pessoas entre a Região de Madrid e Lisboa e o Sul de Portugal;
	Reforço das rotas marítimas que ligam e irão ligar ainda mais a Ásia à Europa (rota do Índico/Mediterrâneo pelo canal do Suez e Rota Pacífico/Atlântico pelo canal do Panamá em alargamento);
	Exigências de diversificação de abastecimento energético da Europa que supõe um acesso marítimo ao continente quer para petróleo e sobretudo gás natural quer também de matérias-primas para biocombustíveis.
que res	ores que tornam possível ao Alentejo vir a explorar estas Oportunidades são os ultam de uma combinação de localização com a sua valorização por um conjunto -estruturas em construção ou planeadas:
۵	Novo Aeroporto de Lisboa, na margem sul do Tejo, em Alcochete;
	Porto de Sines com terminais energéticos, de carga contentorizada e de granéis, com zona industrial e logística anexa;
	Construção de uma nova linha ferroviária em bitola europeia Sines/Évora/Elvas;
	Porto de Setúbal com as suas três valências: graneis, carga contentorizada e RO-RO;
۵	Plataforma logística do Poceirão;
	Alta Velocidade ferroviária Lisboa /Madrid com paragem em Évora;
	Aeroporto de Beja.



Base de Recursos Naturais, Clima e Ambiente

- Procura por parte da Europa do Norte de terras regadas e com clima ameno que dispensem o consumo energético para produção intensiva e procura por parte de Espanha de novas áreas irrigadas face a dificuldades de recursos hídricos nas regiões de agricultura intensiva do Sul do país;
- Procura acrescida de minérios em consequência do forte crescimento das economias emergentes da Ásia.

Os Factores que tornam possível ao Alentejo vir a explorar estas Oportunidades são os que resultam de uma combinação de recursos de solo e clima potenciadas por uma maior disponibilidade de água resultante da rede e rega de Alqueva, bem como da entrada em exploração ou da retoma da mesma de jazigos de minérios não ferrosos com forte procura mundial (zinco, cobre) com a sua valorização por um conjunto de infra-estruturas em construção ou planeadas.

Evolução Tecnológica

☐ Forte crescimento esperado da procura de energias renováveis por motivos de limitação de oferta de combustíveis fósseis e por razões ambientais, com destaque para as energias solares, em que o potencial de inovação tecnológica é superior.

Os **Factores** que tornam possível ao Alentejo vir a explorar estas Oportunidades são os que resultam de um nível de insolação dos mais elevados da Europa, combinados com grande disponibilidade de espaço não edificado nem povoado ou utilizado para outros fins.

Evolução Demográfica/Economia/Estilos de Vida

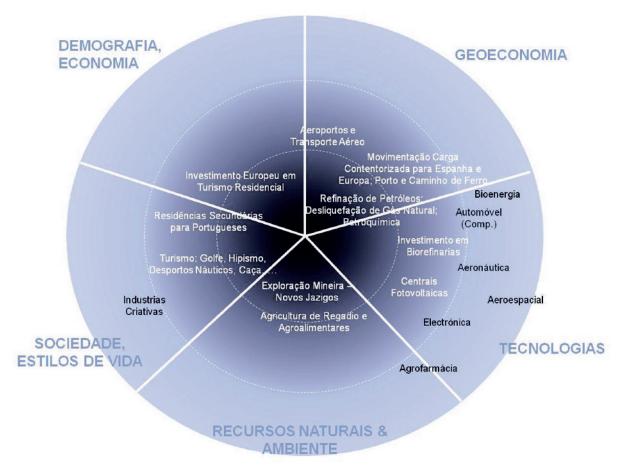
- ☐ Boom de investimento residencial no Sunbelt europeu por parte das classes médias europeias baby boomers, active young seniors e ainda gerações mais novas;
- Procura de novas áreas para residências secundárias por parte das classes média/alta da região de Lisboa e mesmo do Norte do País.

Os **Factores** que tornam possível ao Alentejo vir a explorar estas Oportunidades são os que resultam de um conjunto de valências naturais e de paisagem, não obstante a maior dureza do clima em certas épocas do ano, quando comparado com outras regiões que aspiram a atrair a construção de *resorts* integrados – conjugada também com a proximidade de aeroportos e da linha de Alta Velocidade com paragem em Évora e da eventual utilização do aeroporto de Beja para voos *low cost*.



A Figura 4.2. ilustra as Oportunidades existentes ou em curso de Aproveitamento no Alentejo que levaram a considerar que o cruzamento destas Oportunidades poderiam constituir a matriz para o desenvolvimento futuro da região.

Figura 4.2. – O Espaço de Oportunidades Explorado pela Visão Estratégica Implícita para o Alentejo⁴³



Fonte: DPP 2008

⁴³ A gradação da cor no interior do círculo procura representar a intensidade do sinal, sendo que na zona mais escura (centro do círculo) se encontram os elementos onde a intensidade do sinal é maior, o que se traduz no facto dos mesmos já estarem a acontecer ou apresentarem uma probabilidade elevada de virem a ocorrer no futuro. Nos extremos do círculo identificam-se acontecimentos ou tópicos cuja ocorrência, sendo plausível, é menos certa.

A hipótese de *Visão Estratégica Implícita* para o Alentejo centra-se no aproveitamento deste conjunto de Oportunidades, procurando valorizar os Factores que o tornam possível.

Mas algumas das **Oportunidades** em que assenta podem vir a confrontar-se com **adiamentos ou reduções de intensidade** – o que a acontecer limitará o potencial de crescimento associado à transformação que se vier a verificar. Podem referir-se especificamente quatro questões de ordem externa:

☐ A crise financeira internacional tornar mais selectivos, e exigentes em termos de garantias, os financiamentos e o envolvimento de privados na construção de grandes infra-estruturas sem rendibilidade garantida no longo prazo. O que



- poderá afectar por exemplo a construção de algumas das infra-estruturas chave para a relação da AML e do Alentejo com Madrid;
- □ A crise imobiliária internacional, se ocorrer em paralelo com uma crise económica generalizada, poder desencadear uma retracção em larga escala do investimento em empreendimentos de turismo residencial;
- □ 0 interesse asiático pela posição geográfica do litoral alentejano reduzir-se a operações de transbordo e/ou movimentação de contentores para o hinterland espanhol, sem haver em paralelo investimento industrial em novas actividades;
- O desenvolvimento das tecnologias de energia solar não caminhar no sentido das grandes centrais fotovoltaicas em locais de forte insolação e baixa densidade populacional mas encaminhar-se sobretudo para as aplicações descentralizadas associadas a zonas de forte concentração urbana.

Figura 4.3. – Futuro do Alentejo – Forças de Atracção e de Resistência

TEMAS	DRIVING FORCES (FACTORES)	RESTRAINING FORCES (RESISTÊNCIAS)
	Novo Aeroporto de Lisboa	Crise Financeira Internacional
	Porto de Sines: terminais energ., carga content.	Posição Geoeconómica de Portugal e Lisbo
Geoeconomia	Plataforma Logística Poceirão	Redução interesse Asiático
	Alta Velocidade (passagem por Évora)	Crise Financeira Internacional
	Actividades mais intensivas em Conhecimento	Limitações na Retenção e Atracção de RH altamente qualificados
Tecnologia	Centrais Fotovoltaicas aproveitando forte Insolação	Reorientação dos Desenvolvimentos Tecnológicos no Fotovoltaico
Rec. Naturais, Ambiente,	Recursos de solo e clima potenciados por uma maior disponibilidade de água (Alqueva)	
Economia, Demografia, Estilos de Vida	Resorts Integrados explorando Amenidades e Acessibilidades	Crise Imobiliária Internacional; Imagem Portugal



Por outro lado a *Visão Estratégica Implícita* traduz-se numa concentração de apostas em torno de actividades ligadas ao aproveitamento de recursos naturais, climáticos e ambientais e ao atravessamento do território por novas acessibilidades com uma limitada expressão de actividades intensivas em conhecimento e/ou criatividade, susceptíveis de se multiplicarem em novos empreendimentos (sendo a Aeronáutica a referência principal feita na Visão), o que resulta possivelmente da consciência da limitação em recursos humanos altamente qualificados existentes à partida.

Refira-se que, dada esta fragilidade de partida, só a concentração em um ou dois projectos de maior dimensão e com forte intensidade de conhecimento poderia ter um efeito estruturante, no sentido de abrir espaço a novas actividades, o que não acontecerá com uma multiplicação de intenções de criação de Parques e Pólos Tecnológicos desprovidos de "âncoras" empresariais e de Conhecimento.

Uma primeira reflexão sobre oportunidades que se poderiam conceber para o Alentejo neste domínio de "actividades mais intensivas em conhecimento" poderia apontar por exemplo para²:

44 Vd. anexo com Casos Internacionais.

Actividades das Indústrias Criativas e Audiovisuais;
Actividades Aeronáuticas – incluindo aviões desportivos, aviação geral, aviões não tripulados e fabrico de componentes;
Actividades Espaciais – do tipo dos <i>spaceports</i> que a Virgin Galactic quer implantar a nível mundial e da eventual instalação complementar de fabrico parcial de aeronaves;
Actividades de Bio-engenharia – nomeadamente os bio-plásticos para aplicações em embalagem agro-alimentar ou os biocombustíveis com base em microalgas;
Actividades de Fito engenharia e agro-farmácia visando o melhoramento de plantas, e produção de compostos de uso farmacêutico a partir de espécies vegetais geneticamente modificadas;

Conforme se concretizar ou não a **Visão Estratégica Implícita** e se vierem ou não a acrescentar novos elementos mais centrados em actividades baseadas no conhecimento e criatividade podem considerar-se desde já **três cenários de desenvolvimento no horizonte 2015**:

Actividade de Cosmética.

- □ Cenário "Tempo de Adiamento" em que a Visão Estratégica Implícita fica por cumprir devido a dificuldades vindas do exterior, sem que haja dinâmicas novas que tragam variedade;
- Cenário "Terra de Acolhimento" em que a Visão Estratégica Implícita se concretizaria plenamente, incluindo em algumas actividades mais intensivas em conhecimento referidas atrás, como as actividades no sector da aeronáutica e as soluções inovadoras em energia solar;
- □ Cenário "Ganhando Novas Raízes" em que a Visão Estratégica Implícita fica reduzida nas componentes de Lazer & Logística mas acaba por se enriquecer em actividades mais intensivas em conhecimento e talentos que possam vir a emergir, consolidando-se posteriormente no período 2015/30.



4.2. Olhando para além de 2015, com o Horizonte 2030

Num horizonte de 2030, em que já não se contariam com os Fundos Estruturais, a não ser marginalmente poderia considerar-se que o enquadramento do Alentejo dependeria de elementos pré-determinados, incertezas cruciais e wildcards (entendidos aqui como eventos cuja probabilidade de ocorrência é considerada muito baixa mas se ocorrerem terão um forte impacto na evolução futura da região)*:

4.2.1. Elementos Pré-determinados

- Considera-se que a dinâmica demográfica endógena se traduzirá num envelhecimento ainda mais pronunciado da população, tornando assim a evolução demográfica do Alentejo extremamente dependente da atracção de novos residentes (ver Caixa seguinte);
- Considera-se que a dinâmica das Alterações Climáticas (aumento de temperatura, vagas de calor, etc.) irá agravar significativamente os problemas com a disponibilidade de água para as "indústrias de regadio", e irá trazer uma maior presença de insectos oriundos do Norte de África, com os riscos inerentes (ver Mapa 4.1);
- ☐ Admite-se que no horizonte 2030 o conjunto de projectos de infra-estruturas actualmente decididos e que possam experimentar adiamentos até 2015 estarão concretizados no período 2015/2030;
- Admite-se um reforço das interacções económicas entre o Alentejo e o Algarve, em consequência de investimentos em infra-estruturas a concretizar e da aposta paralela no turismo residencial;
- Admite-se o aumento dos Fluxos Migratórios com origem no Norte de África para o sul da Europa, eventualmente também para o Alentejo.

Neste documento n\u00e3o ser\u00e3o incorporados wildcards.



Caixa 1: Novos Cenários de Desenvolvimento do Alentejo – sobre a Evolução Demográfica

Em final de Outubro de 2008 foi apresentado na Universidade de Évora um livro sobre os cenários de desenvolvimento do Alentejo. A evolução demográfica é determinante na elaboração desses cenários. Assim sendo, Maria Filomena Mendes apresentou três cenários de evolução demográfica para a Região. Antecipadamente conclui-se que, em qualquer dos cenários há um declínio acentuado da população no Alentejo.

A fecundidade passada condiciona irrecuperavelmente o crescimento populacional futuro – *population momentum* – que conduz à redução e envelhecimento da população em idade potencialmente activa.

A actuação do fenómeno da migração no mesmo sentido do movimento natural acentuando a tendência para o envelhecimento e declínio da população.

O aumento da esperança média de vida em cerca de mais 15 anos para os homens e em mais 18 anos para as mulheres.

Associado à tendência de envelhecimento da população está um aumento do despovoamento, tendência com uma débil inversão na última década motivada pelo crescimento da imigração.

A maior concentração de mulheres em idades mais avançadas é um fenómeno próprio da região, resultado da incapacidade de atracção e de fixação de mulheres jovens (entre os 15 e os 35 anos, verificando-se um ganho a partir dos 35-39 anos, e em especial entre os 55 e 70 anos de idade). Para alterar o curso demográfico no Alentejo há que agir sobre a natalidade pois é a variável chave.

O saldo migratório inverteu-se na última década do século XX passando a positivo mas incapaz de contrariar a tendência de redução da população no Alentejo. Ao nível da migração concorrem três tipos de razões: um aumento da imigração e das migrações internas atraídas pela qualidade de vida da Região e um retorno dos emigrantes em particular de idade mais avançada.

Admitindo um cenário tendencial para 2016/2021 a esperança média de vida irá aumentar ligeiramente para as mulheres (85 anos face a 81 anos em 2001/2006) e mais significativamente para os homens (84 anos face a 74 anos em 2001/2006), reduzindo a natalidade (3100 nascimentos anuais face a 4400 de 2001/2006). Introduzindo as migrações prevê-se uma estabilização em 2016/2021 em cerca de 5200 homens e 2600 mulheres.



Rácios de dependência	1981	2001	2021 sem migrações	2021 com migrações
% joven	21	14	11	10
% idosos	16	23	26	28
Idosos / 100 jovens	77	173	232	268
% activos	63	63	63	62

Fonte: Maria Filomena Mendes

Há assim um duplo envelhecimento da população: o número de idosos aumenta ou o número de jovens diminui e assiste-se uma inércia demográfica no que respeita à população activa.

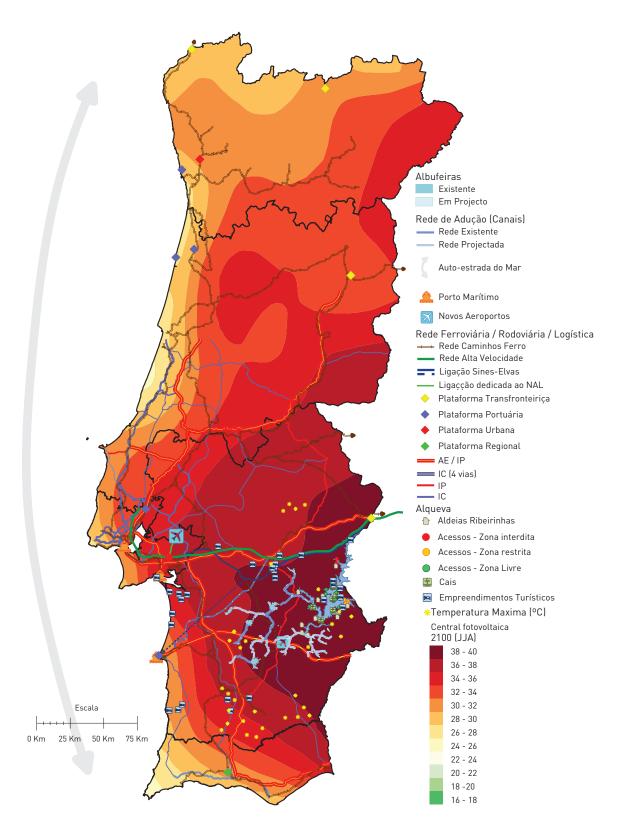
Num **cenário tendencial** com migrações líquidas positivas a população irá envelhecer mais do que num cenário tendencial sem migrações, situando a população em cerca de 490 000 habitantes.

Num cenário mais pessimista, haveria um agravamento da diminuição da fecundidade (o número de nascimentos passaria para 2 200 por ano), as migrações reduzir-se-iam ao retorno de emigrantes e a mortalidade diminuiria mais lentamente, diminuindo a população em 2021 para 469 000 indivíduos.

Num **cenário mais optimista**, a redução da fecundidade era mínima, alterar-se-ia a estrutura das migrações líquidas com uma redução de emigrantes activos mais jovens (o número de nascimentos passaria para 3 450 por ano) e um aumento da imigração e a mortalidade mantinha a mesma propensão para o aumento da esperança média de vida, aumentando a população em 2021 para 505 000 habitantes.

Fonte: Rego, M.C; Baltazar, M.S: "NOVOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO", capítulo 2, Outubro de 2008.

Mapa 4.1. – Temperaturas Máximas em 2100 (Cenário Baixo)



Fonte: DPP 2008



4.2.2. Incertezas Cruciais

Consideraram-se as seguintes **Incertezas Cruciais** para o desenvolvimento do Alentejo no Horizonte 2030:

- □ O impacto da dinâmica da Globalização na valorização dos recursos naturais e da posição geográfica do Alentejo esta incerteza abrange duas componentes: a intensidade futura das relações comerciais e de investimento entre a Ásia e a Europa (com impacto nas funções portuárias de Sines); e o patamar de preços da energia e o seu reflexo na oferta de bens alimentares (por via dos custos de transportes e dos *inputs* da produção agrícola) com impacto no conjunto da região;
- □ A Dinâmica de Desenvolvimento Territorial de Espanha esta incerteza abrange duas componentes com particular significado para o Alentejo: a capacidade da Espanha recuperar de forma rápida do impacto da crise do imobiliário retomando um forte crescimento; e a repartição interna de meios destinados ao desenvolvimento das regiões fronteiriças com o Alentejo;
- □ A Força de Polarização da Área Metropolitana de Lisboa esta incerteza está relacionada com o papel futuro da AML no contexto europeu e com o seu impacto potencial na diferenciação do Alentejo;
- ☐ A Atractividade do Alentejo para Actividades Intensivas em Conhecimento/Tecnologia/Criatividade – esta incerteza abrange duas componentes: o papel estruturante ou marginal deste tipo de actividades no futuro do Alentejo; e a sua maior ou menor relação com a valorização de recursos naturais.

Caixa 2: Comportamentos e Segurança Alimentar no Mediterrâneo

Martina Padilla⁴⁵ elaborou quatro cenários possíveis tendo em consideração a evolução das sociedades, os comportamentos e a segurança alimentar no Mediterrâneo para um horizonte de 2020. Estes cenários tiveram como base a coerência de determinadas hipóteses que levaram à constituição de cada história. Da análise estrutural das variáveis consideradas salientam-se como:

- variáveis mais influentes, o nível e a qualidade da produção agrícola e alimentar do Sul, a pobreza relativa e as desigualdades e a identidade cultural e alimentar;
- 2) variáveis mais dependentes, a influência do consumidor na qualidade da alimentação, a qualidade dos produtos industriais e o poder de compra dos

^{45 &}quot;Comportements et securité alimentaires en Méditerranée", Futuribles n.º 348, Janvier 2009.



consumidores em particular daquele que é reservado para adquirir produtos de qualidade (considerados como bons para a saúde). Assim sendo, as diferentes combinações deram origem aos cenários:

Autismo alimentar: há um desinteresse dos poderes públicos pela alimentação e bemestar das populações, aumentando as desigualdades e a pobreza. O comércio internacional regride, aumenta o nível da corrupção e não há controlo sobre a gestão e utilização dos recursos naturais, aumentando os riscos para a saúde pública e da qualidade dos produtos. A aculturação alimentar aumenta e a alimentação mediterrânea regride. A dependência alimentar é muito significativa pondo em causa a segurança alimentar.

O mercado e a modernidade a qualquer preço: privilegia-se a liberalização e globalização sem ter em consideração a segurança alimentar, o que vai implicar a existência de uma agricultura a duas velocidades (uma que obedece às normas internacionais e outra que sobrevive penosamente). As populações concentram-se no litoral e nas zonas urbanas, existindo uma franja significativa de pobreza. O recuo da alimentação mediterrânea está relacionada com uma simplificação e com a busca pela modernidade, sendo os países mediterrâneos confrontados com uma crescente insegurança alimentar.

Combinação harmoniosa entre economia local e internacional: este cenário baseia-se numa estabilidade política e na construção de um projecto para a sociedade. Introduz-se uma ética nutricionista nas indústrias alimentares, valorizando-se a qualidade dos produtos a preços sustentáveis. O aumento de interesse pela alimentação mediterrânica aumenta a pressão sobre terras aráveis e cultivadas, os recursos aquáticos e sobre os recursos hídricos. O impacto ambiental e sobre os recursos naturais é significativo para incentivar a I&D, aumentando qualitativa e quantitativamente a segurança alimentar.

Responsabilização alimentar – a redistribuição e a saúde pública:o consumidor está no centro do sistema e ou de todas as decisões políticas. As alianças estratégicas que se estabelecem visam a "saúde e nutrição das populações". Privilegia-se a economia local; há um recuo da pobreza; a alimentação mediterrânea mantém-se mas adaptada a uma certa modernidade como a simplificação das refeições, introdução de nvos ingredientes e substituição de alimentos mais gordurosos, mantendo-se fortes restrições sobre a alimentação. A difusão da alimentação mediterrânea pode ser feita por três vias distintas:

- 1) os consumidores são sensíveis ao local de origem dos produtos, favorecendo a produção local, aumentando a pressão sobre os recursos naturais da zona;
- 2) os consumidores aproveitam a diversidade desta alimentação e surgem culturas mediterrâneas em todos os locais do Mundo que reúnam condições naturais semelhantes;
- 3) os consumidores valorizam o património natural, agrícola e alimentar mediterrânico motivado pelo desejo de autenticidade e especificação dos produtos.

Fonte: Futuribles, Janvier 2009.



Seguidamente apresentam-se duas Configurações contrastadas para a resolução de cada uma das Incertezas Cruciais:

- 1) O impacto da dinâmica da Globalização na valorização dos recursos naturais e da posição geográfica do Alentejo
 - □ Em busca da Segurança nesta Configuração a segurança alimentar estaria no topo das preocupações; a elevação dos preços dos combustíveis forçaria a quebra nas longas cadeias de abastecimento alimentar geradas no período da "Globalização Benigna"; assistir-se-ia à elevação substancial de preços agrícolas; nesta configuração os recursos agrícolas do Alentejo de sequeiro e de regadio passariam a ser vistos como mais importantes para produções alimentares e o Porto de Sines poderia ver reforçada a sua importância no abastecimento energético da Península Ibérica e da Europa, sobretudo em termos de gás natural;
 - □ Abertura & Especialização nesta Configuração o abastecimento alimentar estaria regularizado, assistindo-se à continuação do abastecimento alimentar a longa distância; embora num patamar de preços superior ao da década anterior; o Alentejo especializar-se-ia na agricultura de especialidades e na oferta de amenidades, o porto de Sines poderia ver valorizada a sua atractividade para localização de actividades industriais oriundas das economias em desenvolvimento, incluindo a dos biocombustíveis com base em matérias primas importadas e só acessoriamente em produções locais.
- 2) A Dinâmica de Desenvolvimento Territorial de Espanha e o quadro de competição e complementaridades com o Alentejo
 - □ Espanha Conquistadora nesta Configuração Espanha retomaria o crescimento rápido no final do período 2010/15 e a busca de uma melhor inserção internacional levá-la-ia a explorar, e a tentar controlar, as potencialidades da fachada atlântica de Portugal; esse crescimento permitiria ao poder central de Espanha redistribuir fundos em favor de equipamentos em infra-estruturas (aeroportos, por exemplo) das regiões fronteiriças do Alentejo cujos actores empresariais prosseguiriam a expansão para esta região;
 - Espanha Ferida nesta Configuração Espanha atravessaria um longo período de crescimento baixo e de concentração de oportunidades no território de Espanha, não se interessando pela fachada atlântica de Portugal; seria uma Configuração de profundos antagonismos internos entre regiões mais inseridas na Globalização e regiões mais "viradas para dentro" cujas oportunidades de crescimento estariam limitadas pela incapacidade do centro em redistribuir riqueza.
- 3) A Força de Polarização da Área Metropolitana de Lisboa e o seu impacto potencial na diferenciação interna do Alentejo
 - ☐ Lisboa Global nesta Configuração a AML afirma-se na exportação de bens e serviços e na atracção de operadores globais que se apercebem das vantagens



locacionais de uma AML alargada e "recentrada a sul", com o NAL, passando a incluir o Alentejo Litoral e o Alentejo Central;

- ☐ Lisboa Periférica nesta Configuração a AML ocuparia uma posição de segundo plano nas metrópoles ibéricas, sem capacidade de presença nos mercados internacionais e sem capacidade de atracção de operadores internacionais que a distingam funcionalmente de Espanha.
- 4) A Atractividade do Alentejo para Actividades Intensivas em Conhecimento/Tecnologia/ Criatividade
 - □ Alentejo de Passagem esta Configuração define-se pela concentração das actividades do Alentejo em torno do conjunto "Lazer & Logística" e pela fraca capacidade de atracção de actividades estruturantes mais intensivas em conhecimento/criatividade com uma dispersão em pequenas iniciativas na área da I&D e inovação;
 - □ Alentejo do Engenho nesta Configuração admite-se a atracção de actividades estruturantes mais intensivas em conhecimento/criatividade com muito maior fixação de talentos e recursos humanos altamente qualificados no Alentejo, podendo essas actividades ter uma forte ligação a recursos naturais ou pelo contrário, sendo claramente independentes destes; nesta Configuração as actividades de Lazer seriam muito mais exigentes em criatividade, património e cultura.

A Figura seguinte representa as quatro incertezas cruciais seleccionadas e respectivas configurações contrastadas.



Figura 4.4. – Incertezas Cruciais e Respectivas Configurações Contrastadas

Consideraram-se como **factores de âmbito regional** com maior impacto na evolução numa ou noutra direcção os seguintes:

- ☐ A Governança Regional traduzida pela existência ou não de estruturas regionais com capacidade de concepção, de decisão e de intervenção na captação de investimentos e de talentos exteriores à região;
- O grau de cooperação entre os principais pólos urbanos da região, permitindo a construção de uma oferta regional de serviços de ensino, saúde e culturais de elevada qualidade, sem sobreposições inúteis e de uma oferta de habitação diversificada e atraente;
- ☐ A qualidade e internacionalização das instituições de ensino superior.

Tal como apontado acima, foram seleccionadas quatro incertezas cruciais, cada uma com duas configurações contrastadas, situação que levou à constituição de dezasseis combinações possíveis, cada uma das quais se assumiam como possíveis estruturas base para a construção de cenários para a região do Alentejo.

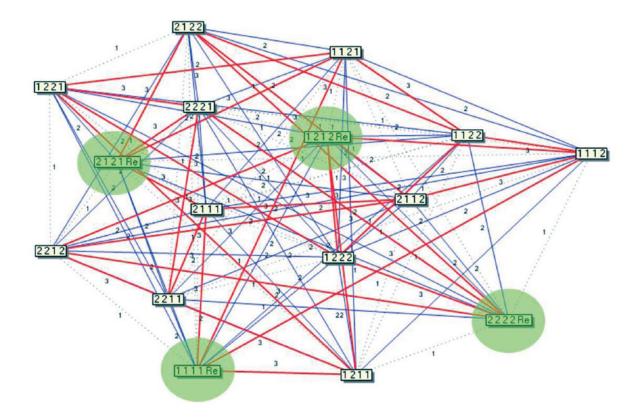
Das dezasseis combinações possíveis foram seleccionadas quatro, as quais se assumiram como estruturas de base para a construção e descrição dos quatro cenários (ver Caixa 3).

Caixa 3: Quatro Combinações – Quatro Estruturas	de Cenário
CENÁRIO A – ALENTEJO "ABSORVIDO"	CENÁRIO C – ALENTEJO DO MEDITERRÂNEO
☐ Em busca da Segurança	☐ Em Busca da Segurança
☐ Espanha Ferida	Espanha Conquistadora
☐ Lisboa Periférica	☐ Lisboa Periférica
☐ Alentejo de Passagem	☐ Alentejo do Engenho
CENÁRIO B – ALENTEJO PASSIVO	CENÁRIO D – ALENTEJO DO MUNDO
☐ Abertura & Especialização	☐ Abertura & Especialização
☐ Espanha Ferida	Espanha Conquistadora
☐ Lisboa Global	☐ Lisboa Global
☐ Alentejo de Passagem	☐ Alentejo do Engenho



A aplicação de uma "ferramenta" de Análise Morfológica (MORPHOL) permitiu testar o carácter contrastado das quatro combinações escolhidas e que serviram de base para os Cenários que posteriormente se construíram (ver Figura seguinte).

Figura 4.5. – Selecção dos Quatro Cenários no "Espaço dos Possíveis" utilizando a Análise Morfológica



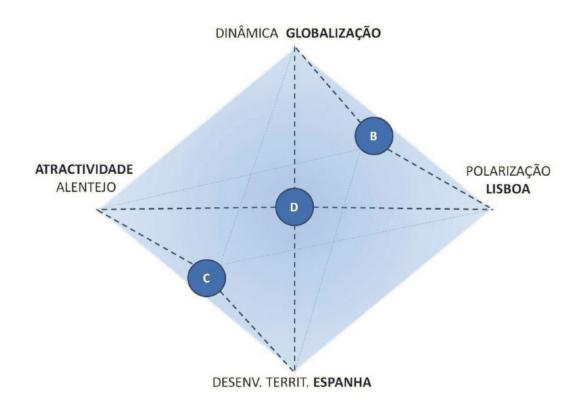


4.2.3. Construindo Cenários Contrastados

A Figura seguinte procura representar as quatro combinações seleccionadas num espaço que denominámos de "Losango das Incertezas Cruciais" (construído a partir de quatro configurações específicas de cada uma das incertezas cruciais).

A combinação das configurações correspondente ao Cenário A torna-o "invisível" no Losango, ou seja, o Cenário A está presente na figura mas encontra-se "escondido" por detrás do plano bidimensional apresentado, e a sua estrutura de base é constituída pelas quatro configurações que à partida têm um impacto potencial mais negativo para a região do Alentejo. Por este facto denominámos este Cenário A de "Alentejo Absorvido".

Figura 4.6. – Os Cenários no "Losango das Incertezas Cruciais"



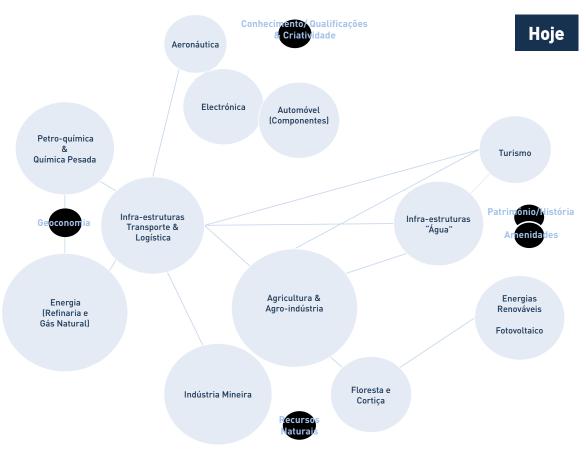


Em seguida faz-se uma descrição sintética de cada um dos quatro cenários, apresentando-se em cada um deles uma representação visual de um conjunto de actividades económicas consideradas estratégicas e suas múltiplas inter-relações, e que assumem dimensões distintas em cada cenário.

No sentido de proporcionar uma melhor percepção das alterações que estas actividades sofrem em cada um dos cenários, a Figura seguinte procura representar de forma meramente ilustrativa e sem qualquer ambição de exaustividade e rigor quantitativo a realidade actual, estruturando um conjunto de actividades em torno de quatro pólos de referência: Geopolítica; Recursos Naturais; Património/História e Amenidades; Conhecimento/Qualificações e Criatividade.

Em cada cenário construído, a figura distingue-se pela ausência ou emergência de actividades, pela dimensão destas actividades e ainda pela densidade de relações entre as mesmas.

Figura 4.7. – Pólos de Atractividade e Actividades Estratégicas – Hoje





CENÁRIO A - "Alentejo Absorvido"

Neste Cenário o Alentejo sofre de forma muito pronunciada o efeito conjugado de uma evolução muito negativa do enquadramento global (não apenas nos EUA e na Europa mas igualmente nas economias emergentes com destaque para a China e outros países asiáticos) e da crise espanhola, a qual se revela muito intensa e prolongada, situação que é complementada pela falta de dinamismo da Área Metropolitana de Lisboa. A este ambiente externo hostil, o Alentejo revela-se incapaz de responder endogenamente de forma proactiva, coordenada e ambiciosa.

A crise financeira de 2007/08 deixou muitas sequelas após uma recessão prolongada nos EUA e na Europa e uma quebra do ritmo de crescimento nas economias emergentes da Ásia, tendo-se assistido simultaneamente a uma forte conflitualidade em regiões produtoras de petróleo/gás natural que colocaram a segurança energética no topo das preocupações. A elevação dos preços dos combustíveis forçou a quebra nas longas cadeias de abastecimento alimentar geradas no período da "Globalização Benigna", assistindo-se ao agravamento das dificuldades alimentares e à elevação substancial de preços agrícolas.

A Espanha demora a sair da crise desencadeada pelo colapso do imobiliário, ocorrido no período 2008/10, acentuando-se as tensões internas em torno da distribuição da riqueza entre as Comunidades Autónomas. As regiões espanholas fronteiriças do Alentejo aprofundam as suas desigualdades com Madrid e Catalunha.

A AML ocupa uma posição de segundo plano nas metrópoles ibéricas, sem capacidade de presença nos mercados internacionais e sem capacidade de atracção de operadores globais que a distingam funcionalmente de Espanha.

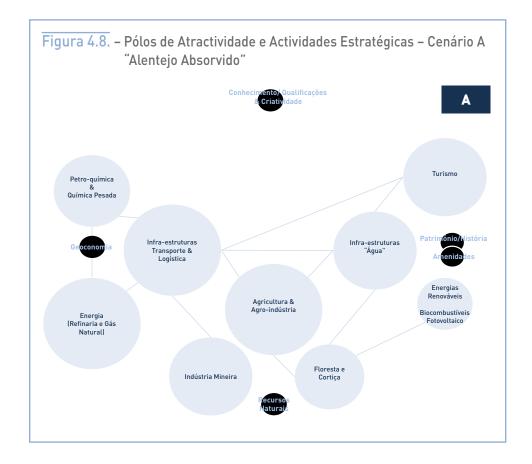
A região do Alentejo permanece com uma fraca capacidade de atracção de actividades mais intensivas em conhecimento/criatividade, não obstante as pequenas iniciativas locais na área da I&D e inovação. O aumento drástico do preço dos combustíveis não incentiva as viagens aéreas *low cost* o que reduz a competitividade da região para o turismo, fora da Península ibérica.

Os recursos agrícolas do Alentejo passam a ser vistos como mais importantes para produções alimentares de sequeiro e de culturas permanentes regadas, sem haver grande variedade nas áreas hortícola e frutícola por insuficiência de actores empresariais e de bases de conhecimento renovadas.

O Porto de Sines neste contexto de retracção da Globalização e de turbulência nas regiões produtoras de petróleo /gás natural vê reforçada a sua importância no abastecimento energético da Península Ibérica e da Europa, nomeadamente de gás natural.

A figura seguinte procura oferecer uma visualização das actividades estratégicas neste cenário.





CENÁRIO B – "Alentejo Passivo"

Este é um cenário e que o futuro do Alentejo passa mais pelos impactos positivos que a região recebe de forma passiva da evolução ocorrida nos vários anéis do seu ambiente externo e não por uma vontade própria de construir um futuro desejado ou atingir uma visão estratégica de longo prazo explícita e mobilizadora. Lacunas ao nível da capacidade de liderança e consolidação de estruturas de governância regionais, bem como a dificuldade de afirmação de competências e actividades distintivas passíveis de projectar internacionalmente a região são algumas das causas estruturais que explicam um cenário marcado pelo não aproveitamento de oportunidades estratégicas e pela dificuldade em ultrapassar alguns riscos e dificuldades que surgem até 2030.

Após a superação da crise financeira de 2007/08 a Globalização prossegue, intensificando-se as relações da Ásia com a Europa. O abastecimento energético – num patamar de preços superior ao da década anterior – encontra-se regularizado, assistindo-se à maior liberalização das trocas agrícolas mundiais e à continuação do abastecimento alimentar a longa distância.

A Espanha demora a sair da crise desencadeada pelo colapso do imobiliário, ocorrido no período 2008/10, acentuando-se as tensões internas em torno da distribuição da riqueza entre as Comunidades Autónomas. Espanha privilegia o seu próprio litoral nas



relações comerciais com o exterior, fazendo com que as regiões fronteiriças do Alentejo contem com menos investimento infra-estrutural e empresarial, interrompendo desta forma a expansão empresarial destas regiões para o Alentejo.

A AML afirma-se na exportação de bens e serviços e na atracção de operadores globais que se aperceberam das vantagens locacionais de uma AML alargada e "recentrada a sul", abrangendo na sua dinâmica o Alentejo Litoral e Central nas vertentes Lazer & Logística. O contraste da dinâmica de Lisboa com as dificuldades espanholas é muito visível.

Neste contexto de abertura ao exterior e forte dinamismo de Lisboa, o Alentejo no seu conjunto revela-se incapaz de atrair actividades mais intensivas em conhecimento e criatividade. Concentra-se na agricultura de especialidades e na oferta de amenidades (crescimento do turismo residencial nas zonas mais amenas e com maior disponibilidade de recursos hídricos e localização preferencial de segundas residências por parte das classes médias da AML), mais do que na produção alimentar de massa ou nas culturas energéticas.

O porto de Sines e a sua ZAL vêem valorizadas a sua atractividade para localização de investimento das novas multinacionais asiáticas e transformam-se num pólo de recepção de matérias-primas do Atlântico Sul e sua transformação em biocombustíveis, mas os impactos no resto do Alentejo são relativamente diminutos.

Este é também um Alentejo sem uma imagem unificadora para além da Natureza & Paisagem e com os seus pólos urbanos com diferenças pronunciadas de desenvolvimento, conforme a sua proximidade (e dependência) a Lisboa.

Conhecity onto Qualificações a Criatividade

Plásticos
Petro-química & Química Pesada

Infra-estruturas
Transporte & Logística

Agricultura
Agro-indústria

Indústria
Agro-indústria

Indústria
Agro-indústria

Floresta e Cortiça

Bio combustíveis

Floresta e Cortiça

Figura 4.9. – Pólos de Atractividade e Actividades Estratégicas – Cenário B "Alentejo Passivo"



CENÁRIO C - "Alentejo Mediterrânico"

Este é um cenário em que a crise financeira de 2007/08 deixa marcas muito fortes no processo de Globalização e em particular em algumas regiões do Mundo (EUA e Europa e de forma selectiva nas grandes economias emergentes) mas onde o Alentejo desenvolve de forma voluntarista e sustentada uma estratégia de elevação e diversificação da sua carteira de actividades com uma orientação muito visível para o Mediterrâneo. A configuração desta estratégia da região do Alentejo foi fortemente marcada, por um lado, por uma evolução relativamente modesta da AML em termos de projecção e atracção internacionais, e por outro lado, pela capacidade demonstrada por Espanha de relançar a sua economia a uma escala regional e internacional após uma crise sócio-económica muito profunda, tendo o país vizinho funcionado como alavanca apara alguns projectos estruturantes no Alentejo (tanto na sua fachada Atlântico como nas regiões mais próximas da fronteira).

A crise do final da primeira década do Século XXI deixou muitas sequelas após uma recessão prolongada nos EUA e na Europa e uma quebra do ritmo de crescimento nas economias emergentes da Ásia, tendo-se assistido simultaneamente a uma forte conflitualidade em regiões produtoras de petróleo/gás natural que colocaram a segurança energética no topo das preocupações. A elevação dos preços dos combustíveis forçou a quebra nas longas cadeias de abastecimento alimentar geradas no período da "Globalização Benigna", assistindo-se ao agravamento das dificuldades alimentares e à elevação substancial dos precos agrícolas.

A Espanha ultrapassa neste subperíodo as dificuldades herdadas da crise do imobiliário e retoma uma trajectória de crescimento, abertura e afirmação internacional. No seu relacionamento internacional utiliza o complexo aeroportuário/portuário/logístico do sul de Portugal, controlando-o. E prossegue a expansão de investimentos empresariais espanhóis na agricultura e agro-indústrias do Alentejo.

A AML ocupa uma posição de segundo plano nas metrópoles ibéricas. Sem capacidade de presença nos mercados internacionais e sem capacidade de atracção de operadores internacionais que a distingam funcionalmente de Espanha, o seu papel dinamizador de variedade no Alentejo será reduzido.

O Alentejo integra-se num grande plano europeu de importação de electricidade foto voltaica do Norte de África e da Península Ibérica. A região será também capaz de atrair a actividades intensivas em conhecimento associadas à valorização dos recursos naturais endógenos – maior variedade de culturas hortícolas e frutícolas e culturas permanentes de regadio – afirmando-se como zona agrícola moderna e de referência a nível nacional. Aumentam as zonas plantadas com milho para a produção de bioetanol, recuperando-se o subproduto rico em proteínas (DDGS) para alimentação do gado que também aproveita as palhas e restolho resultantes dessa cultura.

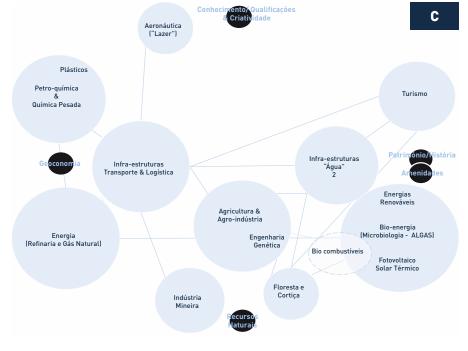
A cooperação em rede das cidades alentejanas facilita essa capacidade de atracção de actividades e pessoas mais qualificadas, em estreita ligação com entidades de Espanha.



O aumento drástico do preço dos combustíveis não incentiva as viagens aéreas *low cost* o que reduz a competitividade da região para o turismo fora da Península Ibérica transformando-se num espaço de lazer, caça e desportos náuticos e hípicos. O porto de Sines neste contexto transformava-se num porto ao serviço da economia espanhola, quer nas vertentes energética/química, quer de carga contentorizada.

Figura 4.10. – Pólos de Atractividade e Actividades Estratégicas – Cenário C
"Alentejo Mediterrânico"

Conhecimato Qualificações



CENÁRIO D - "Alentejo do Mundo"

Este é um Alentejo que consegue aproveitar todas as oportunidades que surgem de um enquadramento externo favorável, assumindo uma ambiciosa e mobilizadora visão estratégica para seu futuro, a qual se encontra ancorada em fortes estruturas de governância regionais, e onde a sua imagem unificadora se centra nas novas Descobertas.

Neste Cenário a Globalização prossegue, após a turbulência do período 2008/2010, intensificando-se as relações da Ásia com a Europa. O abastecimento energético – num patamar de preços superior ao da década anterior – estará regularizado e prosseguirá o abastecimento alimentar a longa distância.

A Espanha ultrapassa neste subperíodo as dificuldades herdadas da crise do imobiliário e retoma uma trajectória de crescimento, abertura e afirmação internacional.



Reconhecendo a importância da fachada atlântica de Portugal, Espanha utiliza o complexo aeroportuário/portuário/logístico do sul de Portugal, sem no entanto o controlar – devido à presença de operadores internacionais atraídos anteriormente por Portugal. Mas prossegue a expansão de investimentos empresariais na agricultura e agro-indústrias.

A AML afirma-se na exportação de bens e serviços e na atracção de operadores globais – com forte ênfase nas indústrias criativas, da saúde e das comunicações. Uma AML alargada e "recentrada a sul" com este perfil de actividades potencia no Alentejo um turismo com muito maior ênfase no património cultural e histórico e nas actividades e eventos globalizados (por exemplo associados ao hipismo, saúde e bem estar, entre outros).

Este Cenário será o da afirmação europeia da Península Ibérica e o da competição entre Portugal e Espanha.

A região atrairá actividades globalizadas e intensivas em conhecimento /criatividade, quer independentes da base de recursos naturais – destacando-se como projecto estruturante a instalação de um dos dois *Space Port* europeus da *Virgin Galactic* e a consolidação de um pólo aeronáutico. Refira-se ainda a capacidade de produção na região de bioplásticos a partir de milho de regadio e de biocombustíveis a partir de micro algas.

O Porto de Sines e a sua ZAL assistem à valorização da sua atractividade para localização de investimento das novas multinacionais asiáticas e transformam-se num *hub* energético ibérico e europeu e num pólo de inovação nos biocombustíveis de terceira geração.

Spaceports (Turismo Espacial: D Criati Satélites – Defesa, Espaço, Comunicações) Componentes Aeronáutica Industrias Criativas Espaco Biotecnologia Nanotecnologia Genética Saúde Flectrónica Plásticos Bem Estai Química Pesada Agro-farmácia Beleza Infra-estruturas Infra-estruturas "Água" Logística Energia Agricultura & Bio-energia ro-indústria (Microbiologia - ALGA Biologia Sintética) ALGAS: Gás Natural) Bio combustíveis Fotovoltaico Solar Térmico Floresta e Indústria

Figura 4.11. – Pólos de Atractividade e Actividades Estratégicas – Cenário C "Alentejo do Mundo"



4.3. Que Capital Simbólico para o Alentejo? – que Relação com os Cenários?

Para efeitos deste trabalho entendemos **Capital Simbólico** de uma região ou cidade o conjunto de imagens, significados e experiências que do exterior se associam a essa realidade geográfica, resultando de características do seu património natural, da sua história, das tradições dos seus povos e das actividades actuais dessa região que são mais conhecidas no exterior do País

No caso do Alentejo considerámos como "matérias-primas" de base para o a construção do Capital Simbólico da Região dois tipos de património:

- □ 0 património natural e transformado pelo homem 0 Alentejo como planície dourada, terra de searas, local acolhedor e de calmaria, de sabores e de cheiros
- □ 0 património histórico em torno de duas ideias-força:
 - O Alentejo terra de Laços como o mundo do Mediterrâneo traduzido na forte miscigenação que nele se operou entre povos e culturas de raiz mediterrânica (por exemplo árabes e judeus, como se ilustra no Mapa)
 - O Alentejo terra de Conquistas e Descobertas traduzido na importância que no Alentejo tiveram as ordens religiosas militares envolvidas na reconquista e no papel desempenhado por vultos do Alentejo no Renascimento português e nas Descobertas

Considerámos também que o Capital Simbólico terá tanto mais força quanto integrar a natureza e a história com o que vier a caracterizar a região no futuro em termos das actividades e das "saliências" que a irão distinguir.

Neste sentido sugerimos que os três pólos básicos do Capital Simbólico da região atrás referidas se podem combinar de forma distinta conforme os Cenários que se consideraram para o futuro do Alentejo.

A Figura procura ilustrar esta abordagem tendo-se colocado três dos cenários posicionados face aos três pólos do Capital Simbólico referidos. Assim

O Cenário "Alentejo Passivo" seria posicionado em torno do pólo "Terra Quente, Planície Dourada"
O Cenário "Alentejo Mediterrânico" seria posicionado entre os pólos "Laços do Mediterrâneo" e "Terra Quente, Planície Dourada"
O Cenário "Alentejo do Mundo" seria posicionado entre os pólos "Renascimento & Descobertas" e "Terra Quente, Planície Dourada"



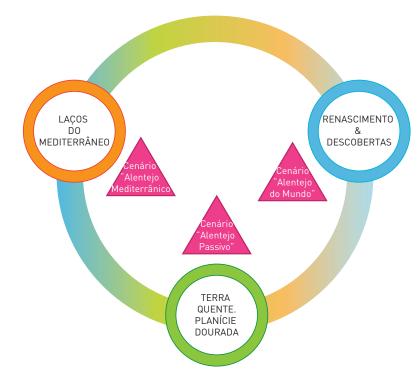
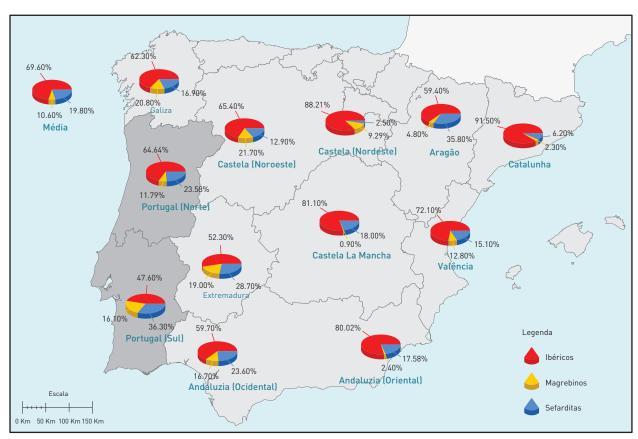


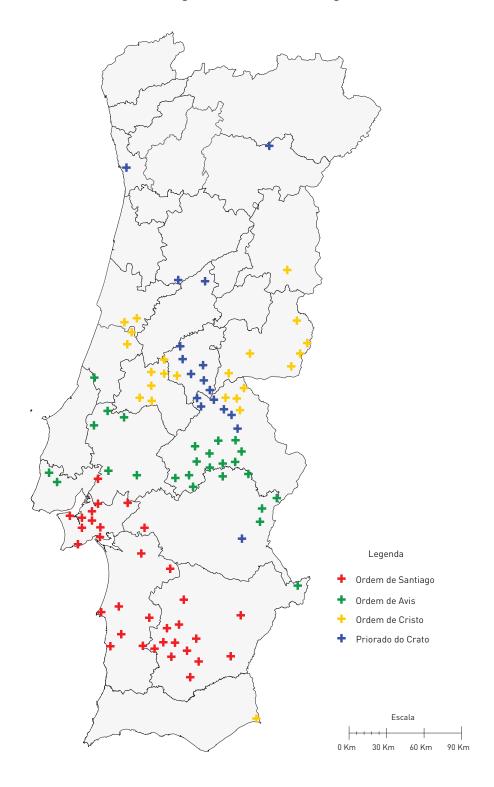
Figura 4.12. – Polos de Capital Simbólico e Cenários

Mapa 4.2. – O Sul de Portugal – a Maior Mistura de Genes entre Populações Ibéricas, Judias Sefarditas e Magrebinas da Península Ibérica





Mapa 4.3. – Os Territórios das Ordens Religiosas Militares em Portugal



Legenda: 1) Ordem de Santiago; 2) Ordem de Avis; 3) Ordem de Cristo; 4) Priorado do Crato

Fonte: RIBEIRO, Orlando – "A organização e a delimitação do país". In DAVEAU, Suzanne (compil.) – Geografia de Portugal: O Povo Português. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1987. Vol. III, Cap. VII, pp. 670-676.



BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO 1

- APA (2007), Relatório do Estado do Ambiente 2006 Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Barradas, Susana e Emídio Lopes (2007), "Processo de Convergência Regional em Portugal: Absoluta, Condicionada ou Clube?", in *Prospectiva e Planeamento*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Vol. 14, p.p. 23-79.
- Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados (2005), Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social. Vol. 3 – Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas. Região do Alentejo, Julho de 2005.
- DPP (2003), Portugal, o Litoral e a Globalização, Ministério das Finanças.
- GEPE ME (2008), Educação em Números, Portugal 2008, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.
- GPEARI-MCTES (2007), *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2001 (IPCTN 2001), Versão Final*, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- GPEARI-MCTES (2007a), *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2005 (IPCTN 2005)*, Edição revista, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- IESE (2008), A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo, Elementos de Síntese das Entrevistas (mimeo), DPP.
- INE (2002), Censos 2001, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004), Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004a), Atlas das Cidades, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005*, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005*, Setembro de 2007, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008), *Estimativas Anuais da População Residente*, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008a), *Contas Regionais 2006 Preliminar*, Julho de 2008, Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2008b), Inquérito ao Emprego, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008c), *Contas Regionais 2006 Definitivas e 2007 Preliminares*, Dezembro de 2008, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (vários anos), Anuários Estatísticos Regionais, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (vários anos), Estatísticas do Turismo, Instituto Nacional de Estatística.
- IRAR (2008), Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal 2007, Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Vol. 4.
- PNPOT (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Relatório.
- POR Alentejo (2007), Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, Setembro de 2007.
- POVT (2007), Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013, Setembro de 2007.

SITES DA INTERNET CONSULTADOS

- Administração do Porto de Sines: http://www.portodesines.pt/
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA): http://www.qualar.org/
- Caminhos de Ferro Portugueses: http://www.cp.pt/
- Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja: http://www.edab.pt/
- Estradas de Portugal: http://www.estradasdeportugal.pt/
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação: http://www.gepe.min-edu.pt/
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais: http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/
- Instituto da Água: http://www.inag.pt/
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade: http://portal.icnb.pt/
- Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/
- Instituto Piaget: http://www.ipiaget.org/
- Instituto Politécnico de Beja: http://www2.ipbeja.pt/
- Instituto Politécnico de Portalegre: http://www.ipportalegre.pt/
- Instituto Regulador de Águas e Resíduos: http://www.irar.pt/
- Universidade de Évora: http://www.uevora.pt/



Capítulo II

- PNPOT (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Relatório.
- POR Alentejo (2007), Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, Setembro de 2007.
- POVT (2007), Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013, Setembro de 2007.
- PRIA: "Plano Regional de Inovação do Alentejo", Augusto Mateus & Associados, Abril 2005.
- QREN (2007), Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013, Observatório do QCAIII, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Setembro de 2007.

Capítulo III

- AGROGES 2004.
- Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, Orientações para a contratualização: Alentejo Litoral 2008.
- Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, *Orientações para a contratualização: Baixo Alentejo 2008*.
- Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, Orientações para a contratualização:
 Norte Alentejano 2008.
- IESE, "A Presença do Capital Estrangeiro na Região do Alentejo", IESE, Setembro de 2008.

SITES DA INTERNET CONSULTADOS

- Administração Porto de Sines: As "Auto-estradas do Mar", 2008: http://www.portodesines.pt/pls/portal/go
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP Portugal Global 2008): http://www.icep.pt/CmsAPI/AICEP/aicep.html
- Direcção-Geral de Energia e Geologia: http://www.dgge.pt/
- Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA (EDIA): http://www.edia.pt/portal/page?
- Fundação Alentejo Terra-Mãe: http://www.alentejo-terramae.pt/
- Nova Energia: http://novaenergia.net/
- Portal de Moura: http://www.portaldemoura.com/
- PROVERE: http://www.gren.pt/

Capítulo IV

- Martina Padilla: "Comportements et securité alimentaires en Méditerranée", Futuribles n.° 348, Janvier 2009.
- Rego, M.C; Baltazar, M.S.: "NOVOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO", capitulo 2, Outubro de 2008.
- RIBEIRO, Orlando "A organização e a delimitação do país", in DAVEAU, Suzanne (compil.)
 Geografia de Portugal: O Povo Português. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1987. Vol. III,
 Cap. VII, pp. 670-676.



ANEXOS

ANEXO I

Correspondência entre a Nomenclatura A31 e a Classificação dos Sectores Segundo o Grau de Transaccionabilidade

Sectores	A31 – CAE (Rev. 2)
1. Actividades transaccionáveis	AA – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
(AT)	BB - Pesca
	C – Indústrias extractivas
	DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
	DB – Indústria têxtil
	DC – Indústria do couro e dos produtos do couro
	DD – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
	DE – Indústrias de pasta e de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
	DF – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
	DG – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
	DH – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	DI – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	DJ – Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
	DK – Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.
	DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
	DM – Fabricação de material de transporte
	DN – Indústrias transformadoras n. e.
2. Serviços não transaccionáveis	EE – Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
(SNT)	FF – Construção
	GG – Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e de bens de
	uso pessoal e doméstico
	00 – Outras actividades de serviços pessoais, sociais e colectivos
	PP – Famílias com empregados domésticos
3. Serviços internacionalizáveis	HH – Alojamento e restauração
(SI)	II – Transportes, armazenagem e comunicações
	JJ – Actividades financeiras
	KK – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
4. Actividades não mercantis	LL – Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
(ANM)	MM – Educação
	NN - Saúde e acção social

Fonte: DPP



ANEXO II

Correspondência entre a Nomenclatura A31 e a Classificação dos Sectores Segundo os Conteúdos Tecnológico e Intensidade de Conhecimento

Sectores	A31 – CAE (Rev. 2)
1. Primário	AA – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
	BB - Pesca
	C – Indústrias extractivas
2. Indústria de baixa e média baixa	DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
tecnologia (IBMBT)	DB – Indústria têxtil
	DC – Indústria do couro e dos produtos do couro
	DD – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
	DE – Indústrias de pasta e de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
	DF – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
	DH – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	DI – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	DJ – Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
	DN – Indústrias transformadoras n. e.
	EE – Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
	FF – Construção
3. Indústria de alta e média alta	DG – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
tecnologia (IAMAT)	DK – Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.
	DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
	DM – Fabricação de material de transporte
4. Serviços menos intensivos em	GG – Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e de bens de
conhecimento (SMIC)	uso pessoal e doméstico
	HH – Alojamento e restauração
	II – Transportes, armazenagem e comunicações excepto marítimos, aéreos e comunicação
	LL – Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
	00 – Outras actividades de serviços pessoais, sociais e colectivos
	PP – Famílias com empregados domésticos
5. Serviços intensivos em	II – Transportes, armazenagem e comunicações, excepto rodoviários e armazenagem
conhecimento (SIC)	JJ – Actividades financeiras
	KK – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
	MM – Educação
	NN – Saúde e acção social

Fonte: EUROSTAT e DPP

ANEXO III

Correspondência entre a Nomenclatura A60 e a Classificação dos Sectores da Indústria Transformadora Segundo os Factores de Competitividade (a)

Sectores	A60 – CAE (Rev. 2)
1. Intensidade em recursos naturais	15 – Indústrias alimentares e das bebidas
(RN)	16 – Indústria do tabaco
	20 – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras
	de espartaria e de cestaria
	21 – Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
	26 – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
2. Intensidade em mão-de-obra (MO)	17 - Fabricação de têxteis
	18 – Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo
	19 – Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marro-
	quinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado
	28 – Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento
	36 – Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
3. Economias de escala (EE)	22 – Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
	23 – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível
	24 – Fabricação de produtos químicos
	25 — Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	27 – Indústrias metalúrgicas de base
	34 – Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
	35 – Fabricação de outro material de transporte
4. Diferenciação do produto (DP)	29 – Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
	31 – Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
5. Intensidade em investigação & desenvolvimento (I&D)	30 – Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação
	32 – Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, de televisão e de comunicação
	33 – Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

(a) Não inclui o ramo 37 – Reciclagem

Fonte: OCDE e DPP



ANEXO IV

- ⁴⁵ Susana Costa Escária (2008) com base em Félix Ribeiro, Fidélis e Duarte (2004) e Coutinho Duarte (2004). 13-10-2008
- 46 Susana Costa Escária (2008) com base em Fátima Azevedo e site New Mexico (2008).

Experiências de Desenvolvimento de Regiões de Baixa Densidade em Espanha⁴⁵ (Andaluzia) e nos EUA (Novo México)⁴⁶

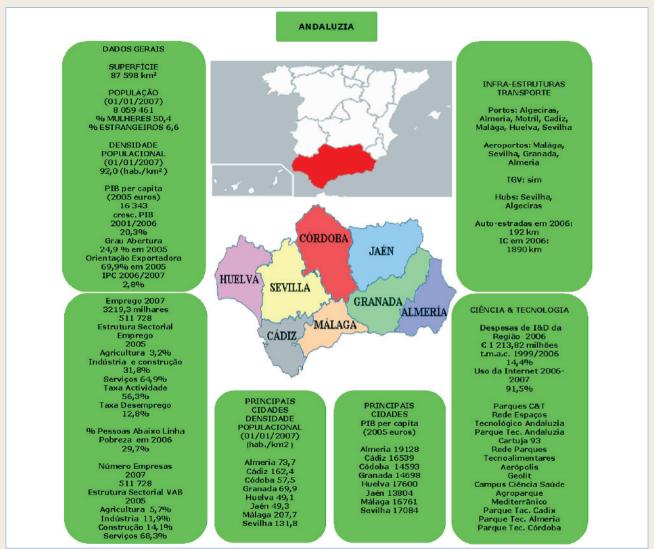
ANDALUZIA

A Andaluzia é a segunda maior comunidade autónoma de Espanha (a seguir de Castela e Leão), ocupando cerca 17% do total do território nacional e a sua capital é Sevilha.

É uma região fértil em recursos minerais, os recursos pesqueiros estão muito degradados, sendo uma comunidade com actividades distribuídas pela agricultura (muito forte na produção de azeite, arroz, frutas, trigo, plantas para agro-indústria e produção de gado), indústria e turismo, com destaque para a primeira e para a terceira.

a) Dados gerais

Figura IV-1. - O retrato da Andaluzia



Fonte: DPP 2008 com base em Instituto Nacional Estatística Espanha (2008) e Junta de Andaluzia (2008)

O turismo é uma actividade de grande importância em diversas vertentes: sol – mar, cultural e religioso, sol – neve.

b) Principais actividades - Clusters

Em termos de *clusters* são de salientar:

- ☐ Cluster Alimentar os produtos agrícolas e agro-alimentares são a principal exportação de bens da Andaluzia, centrados nos produtos mediterrânicos, como o azeite, e nos frutos e os legumes; algumas das grandes empresas espanholas do sector estão aqui instaladas como é o caso da EBRO PULEVA mais recentemente salienta-se o investimento da Heineken numa unidade fabril;
- □ Cluster Turismo a região é uma das principais regiões turísticas de Espanha, graças ao seu litoral, que tem vindo também a atrair um cada vez maior número de novos residentes estrangeiros;
- ☐ Cluster Defesa a região é o principal pólo da indústria aeronáutica espanhola, tendo aqui a CASA/EADS as suas principais instalações, especializadas nos aviões militares de que é fabricante há muitos anos; mais recentemente a EADS decidiu localizar em Sevilha a montagem final do AIRBUS 400 M, destinado ao transporte militar, tornando-se Sevilha o terceiro centro de montagem daquela empresa pan-europeia, depois de Toulouse e Hamburgo; a região passou a contar recentemente com instalações do fabricante de mísseis e electrónica da defesa norte-americano, a RAYTHEON; o compromisso da EADS em Sevilha permite que a Andaluzia reforce a sua posição como importante pólo da indústria aeronáutica a nível espanhol e europeu. Apoiado pela Junta de Andalucía, foi criada a Andalucía Aeroespacial como organizadora de um cluster empresarial composto por 19 PME da indústria de componentes para a aeronáutica, que já desenvolveu importantes contratos com a CASA, a BOEING e a DORNIER; refira-se, por último, que a região conta com a presença de outras empresas ligadas à defesa como a IZAR que, além estaleiros de construção e reparação naval, localizou aqui um dos centros da sua divisão de sistemas de controlo e armamento; e a SANTA BARBARA/GENERAL DYNAMICS especializada no equipamento militar terrestre.;
- □ Cluster Automóvel tem uma expressão mais reduzida do que nas outras comunidades analisadas destacando-se uma unidade de montagem da SUZUKI (actualmente integrada no grupo GM), uma fábrica de caixas de velocidades da RENAULT e instalações da multinacional de componentes DELPHI.
- □ Cluster Energias Renováveis em consolidação em franca expansão, e com o objectivo de tornar a Região auto-suficiente em energia, é um cluster fortemente dinamizado pela Agência para a Energia da Andaluzia. Devido às suas potencialidades em termos de recursos energéticos renováveis, em particular, biomassa (17% do território da Andaluzia é área natural protegida), energia solar (maior índice de exposição solar da Europa), energia eólica (Região pioneira em parques eólicos (1992)), sendo menos desenvolvida a energia hídrica.



☐ Importantes empresas detêm negócios nas energias renováveis como ao nível: 1 da energia eólica (ENDESA, Desarrollos Eólicos AS, GAMESA Energia SA e a Iberdrola SA) prevendo-se uma capacidade instalada de 2700 megawatts até 2006 e de 4000 megawatts para 2010; 2) do aproveitamento da biomassa florestal desde 1980, existindo actualmente duas centrais e uma central de cogeração, pertecentes à empresas de celulose ENCE e à TRADEMA, esperando-se que a capacidade instalada atinja os 250 megawatts em 2010; 3) do biogás, obtido dos resíduos sólidos urbanos, lamas e do tratamento das águas residuais, sendo as principais empresas a britânica CLP Organogas, a austríaca Jenbacher Energie AG e espanhola GUASCOR SA, prevendo-se uma capacidade instalada até 2010 de 38,34 megawatts e a instalção de mais duas centrais em Cádiz e Málaga de 9 meagawatts cada uma; 4) da biomassa a partir dos resíduos dos olivais, aproveitada desde 1995 por empresas como a ENDESA, ABENGOA, a Oleoliva, Iberese, BECOSA; 5) da energia solar fotovoltaica, com centrais instaladas em Almeria e Sevilha em que participam empresas como a Isofotón, BP Solar España, ATER, GAMESA Solar, ENDESA, SCHOTT, estando prevista uma capacidade total instalada até 2010 de 42,5 MWp; 6) das mini-hídricas, com uma tradição importante na Região, salientam-se as empresas Sevillana-ENDESA, Confederación Hidrográfica del Guadalquivir y Sur, Recursos Energéticos AS, prevendo-se até 2010 uma capacidade total instalada de 133,2 megawatts; 7) do solar térmico, sendo a Andaluzia uma região pioneira na investigação e desenvolvimento desta tecnologia energética, esperando-se em 2010 uma capacidade total instalada de 230 megawatts.

c) Principais Empresas / Actores

Em termos de indústrias de base destacam-se:

- ☐ Siderurgia e Metalurgia Na Andaluzia localiza-se a maior das unidades do grupo ACERINOX, um grupo siderúrgico espanhol especializado nos aços inoxidáveis, e em Huelva está instalada a unidade de metalurgia do cobre da ATLANTIC;
- Química de Base − Em Huelva localiza-se o segundo mais importante pólo da indústria química de base de Espanha, contando com a refinaria da CEPSA sua associada ERTISA e instalações das espanholas ECROS e FERTIBERIA e daS multinacionais TYOXIDE Europe, FMC FORET, ATOFINA (associada da ELF TOTAL).

TIC's e Electrónica

Mais recentemente a Andaluzia atraiu empresas de equipamento de comunicações, nomeadamente em torno das comunicações *wireless*, com a instalação entre outras da NOKIA, de *hardware* informático com a FUJITSU ou de componentes electrónica passiva como a EPCOS.

Ao nível dos principais actores salientam-se:

☐ ACERINOX

Este grupo siderúrgico está especializado nos aços inoxidáveis, encontrando-se entre os três maiores produtores mundiais deste segmento, com uma produção de 2,5 milhões de toneladas. A sua actividade está centrada nos aços planos, para a produção dos quais dispõe de três complexos integrados: um na Andaluzia, que é o maior do mundo, tendo sido o primeiro a ultrapassar a barreira do milhão de ton/ano (dispõe de três fornos eléctricos, dois convertidores AOD, e laminação a quente e a frio) e dois outros nos EUA pertencentes respectivamente à North American Stailess Steel e a Columbus Stainless.

Dispõe também de centros de produção de perfis em Espanha, nomeadamente em Castela Léon, através da associada ROLDÁN. Já em 2008, o grupo pretende expandir-se para a Malásia com a construção de uma fábrica para a produção de aço inoxidável, além do reforço da sua posição na região com o estabelecimento de um acordo sindical para a unidade de Gibraltar por mais quatro anos.

☐ CASA/EADS

A indústria aeronáutica espanhola tem registado nos últimos anos importantes taxas de crescimento e revelado uma assinalável capacidade de criação de emprego directo em cerca de 20 mil postos de trabalho, sendo a CASA a mais importante das empresas espanholas do sector.

No domínio da aviação civil, participa no fabrico dos aviões da "família" Airbus. No domínio da aviação militar, a CASA é a empresa líder na produção de aviões de transporte militar ligeiro, posição que se reforçou com o início de actividade do novo C295.Na área espacial a CASA fornece equipamento altamente sofisticado para os Arianes 4 e 5 e as suas negociações com a LOCKHEED MARTIN tiveram êxito nos fornecimentos para o Atlas 5. xito tem tido também no domínio dos satélites meteorológicos e científicos, com destaque para a cooperação hispano-argentina no domínio do minisatélite César.

Entre as empresas espanholas participadas pela CASA destacam-se a Aeronáutica Industrial (AISA) e a Compañía Española de Sistemas Aeronáuticos (CESA), que ocupam uma posição importante na aeronáutica espanhola.

A integração da CASA na EADS – European Aeronautic Defence and Space Company foi acompanhada pelo compromisso de que o A-400M – o novo avião europeu de transporte militar – seria montado na fábrica da CASA em Sevilha. E, de facto, a EADS decidiu no início de 2002 que esta cidade da Andaluzia seria o centro de entrega e montagem A400M, a partir de 2004 e durante 20 anos, o que gerará cerca de 10 mil novos empregos (3 mil directos e 7 mil indirectos) nas quatro fábricas da empresa já instaladas na região (duas em Sevilha e duas em Cádiz). A holding pública espanhola que detém a maioria do capital nas empresas ligadas à Defesa? a SEPI? detém 5,5% das acções da EADS.



Está previsto para 2009, o início da actividade do Centro de Treinamento de Pilotos da EADS – CASA perto das instalações da unidade fabril que faz a montagem final do A-400M, num investimento total de 82 milhões de euros. Este Centro tem como objectivo a investigação e desenvolvimento ao nível da formação de pilotos e de mecânicos de aeronáutica.

☐ EBRO PULEVA

EBRO PULEVA é o primeiro grupo empresarial do sector da alimentação em Espanha, líder nos sectores lácteo, do açúcar e do arroz, tendo presença noutras actividades que vão da alimentação infantil aos bicoburantes. O grupo tem presença internacional tanto industrial como comercial, em mais de vinte países, o que faz com que se converta na primeira multinacional espanhola no sector da alimentação. A EBRO PULEVA é o resultado da fusão da Açucareira Ebro Agrícolas e da Puleva. A união destas empresas lideres permitiram a criação da primeira potência alimentar de capital espanhol e um dos vinte cinco grupos mais importantes no sector da alimentação na Europa.

Para além da Andaluzia a EBRO PULEVA encontra-se também presente em Castela e Leão, Galiza e Catalunha.

No entanto, já em 2008, o grupo açucareiro poderá ter que sofrer um processo de reestruturação em virtude das novas orientações da Oragnização Comum de Mercado do Açúcar, devendo ter que encerrar duas fábricas na Andaluzia (La Rinconada em Sevilha, Guadalcacín (Cadiz)) e uma em Castela Leão (Peñafiel em Vallodolid).

☐ GRUPO ABENGOA

Este Grupo de sociedades fundado em Sevilha em 1941 está hoje presente em toda a Espanha, operando em 38 países; organiza-se em quatro vertentes: serviços de engenharia e construção industrial, incluindo o projecto, construção e manutenção de infra-estruturas para os sectores da energia, da indústria e dos transportes, sendo de salientar que na área energética tanto realiza centrais de cogeração e de ciclo combinando, como centrais baseadas na exploração de energias renováveis; serviços ambientais, em que é líder europeia nalguns segmentos do mercado da gestão de resíduos, através da sociedade BEFESA; tecnologias de informação, em que através da TELVENT fornece serviços de integração de sistemas e de implementação de redes privadas de telecomunicações para os mercados verticais da energia, do ambiente, da gestão de tráfego, do transporte e das telecomunicações; bioenergia em que está especializado na produção de biocombustíveis – bioetanol – com fábricas em Espanha – sendo o maior produtor europeu – e nos EUA em que é o quinto maior produtor. Mais recentemente passou a dispor de um Centro Tecnológico.

□ SCHOTT

Considerado como um grupo tecnológico mundial oferece soluções em materiais especiais, componentes e sistemas para equipamentos e aparelhos domésticos, óptica, farmacêutica, electrónica e energias renováveis, em particular solar fotovoltaico e solar concentrado. Em

Maio de 2008, a SCHOTT inaugurou uma nova central solar fotovoltaica em Sevilha, num total de 25 milhões de euros de investimento. A Central de Aznalcóllar tem uma capacidade de produção anual de energia de 200 megawatts. Ainda no final de 2008 está previsto a instalação de uma segunda central em Sevilha, duplicando a capacidade de produção.

☐ ENDESA

A ENDESA, empresa líder espanhola em energia eléctrica, tem diversificado intensamente a sua actividade quer em termos de áreas de negócio, quer em termos de presença em mercados internacionais e em regiões espanholas. Ao nível da região da Andaluzia investiu, conjuntamente com o Instituto Hispano de Arroz e em parceria com a empresa agroalimentar Ebro Puleva um 1,2 milhões de euros em 4 centrais solares fotovoltaicas da Região, que produzirão 200 megawats de electricidade. Estas centrais estarão completamente operacionais em 2011.

d) Dotação da região em infra-estruturas: parques tecnológicos e de C&T, infra-estruturas, acessibilidades e conectividade, financiamento...

O esforço de diversificação das actividades é inseparável do processo de criação de **Parques de Ciência e Tecnologia**. Em 2005 foi criada a Rede de Espaços Tecnológicos da Andaluzia (RETA) com o objectivo de fomentar a I&D ao nível empresarial. A **RETA** integra diversos Agrupamentos Tecnológicos de oito cidades andaluzas (Almeria, Cádiz, Granada, Huelva, Jaén, Málaga e Sevilha) num total de 9 Parques de Ciência e Tecnologia, 26 Centros de Inovação e Tecnologia, 3 Centros Europeus de Empresas e de Inovação, a IFAPA (que integra 18 centros de investigação e formação agrária), a Corporación Tecnológica de Andalucía e a Agência de Desenvolvimento e Inovação da Andaluzia. Deste conjunto de entidades orientadas para o desenvolvimento e inovação, destacam-se:

O Parque Cientifico e Tecnológico de Sevilha (Cartuja 93) foi criado com o objectivo de dar uma nova utilização aos activos da Exposição Universal de Sevilha de 1992. A composição empresarial inclui sectores com um forte potencial para a aplicação da inovação tecnológica como o da Biotecnologia e Agro-Alimentar, Engenharias Aplicadas, Tecnologias da Saúde, Informática e Telecomunicações, Aeroespacial, Energias, Meio Ambiente e Tecnologias Sanitárias. Para além disso, integra 67 grupos de investigação repartidos por diversas áreas e 6 estabelecimentos de ensino universitários.

O Parque Tecnológico de Andaluzia (PTA) localizado em Málaga, foi fundado em 1992, através do acordo feito em 1988 com a Junta da Andaluzia e a Câmara de Málaga. Este parque é a sede mundial da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASP). O PTA, tem um grande prestígio devido a qualidade das empresas que acolhe. Este parque conta com a presença de multinacionais como a AIR LIQUIDE, A-NOVO, ATLINKS, CATERPILLAR, CATSA, JAZZTEL, NOKIA, RAYTHEON, RETEVISION, SIEMENS, TELEFÓNICA, VITELCOM e VODAFONE.



O Parque Tecnológico Aeroespacial da Andaluzia (Aerópolis) é um parque empresarial dedicado exclusivamente à indústria aeronáutica e aeroespacial, inaugurado em 2003 em Sevilha.

O Parque Científico e Tecnológico do Azeite e do Olival (**Geolit**), situado em Jaén, com o objectivo de facilitar a I&D, a competitividade, modernização do tecido empresarial, a formação em novas tecnologias e a promoção das tecnologias sustentáveis.

O Parque Tecnológico Campus de Ciências da Saúde (PTS) para a criação, implantação e expansão de empresas do sector farmacêutico, bio-sanitário, alimentar, sendo o primeiro centro em Espanha especializado em saúde. Dotado de várias instituições universitárias e de investigação no domínio da biomedicina e das ciências da vida. O investimento total previsto é de mais de 300 milhões de euros prevendo-se que esteja em total funcionamento em 2010, com 37 empresas instaladas.

O Tecnoparque MedioAmbiental e Energético da Andaluzia (PAMA) em actividade a partir de 2008 tem como objectivo reciclar resíduos electrónicos; é resultado de uma parceria com empresas privadas e envolve um investimento de cerca 73 milhões de euros.

Mais recentemente, está em construção a Nova Tecnopolis Sevilha – Alcalá projectada para uma área superior a 800 ha, enquanto que o projectado Agroparque debate-se com um atraso na sua construção de cerca de três anos.

Em termos de acessibilidades e conectividade salientam-se os portos de Algeciras, Almeria, Motril, Cadiz, Malága, Huelva, Sevilha; os aeroportos: Malága, Sevilha, Granada, Almeria e o hubs de Sevilha e de Algeciras. Em 2006, haviam 192 km de auto-estradas e 1890 km de itinerários complementares. O AVE (linha ferroviária de alta velocidade) é primeira linha construída em Espanha com ligação entre Madrid e Sevilha.

e) Incentivos e acção da política pública

A Junta de Andaluzia é muito dinâmica com uma longa tradição de intervenção e planeamento do território. Actualmente existem vários planos em curso que definem a estratégia da região nos mais diversos domínios, nomeadamente, transportes e obras públicas (habitação e uso do solo, infra-estruturas, prevenção de cheias urbanas, ordenamento do território intra regional e inter regional); agricultura e pesca (em especial na modernização do sector pesqueiro); saúde, educação, cultura e meio ambiente.

Actualmente em vigor encontram-se os seguintes **Planos de Acção**: 1) o Plano de Genética da Andaluzia, com o objectivo de proporcionar cuidados de saúde na área da clínica genética através do serviço nacional de saúde; 2) o Plano da Andaluzia para a Sociedade da Informação, para coordenar todas as iniciativas da região no âmbito da sociedade da informação; 3) o Plano de Apoio às Famílias Andaluzas, dirigidos a apoiar as famílias na compatibilização da vida profissional com a vida familiar; 4) o Plano de Inovação e de Modernização da Andaluzia, que inclui acções para aprofundar a sociedade do conhecimento, valorização do património, reforço das infra-estruturas, melhoria da educação, da igualdade e da coesão social, promovendo o papel da Andaluzia ao nível internacional, em especial

europeu; 5) o Plano Estatístico da Andaluzia 2007-2010 e 6) o Plano Andaluz de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (2007-2013), para o planeamento das políticas de investigação e desenvolvimento tecnológico para a inovação orientadas para a competitividade empresarial, criação de emprego de qualidade e rentabilizar "socialmente" a ciência.

No âmbito do QREN para 2007 -2013, as prioridades que são identificadas pretendem continuar a linha da acção dos quadros de financiamento anteriores, nomeadamente: 1) o desenvolvimento da sociedade do conhecimento; 2) desenvolvimento e inovação empresarial; 3) meio ambiente, recursos hídricos e prevenção de riscos; 4) equilíbrio territorial, acessibilidades e energia; 5) desenvolvimento local e urbano; 6) bem-estar e coesão social; 7) aumento e melhoria do capital humano e 8) complexo agro-alimentar e pesqueiro e desenvolvimento rural. Para além destas prioridades estão contempladas a igualdade das oportunidades, a sustentabilidade e a melhoria dos serviços da administração e as boas práticas de governança.

f) Perspectivas de desenvolvimento da região

A região está a sofrer uma transformação significativa, nomeadamente na sua capital, Sevilha, devido ao forte impulso do investimento público e a grandes projectos de desenvolvimento industrial, em particular, na melhoria das acessibilidades e da conectividade, revitalização industrial e novo plano de reordenamento urbano.

Segundo o Plano de Inovação e Modernização para a Andaluzia, em 2010, a região da Andaluzia deveria ser: 1) uma região com uma sólida rede de infra-estruturas tecnológicas; 2) que alcançou um progresso significativo motivado pela evolução do nível educacional e de investigação e inovação; 3) onde os actores geram e partilham conhecimento como elemento de criação de riqueza e de bem-estar; 4) uma região com um desenvolvimento económico equilibrado baseado em recursos endógenos; 5) com governos regionais eficientes sendo os cidadãos os protagonistas dos serviços prestados; 6) onde o sistema de inovação regional é baseado na cooperação e no empreendorismo; 7) uma região com projecção internacional com base em energias renováveis e desenvolvimento sustentável; 8) um modo de vida andaluz associado à inovação e à tecnologia; 9) uma sociedade multicultural, solidária e activa na construção do seu próprio futuro e 10) uma sociedade que promove a equidade e o bem-estar social dos seus cidadãos.

Em última análise é visível o empenhamento em tornar a Andaluzia numa região permanentemente inovadora.

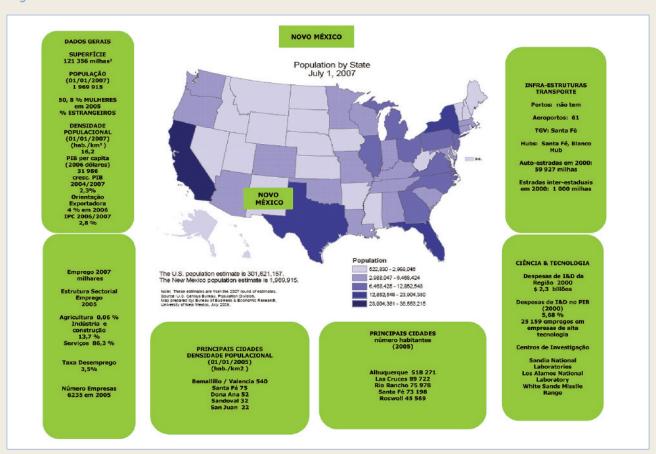


NOVO MÉXICO

O Novo México é um Estado no sudoeste dos Estados Unidos da América entre o Arizona (oeste), o Texas (este) e o Utah e o Colorado (ambos a Norte), fazendo fronteira com o México. Este Estado caracteriza-se por apresentar uma densidade populacional e um rendimento *per capita* claramente abaixo da média nacional. A actractividade deste Estado assenta, sobretudo, na dotação de factores de produção, em especial do trabalho, de baixo custo, qualificado e disponível, sendo considerado o primeiro no ranking de valor acrescentado por trabalhador.

a) Dados gerais

Figura IV-2. - O retrato Novo México



Fonte: DPP 2008 com base em US Bureau Economic Analysis.

Desde do final do século XX, este Estado tem apresentado um dinamismo muito significativo, sendo um dos locais privilegiados nos EUA para a localização de alta tecnologia como aeronáutica e as actividades aeroespaciais.

Nos últimos anos, as actividades ligadas às *utilities* e construção dominaram a estrutura de produção e emprego. Além disso, possui actividades de elevado valor acrescentado, designadamente actividades aeroespaciais, farmacêutica e química. Surge um novo perfil de

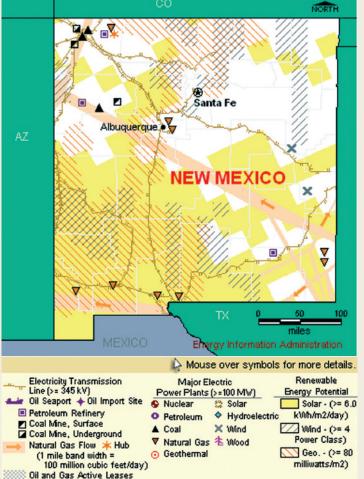
especialização, no plano doméstico e internacional, centrado nas actividades espaciais, onde se inclui o turismo espacial, o qual beneficia das vantagens apresentadas pelo Novo México: 1) localização geográfica favorável ao desenvolvimento de novas actividades baseadas na exploração do espaço: altitude elevada, ausência de restrições de tráfego espacial, baixa densidade populacional; 2) baixos custos de trabalho (17% abaixo da média nacional) e da terra (imobiliário) e 3) elevada probabilidade de os principais fornecedores localizarem bases de produção para o desenvolvimento da próxima geração de tecnologias junto de um grande cliente (a Virgin).

b) Principais actividades - Clusters

Em termos de *clusters* são de salientar:

□ Cluster energia: o Novo México é um dos maiores produtores de petróleo e gás dos EUA (1/10 do gás natural dos EUA). A Bacia de San Juan (NM e Colorado) tem o maior campo de reservas provadas de gás. Nesta bacia, o Blanco Hub, é o maior interface de transporte de gás para a costa oeste. A Bacia Permian tem 3 dos 100 principais campos de petróleo dos EUA.

Figura IV-3.



Novo México	% EUA	Period
705 million barrels	3,4%	2006
17,934 billion cu ft	8,5%	2006
861 million barrels	10,2%	2006
483 million short tons	2,5%	2007
New Mexico	Share of U.S.	Period
2,752 trillion Btu	4,0%	2005
4,998 thousand barrels	3,2%	May-0
1,609,223 million cu ft	8,3%	2006
24,451 thousand short tons	NA	2007
	705 million barrels 17,934 billion cu ft 861 million barrels 483 million short tons New Mexico 2,752 trillion Btu 4,998 thousand barrels 1,609,223 million cu ft 24,451 thousand short	705 million barrels 3,4% 17,934 billion cu ft 8,5% 861 million barrels 10,2% 483 million 2,5% New Mexico Share of U.S. 2,752 trillion Btu 4,0% 4,998 thousand barrels 3,2% 1,609,223 million cu ft 24,451 thousand short NA

2.ª região EUA com maior potencial Renováveis (solar e fuel cells)

Fonte: Fátima Azevedo (2008)



Além disso, é a segunda região dos EUA em termos de potencial de energias renováveis, em especial solar e eólica. Conhecida como a terra do Windchantment, tem o maior consumo per capita de energia eólica dos EUA. Os principais exploradores dos parques eólicos são: a Cielo Wind Power, empresa subsidiária da Texas Wind Power; FPL Energy; Babcock and Brown; Padoma Wind Power; Acciona; Clipper; enXco; Iberdrola, Horizon Wind Energy e Taos Wind Power.

Em 2008, são aprovados quatro projectos de desenvolvimento de novas energias limpas: em Alamogordo para instalar um projecto de energia solar na Base da Força Aérea de Holloman; um projecto em Clovis de cogeração a partir de biometano, utilizando os gasodutos de gás natural e outro para o aproveitamento da energia eólica; aquisições de energia verde pela força aérea em Albuquerque, em especial a partir de solar fotovoltiaco.

- ☐ Cluster aeronáutico e aeroespacial: o cluster aeropespacial representa 3% do emprego total, integrando empresas como a Eclipse Aviation, Virgin Galactic, Lockheed Martin, GE Aircraft Engines, Honeywell Defense Avionics, Sennheiser, DeVore Aviation, Boeing SVS e Goodrich Aerospace. A localização geográfica privilegiada da Região (altitude elevada, ausência de restrições de tráfego espacial), a baixa densidade populacional, os baixos custos de trabalho (17% abaixo da média nacional) e da terra (imobiliário), o acordo com líder, a sede da Virgin Galatic, a elevada probabilidade de os principais fornecedores localizarem bases de produção para o desenvolvimento da próxima geração de tecnologias junto de um grande cliente (a Virgin), são factores determinantes na emergência deste cluster.
- ☐ Paralelamente, o sector turismo espacial emergente, incluindo operações da Virgin Galactic; os contratos com a NASA para serviços comerciais de mercadorias e reabastecimento de equipas espaciais; as competições de baixa e alta altitude, como as patrocinadas pela Rocket Racing League e X Prize Foundation; e a procura por veículos de lançamento reutilizáveis, frota de competição e tecnologias subjacentes, impulsionaram igualmente a consolidação deste *cluster*.
- □ O Southwest Regional Spaceport será o primeiro porto espacial de 2.ª geração nos EUA e visa abrir a fronteira espacial, atrair novas empresas, criar emprego, reforçar o turismo em todo o Estado e lançar a marca do Novo México como localização primordial para experimentar o futuro.



Caixa 1: O primeiro porto espacial de 2.ª geração nos EUA

A 27 DE Julho de 2005, o sir Richard Branson e Burt Rutan anuncairam a criação da primeira empresa espacial. A Spaceship Company (TSC) tem como objectivo produzir naves espaciais, componentes e equipamentos para a exploração do espaço, nomeadamente, a empresa mãe Virgin Galactic.

Um estudo realizado em 2005 pela Futron apontava para um investimento de 460 milhões de dólares e de 3460 novos empregos até 2015 e de 550 milhões de dólares e de 4320 novos empregos até 2020 nos domínios do transporte espacial e do turismo espacial. Os lançamentos potenciais para o Novo México entre 2010 e 2020 apresentam um aumento progressivo nesse período:

Gráfico I



Fonte: Fátima Azevedo 2008

A localização de um *space sport* na região sudoeste do Novo México por um valor de 200 milhões de dólares e numa área de 27 milhas. Os incentivos do Governo do Novo México, bem como as condições geoeconómicas do Estado favorecem a sua implantação: clima, céu aberto, baixa densidade populacional, altitude elevada. Além disso, desde década de 30 que o Estado tem sido o epicentro da exploração tecnológica do



espaço, data a partir da qual foi a região privilegiada para a realização de diversos lançamentos espaciais: em 1946 o V2-Rocket; em 1961 o lançamento de um chimpanzé que concretizou duas voltas em torno da órbita terrestre; em 1978 foi o inicio do treino dos astronautas do space shuttle e em 1982 foi realizada uma aterragem deste foguetão; em 2006 foi lançado o spaceloft rocket a partir de um voo sub-orbital do space sport do Novo México.

A transformação que um space sport induzirá no Estado do Novo México é muito significativa. Associado a este está a criação de uma oferta turística de luxo, implantação de novas empresas, a formação especializada de astronautas, criando-se um *cluster* aeroespacial. O *space sport* será resultado de uma parceria entre a Virgin Galactic e o Governo Estadual. O hangar e as facilidades de formação são da responsabilidade do Governo Estadual que transfere sob a forma de leasing, por um período de 20 anos, a exploração do space sport à Virgin Galactic.

Fonte: Elaborado com base no site da TSC (retirado a 12 de Dezembro de 2008)

dinâmico em consolidação.

sionadores para a criação deste cluster.

☐ Cluster microelectrónico e das nanotecnologias: sede da maior fábrica de semicondutores do Mundo, a Intel localizada em Rio Rancho, o Estado do Novo México tem vindo a promover a formação avançada em engenheiros na área da microelectrónica, promovendo a criação de cursos universitários específicos em tecnologia avançada em semicondutores. Associada à Intel surgem empresas de base local como a SUMCO e a Xilinx. ☐ Salienta-se o desenvolvimento e investigação em nanotecnologias, em particular, pelo Laboratório Nacional de Los Alamos, o papel da Universidade do Novo México no domínio dos microsistemas e o NM Communitiy College na formação em microsistemas e microequipamento. ☐ Cluster de biotecnologia: pólo reconhecido de investigação e desenvolvimento de biotecnologia, ciências biomédicas e de produção, consolidado a partir do trabalho desenvolvido pelos laboratórios e da universidade. As principais empresas no domínio da biotecnologia são a Cardinal Health, a Ethicon Endo-Surgery, a Inlight Solutions e a MesoSystems. ☐ Cluster das TIC: baseado no conhecimento académico, tem-se vindo a desenvolver um *cluster* no domínio da investigação, design e produção de software. As empresas locais têm beneficiado das sinergias criadas, nomeadamente, a Thomson Elite, a VanDyke Software e a New Mexico Software, sendo um *cluster* muito

Cluster óptica / fotónica: com uma longa tradição no desenvolvimento das tecnologias ópticas, tem vindo afirmar-se mundialmente neste domínio, sendo a Associação da Indústria dos Ópticos do Novo México (NMOIA) uma dos grandes impul-

c) Principais Empresas / Actores

Este Estado tem uma estrutura sectorial baseada na fabricação de máquinas e equipamentos eléctricos; indústria de instrumentos de precisão e de óptica; aeronáutica e componentes; indústria química, plásticos e matérias plásticas e produtos farmacêuticos; indústria metalúrgica, minerais não metálicos, indústrias extractivas e de refinação de petróleo.

Ao nível dos principais actores salientam-se:

- □ Eclipse Aviation: empresa aeronáutica fundada em 1998 no Arizona, mudou a sede da empresa em 2000 para Albuquerque, capital do Novo México. Nesse mesmo ano termina a concepção do modelo Elipse 500. A partir daqui a empresa começou a crescer significativamente, atingindo em 2008 a proeza de construir 100 aviões em 10 anos. Certificada desde 2007, a empresa pretende internacionalizar-se para a Europa, tendo já estabelecido parcerias com o European Technology and Investment Research Center.
- □ Lockheed Martin: empresa global de sistemas tecnologicamente avançados, produtos e serviços, dedica-se à concepção e produção de Sistemas de Tecnologia de Informação em particular para o Governo Norte-americano. As suas áreas de negócio integram a aeronáutica, os sistemas electrónicos, sistemas e serviços de informação e sistemas espaciais. Localizam-se no Novo México as áreas de transporte e soluções de segurança e o Sandia National Laboratories, em Albuquerque, dedicado ao desenvolvimento de sistemas electrónicos. Em 2006, em parceria com a Universidade do Novo México desenvolveu e testou um sistema de segurança transfronteiriço SBInet.
- ☐ Goodrich Aerospace: empresa líder na aplicação de engenharia de sistemas de controlo electrónicos de naves espaciais com uma experiência de mais de 45 anos. Em 2004, o Novo México foi o estado escolhido para a primeira exposição de veículos espaciais e em 2005 com o início do Space Sport esta empresa tornou-se uma empresa de referência no desenvolvimento do Projecto.
- □ Intel: localizada nos arredores de Albuquerque, em Rio Rancho desde 1980, é actualmente a maior empresa privada da região de Albuquerque, dedicada à produção de chips de memória flash, processadores para telemóveis, desktop e servidores, sendo esta filial da Intel a maior produtora de microchips de 300 mm wafers utilizando 0,13-micron de technologia. A Intel New Mexico recebeu diversas certificações e distinções sendo considerada uma empresa "verde".
- d) Dotação da região em infra-estruturas: parques tecnológicos e de C&T, infra-estruturas, acessibilidades e conectividade, financiamento...

A actividade dos *clusters* é suportada por uma base forte de centros de investigação e desenvolvimento. O governo federal é o principal impulsionador da I&D. Salientam-se o



desenvolvimento e o papel de interface, para além da universidade, de vários laboratórios como o Sandia National Laboratories, em Albuquerque, gerido pela Sandia Copr, uma empresa subsidiária da Lockheed Martin; o Los Alamos National Laboratory gerido pela Universidade da Califórnia e o White Sands Missile Range, um organismo de testes do governo federal.

Além disso, este Estado é dotado de um conjunto de parques de industriais, nomeadamente, na região de Albuquerque: Cordero Mesa, Los Morros Industrial Park, Meridian Industrial Park, Sandia Science and Technology Park e o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Novo México.

Ao nível de infra-estruturas é dotada de duas grandes vias rodoviárias interestaduais, é ponto de recepção de mercadorias vindas do México. Recentemente assistiu-se ao desenvolvimento da rede ferroviária e do sistema multimodal. É dotada de infra-estururas aeroportuárias de transporte de passageiros e de mercadorias.

e) Incentivos e acção da política pública

Os incentivos ao desenvolvimento do Estado são muito diversificados, abarcando três domínios distintos: 1) incentivos ao crédito em termos gerais para o pagamento de salários elevados, investimento na indústria transformadora, à exploração de novos mercados, à promoção de empregos em zonas rurais, ao desenvolvimento de I&D nas empresas, ao desenvolvimento de business angels; 2) incentivos específicos ao desenvolvimento de certas indústrias como a aeroespacial (na manutenção, produção e I&D e isenções fiscais sobre lucros), a agro-indústria (isenções fiscais sobre os lucros), energias limpas e renováveis (isenções fiscais sobre os lucros, produtos energéticos alternativos, incorporação de biodiesel, veículos híbridos, produção de energia renovável, instalação de sistemas solares e de edifícios sustentáveis), indústria de alta tecnologia (incentivos à I&D e ao emprego) e telemarketing; 3) incentivos à assistência técnica (centros de apoio às pequenas empresas, parcerias público-privadas, Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Aeroespacial e a laboratórios de investigação).

As iniciativas políticas com maior importância no Novo México têm vindo a privilegiar: 1) as alterações climáticas, em especial a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, a conservação de energia, a eficiência energética e o desenvolvimento das energias renováveis, sendo um dos promotores da Western Climate Initiative em 2007 (com o Arizona, Califórnia, Oregon e Washington); 2) o desenvolvimento dos "negócios verdes" em consonância com a visão do Estado do Novo México como Estado dos EUA de Energia Limpa, tendo sido estabelecidos, igualmente, acordos de parceria com empresas asiáticas e promovido o investimento directo estrangeiro no Estado, o aumento da produção cinematográfica, a construção de infra-estruturas rodoviárias em larga escala, a promoção do comércio bilateral com o México, a formação e requalifação da mão-de-obra; 3) a criação do Fundo de Inovação em Energia para o desenvolvimento e comercialização de tecnologia no domínio dos biocombustíveis e do solar concentrado; 4) a protecção do ambiente, designadamente, com a adopção da Iniciativa de Recuperação do Ecossistema dos Rios, a criação de um Fundo de

Conservação, a protecção dos recursos hídricos, a preservação da biodiversidade da região de Otoro Mesa em especial no que respeita a prospecção de petróleo e gás; 5) eficiência fiscal, sendo dos Estados com maiores reservas de caixa e de eficiente recolha de impostos; 6) o desenvolvimento de um plano estratégico nos cuidados de saúde; 7) as iniciativas relacionadas com o apoio às bases militares; 8) incentivos à protecção social e 9) a gestão dos recursos hídricos, com a adopção de um plano de acção.

Em 2006, por iniciativa do Governador, é delineada uma nova estratégia, com o horizonte de 2020, centrada na emergência de um *cluster* centrado na actividade aeroespacial. Os incentivos ao investimento são um dos pontos fortes de actractividade de actividades para a Região, destacando-se as acções no domínio: 1) do crédito fiscal que incida sobre a energia, ou seja sobre 5% do valor do equipamento do potenciador/utilizador de energias renováveis; 2) do crédito fiscal ao nível dos bens de equipamento, isto é sobre 5% valor equipamento elegível importado e utilizado nas unidades de produção locais; 3) do capital humano, subsidiando 10% dos salários pagos por cada emprego qualificado criado ao longo de 4 anos e 4) da formação, financiando 100% das despesas de formação e reembolso de 50 a 80% dos salários durante o período de formação.

f) Perspectivas de desenvolvimento da região

As perspectivas de desenvolvimento da região são muito favoráveis tanto mais que possui um conjunto de pontos fortes ao nível do trabalho, energia, transporte e riscos, salientando-se: primeiro no ranking de valor acrescentado por trabalhador; baixo custo do trabalho, qualificado e disponível, baixos custos de energia, de transporte e com reduzidos riscos de acidentes naturais.

A qualificação das pessoas, em particular o afluxo de engenharia sofisticada na área de Las Cruces terá um impacto significativo no desenvolvimento das competências técnicas e de gestão que podem ser aproveitadas nas indústrias de elevado conteúdo tecnológico da região (farmacêutica, serviços médicos e biociência, electrónica e artes e entretenimento).

□ O desenvolvimento do Southwest Regional Spaceport, primeiro porto espacial de 2.ª geração nos EUA abrirá a fronteira espacial, atraindo novas empresas, criando emprego, reforçando o turismo em todo o Estado. Este vai permitir lançar a marca do Novo México como localização primordial para experimentar o futuro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO ANEXO:

- Azevedo, Fátima: "ACTIVIDADES INOVADORAS EM REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE: NOVO MÉXICO DO PETRÓLEO PARA O ESPAÇO", apresentação Workshop Trabalho CCRA, 6 Novembro 2008.
- Duarte, J.Coutinho: "A CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E AS COMUNIDAADES AUTONOMAS DE ESPANHA QUATRO CASOS", em foco, DPP 2004.
- Félix, Fidélis e Duarte: "A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA ESPANHOLA GRANDES EMPRESAS E REGIÕES", Prospectiva e Planeamento, n.º 11 (n.º especial), DPP 2004.
- INE INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA 2008.
- Site JUNTA DA ANDALUZIA.
- Site New Mexico.

ANEXO V

Metodologia de Análise da Competitividade Regional

INTRODUÇÃO

O conceito competitividade é um conceito de difícil interpretação, sendo muitas vezes mal entendido, sobretudo, ao nível regional. A transposição do conceito de competitividade para o nível regional (ou nacional), implica muito mais do que uma mera localização de um conjunto de empresas altamente eficientes, competitivas no mercado. A competitividade regional passa pela localização de empreses altamente eficientes em actividades que geram lucros e salários elevados.

Deste modo, para se analisar a competitividade regional, é fundamental compreender os factores que contribuem não só para a competitividade das empresas individualmente mas, também, os factores que induzem a própria competitividade macroeconómica.

Neste anexo, naturalmente não esgotando a exaustividade do tema, chama-se a atenção para um conjunto de noções relevantes para melhor entendimento do Estudo.

A competitividade: perspectiva micro, macro e regional

Ao **nível microeconómico**, a noção de competitividade é claramente apreendida, como a capacidade das empresas competirem, crescerem e serem rentáveis simultaneamente. Neste sentido, a competitividade microeconómica reside na capacidade das empresas produzirem e serem rentáveis ao longo do tempo num contexto de mercados concorrenciais em termos de preços, qualidade dos produtos, entre outros aspectos. Quanto maior for a capacidade da empresa para se tornar competitiva, maior será a capacidade de ganhar quota de mercado.

Ao **nível macroeconómico**, e sinteticamente, a competitividade dos países resulta do aumento do bem-estar. A controvérsia em torno do conceito de competitividade é muito significativa, tanto mais porque:

	não se pode estabelecer uma analogia directa entre a competitividade de uma empresa e a competitividade de um país. Um dos exemplos mais evidentes é quando uma empresa que não tem lucros, sai do mercado, pelo mecanismo natural de funcionamento do mercado, enquanto o mesmo não se pode aplicar a um país;
٥	ao contrário do funcionamento do mercado a concorrência entre países não é "um jogo de soma nula" em que as empresas ganham quotas de mercado umas em relação a outras;
	se associarmos uma noção estrita de competitividade ao conceito de produtividade, então a competitividade de um país pode ser entendida como o crescimento do bem-estar das populações motivado pelo crescimento da produtividade.



47 OECD Glossary: http\\www.oecd. org/glossary/ (retirado em 14 de Julho de 2008). A competitividade de um País pode ser definida como: "... a measure of a country's advantage or disadvantage in selling its products in international markets" 47. A vantagem / desvantagem em vender os produtos no Mercado internacional pode ser detalhada em termos dos elementos contidos nesta definição.

48 "Competitiveness of Nations: The Fundamentals", Director of the World Competitiveness Project 2002. Deste modo, os elementos contidos na competitividade macro-económica incluem: o desempenho macroeconómico que induz um aumento do nível de vida em termos reais; as condições de mercado em que são produzidos os bens e serviços e a sua competitividade em outros países; a sustentabilidade do desempenho macroeconómico no tempo; a identificação dos factores que explicam a competitividade como elemento-chave. Garelli (2002)⁴⁸, define as 10 "regras de ouro" da competitividade de um país:

Figura V-1. - As Regras de um País Competitivo



Fonte: Elaborado com base em Garelli (2002)

Os factores que induzem a competitividade de um país dizem respeito: às infra-estruturas, à legislação e regulamentação; à poupança e ao investimento, à educação e aprendizagem, à criação de riqueza e preservação dos sistemas de valor, à estabilidade e transparência na governação e à redução da disparidade social.

Ao **nível regional**, o conceito de competitividade é mais recente e enquadra-se numa nova abordagem de desenvolvimento regional, cujo foco assenta no aumento da competitividade das empresas nacionais, as quais têm por base activos regionais de natureza diversa desde das infra-estruturas físicas a activos imateriais. Uma região competitiva é aquela que é capaz de atrair e manter empresas competitivas e aumentar e manter os níveis de vida dos seus habitantes⁴⁹.

Neste âmbito as questões relacionadas com a especialização e *clusters* regionais, educação de nível superior, o trabalho qualificado, o investimento, o papel das instituições locais, o desenvolvimento rural e a política urbana são essenciais na compreensão do conceito competitividade regional.

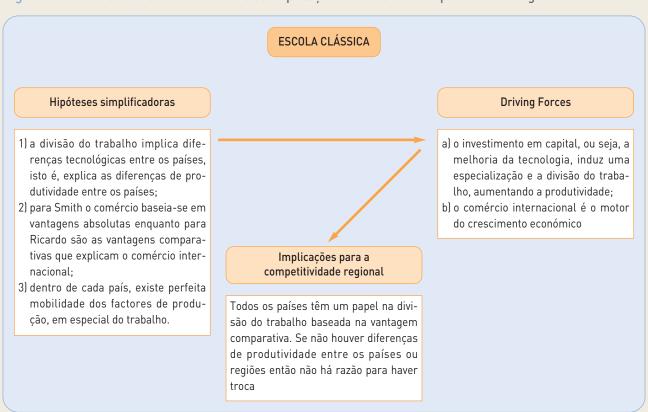
49 OECD Glossary: http\\www.oecd. org/ glossary/ (retirado em 14 de Julho de 2008).

A Teoria Económica e a Competitividade Regional. A Evolução Temporal das Diferentes Abordagens

Ao longo de séculos, as diversas escolas de pensamento económico na descrição do funcionamento da economia apresentam, explícita e implicitamente as várias características, hipóteses simplificadoras e os aspectos-chave, que têm repercussões na competitividade regional.

A Cambridge Econometrics (2003)⁵⁰ listou as seis principais escolas de pensamento económico e as implicações ao nível da competitividade regional.

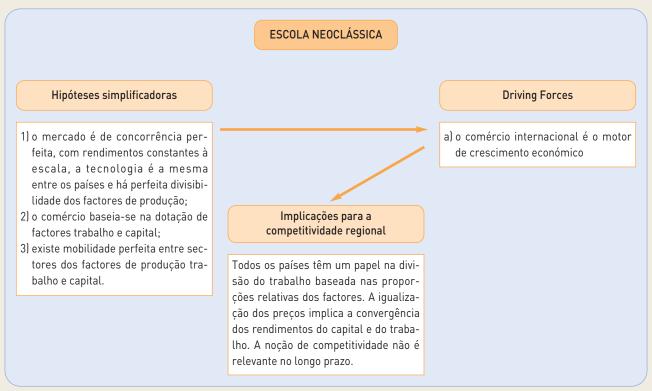
Figura V-2. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional



⁵⁰ "A Study on the Factors of Regional Competitiveness", European Commission (2003).



Figura V-3. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional



Fonte: Elaborado com base em Cambridge Econometrics (2003)

Figura V-4. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional

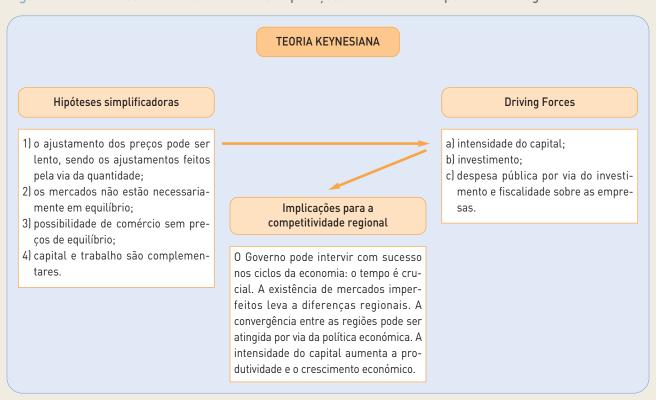


Figura V-5. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional

ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO Hipóteses simplificadoras **Driving Forces** 1) os rendimentos não convergem a) alteração estrutural da agricultura necessáriamente ao longo do tempo; para sectores de elevado valor 2) alguns têm mais sucesso do que acrescentado: b) abertura ao comércio internacional; outros; Implicações para a 3) a política económica é fundamental na competitividade regional c) IDE e: determinação do sucesso de um país. d) fundos de desenvolvimento estrangeiros Coexistem regiões centrais com vantagens em termos de produção com outras regiões periféricas. O processo de catching-up da produtividade entre regiões é um processo muito lento. A política económica deve ter em consideração a fase de desenvolvimento da região. A política económica é necessária para incentivar aos efeitos de difusão, através do IDE ou dos fundos de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado com base em Cambridge Econometrics (2003)

Figura V-6. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional

NOVA TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÓMICO Hipóteses simplificadoras **Driving Forces** 1) o progresso tecnológico passa a ser a) despesa em I&D; considerado como uma variável b) processo de inovação (patentes); Implicações para a endógena dos modelos económicos; c) nível de educação; competitividade regional 2) rendimentos crescentes à escala d) investimento em capital humano; derivados da acumulação de conhee) efectiva difusão do conhecimento. As diferenças regionais em termos de cimento; 3) introdução do capital humano como produtividade e de crescimento económico traduzem as diferenças ao nível factor de produção; 4) os mercados não geram automatida tecnologia e do capital humano. A melhoria da tecnologia e do capital camente o óptimo; humano são motores do crescimento 5) path dependency. económico. A abertura ao comércio internacional reforça o crescimento e o desenvolvimento tecnológico. Os investimentos em I&D são cruciais. A melhoria do capital humano é essencial.



Figura V-7. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional

NOVA TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL Hipóteses simplificadoras **Driving Forces** 1) a tecnologia é factor de produção a) factores que dão vantagem ao actor endógeno e explícito; do primeiro movimento: qualificação 2) a produção de novas tecnologias da mão-de-obra, infra-estruturas reflecte rendimentos decrescentes à especializadas, rede de fornecedoescala da aplicação do capital e trares e localização das tecnologias. balho: 3) a produção de novas tecnologias Implicações para a competitividade regional cria externalidades; 4) há rendimentos crescentes à escala A especialização sectorial é necessária na utilização da tecnologia; 5) a tecnologia é móvel entre emprepara gerar economias de escala e externaliá-las. A dimensão do mersas e países mas a capacidade de utilização da tecnologia tem uma cado doméstico é crucial para obter mobilidade imperfeita; economias de escala internas. O inves-6) existe concorrência imperfeita. timento na qualificação da mão-deobra, infra-estruturas especializadas, rede de fornecedores e a localização

das tecnologias induzem a externaliza-

ção das economias de escala.

Fonte: Elaborado com base em Cambridge Econometrics (2003)

Todas estas abordagens macroeconómicas têm implicações directas e indirectas na competitividade regional, nomeadamente, ao nível dos factores que induzem a competitividade regional.

Paralelamente a estas abordagens macroeconómicas, a compreensão da competitividade regional passa pela consideração de várias perspectivas quer microeconómicas, quer de carácter sociológico ou urbanismo como a teoria do crescimento urbano, a nova economia institucional, a estratégia económica de negócios a teoria da economia evolucionista de Schumpeter.

Fonte: Cambridge Econometrics (2003)

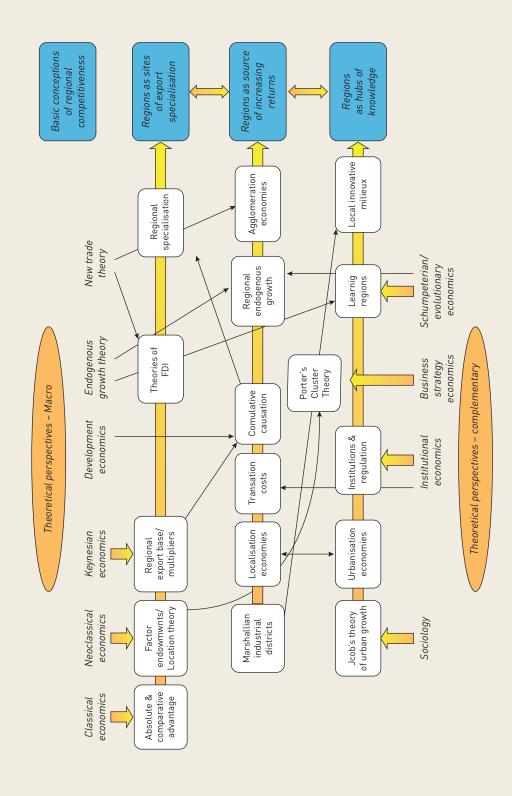


Figura V-7. – O Pensamento Económico e as Implicações ao Nível da Competitividade Regional



A figura AII.8, sintetiza as perspectivas teóricas macroeconómicas e a teorias complementares podendo-se atingir três conceitos básicos de competitividade regional:

- Regiões como **locais de especialização das exportações**: relacionada com as teorias de especialização regional, de dotação de factores endógenos e economias de base exportadora;
- ☐ Regiões como **fontes de rendimentos crescentes**: baseada na geografia económica, nas economias de aglomeração e no crescimento endógeno das regiões;
- □ As regiões como hubs de conhecimento: ao conceito anterior inclui-se de factores imateriais, incluindo os factores sociológicos e institucionais, muitas vezes designada por "nova geografia industrial".

OS FACTORES DA COMPETITIVIDADE

Os Factores Nacionais, Regionais e Empresariais da Competitividade

Existem inúmeros factores que podem ser utilizados para aferir da competitividade, seja regional, nacional ou empresarial. Diversos estudos empíricos têm sido levados a cabo podendo-se distinguir dois tipos de abordagens: os que relacionam a competitividade regional como um resultado acumulado da combinação de factores de produção; ou os que centram o objecto de estudo num aspecto particular da competitividade.

Tendo presente que a estabilidade macroeconómica é muitas vezes considerada como um pré-requisito para a competitividade, podem ser identificados os factores microeconómicos determinantes da competitividade regional, agrupados em infra-estruturas e acessibilidades, capital humano, ambiente em que se desenvolve a base económica:

- □ infra-estruturas e acessibilidades: infra-estruturas básicas rodoviárias, ferroviárias, aéreas e de propriedade; infra-estruturas tecnológicas desde TIC's, telecomunicações e internet; infra-estruturas de conhecimento como o acesso à educação e formação; qualidade de vida, da habitação, espaços verdes, amenidades culturais e segurança;
- capital humano: tendências demográficas, designadamente, a migração de trabalhadores qualificados e a diversidade étnica e cultural; a mão-de-obra altamente qualificada e intensiva em conhecimento;
- □ ambiente em que se desenvolve a base económica: 1) cultura de empreendedorismo como as fracas barreiras à entrada e o risco de perda de identidade cultural; 2) as concentrações sectoriais ao nível do equilíbrio / dependência, da concentração do emprego, das actividades de elevado valor acrescentado; 3) a internacionalização em termos de exportações e vendas globais, do investimento, da cultura de negócios, da natureza do ivestimento directo estrangeiro; 4) a inovação traduzida em patentes, níveis de I&D, institutos de investigação e universidades, redes entre empresas e investigação; 5) governância e capacidade institucional; 6) disponibilidade de capital; 7) padrão de especialização e 8) natureza da concorrência.

OS NOVOS DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES

O sucesso ou o fracasso de uma região está relacionado com a capacidade regional de explorar localmente os factores financeiros, naturais, físicos, sociais e de capital humano que atraem o investimento directo estrangeiro e a manutenção das empresas na região.

A globalização crescente das regiões exige alterações da política económica regional ou do território, colocando a tónica na competitividade das regiões em substituição das políticas tradicionais de apoio às actividades e à redistribuição do rendimento.

A capacidade de valorizar colectivamente os bens locais e de manutenção dos motores de crescimento coloca novos desafios à competitividade das regiões. Para além disso, a política económica regional deve contribuir para promover a iniciativa individual local, organizacional e de melhoria contínua das qualificações locais, incentivar a difusão das novas tecnologias e das inovações, traduzindo esta mudança de atitude a alteração de paradigma.

O Chapéu da Competitividade Regional e a Tipologia de Regiões

O Chapéu da Competitividade Regional – uma abordagem dinâmica do conceito de competitividade regional...

O conceito competitividade é um conceito de difícil interpretação, sendo muitas vezes mal entendido, sobretudo, ao nível regional. A transposição do conceito de competitividade para o nível regional (ou nacional), implica muito mais do que uma mera localização de um conjunto de empresas altamente eficientes, competitivas no mercado. A competitividade regional passa pela localização de empreses altamente eficientes em actividades que geram lucros e salários elevados.

Deste modo, para se analisar a competitividade regional, é fundamental compreender os factores que contribuem não só para a competitividade das empresas individualmente mas, também, os factores que induzem a própria competitividade macroeconómica.

O Chapéu da Competitividade Regional⁵¹, é o resultado de uma tentativa de reunir num único modelo conceptual, as diversas questões teóricas e empíricas relacionadas com a competitividade regional. É composta, por isso, por várias camadas, relativas às consequências, aos resultados, ao "processo" e aos determinantes regionais. As três primeiras integram o designado "cilindro" produtivo, que são rodeadas, na base, pelos determinantes (figura AII.9.).

Por outras palavras, os factores da competitividade regional podem ser analisados pela exploração de cada camada que compõe o "Chapéu". Este parte da noção de decomposição do indicador PIB *per capita* em produtividade, taxa de emprego e população activa⁵².

⁵¹ "A Study on the Factors of Regional Competitiveness", Cambridge Econometrics, November 2003.

⁵² PIB per capita (PIB / população), pode traduzir-se pela conjugação de três indicadores: produtividade (PIB / emprego), taxa de emprego (emprego / população activa) e população activa (população em idade de trabalhar / população total).



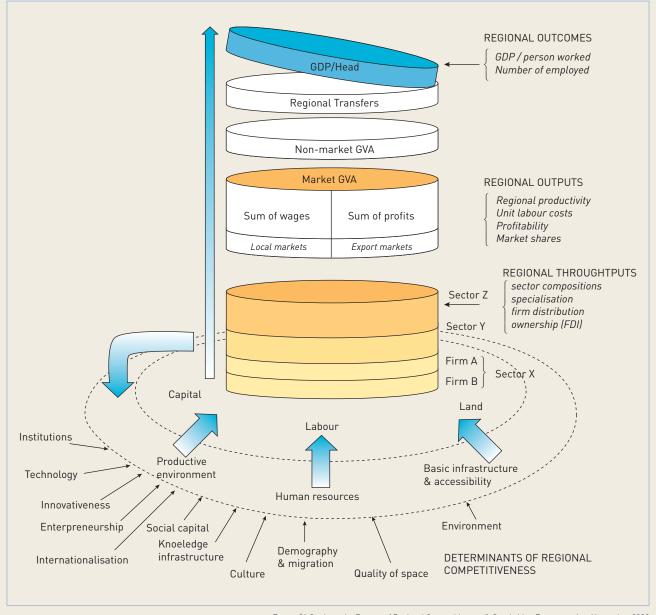


Figura V-9. – O Chapéu da Competitividade Regional

 $Fonte: \it ``A Study on the Factors of Regional Competitiveness'', Cambridge Econometrics, November 2003$

A noção de PIB per capita a nível regional deve ser entendida como o somatório da actividade das empresas individuais com as transferências regionais (rendimento dos trabalhadores pendulares, venda de activos a residentes estrangeiros, transferências públicas, remessas dos emigrantes) e o valor acrescentado gerado pelo sector não mercantil (actividades do sector público).

A camada **consequências regionais** (1.ª camada do chapéu a cinzento), medida pelo PIB por pessoa empregada, sendo uma aproximação da medição da produtividade aparente do trabalho, inclui as transferências regionais, o valor acrescentado gerado por actividades não mercantis e o valor acrescentado gerado pelas actividades mercantis da região.

A camada **resultados regionais** (2.ª camada do chapéu a cinzento), é a conjugação da produtividade regional, dos custos de trabalho por unidade produzida (CTUP), da rentabilidade e da quota de mercado. Tem assim implícito, o somatório dos salários e dos lucros, proporcionados pelas vendas no mercado local e para exportação.

A camada dos "processos regionais" (3.ª camada do chapéu a cinzento) está relacionada com a actividade agregada das empresas, incluindo os aspectos de gestão, capacidade de inovação de cada empresa, e a um nível mais agregado, a estrutura sectorial, grau de especialização, estrutura accionista e controlo do capital social.

Por último, na base do chapéu, estão descritos os determinantes da competitividade regional, que circundam o "cilindro" da produção, têm uma natureza diversa, de acordo com a sua natureza e características (nacional, local, regional, entre outras). Ao nível destes determinantes podem-se distinguir três "anéis": um primeiro mais próximo da base, relativo aos factores de produção (trabalho, capital, terra), os quais à excepção do capital são factores com menor mobilidade e mais determinados pela região; um segundo onde se incluem os factores relacionados com o ambiente que envolve o investimento na região (infra-estruturas e acessibilidades, recursos humanos e ambiente produtivo); e um terceiro constituído por factores que influenciam indirectamente a competitividade regional mas que são considerados como "hubs de conhecimento" das regiões e que vão desde as instituições, internacionalização, tecnologia, demografia, qualidade do ambiente.

Segundo Martin⁵³, o conceito de Chapéu de Competitividade Regional pretende ultrapassar a fraqueza que existe na literatura no que respeita à dimensão temporal da competitividade regional. Este estudo da *Cambridge Econometrics*⁵⁴ (2003), introduz, precisamente a questão da dimensão temporal da competitividade regional, uma vez que esta não pode ser analisada de um ponto de vista estático, pois é necessariamente um conceito dinâmico e evolutivo. Assim sendo, e tendo em consideração que este conceito não pode ser aplicado indistintamente a qualquer região, sob pena de não reflectir exactamente todas as interrelações ocorridas, cada região tem, naturalmente, um conjunto de factores determinantes e de outros factores (em cada camada do "chapéu") distintos e que impede uma generalização do conceito, tendo-se apenas de apropriar as concepções básicas da competitividade regional num enquadramento geográfico geral.

Tipologia de regiões como factor determinante para a definição das estratégias de desenvolvimento regional...

Uma análise dos factores de competitividade e sustentabilidade dos territórios, tem necessariamente de ser completada por uma tipologia de regiões, que pode ser mais genérica ou mais orientada para um objectivo específico.

No âmbito deste documento metodológico, optou-se por analisar uma tipologia mais genérica suportada numa distribuição das regiões de acordo com o grau de densidade populacional e do nível do crescimento sustentável do PIB per capita; uma tipologia orientada para a economia do conhecimento e uma tentativa de combinação de ambas as tipologias, com o objectivo de posicionar simultaneamente as regiões enquanto espaços de sustentabilidade

^{53 &}quot;A Study on the Factors of Regional Competitiveness", Cambridge Econometrics, November 2003.

^{54 &}quot;A Study on the Factors of Regional Competitiveness", Cambridge Econometrics, November 2003.



do bem-estar social, dimensão da urbanização e nível da economia baseada no conhecimento.

As regiões como locais de produção, como fontes de rendimentos crescentes à escala e como hubs de conhecimento...

No estudo da *Cambridge Econometrics*⁵⁵ (2003), foi desenvolvida uma metodologia que procura tipificar as regiões de acordo com o grau de densidade populacional e do nível do crescimento sustentável do PIB *per capita*, com o objectivo de captar os determinantes da competitividade regional tendo em consideração as especificidades de cada região, evitando as falhas de aplicação de uma mesma abordagem indistintamente e evidenciando os principais factores de competitividade, diversos, segundo a região analisada.

Para tal, esta tipologia baseou-se em dois indicadores que procuram classificar as regiões: no eixo horizontal, a densidade populacional, pode ser analisada como um reflexo (*proxy*) da urbanização emergente das economias, relativizada pela dimensão das áreas urbanas (cidades); no eixo vertical, o PIB *per capita*, e em particular o seu crescimento sustentado. Da combinação do grau destes dois indicadores, assim as regiões se podem "localizar" em quatro quadrantes distintos (figura AII.10).

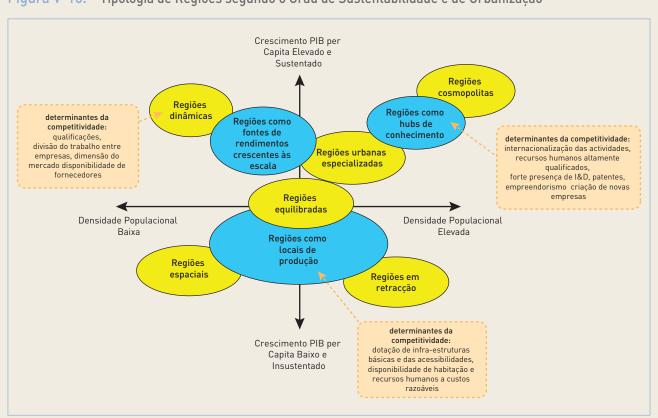


Figura V-10. – Tipologia de Regiões segundo o Grau de Sustentabilidade e de Urbanização

 $Fonte: Elaborado\ com\ base\ em\ "A\ Study\ on\ the\ Factors\ of\ Regional\ Competitiveness", Cambridge\ Econometrics,\ November\ 2003$

^{55 &}quot;A Study on the Factors of Regional Competitiveness", Cambridge Econometrics, November 2003.

As regiões com níveis de rendimento médio e baixo são as regiões privilegiadas para serem consideradas como locais de produção. A produtividade destas regiões está baseada em factores de produção de baixo custo. Por um lado, é possível incluir as "regiões espaciais", aquelas cuja disponibilidade de terra, trabalho e capital tem um preço baixo, com ausência de deseconomias de urbanização, o que resulta numa baixa densidade populacional e num crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. Os principais determinantes da competitividade destas regiões reside na dotação de infra-estruturas básicas e nas acessibilidades, ausência de congestionamento, disponibilidade de habitação e de recursos humanos a custos razoáveis. São regiões atraentes na captação de investimento directo estrangeiro de "carácter vertical". Para além das "regiões espaciais", as "regiões em retracção" possuem características semelhantes em termos de determinantes da competitividade com excepção do grau de densidade populacional, traduzindo-se em regiões densamente povoadas, com um dinamismo da economia fraco e desvantagens de urbanização limitadas.

As regiões como fontes de rendimentos crescentes à escala, traduzem as regiões com níveis de densidade populacional médios e crescimento do PIB per capita elevado e sustentado. Incluem-se as "regiões dinâmicas", cujas economias de aglomeração concentram-se num conjunto de actividades restrito, fontes de riqueza significativa. Os determinantes da competitividade regional, incluem as qualificações, a divisão do trabalho entre empresas, a dimensão do mercado e a disponibilidade de fornecedores.

As regiões como *hubs* de conhecimento são as regiões densamente povoadas e com crescimento do PIB *per capita* elevado e sustentado. Nestas regiões incluem-se as "regiões cosmopolitas" e as "regiões urbanas especializadas". São regiões que tiram vantagens das economias de aglomeração que, neste caso, não são específicas às actividades mas são intrínsecas à região. Nestas regiões, as economias de urbanização são relevantes, e sendo hubs de conhecimento e de informação, são muito atraentes do ponto de vista da internacionalização de actividades, de recursos humanos altamente qualificados, forte presença de actividade de investigação e desenvolvimento, de patentes, empreendedorismo e criação de novas empresas. A par destes determinantes, existem um conjunto de factores negativos relacionados com os elevados salários, congestionamento, criminalidade e elevado custos da habitação, que são na maior parte das actividades, compensados pelo cosmopolismo destas regiões.



Quadro V-1. – Tipologia das Regiões em termos de Competitividade Regional

baixa densidade populacional e crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo. determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas básicas e das acessi disponibilidade de habitação e de recursos humanos a custos razoáveis. regiões atractivas de IDE de carácter "vertical". ausência de deseconomias de urbanização. elevada densidade populacional e crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo. determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas básicas e das acessi determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas básicas e das acessi	
determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas básicas e das acessidas disponibilidade de habitação e de recursos humanos a custos razoáveis. regiões atractivas de IDE de carácter "vertical". ausência de deseconomias de urbanização. elevada densidade populacional e crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo.	
disponibilidade de habitação e de recursos humanos a custos razoáveis. regiões atractivas de IDE de carácter "vertical". ausência de deseconomias de urbanização. elevada densidade populacional e crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo.	
ausência de deseconomias de urbanização. elevada densidade populacional e crescimento do PIB per capita baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo.	bilidades,
elevada densidade populacional e crescimento do PIB <i>per capita</i> baixo ou insustentável. regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo.	bilidades,
regiões com baixo e médio rendimento; produção baseada em factores de baixo custo.	bilidades,
determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas hásicas e das acessi	bilidades,
Regiões em "retracção" determinantes da competitividade são: a dotação de infra-estruturas básicas e das acessi	bilidades,
disponibilidade de habitação e de recursos humanos a custos razoáveis.	
regiões atractivas de IDE de carácter "vertical".	
desvantagens de urbanização limitadas.	
densidade populacional média / baixa e crescimento do PIB per capita elevado e sustentado	do.
fraca diversificação das actividades mas principais responsáveis pela geração de riqueza.	
Regiões dinâmicas determinantes da competitividade são: as qualificações, divisão do trabalho entre empres são do mercado e a disponibilidade de fornecedores.	as, dimen-
economias de aglomeração concentradas num restrito número de actividades	
muito elevada densidade populacional e crescimento do PIB per capita muito elevado e su	stentado.
base económica mais diversificada.	
determinantes da competitividade dependem da sua função de hub do conhecimento e da ção:internacionalização das actividades, recursos humanos altamente qualificados, forte de I&D, patentes, empreendorismo, e criação de novas empresas; efeito do cosmopolismo forte.	presença
limitações à competitividade regional: salários elevados, congestionamento, criminalidad custos da habitação.	e, elevado
economias de aglomeração abrangem uma variedade de sectores pois são intrínsecas à r	egião.
economias de urbanização relevantes.	
densidade populacional significativa e crescimento do PIB per capita significativo e susten	tado.
base económica mais especializada.	
determinantes da competitividade dependem da sua função de <i>hub</i> do conhecimento e da ção: internacionalização das actividades, recursos humanos altamente qualificados, forte de I&D, patentes, empreendorismo, e criação de novas empresas.	
limitações à competitividade regional: salários elevados, congestionamento, criminalidad custos da habitação.	e, elevado
economias de aglomeração abrangem uma variedade de sectores pois são intrínsecas à r	egião.
economias de urbanização relevantes.	

Esta tipologia pretende demonstrar que é possível analisar as especificidades da competitividade regional, e que por, três vias distintas, atingir elevada produtividade e, consequentemente, aumentar a competitividade de cada região.

Num mundo cada vez mais globalizado, a competitividade regional deve ser "construída" de modo a potenciar as vantagens e a minimizar as desvantagens de cada região, criando uma identidade própria. Neste âmbito, as estratégias regionais são fundamentais na promoção dos determinantes específicos da competitividade, orientando e dando sinais claros dos pontos de excelência internos.

As cidades na economia do conhecimento: globais, estrelas do conhecimento, em transição, pérolas de conhecimento, tecno-cidades e intelectuais

A tipologia das cidades na economia do conhecimento resulta, em termos gerais, da introdução da noção que o conhecimento é um factor de produção, associado aos tradicionais inputs, trabalho, terra e capital. A sua importância é tanto maior quanto maior é a velocidade de mutação das sociedades, em especial das economias dos países mais desenvolvidos.

Deste modo, esta tipologia assenta numa abordagem abrangente da economia do conhecimento, em que a "produção de novo conhecimento que seria o factor de crescimento, mas também o uso e valorização do conhecimento nos processos económicos, bem como a aquisição de novas competências pelos indivíduos" (p.27-28)⁵⁶. Neste âmbito, as cidades do conhecimento integrariam as instituições de ensino, os centros de I&D (investigação e desenvolvimento), as empresas mais dinâmicas, as cidades que são capazes de utilizar as inovações tecnológicas (produzidas em outras regiões), dinamizar actividades (incluindo o desenvolvimento das indústrias criativas), renovar o modo de organização e funcionamento da cidade e das actividades.

^{56 &}quot;Projecto Cidades Inteligentes – Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades" – DPP (Setembro de 2007).



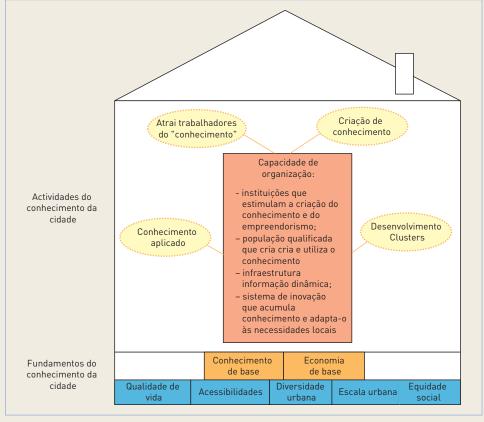


Figura V-11. – As Cidades na Economia do Conhecimento

- ⁵⁷ "European Cities in the Knowledge Economy: Towards a Tipology", Urban Studies (March
- 58 "Projecto Cidades Inteligentes Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades" – DPP (Setembro de 2007)

Fonte: Elaborado com base em Windem e Berg (2004 e 2007⁵⁷).

Segundo Windem e Berg⁵⁸, numa cidade do conhecimento a sua capacidade organizacional, traduzida na capacidade de articular os fundamentos do conhecimento da cidade, é tal que permite a criação e aplicação de conhecimento, baseada na atracção de "trabalhadores do conhecimento", o que irá permitir o desenvolvimento de *clusters* produtores de bens e serviços inovadores e competitivos. O desenvolvimento das **actividades do conhecimento** confere singularidade a cada cidade do conhecimento, tornando-a distinta das restantes.

A capacidade de organização integra quatro pilares essenciais da economia do conhecimento:

- um ambiente institucional e económico que incentiva a utilização eficiente do conhecimento existente, a criação do conhecimento e o empreendedorismo;
- uma população educada e qualificada que "sabe" criar e utilizar o conhecimento;
- um "stock de infra-estruturas" de informação muito dinâmico e facilitador da disseminação da informação e da comunicação;
- um sistema de inovação (centros de investigação, universidade, *think-thanks*, consultores, empresas e outras organizações ligadas ao conhecimento) que capitaliza o stock global de conhecimento, assimilando-o e adaptando-o às necessidades locais, criando um "novo conhecimento local".

A sustentação da "casa" (como se observa na figura) implica, necessariamente, a existência de "alicerces", fundamentos do conhecimento da cidade, e que repartem em:

☐ conhecimento de base (nível educacional, conhecimento científico e tecnológico, em gestão e organização, cultural e artístico); • economia de base (actividades organizadas em *clusters*). Quanto mais diversificada for a base económica e mais assente nos serviços, maior será a capacidade de competir e menor a vulnerabilidade a situações de rápida mudança; qualidade de vida, que inclui diversos factores que atraem os "trabalhadores do conhecimento" como sejam a qualidade do parque habitacional, a estética urbana, as amenidades, a qualidade das instituições de saúde, de ensino, culturais e de espaços cívicos. A organização de vários eventos culturais, desportivos e artísticos, conferem um ambiente propício à criatividade; ☐ acessibilidades, essenciais para o desenvolvimento da economia do conhecimento, designadamente, a conectividade física e digital, serviços de telecomunicações, rápido acesso a aeroportos internacionais e de mobilidade interna, possibilidade pelas tecnologias de comunicação e informação (TIC's); diversidade urbana, quer ao nível populacional, quer ao nível das funcões, que se traduzem numa variedade cultural, étnica, de estilos de vida, que enriquece o pool de competências, aumentando o potencial de inovação e criatividade das cidades: 🖵 escala urbana, importante na definição de uma cidade do conhecimento. Isto não implica que as cidades de maiores dimensões são necessariamente cidades do conhecimento, mas uma cidade de pequena dimensão tem fortes restrições para ser considerada uma cidade do conhecimento, devido ao efeito de escala. Além disso, as cidades médias podem beneficiar das externalidades geradas por cidades de maiores dimensões; equidade social, pressupõe a inclusão social, fundamental para a mobilização dos actores numa cidade do conhecimento, com impactos positivos na redução da

Além disso a tipologia das cidades do conhecimento pode ser visualizada do ponto de vista das actividades económicas associadas (Figura A.II.12.):

insegurança e na criatividade.



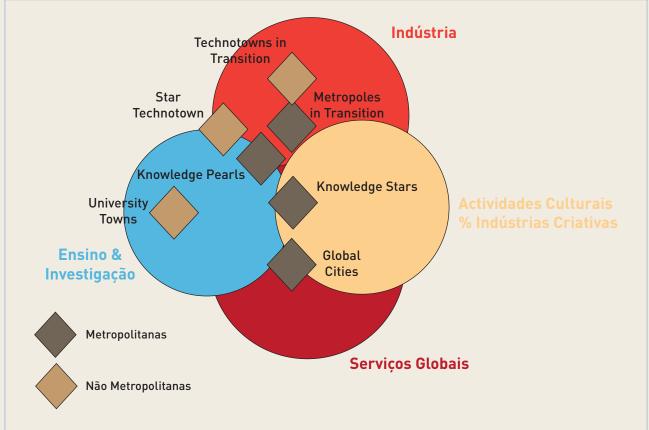


Figura V-12. - Tipologias de Cidades do Conhecimento e das Actividades Associadas

Legenda:

- Indústria Sectores de forte ou média intensidade tecnológica
- Actividades culturais & indústrias criativas Artes, Espectáculo, Museus, Edição, *Design*, Publicidade, Audiovisual, Jogos de computador, Multimedia, *Media*;
- Serviços Globais Serviços financeiros, Serviços de consultoria, Engenharia, Auditoria, Serviços jurídicos, Serviços de telecomunicações globais;
- Ensino & Investigação Universidades, Hospitais universitários, Centros de I&D Universitários, Laboratórios de Big Science, Laboratórios de I&D de grandes empresas.

Fonte: "Projecto Cidades Inteligentes", DPP (2007)

De uma forma relativamente agregada, as cidades do conhecimento assumem diversas formas: metropolitanas e não metropolitanas, mais orientadas para o ensino e a investigação como as cidades universitárias (university towns / intellectuals), ou mais globais (global cities); cidades em fase de transição, sejam grandes metrópoles (metropoles in transition), sejam baseadas em actividades económicas em declínio mas com um stock de conhecimento acumulado muito significativo (technotowns in transition); cidades especializadas com uma componente sectorial e tecnológica intensiva muito marcada (knowledge stars e knowledge pearls). Nesta tipologia consideram-se que as actividades industriais de alta e média alta intensidade tecnológica, os serviços globais, as actividades culturais e as indústrias criativas são as principais actividades numa cidade do conhecimento.

Esta tipologia aplica-se diferentemente segundo a dimensão da cidade. Tendo presente a questão da escala da cidade, da necessária criação de massa crítica para o desenvolvimento da cidade do conhecimento, uma cidade só será considerada cidade do conhecimento, se e só se manifestar uma combinação dos factores anteriormente descritos, complementadas pelas sinergias e estabelecimento de redes com outros centros urbanos. Para Windem e Berg⁵⁹, a tipologia desenvolvida em torno das cidades do conhecimento pode ser estruturada em dois níveis: o da escala urbana e o da intensidade de conhecimento das actividades. O DPP⁶⁰, articulou diferentes tipologias relacionadas com a economia do conhecimento e a sua inserção num mundo cada vez mais globalizado, levando à elaboração de uma tipologia de cidades do conhecimento. Mais tarde, Windem, Berg e Pol (2007)⁶¹, apresentaram um quadro que procura resumir os diferentes tipos de cidades em termos de fundamentos mais característicos, a sua evolução e perspectivas (quadro A.II.2.).

- 59 "Projecto Cidades Inteligentes Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades" – DPP (Setembro de 2007)
- 60 "Projecto Cidades Inteligentes Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades" – DPP (Setembro de 2007)
- 61 "European Cities in the Knowledge Economy: Towards a Tipology", Urban Studies (March 2007)

Quadro V-2. - Tipologia das Cidades na Economia do Conhecimento

DESIGNAÇÃO	FUNDAMENTOS	EVOLUÇÃO	PERSPECTIVA
GLOBAL CITIES Ex: Londres e Paris	grandes metrópoles com um papel fundamental na economia global; destaque em serviços internacionais: financeiros, às empresas; indústrias criativas e centros de conhecimento; localização de sedes de grandes multinacionais dos seus centros de I&D e de funções chave; diversidade urbana muito significativa; qualidade de vida elevada, embora o elevado custo da habitação seja um factor limitativo.	elevados níveis de criação e aplicação de novo conhecimento; cidades muito atractivas na captação de talentos; crescimento de novas indústrias; desenvolvimento de políticas de manutenção de emprego de baixa qualificações.	diversidade é fértil para induzir mais inovação; a capacidade de atrair talentos é crucial para perpetuar o crescimento; a obtenção de uma massa crítica tem muitas vantagens na eco- nomia do conhecimento; risco de falta de empregados para certas profissões menos quali- ficadas.
METROPOLE STARS Ex: Munique, Amsterdão e Helsínquia	economia forte e diversificada; conhecimento base forte e diversificado; níveis educacio- nais elevados; qualidade de vida urbana elevada; níveis ele- vados de diversidade; boas acessibilidades.	elevados níveis de criação e aplicação de novo conheci- mento; cidades muito atractivas na captação de talentos; cresci- mento de novas indústrias; desenvolvimento de políticas de manutenção de emprego de baixa qualificações.	diversidade é fértil para induzi mais inovação; a capacidade d atrair talentos é crucial para perpetuar o crescimento; a obtenção de uma massa crítica tem muitas vantagnes na eco- nomia do conhecimento; risco de falta de empregados para certas profissões menos quali ficadas.



DESIGNAÇÃO	FUNDAMENTOS	EVOLUÇÃO	PERSPECTIVA
METROPOLES IN TRANSITION Ex: Manchester, Dortmund e Roterdão	bom conhecimento de base; níveis educacionais relativa- mente baixos; fraca estrutura industrial; boas acessibilidades externas; problemas de quali- dade de vida; stock de casas p/habitação de baixa qualidade; desemprego e exclusão social; imagem pobre.	problemas na atracção e reten- ção de talentos; dificuldade em diversificar a base económica; esforços significativos para melhorar a imagem e a quali- dade de vida.	política económica activa; necessidade de reinvenção da tradição industrial; os baixos custos dos factores de produção e a tradição industrial abrem espaço à inovação e à experi- mentação, pelo estabelecimento de redes entre a base de conhe- cimento e a estrutura industrial.
PEARLS Ex: Leuven	excelente base de conhecimento; predomínio de actividades intensivas em conhecimento; qualidade de vida elevada; boas acessibilidades; aproveitamento das proximidade a grandes metrópoles; baixos níveis de exclusão social.	elevados níveis de criação e aplicação de conhecimento; cidades muito atractivas na captação de talentos e de actividades de alta tecnologia; capitalização da base de conhecimento; política económica orientada para fortalecer as redes entre universidades e empresas.	o conhecimento de base de elevada qualidade atrai a fixação de laboratórios de investigação; os centros de I&D são espaços privilegiados para o estabelecimento de <i>spin off</i> e de novos negócios; a qualidade de vida elevada e a rede de metrópoles que beneficia a consolidação da economia baseada no conhecimento.
STAR NICHEPLAYERS Ex: Eindhoven (Philips)	conhecimento em alta tecnolo- gia muito especializado; estru- tura sectorial baseada em acti- vidades intensivas em conhecimento com o domínio de uma grande empresa; quali- dade de vida elevada, não con- gestionamento e muitos espa- ços verdes; fraca conectividade internacional.	redes bem establecidas entre universidades e empresas; know-how na produção de inovações tecnológicos e de novos produtos; capacidade de atracção de engenheiros mas dificuldade em atrair outros talentos, investindo em cultura e lazer; bem sucedidos no desenvolvimento de <i>clusters</i> de base endógena.	ponto de partida muito favorável na economia do conhecimento devido à base de conhecimento e à estrutura sectorial muito forte; o crescimento pode ser mais mitigado devido à forte especia- lização que torna a cidade mais vulnerável; necessidade de criar redes estratégicas com outras cidades para compensar as des- vantagens da escala.
NICHEPLAYERS IN TRANSITION Ex: Enschede e Aachen	conhecimento de base especia- lizado em alta tecnologia; estrutura sectorial desvanta- josa; tecido empresarial de PME's; necesidade de regene- ração da imagem e da quali- dade de vida; fraca conectivi- dade internacional.	boas ligações entre a universidade e as empresas; muita inovação no seio de PME's; dificuldades na atracção de talentos; desenvolvimento de <i>clusters</i> de excelência mas de dimensão muito pequena.	o maior desafio é o de criar empregos de baixas qualificações; oportunidades de encontrar nichos de mercado; potencial de criação de start up's a partir da universidade; necessidade de criar redes estratégicas com outras cidades para compensar as desvantagens da escala.
UNIVERSITY TOWNS / INTELLECTUALS Ex: Munster	conhecimento de base muito forte com base numa grande universidade; qualidade de vida elevada, não congestionamento e muitos espaços verdes; estru- tura sectorial saudável; poucas empresas de alta tecnologia e predomínio de PME's; fraca conectividade internacional.	capacidade para atracção de académicos mas falta de dimensão; as redes entre empresas e universidades são afectadas pela falta de empresas; desenvolvimento de <i>clusters</i> de excelência mas de dimensão pequena.	o conhecimento de base é um activo muito valioso para as empresas privadas de investigação e para fortalecer a estrutura sectorial; possibilidade de criação de <i>start up's</i> a partir da universidade; necessidade de criar redes estratégicas com outras cidades para compensar as desvantagens da escala.

Fonte: Elaborado com base em "Projecto Cidades Inteligentes", DPP (2007), Windem e Berg (2004 e 2007)

As regiões enquanto espaços de sustentabilidade do bem-estar social, dimensão da urbanização e nível da economia baseada no conhecimento

No âmbito da análise dos factores de competitividade regional, procurou-se conjugar as tipologias anteriores numa única figura, sintetizadora das questões mais relevantes. Neste caso, considerou-se que, a par dos factores endógenos às regiões (*drivers* da competitividade como a produtividade, os determinantes regionais e nacionais), existe, num mundo global, um conhecimento efectivo e potencial de cada região, crucial para medir o dinamismo regional e definir o posicionamento estratégico.

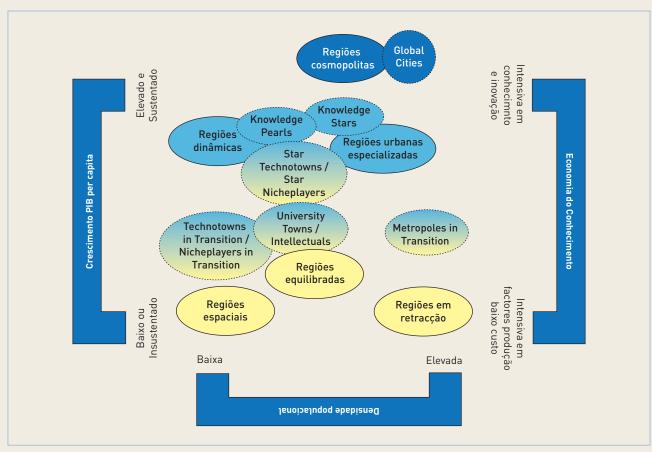


Figura V-13. - Tipologias de Cidades do Conhecimento / Competitividade Regional

Fonte: Elaborado com base em Windem e Berg (2004 e 2007), DPP (2007) e Cambridge Econometrics (2003)



De acordo com a figura A.II.13., as cidades podem ser classificadas segundo três dimensões: o crescimento do PIB per capita (de baixo ou insustentado até elevado e sustentado), reflectindo até que ponto o bem-estar social de cada região é sustentável; a densidade populacional (de baixa a elevada), que traduz a dimensão da urbanização e a economia do conhecimento (de intensiva em factores de produção de baixo custo até intensiva em conhecimento e inovação), que surge como uma componente da competitividade regional, na fixação de actividades e de talentos intensivos em conhecimento e tecnologia:

- □ Deste modo, as regiões cosmopolitas e as global cities são as regiões de referência em termos de sustentabilidade do bem-estar social, dimensão e nível muito elevado de conhecimento e de inovação. O seu dinamismo induz uma massa crítica essencial à perpetuação da economia do conhecimento, concentrando centros de investigação e desenvolvimento (I&D) e outras funções chave de grandes empresas multinacionais, numa lógica de grandes acessibilidades e conectividade internacional, com uma diversidade económica e urbana muito significativas. O grau de qualidade de vida destas regiões e cidades é muito elevado, compensando os efeitos do congestionamento, da criminalidade e dos altos preços da habitação;
- Numa situação de crescimento do PIB *per capita* significativo, dimensão média a grande das cidades e com uma concentração de actividades intensivas em conhecimento e tecnologia significativas situam-se as **regiões urbanas especializadas**, as **regiões dinâmicas**, as **knowledge stars** e as **knowledge pearls** e algumas **star tecnotowns** e **star nicheplayers**. Como a base económica e de conhecimento propicia a inovação, há um ambiente muito favorável ao desenvolvimento de redes entre os centros de I&D e o tecido empresarial, as quais beneficiam das acessibilidades e da conectividade internacional, da qualidade de vida urbana;
- □ É possível ainda observar um conjunto de regiões e de cidades que apoiando-se em factores de produção de baixo custo, tem um crescimento do PIB per capita relativamente baixo, densidade populacional baixa (regiões espaciais) a elevada (regiões em retracção). Neste caso, a competitividade regional baseia-se em recursos endógenos de fraco conteúdo tecnológico, ausência de deseconomias urbanas e cujo custo da habitação e dos recursos humanos são razoavelmente baixos, beneficiando de infra-estruturas básicas e de acessibilidades aceitáveis.

Os Sistemas Regionais de Inovação

O conceito de sistema regional de inovação é um conceito recente, tendo começado a ser discutido no início da década de 90. Um sistema regional de inovação pode ser visto como uma abordagem descritiva e normativa que procura captar a forma como o desenvolvimento tecnológico se desenrola num determinado território.

No entanto, não há uma definição única de sistema regional de inovação, nem tão pouco um único quadro conceptual que uniformize e sirva de modelo para ser adoptado pelos diversos actores.

A título exemplificativo, o Grupo de Trabalho IRE⁶², define sistema regional de inovação como a cooperação entre as empresas e diversos tipos de organizações para a aplicação do conhecimento em desenvolvimento:..."cooperation between firms and different organisations (e.g. higher education institutions, R&D organisations, technology transfer entities, training organisations, business associations, financing institutions, etc.) for economically useful knowledge development, diffusion and use".

Além disso, a definição de região não é estática no tempo e no espaço, devendo qualquer definição de sistema regional de inovação ter presente: a dimensão, a homogeneidade segundo um determinado critério, os limites dessa região e algum tipo de coesão interna do espaço.

Os sistemas regionais de inovação bem sucedidos utilizam o conhecimento interno e externo à região para fortalecer as competências e manter a competitividade. Isto gera um processo de expansão dos seus limites (fronteiras) através de um processo de integração económica e da crescente globalização.

A popularidade e aceitação progressiva deste conceito está intimamente relacionada com a emergência em identificar pólos ou clusters industriais, uma política regional orientada para sustentar uma base de aprendizagem e de inovação da economia local.

As competências específicas de uma empresa são reforçadas significativamente se esta se localizar numa região que lhe garanta vantagens competitivas como a existência de recursos específicos necessários ao desenvolvimento da sua actividade (qualificações, instituições, visão comum e partilha de valores).

As principais características de um sistema de inovação assentam na cooperação das empresas em actividades de inovação, criação e difusão de conhecimento nas organizações como universidades, empresas de formação, centros de I&D, agências de transferência de tecnologia, institutos de I&D e todo o conjunto de actores que suportem o processo de inovação ao longo do tempo. São por isso, factores críticos de um sistema regional de inovação: a interacção, a abertura, a necessidade de orientação, a condução do processo de inovação, a estratégia e a visão.

Cooke do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Cardiff⁶³, foi um dos autores pioneiros no desenvolvimento deste conceito em 1992: "regional innovation systems require transparency and openness between the "exploration" knowledge sub-system and the knowledge "exploitation" sub-system".

Para este autor, os sistemas regionais de inovação envolvem a cooperação das empresas em actividades de inovação e a criação e difusão de conhecimento em instituições (actores) que suportam a inovação regional. Estas duas características configuram dois sub-sistemas de actores envolvidos no processo de aprendizagem interactiva, o subsistema de exploração ("exploitation") do conhecimento e o subsistema exploratório ("exploration") do conhecimento. Entre estes dois subsistemas existe um terceiro que comunica o conhecimento adquirido no subsistema exploratório. É um subsistema de empreendorismo, o qual permite resolver o paradoxo da inovação: aquelas regiões que mais precisam de desenvolver o

62 "Innovations Regions in Europe", final report in May 2008.

63 www.cf.ac.uk/cass.

seu sistema de inovação e o crescimento económico são as regiões que têm menor capacidade de absorção de fundos e de desenvolver actividades relacionadas com o I&D.

O subsistema de exploração ("exploitation") do conhecimento consiste na dimensão empresarial do sistema que pode ser caracterizada pelo nível de investimento em actividades de inovação e pelo grau de difusão desta inovação em rede, pela subcontratação, incidência ou não na oferta ou ao longo da cadeia de valor.

O subsistema exploratório ("exploration") do conhecimento, baseado na infra-estrutura e no conhecimento gerado nas universidades, empresas de formação, instituições financeiras, centros tecnológicos, em suma, todas as infra-estruturas de inovação de suporte às empresas. Estas são em função da propensão para a criação de redes e dos mecanismos chave da governação regional.

Existem dois elos fundamentais num sistema regional de inovação: para a transferência de tecnologia e de conhecimento é essencial a cooperação entre as empresas e o conjunto das infra-estruturas de inovação; para o papel do Estado e dos seus vários intermediários nas ligações que estabelecem entre as empresas e os sistemas de educação e de investigação e entre as empresas e o próprio Estado.



Caixa 1: A Inovação Global - Implicações para as Regiões

O conceito de Inovação Global foi desenvolvido em 2004 pela empresa de software IBM, baseado no facto de que a natureza do processo de inovação alterou-se no início do século XXI. Com esta iniciativa, a multinacional envolveu os investigadores de topo, consultores e altos quadros da empresa, dotados das últimas tendências tecnológicas e de alterações societais, criando uma plataforma sobre a qual é possível analisar todo o processo de inovação e, a partir daí, encontrar novas oportunidades de negócio e formas inovadoras ao nível societal.

De facto, o processo de inovação tornou-se cada vez mais aberto, cooperativo, multidisciplinar e global, isto é, as verdadeiras revoluções tecnológicas deste século serão aquelas que criarão novos mercados, redefinem os mercados antigos e exigem a participação e o investimento em várias dimensões.

A materialização do conceito Inovação Global pela IBM foi visível pela criação de um conjunto de "conversas dinâmicas" designadas por "deep dives". Os "deep dives" são, assim, formas livres de debate entre peritos de diversas origens, que resultam numa explosão de ideias, que traduzem novos relacionamentos, iniciativas de política económica e novas oportunidades de mercado.

Baseado inicialmente no papel dos media na sociedade, rapidamente este conceito ultrapassou este sector, alargando-se à totalidade das actividades económicas. São vários os requisitos necessários para o desenvolvimento da Inovação Global: 1) autenticidade, resultado de um diálogo contínuo entre as empresas e os consumidores; 2) personalização, baseada na ideia da "pessoa digital", isto é, daquela pessoa que quer controlar a sua informação pessoal; 3) contexto; 4) conectividade, através das plataformas de telemóveis. A definição de standards universais de utilização de conteúdos pode ser uma solução para o problema da pirataria. Este novo conceito é particularmente relevante para aumentar a "proximidade" entre os centros urbanos e o mundo rural.

Em 2005, um estudo conduzido pelo INSEAD e pelo Booz Allen Hamilton sobre a configuração e gestão das redes de inovação global, a 186 empresas de 19 países e em 17 sectores, concluiu:

- □ A lógica de internacionalização das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) alterou-se de duas formas: num contexto de globalização das actividades das empresas, as actividades direccionadas para a I&D tornaram-se mais dispersas ou internacionalizadas; a crescente dispersão do conhecimento, com a emergência de centros de I&D em locais menos prováveis. As redes internacionais de I&D aumentam mas poucas são as empresas com capacidade para gerir eficazmente e eficientemente essas redes;
- ☐ A globalização das actividades de I&D das empresas é cada vez mais visível, com um aumento de importância para a China e Índia neste processo;



	Em termos sectoriais são as empresas do sector automóvel, em especial os fornecedores de componentes, aqueles com maior dispersão das actividades de I&D. Seguem-se as empresas de electrónica e equipamentos eléctricos, química com elevados graus de dispersão das actividades de I&D. As actividades baseadas em conhecimento mais complexo, ou seja, aquelas intrínsecas ao contexto local são mais concentradas como, produtos farmacêuticos e cuidados de saúde, energia e <i>utilities</i> e indústrias produtoras de bens de consumo.
	As tendências de crescimento das redes de I&D direccionam-se para o Oriente (China), com uma emigração de recursos humanos altamente quali- ficados muito significativa;
	Os drivers da globalização do I&D alteraram-se: a principal razão para a internacionalização das actividades de I&D é o acesso a mão-de-obra altamente qualificada, ultrapassando a visão tradicional de busca de baixos custos salariais, incentivos e subsídios locais e regulamentação favorável;
	A internacionalização das actividades de I&D baseia-se, essencialmente, em actividades específicas do conhecimento ao nível do processo de produção e relacionadas com a customização dos mercados locais;
	A globalização da inovação enfrenta vários desafios, um dos quais é a dificuldade que as empresas têm de apropriar-se do valor do novo conhecimento e em gerir os projectos dispersos;
	O maior benefício das redes de I&D é a aceleração da difusão da inovação. A optimização da configuração das redes é essencial para a aceleração do processo de inovação;
	Genericamente, o estabelecimento de redes de I&D são mais comuns entre empresas e centros de I&D e universidades do que com fornecedores, empresas concorrentes, consórcios de I&D e start-up. Em termos sectoriais, electrónica e equipamentos eléctricos, química e farmacêutica são os sectores há uma menor proximidade aos clientes, enquanto que química, farmacêutica, energia e utilities são os sectores com maior propensão para definir redes com os fornecedores e com outras empresas, provavelmente porque a cooperação ao nível do I&D é fundamental para a sobrevivência das empresas.

Fonte: Elaborado com base em INSEAD, IBM (2008)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO ANEXO:

- Booz, Allen, Hamilton, INSEAD (2006): Innovation: Is Global the Way Forward?.
- Cambridge Econometrics/ Ecorys(2003): A Study on the Factors of Regional Competitiveness, European Commission, Directorate-General Regional Policy.
- Doloreux, D; Parto, S.(2004): *Regional Innovation Systems: A Critical Review*, United Nations University, INTECH.
- Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais: Projecto Cidades Inteligentes – Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades" – DPP (Setembro de 2007).
- European Commission (2008): *Innovations Regions in Europe*, Effective Regional Innovation Systems, final report in May 2008. (http://www.innovating-regions.org/).
- European Commission (2002): Regional Clusters in Europe, Observatory of European SMEs.
- Garelli, S. (2002): Competitiveness of Nations: The Fundamentals, IMD.
- IBM (2007): Global Innovation Outlook 3.0 ReporT.
- OECD (2008): Glossary (http://www.oecd.org/glossary).
- Pezzini, Mario (2003): Cultivating Regional Development: Main Trends and Policy Chanllenges in OECD Regions, OECD.